Álvaro Teixeira Soares

Álvaro Teixeira Soares nasceu em 10 de outubro de 1903, no Rio de Janeiro, e formou-se em 1925 em ciências jurídicas pela Universidade do Rio de Janeiro.

Ingressou por concurso no Itamaraty em 1929, tendo servido em Lisboa (1934-36), Washington (1936-39), Montevidéu (1942-48), Nova York (1950-52), La Paz (1954-58), Atenas (1958-59), Bogotá (1960-64) e Tóquio (1964-65). Na Secretaria de Estado, foi oficial de gabinete dos ministros Mello Franco e Oswaldo Aranha, duas vezes chefe da Divisão Política e chefe do Departamento Político e Cultural. Notabilizou-se, na carreira, pelo grande conhecimento sobre as fronteiras brasileiras e sobre relacionamento político do Brasil com os países vizinhos.

Atuou por vários anos na imprensa como colunista do *Diário de Notícias*, de *A Nação* e do *Jornal do Commercio*, onde fundou, em 1939, a seção "Política internacional".

Foi autor de 41 livros, opúsculos e monografias. Destacam-se, além desta obra, *Diplomacia do Império no Rio da Prata: até 1865* (1955), *O drama da Tríplice Aliança: 1865-1876* (1956), *O Marquês de Pombal* (1961), *Um grande desafio diplomático no século passado: navegação e limites na Amazônia, missão de Nascentes de Azambuja a Bogotá: 1840-1928* (1971), *História da formação das fronteiras do Brasil* (1972), *O Brasil no conflito ideológico global: 1937-1979* (1980), e *Organização e administração do Ministério dos Estrangeiros* (1984). Faleceu em março de 1988.

BICENTENÁRIO BRASIL 200 anos 1822 | 2022

A Portaria nº 270 do Ministério das Relações Exteriores, de 22 de março de 2018 (modificada pela Portaria nº 1.011, de 16 de outubro de 2019), criou o Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência, incumbido de, entre outras atividades, promover a publicação de obras alusivas ao tema. A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) atua como secretaria de apoio técnico ao grupo.

Foi no contexto de planejamento da importante efeméride que, no âmbito da FUNAG, criou-se a coleção "Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022", abrangendo publicações inéditas e versões fac-similares. O objetivo é publicar obras voltadas para recuperar, preservar e tornar acessível a memória diplomática sobre os duzentos anos da história do país, principalmente de volumes que se encontram esgotados ou são de difícil acesso. Com essa iniciativa, busca-se também incentivar a comunidade acadêmica a aprofundar estudos e diversificar as interpretações historiográficas, promovendo o conhecimento da história diplomática junto à sociedade civil.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

ISBN 978-65-87083-28-5

Álvaro Teixeira Soares

O gigante e o rio: Ação de Mauá no Uruguai e Argentina - (1851-1878)

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

BICENTENÁRIO BRASIL 200 anos 1822 | 2022

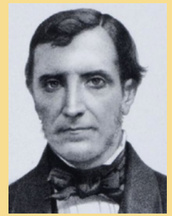
Álvaro Teixeira Soares

O gigante e o rio

Ação de Mauá no Uruguai e Argentina (1851-1878)

Edição fac-similar

Fundação Alexandre de Gusmão



Irineu Evangelista de Souza

Irineu Evangelista de Souza (1813 1889), Barão e Visconde de Mauá, nasceu no Rio Grande do Sul, de origem humilde, e ascendeu para ser um dos indivíduos mais ricos das Américas no século XIX. Iniciou sua vida profissional no comércio, migrando depois para atividades industriais e para a prestação de serviços públicos como iluminação e transportes. O marco desse período foi seu pioneirismo na construção naval e na introdução do trem a vapor no Brasil.

Em abordagem mais analítica que factual, Álvaro Teixeira Soares apresenta como, ao atender ao chamado da diplomacia imperial, Mauá foi força fundamental da política externa brasileira, auxiliando o Governo da Defesa uruguaio em 1851, pela denominada "diplomacia do patacão". Nos anos seguintes, o empresário expandiu sua ambição, investindo no setor bancário e na pecuária, atuando inclusive na Confederação Argentina por intermédio de um banco que sustentou o interior até a derrocada de Juan Manuel Rosas.

Teixeira Soares relata a atuação de Mauá nas crises que levariam à intervenção do Brasil e do Paraguai no Uruguai e, posteriormente, à Guerra do Paraguai (1864-70). Mauá progressivamente perdeu a proteção de que gozava no Rio da Prata, o que levou à crise dos seus negócios na região.

BICENTENÁRIO BRASIL 200 anos 1822 | 2022

Álvaro Teixeira Soares

O gigante e o rio

Ação de Mauá no Uruguai e Argentina (1851-1878)

Edição fac-similar

Fundação Alexandre de Gusmão

BICENTENÁRIO
BRASIL 200 anos
1822 | 2022

O gigante e o rio

Ação de Mauá no Uruguai e Argentina (1851-1878)

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência
Portaria do MRE nº 1.011, de 16 de outubro de 2019
O grupo de trabalho é composto por representantes das seguintes unidades:
Gabinete do Ministro de Estado;
Secretaria-Geral das Relações Exteriores;
Secretaria de Comunicação e Cultura; e
Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI).

A Fundação Alexandre de Gusmão atua como secretaria de apoio técnico e administrativo do Grupo de Trabalho do Bicentenário.
A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.
A FUNAG, com sede em Brasília-DF, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

BICENTENÁRIO
BRASIL 200 anos
1822 | 2022

Álvaro Teixeira Soares

O gigante e o rio

Ação de Mauá no Uruguai e Argentina (1851-1878)

Edição fac-similar

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2020

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo II, Térreo
70170-900 Brasília–DF
Tel.: (61)2030-9117/9128
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Denivon Cordeiro de Carvalho
Diego Marques Morlim Pereira
Eliane Miranda Paiva
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Higor Francisco Gomes
Kamilla Sousa Coelho
Ricardo Padue
Rogério de Souza Farias

Projeto Gráfico:

Yanderson Rodrigues

Programação Visual e Diagramação:

Varnei Rodrigues - Propagare Comercial Ltda.

Apoio:

Biblioteca Azeredo da Silveira do Ministério das Relações Exteriores

Capa:

Nota de vinte pesos emitida pelo Banco Mauá em Montevideu. URU-S292. National Numismatic Collection at the Smithsonian Institution.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S676 Soares, Álvaro Teixeira

O gigante e o rio: Ação de Mauá no Uruguai e Argentina (1851-1878) / Álvaro Teixeira Soares. – Brasília: FUNAG, 2020.

368 p. :il. – (Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022)

Fac-sím. da: O gigante e o rio : Ação de Mauá no Uruguai e Argentina (1851-1878) / Teixeira Soares. – Rio de Janeiro : Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1957.

ISBN 978-65-87083-28-5

1. Relações internacionais. 2. Missão Diplomática - Brasil – Uruguai - Argentina. 3. Política exterior. I. Titulo.

CDD 327. 810899082
CDU 327(81+899+82)

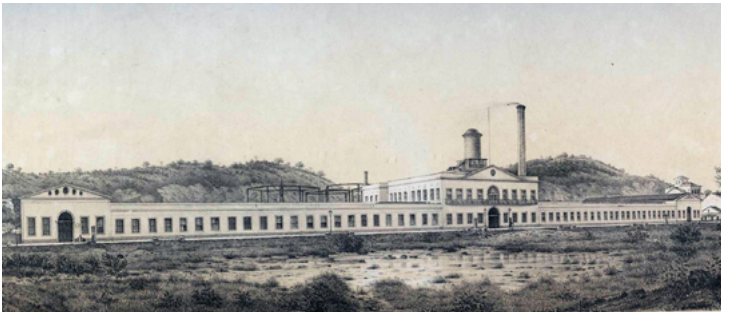
Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.
Bibliotecária responsável: Raimunda Lima Evangelista, CRB-1/3382

Caderno de ilustrações da edição fac-similar de 2020

Famosa litogravura de Sebastien Auguste Sisson, de 1861, publicada no primeiro volume da obra *Galeria dos brasileiros illustres (os contemporâneos): retratos dos homens mais illustres do Brasil na politica, sciencias e letras, desde a guerra da independência até os nossos dias*, de 1861.

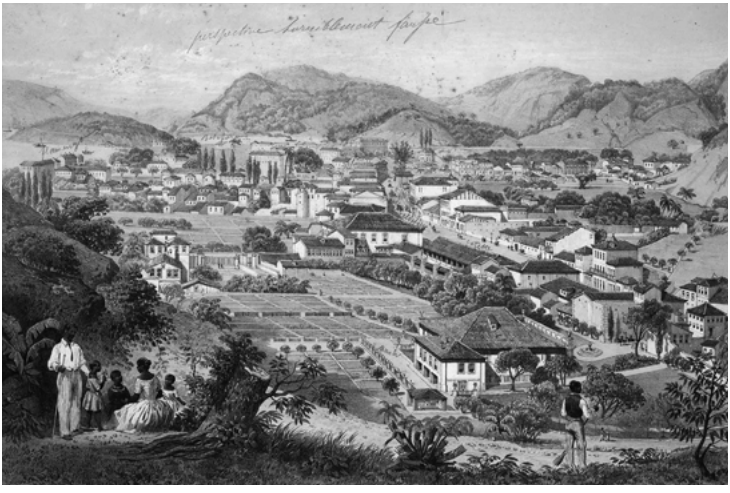
Antes de iniciar sua ação empresarial no Prata, Mauá notabilizou-se por sua capacidade de iniciativa em diversos ramos comerciais, industriais e financeiros no Brasil. Acima, a ação nº 1 da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, assinada por ele em 1860. A empresa foi a responsável pela primeira ferrovia do Brasil, ligando Petrópolis ao porto de Mauá, em Magé.

Biblioteca Nacional. Reg. Old.: Mi-028.



Parte da prosperidade de Mauá decorreu de sua ação em concessões públicas, como no estabelecimento da iluminação a gás no Rio de Janeiro. Acima, litogravura da empresa Dois de Dezembro, segundo daguerreótipo por Biranyr e Kornis.

Biblioteca Nacional. 720.98153.

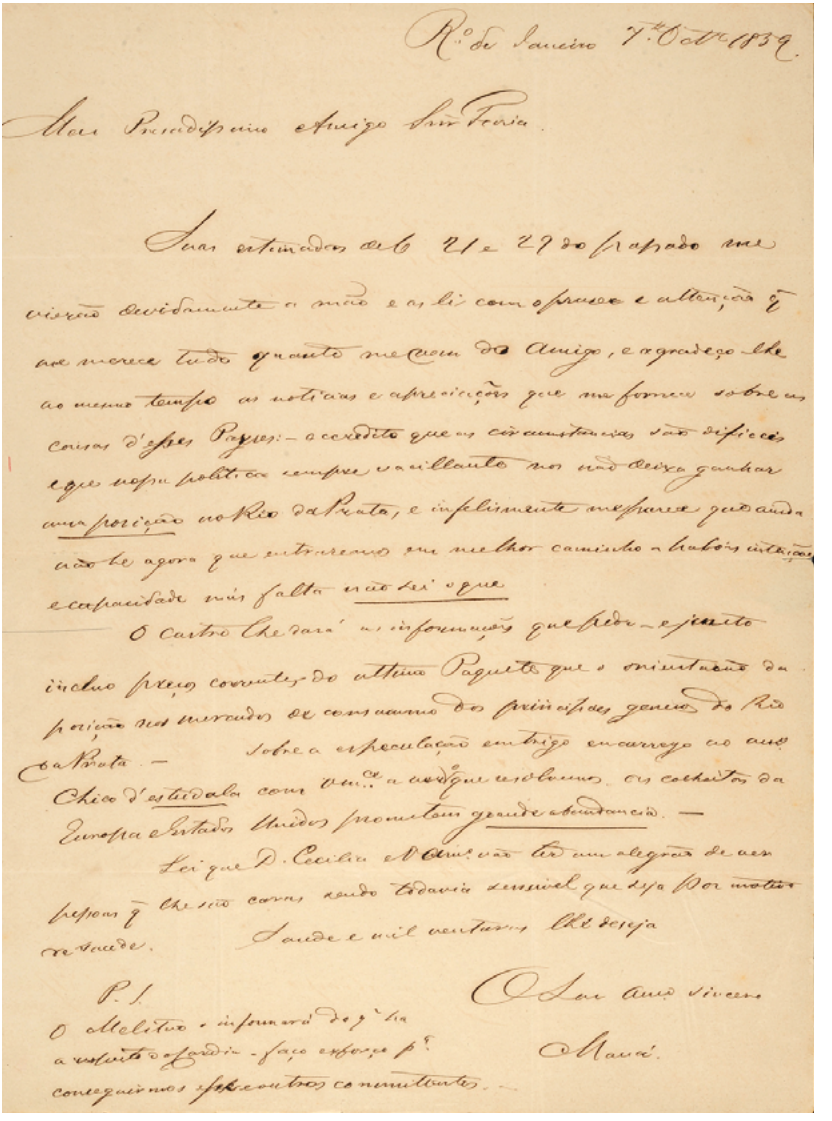


Mauá tornou-se o empresário mais rico do país. Na imagem acima, apresenta-se o panorama do Rio de Janeiro visto de sua chácara na cidade.

Desenho de Iluchar Desmons, 1854. Biblioteca Nacional. 918.153.

Em Petrópolis, Irineu Evangelista ergueu, em 1850, na avenida Piabanha, um grande palacete, que se tornou patrimônio histórico nacional. Neste desenho de 1953 de Reimaruss, aparece a ponte de madeira que leva à praça do Palácio de Cristal. Foi nesse ambiente que ele interagia com a elite política imperial e tomava conhecimento das últimas notícias do Prata.

Museu Imperial de Petrópolis. CF-DIVERSOS-18.



Carta de Mauá a Manoel Antônio da Rocha Faria, militar e político, comentando a situação da região do Rio da Prata e orientando investimentos.

Museu Imperial de Petrópolis. I-ACN-07.10.1859.

Mauá também se preocupou com o tema da integração do Brasil no mundo. Foi grande promotor do uso de cabos submarinos para ligar o Brasil à Europa e de linhas telegráficas para ligar as capitais provinciais, proposta apresentada em julho de 1858 neste mapa que encomendou.

Arquivo Nacional. BR RJANRIO 53.MAP.0.7.

Fachada do Banco Mauá y Cia na *Calle Cerrito* em Montevidéu. A instituição foi autorizada a funcionar como casa bancária em 1857 e teve sucursais em Salto, Paysandú, Mercedes, Cerro Largo, no Uruguai, e em Buenos Aires, Rosario e Gualeguaychú, na Argentina. Foto de 1875.

Biblioteca Nacional do Uruguai. Licença *Creative Commons* 2.0.

As atividades financeiras do empresário tornaram-se influentes no Uruguai, com o seu banco emitindo a moeda que circulava no país. Acima, cédula de um peso, 01/07/1865. Museu Imperial de Petrópolis. CÉDULA-58.

Nota de 20 pesos emitida pelo Banco Mauá em Montevidéu, 01/03/1871. Ela poderia ser trocada por dois dobrões de ouro.

National Numismatics Collection, National Museum of American History, Smithsonian Institution. NU85228.

Em 1872, inaugurou-se o primeiro dique seco de Montevidéu na *Calle Florida* pela *Cia. de Gas y Dique Mauá*. Apesar de pequeno, com possibilidade de acomodar barcos de no máximo 78 metros de comprimento, atendeu a frota comercial que navegava o interior da região do Prata. Foto de 1975.

Biblioteca Nacional do Uruguai. Licença *Creative Commons* 2.0.

Em 1864-5, ocorreu o cerco e a tomada da cidade uruguaia de Paysandu por tropas do Império do Brasil. Esses eventos impactavam a ação empresarial de Mauá na região, muitas vezes de forma direta, como esse registro fotográfico dos danos causados em prédio da filial do Banco Mauá na cidade. Foto tirada pela companhia Bate y Cía.

Biblioteca Nacional do Uruguai. Licença *Creative Commons* 2.0.

Mauá comprou uma estância de mais de trinta mil hectares em Soriano, Uruguai, no final da década de 1850, onde construiu o que foi denominado por locais de "Castelo Mauá". Ele é hoje monumento histórico nacional do país vizinho e atesta os profundos laços de Mauá com o interior uruguaio.

Biblioteca Nacional do Uruguai. Licença *Creative Commons* 2.0.

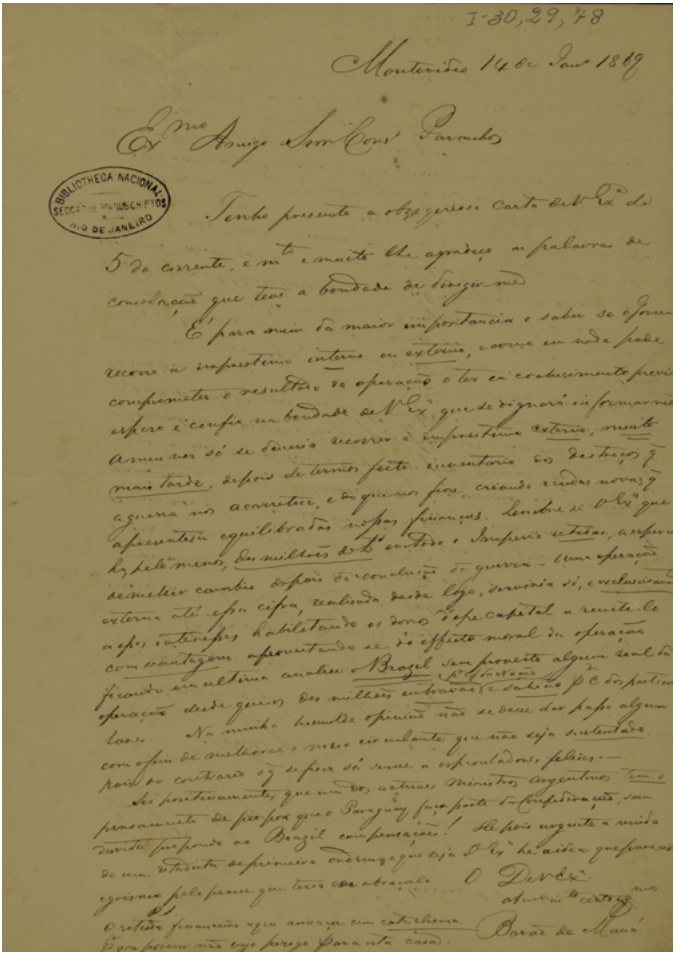
FOTOGRAFIA

Un Banquero que ha prestado
Mucha plata á la Nacion,
y que hizo de un PATACON
dinero LITOGRAFIADO.
La concesion de alumbrado
tambien la octuvo en un dia;
por eso con sangre fria
dice el Baron, muy contento:
—«Tenho eu muito talento
è muita filosofia.»

EPITAFIO

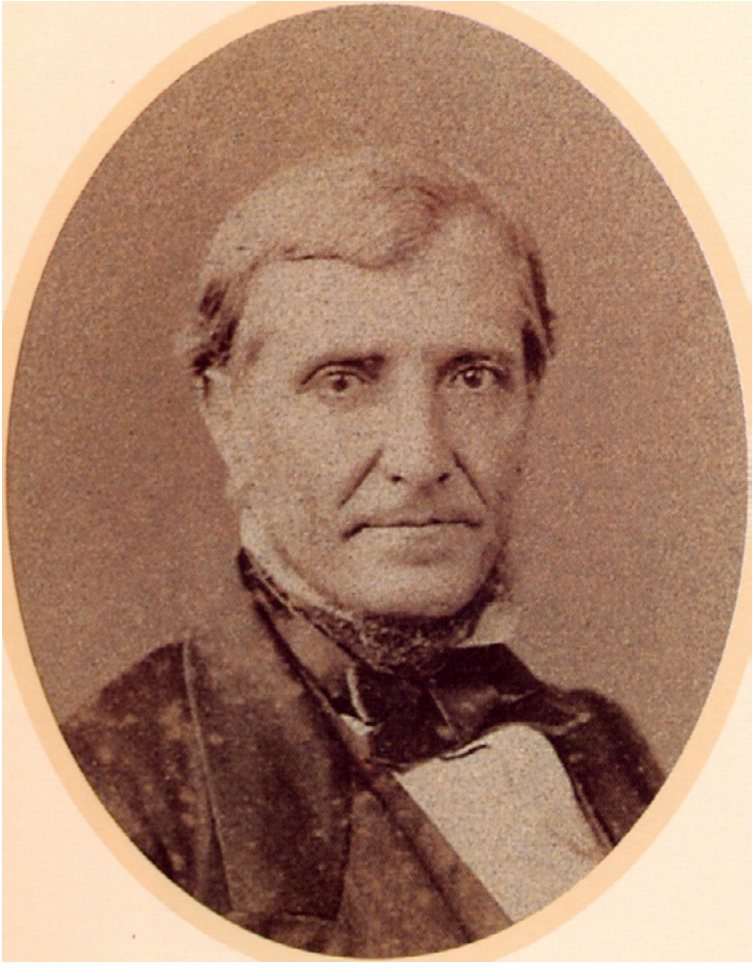
Jaz aqui Evangelista
Souza Baráo de Mauá,
Um homem de boa vista
Banqueiro.... e ainda mais.

Mauá teve grande papel no Uruguai, servindo de braço econômico e financeiro da diplomacia brasileira. O periódico *La Ortiga y el Garrote* dedicou alguns versos à sua ação no país em dezembro de 1873 (acima). Em fevereiro do ano seguinte, o mesmo periódico (nº 12/74), retratou-o como personagem central na política uruguaia (de cartola, abaixo).



Carta do Barão do Mauá, escrita de Montevidéu em 14/01/1869, para o Visconde do Rio Branco, na qual discute a organização econômica e financeira da região, no contexto do conflito com o Paraguai.

Biblioteca Nacional. I-30,29,78.

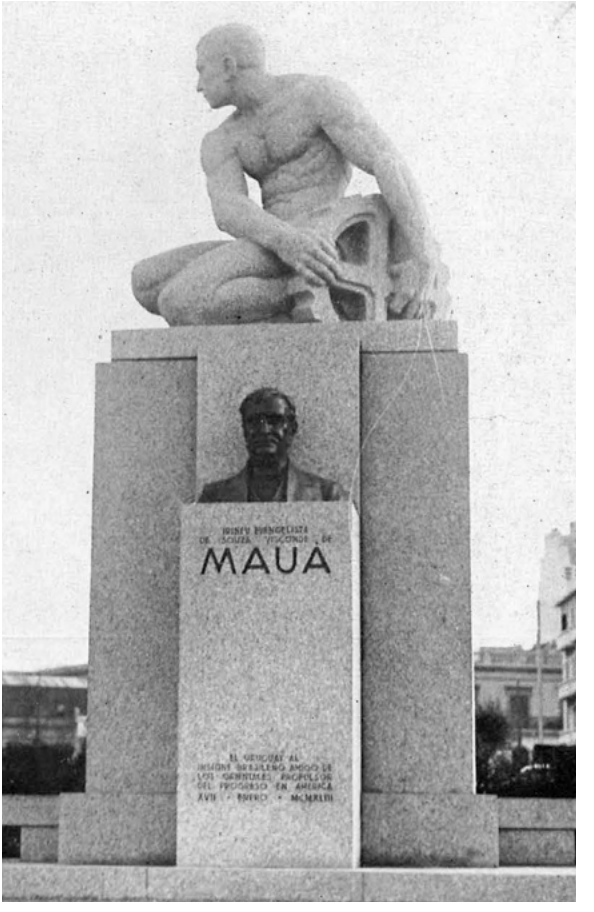


Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá, c. 1870. Foto de Joaquim Insley Pacheco.

Museu Histórico Nacional. 1608V 37.628.

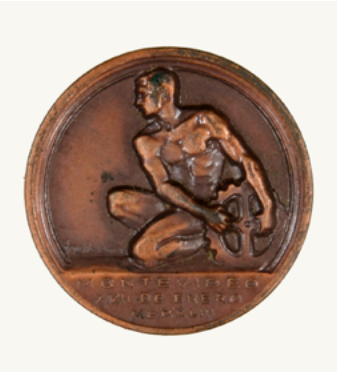
Quadro de Irineu Evangelista de Sousa, pintado por Édouard Viénot, de 1868. Óleo sobre tela.

Museu Histórico Nacional. Inventário N° 3189.



Mauá demoraria décadas para ser reconhecido como grande promotor do progresso do Uruguai. Acima, o monumento ao Barão de Mauá, de José Belloni, inaugurado em Montevidéu em 1943.

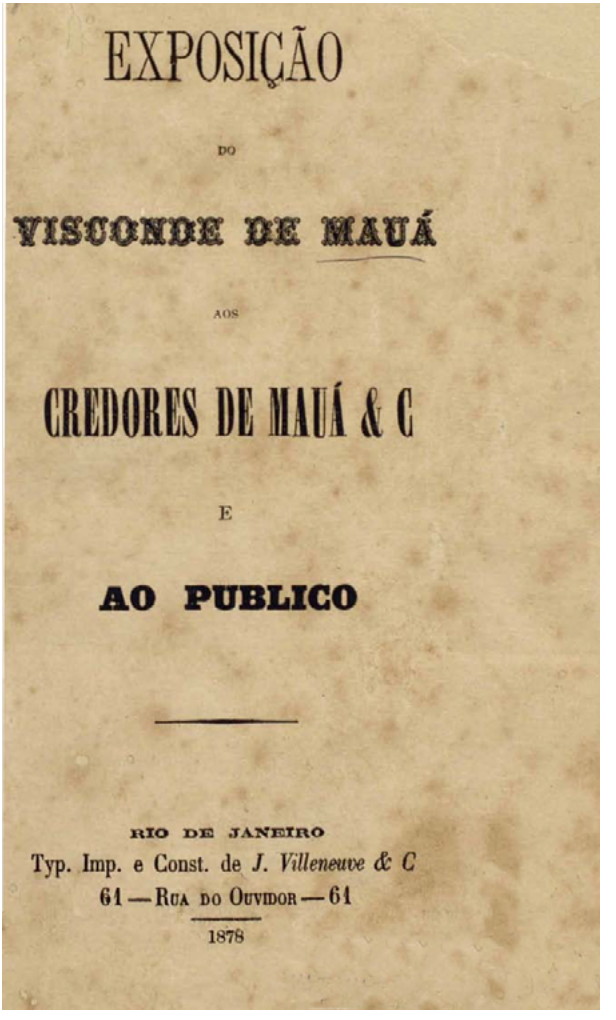
Foto da obra *Estatuaria urbana de Montevideo (capital de la República Oriental del Uruguay)*, de 1948.



Medalha comemorativa uruguaia a Irineu Evangelista de Souza de 1943. Na frente, reprodução da estátua de José Belloni inaugurada no mesmo ano em Montevidéu. No verso, constam os seguintes dizeres: "EL URUGUAY AL INSIGNE BRASILEÑO AMIGO DE LOS ORIENTALES PROPULSOR DEL PROGRESO EN AMERICA".

Biblioteca Nacional do Uruguai. Licença ***Creative Commons*** 2.0.

Busto representando o Barão de Mauá por José Data Cucé, sem data (século XX). Museu Imperial de Petrópolis. RG. 1.401.


EXPOSIÇÃO

DO

VISCONDE DE MAUÁ

AOS

CREDORES DE MAUÁ & C

E

AO PUBLICO

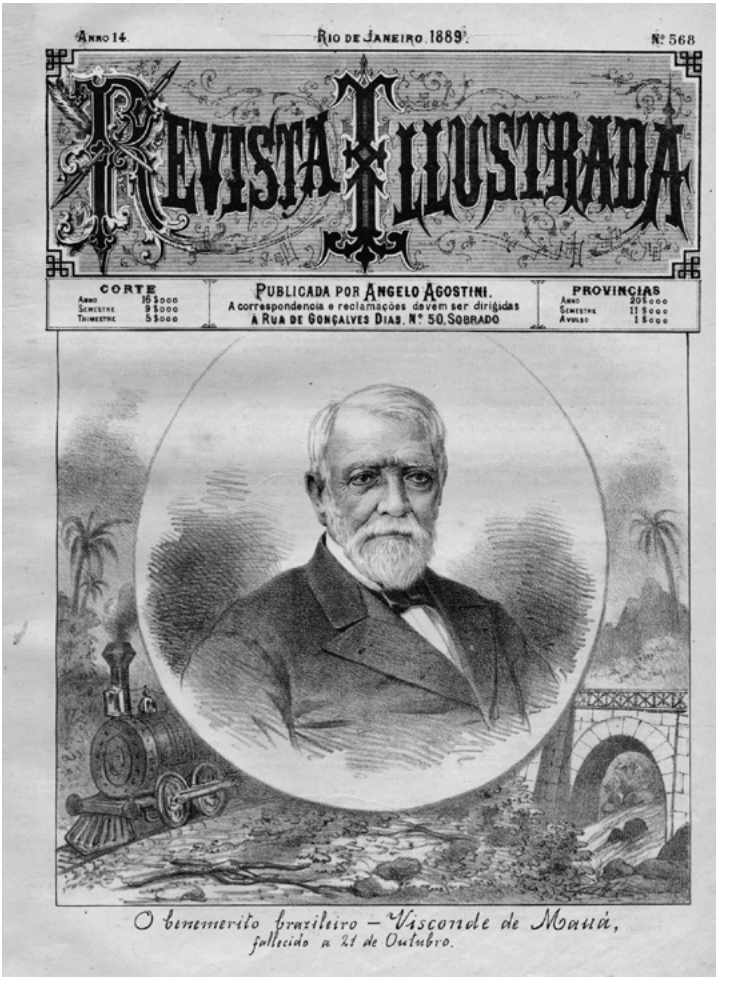
RIO DE JANEIRO
Typ. Imp. e Const. de *J. Villeneuve & C*
61 — Rua do Ouvidor — 61
1878

Mauá enfrentou grave crise nos seus negócios no fim da década de 1870. Nesse contexto, redigiu a obra *Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & C e ao público*. Rio de Janeiro.

Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C. 1878.

O Barão de Mauá em fotografia de 1885, aos 72 anos de idade, um de seus últimos registos fotográficos.

Fonte desconhecida.



O semanário *Revista Illustrada* celebrou o Visconde de Mauá em sua capa em outubro de 1889. Tendo atuado no período de fausto da monarquia, faleceu menos de uma semana após a proclamação da República.

TEIXEIRA SOARES

O GIGANTE E O RIO

(Ação de Mauá no Uruguai e Argentina)

(1851-1878)

EDITÔRA
Companhia Brasileira de Artes Gráficas
(EDIÇÃO DO AUTOR)
RIO DE JANEIRO
1957

TEIXEIRA SOARES

O GIGANTE E O RIO

(Ação de Mauá no Uruguai e Argentina)

(1851-1878)

EDITORA
Companhia Brasileira de Artes Gráficas
(EDIÇAO DO AUTOR)
RIO DE JANEIRO
1957

DO AUTOR:

"NOITE DE CALIBAN", contos, Rio, 1923.
"VIDA DRAMÁTICA", ensaio de sociologia, Rio, 1929.
"FATÔRES HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DA UNIDADE BRASILEIRA", Coimbra, 1935.
"MÁGICA", romance, Lisboa, 1935.
"IMAGENS DE MACHADO DE ASSIS", Coimbra, 1936.
"BRAZILIAN HISTORIANS" (no "Bulletin of the Pan American Union", August, Washington, 1938).
"MACHADO DE ASSIS E O SEU TEMPO", Rio, 1939.
"WALT WHITMAN, POETA E PROFETA", Rio, 1939.
"DAS ORIGENS DO PAN-AMERICANISMO À UNIÃO PAN-AMERICANA", Rio, 1940.
"A MENSAGEM DE GRAÇA ARANHA", Rio, 1941.
"ROTEIRO DE UMA VIAGEM", Rio, 1942.
"AS MODERNAS TENDÊNCIAS DA LITERATURA BRASILEIRA", Montevidéu, 1944.
"O BARÃO DO RIO-BRANCO E A DIPLOMACIA BRASILEIRA", Pôrto Alegre, 1946.
"A SIGNIFICAÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DA PRATA NOS SÉCULOS XVIII e XIX", Montevidéu, 1948.
"MAUÁ, O URUGUAI E O BRASIL", Rio, 1952.
"DIPLOMACIA DO IMPÉRIO NO RIO DA PRATA" (História diplomática do Brasil, 1.º volume), Rio, 1955.
"O DRAMA DA TRÍPLICE ALIANÇA" (1865-1876), (História diplomática do Brasil, 2.º volume), Rio, 1956.

Reservados ao Autor os direitos de reprodução, tradução ou adaptação, em qualquer país. Copyright by Teixeira Soares.

PARA

OSWALDO ARANHA

meu grande Chefe na Embaixada em Washington e no Ministério das Relações Exteriores — êste retrato de um filho da heróica Província de São Pedro do Rio Grande, talvez o maior de todos dessa terra —

E PARA

Pepita, Nancy, Fernando Arnaldo, Luiz Philippe e Guy — gente de casa, gente adorável e adorada.

"Pour faire de grandes choses, il ne faut pas être un si grand génie: il ne faut pas être au-dessus des hommes; il faut être avec eux".

(MONTESQUIEU, "**Cahiers**", 1941, pág. 50).

"Progress is a shallow myth because its roots are not in the past but in the future".

(A. KOESTLER, "**The Yogi and the Commissar**", pág. 121).

"Wir Menschen sind zugleich Natur und Geschichte. Unsere Natur zeigt sich in der Vererbung unsere Geschichte in der Tradition".

(KARL JASPERS, "**Vom Ursprung und Ziel der Geschichte**", pág. 227).

ATRAVÉS das andanças da vida, vamos incorporando à nossa memória conhecimentos vários de que depois nos utilizaremos. A memória é quase sempre um "ferro velho", onde se guardam tantas bugigangas. Contudo, alguma coisa sempre tem serventia. Há tempos, Afonso Arinos de Melo Franco Filho me contava que o grande poeta Carlos Drummond de Andrade, respondendo certa vez a inquérito feito por um jornal qualquer, declarara que Mauá fôra o HOMEM MAIS ÚTIL *ao Brasil no decurso da história nacional. A informação impressionou-me pela justeza e beleza do conceito. Reconheci de mim para mim que a afirmação do poeta concordava com tudo quanto eu sabia a respeito de Mauá, o construtor. E como a presente obra é sôbre as diferentes atividades do extraordinário dinamizador de energias e riquezas, folgo de registrar o pensamento de Carlos Drummond de Andrade nesta nota liminar.*

Sempre tive o desejo (coisa velha...) de escrever a respeito da ação de Mauá no Brasil e no estrangeiro. Nos dois volumes anteriores, "DIPLOMACIA DO IMPÉRIO NO RIO DA PRATA" *e* "O DRAMA DA TRÍPLICE ALIANÇA", *de minha autoria, há numerosos referências, e bastante extensas, a respeito da ação gigantesca de Mauá no Uruguai e na Argentina. O presente volume refere-se exclusivamente à sua ação no Rio da Prata, desde 1851 a 1878. Ver-se-á então pela leitura desta obra, onde existe tanta coisa inédita, que Mauá foi banqueiro, estancieiro, industrial, agente político e personalidade de alto porte ouvida por caudilhos, estadistas e políticos do Rio da Prata. Essa personalidade, que nasceu cem anos antes do seu tempo, que se exaltou em energia criadora, foi no Rio da Prata instrumento vigoroso de progresso, de concórdia política e de entendimento humano. Singularizou-se por fina capacidade de compreensão. Norteou sua atividade pela criação da riqueza, pela previsão genial de novos cometimentos agrícolas, bancários e industriais, bem como pelo sobe-*

rano propósito de pelejar pela paz, num meio conturbado por déspotas, caudilhos, caudilhetes e políticos de fancaria. Aquêle Rio da Prata, que êle conheceu, com suas violentas comoções revolucionárias, tê-lo-ia espantado muitas vêzes; mas, o teria induzido a proceder a uma obra de regeneração econômica, política, social e mesmo moral.

No decorrer de longos anos de atividade INTERESSADA *ou* DESINTERESSADA, *Mauá jamais subalternizou a consciência a manejos políticos, dêsses que dão lucros fáceis ou proveitos imediatos; nem desceu do pedestal que se criara, mercê de uma atividade prodigiosa e de um código de honra pessoal. Êste será um dos aspectos mais curiosos da vida de Mauá. Andou sempre de* MÃOS LIMPAS, *como se costuma dizer. Lidou com muito caudilho sanguinário, com muito político oportunista, com muito estadista de palha. Tratou com muita gente, tanto no Brasil como no Prata, que apregoou sua própria fama, soprando em bujamés potentes... Não se deixou contaminar pelos estranhos levedos de uma sociedade empeçonhada pelo utilitarismo, pela vingança e pelo ódio, como era a do Rio da Prata do seu tempo. Penetrou naquele cenário conturbado por sórdidas paixões políticas — e pregou a palavra da concórdia. Penetrou naquela* JUNGLE *social — e elevou sempre os valores morais. Conviveu com personalidades importantes, devassou-lhes a consciência, sentiu-lhes as fraquezas — e não se aproveitou, transformando essas figuras em instrumentos seus. No entanto, jamais teve fumos de valente ou de moralista. Observador e mesmo parte de dramas políticos, jamais disse palavra que não fôsse a da* ORDEM *e a da* LEI. *Por isso, adquiriu a preeminência de verdadeiro Colosso de Ródes em relação a uma turba-multa de personalidades minúsculas, que se agitavam, dando a impressão de que tivessem "importância".*

Ademais, o Visconde de Mauá foi um analista claro e preciso das contingências políticas do Rio da Prata. Não se deixou iludir por aparências. Interiorizou-se no estudo de grandes problemas econômicos e políticos, fazendo-o com singular agudeza. Revelou, nessa análise, uma perspicácia de primeira ordem. Humano, procurou interpretar as qualidades e os defeitos das gentes platinas, fazendo-o com cordura. A personalidade de Mauá, por tudo isso, se agiganta aos olhos do histo-

riador, interessado em desvendar as "molas" íntimas de sua ação pessoal e pública. É uma personalidade grande e complexa. Ao mesmo tempo que é uma personalidade de contôrno definido, uma personalidade FIRME *em suma, parece deslizar como uma sombra. Isso porque muitos anos transcorreram sôbre a morte do grande* INCOMPREENDIDO. *Contudo, à medida que passa o tempo, a figura de Mauá vai crescendo, como uma sombra que desce da cordilheira sôbre a planície. E crescendo, o maior homem do Brasil — como "valor humano", como "capacidade de trabalho", como "criador de riquezas", como "dínamo de empreendimentos" (maior, apenas por isso) — passou a desafiar historiadores, dedicados a traçar-lhe a vida heróica e a pintar-lhe o retrato, com suas qualidades e seus defeitos. Mauá teve tudo isso; e, mais ainda, foi sacrificado pela incompreensão da sociedade do seu tempo.*

Escrevi êste livro, pensando na gente jovem do Brasil. Pensando, por exemplo, em meus Filhos. Se será uma narrativa empolgante, dependerá isso do leitor. Contudo, é uma história cheia de episódios dramáticos. Talvez exaltem mesmo certas pessoas insensíveis. É a epopéia do trabalho, como criadora de riqueza, de progresso e de bem-estar. É a beleza da ação desinteressada em benefício de três povos, Brasil, Uruguai e Argentina. O GRANDE INCOMPREENDIDO *está nestas páginas. E se estas páginas tiverem alguma vibração, será apenas por causa dêle e dos seus arrojados cometimentos. Isso ninguém lhe tira: arrôjo. E seu nome — Mauá — refulgirá talvez como a mais bela coroa que o Brasil possa mostrar à América.*

T. S.

PRIMEIRA PARTE

PANO - DE - FUNDO

O for a Muse of fire, that would ascend
The brightest heaven of invention!
A kingdon for stage, princes to act,
And monarchs to behold the swelling scene!

(SHAKESPEARE, **"King Henry V"**)

SUPONHA-SE que alguém houvesse nascido antes do *nascimento* de sua pátria; tivesse assistido a grandes comoções políticas nela verificadas; conhecido a queda dramática do Imperador que a libertara do domínio da Metrópole; depois, presenciado acontecimentos de transcendente importância, quais o reconhecimento de um menino de cinco anos de idade como Imperante, a proclamação de um govêrno regencial trino e subseqüentemente uno e após a proclamação dêsse jovem já de quatorze anos como Imperador; e houvesse acompanhado o desenrolar de largo reinado de 49 anos, com seu alvorecer, seu fastígio e seu declínio; — que se diria? No entanto, mercê de coincidências cronológicas, êsse homem — existiu. Foi Ireneu Evangelista de Sousa, enobrecido com os títulos de Barão e Visconde de Mauá e para quem a História abriu suas portas de ouro, reconhecendo-o com êste nome incisivo — Mauá.

1

ALVORADA

1813 é o ano. É um ano sombriamente napoleônico. O Brasil, onde reinava o Príncipe Regente Dom João, depois Dom João VI a partir de março de 1816, era a sede do Império lusitano, visto haver sido a côrte transferida em 1808 de Lisboa para o Rio de Janeiro, devido à invasão de Portugal pelas tropas de Junot. Quando Bonaparte começou a fazer arreganhos a Portugal, o Marquês de Alorna escreveu de Paris, em 1801, propondo simplesmente a partida da côrte para o Brasil. Alorna repetia, assim, o pensamento de Vieira e de Dom Luís da Cunha. Havendo um vasto oceano de permeio e fiscalizado pela esquadra britânica, Napoleão não poderia deitar as garras sôbre a família real portuguêsa. Eis o que aconteceu. Num golpe de alta sabedoria, a Côrte portuguêsa foi transferida para o Rio de Janeiro. Grande espanto dos inglêses — e mor perturbação dos franceses.

Em 1813, Lisboa era o quartel-general das tropas aliadas, portuguêsas, espanholas e inglêsas, que já combatiam com êxito contra Napoleão. Na Europa, 1813 seria ano de grandes batalhas. Seria também uma data aziaga para Napoleão, prenunciando derrotas terríveis, apesar das grandes vitórias de Lutzen e Bautzen, como a batalha de Leipzig, a "Batalha das Nações", onde 180.000 franceses, durante três dias, de 16 a 19 de outubro, pelejaram com denodo para serem derrotados por 320.000 aliados, não obstante os prodígios do gênio militar do Grande Corso.

Na América espanhola, do México ao Prata, levantavam-se pendões, fuzilava-se, ideavam-se constituições, construiam-se novas pátrias.

No Uruguai, surge a figura de Artigas, o Libertador. Em 1811, o "Grito de Asencio" levantou a população uruguaia contra o domínio espanhol. Nesse mesmo ano, Artigas derrota Posadas na batalha de Las Piedras (18 de maio), dando um golpe fundo no prestígio dos regimentos espanhóis. Os gaúchos, com adagas, lanças, boleadoras e clavinotes, podiam medir-se com a infantaria castelhana, herdeira das tradições de Dom Gonzalo de Córdoba e do Duque de Alba.

O efeito da batalha de Las Piedras, com a rendição de Posadas, 22 oficiais e 342 soldados, foi sensacional. *"La batalla de Las Piedras retempló en toda America el espíritu de la revolución de Mayo. La junta de Buenos Aires se sentió compensada de los desastres de Belgrano en el Paraguay y del descalabro de Huaqui, que acaece casi en el mismo tiempo (junio de 1811), confirió al vencedor el grado de coronel, y le decretó una espada de honor"*. (1) A causa de Artigas adquiriu, assim, extraordinário impulso, impondo-o como engenho militar a seus partidários. Artigas revelou-se chefe cabal, disposto aos maiores sacrifícios e animado pelo nobre ideal da liberdade.

No entanto, um motor político estranho à bacia do Prata — a princesa Carlota Joaquina, mulher do Príncipe Regente Dom João e irmã do rei Fernando VII de Espanha — iria precipitar uma série de acontecimentos importantes, não só para a história de Portugal e Brasil, bem como da Argentina e Uruguai. Através da América espanhola haviam-se formado dois partidos, um favorável a Carlos IV, obediente à orientação de Elio, governador de Montevidéu; e outro chefiado por Liniers, vice-rei de Buenos Aires. A situação entre os dois partidos tornou-se aguda, havendo-se Elio declarado independente de Liniers e organizado uma junta governativa sob sua chefia.

A Côrte de Lisboa jamais concordara *in petto* com a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, compensada todavia pela surpreendente penetração na bacia amazônica. No dizer de Oliveira Lima, a Colônia do Sacramento "valera sobretudo como um admirável ponto de contrabando para as possessões espanholas, no qual se tinham chegado a empregar mais de 30 navios. Mercadorias na importância de milhão e meio de piastras desciam assim até Buenos Aires e iam até o Chile e Peru, ao invés dos gêneros legalmente importados da Espanha". (2) Ademais, a Colônia do Sacramento tinha posição estratégica ideal: sendo a Gibraltar do rio da Prata, recatava as chaves do grande estuário. Porisso, Portugal fizera

---

(1) JUAN ZORRILLA DE SAN MARTIN, **"La Epopeya de Artigas"**, vol. I, pág. 244, Barcelona, 1916.

(2) OLIVEIRA LIMA, **"Dom João VI no Brasil"**, vol. I, pág. 138 (1.ª edição).

os maiores sacrifícios para reter Colônia do Sacramento em suas mãos. Tôdas as vêzes que a perdia por fôrça das armas, iria depois reconquistá-la com talento diplomático, após negociações difíceis. Nessa porfia diplomática, Portugal sempre derrotou a Espanha.

Carlota Joaquina, vendo sua família espanhola prisioneira de Napoleão, os vastos domínios da coroa de Madrid em território americano sacudidos por movimentos revolucionários tendentes a separá-los da metrópole, urdiu intrigas políticas de largas proporções e planos altamente ambiciosos, no sentido de alcançar a boa vontade e a lealdade das colônias à sua pessoa. Espôsa do Príncipe Regente Dom João, era, antes de tudo, irmã de Fernando VII. Seu patriotismo de espanhola primava sôbre as razões decorrentes do casamento dinástico. Pessoas afeiçoadas à sua causa trabalhavam secretamente em Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Lima e México. Procurando resguardar os direitos e interêsses de sua família espanhola, Carlota Joaquina mandou distribuir nesses territórios uma proclamação, na qual reivindicava seus direitos renunciados, mas indestrutíveis. (1) O velho Conde de Floridablanca publicou em Múrcia um manifesto, no qual a apresentou como *herdeira necessária;* e Floridablanca era um grande estadista. O plano audaz da princesa consistia em ir a Buenos Aires para ver-se legitimada pela necessária investidura a ser-lhe concedida pelos povos do Prata. Era, em suma, urgente salvar êsses vastos territórios para a coroa dos Bourbons, nêles estancando o fogo revolucionário. No Rio de Janeiro também havia dois partidos: o de Carlota Joaquina, o chamado "partido espanhol"; e o partido do Conde de Linhares, que aspirava à anexação da Banda Oriental. Havia, por conseguinte, duas grandes intrigas, tendo o centro no Rio de Janeiro, mas abrangendo círculos concêntricos, um maior e outro menor.

O vice-rei Liniers, que se imortalizara expulsando os inglêses de Buenos Aires, recebera em 1809 cartas do brigadeiro Curado, governador de Pôrto Alegre, o qual fôra autorizado pelo Príncipe Regente Dom João a cuidar com astúcia dos meios de continuar

(1) OLIVEIRA LIMA, **ibidem**, vol. I, pág. 309.

o comércio recíproco entre os habitantes do Prata e os vassalos portuguêses e americanos "na forma que está praticando com bandeiras simuladas". Qual o propósito da autorização concedida pelo Príncipe Regente ao brigadeiro Curado? Sondar as condições reinantes no Prata, em relação aos desígnios de Portugal? Estabelecer um entendimento secreto entre Liniers e os Portuguêses? Preparar algum empreendimento de natureza imperialista para consolidar as fronteiras portuguêsas no Sul? Ademais, Portugal era aliado da Grã-Bretanha e uma expedição inglêsa, sob o comando de Popham e Beresford, tentara em 1806 estabelecer uma ponta-de-lança no Prata, tomando Buenos Aires, para ser depois expulsa em definitivo tanto da riba argentina, como da riba uruguaia. E ainda mais surpreendente, como relatou Oliveira Lima, foi o fato de haver o Conde de Linhares, ministro do Príncipe Regente, escrito uma carta reservada para Buenos Aires, concitando-a à rebelião, desacreditando a velha constituição política e convidando o Vice-reinado a submeter-se à proteção portuguêsa. A intriga tomava, de dia para dia, maior voadura.

Em 1809, chegou ao Rio de Janeiro, a bordo da corveta *Mercúrio*, o marquês de Casa Irujo, plenipotenciário de Fernando VII e enviado pela Junta central espanhola, de Sevilha. O diplomata espanhol tinha o propósito de cuidar da integridade dos domínios reais no Prata e, ao mesmo tempo, resguardá-los não só do movimento revolucionário, que se aproximava, bem como salvá-los da cobiça lusitana. É claro que Carlota Joaquina viu com sumo agrado a chegada do enviado espanhol, porque dêle iria utilizar-se para movimentar seu complicado taboleiro de xadrez político. A princesa contava ganhar a partida. E chegou um momento em que Manuel Belgrano, Castelli, Puyerredón, Mariano Moreno e outros grandes nomes de Buenos Aires abraçaram sua causa. Preferiam a infanta espanhola a quaisquer incertezas políticas. Belgrano manteve-se em inteligência com a princesa, em 1808 e 1809, por meio do franciscano Chambo, de Presas, de Contucci e de Saturnino Rodriguez Peña, no Rio de Janeiro êste último. A campanha de Carlota Joaquina ia de vento em popa. Em setembro de 1809, Contucci escrevia a Linhares: "Muito, Senhor Conde, he o partido que tem aqui a Senhora Princesa; já não há pessoa que desconheça os seus di-

reitos, e a não deseje; menos o Govêrno e os seus secretários, os quais só querem seguir a sorte da metrópole e assaltam descaradamente a todos que defendem esta justa causa. He preciso, Exmo. Senhor, cautela". (carta citada por Oliveira Lima).

Os agentes de Carlota Joaquina trabalhavam com intensidade. Ademais, iam fazendo campanha de proselitismo. O que dantes era trabalho subterrâneo, escancara-se à plena luz. Não havia mais conveniências ou rebuços. Liniers, perplexo com a marcha dos acontecimentos, respondeu, irritado, ao Conde de Linhares. Falou em nome do Cabildo de Buenos Aires. Na capital platina pensou-se mesmo em invadir o Rio Grande com tropas de Montevidéu para apagar a *ofensa* recebida de Linhares.

O plano de Carlota Joaquina, por mais paradoxal que pudesse ser, foi pôsto em prática pelo Conde de Linhares — o engenho político mais dinâmico e mais "imperialista" do Príncipe Regente. Linhares pensou em despachar a Buenos Aires, não mais a princesa, mas o sobrinho desta, o infante Dom Pedro Carlos, com plenos poderes para tratar do estabelecimento de uma regência em nome da infanta d'Espanha, fazendo-se assim abortar o movimento revolucionário que se estava tramando. Linhares não perdia tempo com delongas ou expedientes incompletos. Era favorável a soluções rápidas e definitivas.

A Junta de Sevilha afastou Liniers, considerando-o "francês", e nomeou Hidalgo Cisneros para o pôsto de vice-rei. Cisneros falava, no entanto, em nome de um monarca, prisioneiro de Napoleão. Cisneros era homem que não procurava inteirar-se do que se passava à sua volta, revelando pouca perspicácia para compreender o que se urdia. Em Montevidéu, o governador Javier Elio rezava pela mesma cartilha.

Em 1810, verificava-se o movimento revolucionário em Buenos Aires. Os patriotas portenhos trataram desde logo de assenhorear-se do Uruguai, despachando tropas para efetuar a ocupação. Artigas rebela-se contra o domínio espanhol e as tentativas de conquista de Buenos Aires. Carlota Joaquina vê seus planos complicados por êsses acontecimentos imprevistos. Em desespêro de causa, Elio solicitou o apoio da princesa. Não houve muito que esperar. Dom Diogo de Sousa (Conde do Rio Pardo), cumprindo instruções do Rio de Janeiro, atravessou a fronteira à testa da infantaria portuguêsa. Enquanto isso, na

Côrte do Rio de Janeiro, as grandes figuras dessas intrigas internacionais continuavam o jôgo: a princesa Carlota Joaquina, o Príncipe Regente, o marquês de Casa Irujo e Lord Strangford, embaixador de sua majestade britânica, que se arreceiava muito da atividade de Linhares.

Dom Diogo de Sousa, enérgico e rápido, invadira o Uruguai, levando a desolação a tôda a parte. Antes da batalha de Las Piedras, a Junta de Buenos Aires enviara Manuel de Sarratea, homem de boas falas e melhores maneiras, ao Rio de Janeiro para estabelecer um acôrdo com Portugal. Êsse acôrdo implicava a terminação do domínio de Fernando VII e o estabelecimento de um regime monárquico constitucional no Prata, sob a égide da princesa Carlota Joaquina.

Através dessas vicissitudes bem como das etapas de sua política ambiciosa, Carlota Joaquina não perdia ensejo de namorar o Conselho Supremo de Regência da Espanha, governando em nome de Fernando VII, como prova a seguinte carta de 28 de junho de 1812, enviada do Rio de Janeiro:

> "Io os ruego que hagais presentes al Augusto Congreso de las Cortes mis sinceros y constantes sentimientos de amor y fidelidad a mi querido hermano Fernando, y el sumo interes que tomo por el bien y felicidad de *mi amada Nación*: dandoles al mismo tiempo mil enhorabuenas y mil agradecimientos por haber jurado y publicado la Constitución. Llena de regociso voy a congratularme con vosotros por la buena y sabia constitución que el Augusto Congreso de las Cortes acaba de jurar y publicar con tanto aplauso de todos, y *mui particularmente* mios pues la juzgo como base fundamental de la felicidad y independencia de la Nación, y como una prueba que mis amados compatriotas dan a todo el mundo del amor y fidelidad que profesan a su legitimo soberano, y del valor y constancia con que defiendem sus derechos y los de toda la Nación: guardando exactamente la constitución, venceremos; y arrollaremos de uma vez al tirano usurpador de la Europa. — Dios os Guarde mucho años. Palacio del Rio de Janeiro, á los 28 de junio de 1812. Vuestra Infanta, Carlota Joaquina de Borbón. — Al Congreso Supremo de Regencia de las Españas á nombre de Fernando Septimo". (1)

---

(1) Citado por ANTÔNIO DA SILVA LOPES ROCHA em sua obra **"Injuste Aclamation du Sérénissime Dom Miguel"**, Paris, 1828, pág. 10.

Assim era Carlota Joaquina: partidária da Constituição, inimiga de Napoleão, infanta d'Espanha e pretendente ao trono espanhol. Mas, ideadora de um *reino espanhol* na América do Sul, constituido pelo Vice-reinado do Prata. Com todos êsses elementos díspares, procurava realizar uma política de alto vôo. Na realidade, Carlota Joaquina ia urdindo a intriga, fazendo promessas, sugestões e oferecimentos de tôda casta, bem como jogando com os homens como se fôssem bonecos de palha.

Através de tais planos e intrigas, Dom João e o Conde de Linhares não perdiam o norte: e êste consistia em estabelecer na riba setentrional do Prata a fronteira meridional de Portugal. O sentido político de Portugal, em seus choques seculares com as tendências expansionistas castelhanas, desde aquêle momento maravilhoso em que Dom Manuel Lôbo fundou em 1680 a Colônia do Sacramento, teve a preocupação de transformar o Prata em balisa meridional de seus domínios americanos. A Colônia do Sacramento constituiu soberbo desafio a todos os obstáculos naturais e políticos. Fundou-se aquela fortaleza, inteiramente isolada por terra dos núcleos mais importantes do Brasil, contando-se tão sòmente com o socorro e a proteção pelo mar. Nisso influia o sentido marítimo, que presidiu à história de Portugal, *proa da Europa*, como lhe chamou com tanta beleza Antero de Figueiredo.

Historiador uruguaio, estudando os acontecimentos do século XVIII, verificados no Prata e cristalizados na luta pela posse de Colônia do Sacramento, escreveu que

> "La diplomacia española se mostró completamente inepta con relación a Portugal. Nunca se vió un cúmulo más abultado de errores, que los de la Corte de Madrid en sus negociaciones con la de Lisboa. Unas veces por temor a complicaciones con Inglaterra, y otras por indolencia, se dejó arrebatar inmensas zonas en el Continente, a pesar de las advertencias repetidas de los gobernadores y virreys que se cansaban de señalar los peligros y su remedio". (1)

---

(1) FRANCISCO BAUZÁ, "**Historia de la dominación española en el Uruguay**", 3.ª edição, Montevidéu, 1929, pág. 491.

Ante a invasão portuguêsa de Dom Diogo de Sousa, verificou-se então êsse drama gigantesco — o êxodo do povo uruguaio — friso heróico em que mais de 20.000 pessoas, de ambos os sexos, gaúchos, índios, próceres como Barreiro, Suárez, Bauzá, Monterroso, a pé ou em carreta, com seus frágeis haveres e seu gado, abandonam os lares, emigrando para Entre-Rios, sob o comando de Artigas. Como disse muito bem Zorrilla de San Martin, Artigas carregou seu povo sôbre seus ombros de gigante.

Grande foi o espanto em Buenos Aires ante a invasão portuguêsa do Uruguai. A invasão incidiu com uma série de perturbações e divergências internas que enfraqueciam o govêrno das Províncias Unidas. Lord Strangford, rapôsa matreira, alarmou-se com a possibilidade de um conflito entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. Portugal e Espanha eram aliados da Grã-Bretanha na guerra contra Napoleão. Por que ficarem divididos os governos do Rio de Janeiro e Sevilha por causa dos assuntos do Prata? No entanto, também havia o dissídio entre Buenos Aires e Montevidéu. Era, pois, um taboleiro complicado, que demandava sagacidade por parte dos estadistas portuguêses e portenhos.

Dêsse período ficou na poesia gaúchesca do Uruguai, cultivada em particular por Bartolomé Hidalgo, alguma recordação da invasão portuguêsa, refletida nestes *cielitos*:

Cielito, cielo que si,
cielo hermoso y halagueño,
siempre ha sido el portugués
enemigo muy pequeño.

A Deus, a Deus faroleiros,
portugueses mentecatos,
parentes dos maragatos
insignes alcoviteiros.

El Conde cre que ya es suyo
nuestro Rio de la Plata;
como se conoce, amigo,
que no sabe con quien trata!

Bartolomé Hidalgo foi autor dêstes *cielitos*:

Vosso Príncipe Regente
não é para conquistar,
nasceu só para falar,
mas aqui he diferente.

Qué cosa pudo mediar
para fazeros sahir
e a nosas terras venir
com armas a conquistar?

O *Conde* era evidentemente Dom Diogo de Sousa, cuja inflexibilidade o tornara aborrecido às populações do Uruguai. Bartolomé Hidalgo, em sua poesia gaúchesca, ridicularizou os Portuguêses (1). Em contraste com o que se deu com Dom Diogo de Sousa, diferente foi o proceder de Carlos Frederico Lecor, Barão e Visconde da Laguna, que deixou fama no Uruguai por sua gentilhomeria, habilidade e fino espírito. Carlos Frederico Lecor invadira o Uruguai com 6.000 homens em 1814, derrotando Rivera em India Muerta, vencendo em Chafalote e ocupando Maldonado. Em conjunção com a esquadra do Conde de Viana, Lecor procedeu a operações em grande escala. Artigas fôra derrotado em San Borja, Catalán e Ibirocaí. Artigas, Rivera e Manuel Barreiros, antes de abandonarem Montevidéu, haviam determinado fôsse a praça incendiada. No entanto, o Cabildo rebelou-se contra ordem tão violenta. Antes de penetrar em Montevidéu, Lecor recebeu, a duas léguas de distância, uma delegação do Cabildo, que lhe entregou as chaves da cidade. Lecor entrou, como vencedor, em Montevidéu em 20 de janeiro de 1817.

Apesar dos remoques e dos *cielitos* gaúchescos, a dominação portuguêsa foi benigna e humana. A melhor prova disso se encontra nos seguintes conceitos do historiador uruguaio Zorrilla de San Martin:

> "Porque es justo reconocer aqui que la dominación portuguesa de once años no tuvo en Montevideo los ca-

(1) Ver o artigo de F. FERRANDIZ ALBORZ, intitulado "Bartolomé Hidalgo", em "El Dia", de Montevidéu, de 10 de março de 1957, suplemento dominical.

racteres de la porteña de algunos meses: fué inteligente. Todos los esfuerzos fueron hecho, aunque en vano, por cimentar la conquista en las simpatias de aquel pueblo: se respetaron las leyes y las costumbres; se conservaron en sus puestos los funcionarios civiles nacionales, y aun muchos militares, se ofrecieron premios, condecoraciones reales, titulos nobiliarios: el mismo Lecor, como hemos dicho, contrajo matrimonio con una dama patricia del pais". (1)

Artigas e seus soldados foram vencidos pelas tropas de Lecor, do Marquês de Alegrete, dos generais Curado, Marques de Sousa, Mena Barreto e Oliveira Alves. Os limites entre o Reino do Brasil e a Banda Oriental foram fixados pela Convenção de 3 de janeiro de 1819. A incorporação da Banda Oriental, sob a denominação de Província Cisplatina, ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, se fêz pelo tratado de 31 de julho de 1821. Era então Regente do Reino do Brasil o Príncipe real Dom Pedro e Ministro dos negócios estrangeiros Pedro Alves Diniz. Vencido, Artigas acabou por se refugiar no Paraguai, onde se defrontou com a ditadura de Francia, um "iluminado", que o manteve prisioneiro durante longos anos. Com as vitórias portuguêsas coincidiram desgraças verificadas nas Provincias Unidas do Prata. O sonho de Carlota Joaquina esfumara-se. Linhares aprofundara sua política *imperialista,* traduzida na incorporação mais tarde da Cisplatina. Em Buenos Aires, cresceram antipatias contra a Côrte do Rio de Janeiro. (2)

*
* *

1813. Em modesta casa, dessas que se vêem pelo interior do Uruguai e das campinas do sul do Brasil, isolada — um lar sempre é uma pequena fortaleza de virtudes e heroísmos silenciosos —, com suas janelas açoitadas pelo minuano, pelo granizo e pelas borrascas, — em pequena casa de pedra e madeira, rústica

(1) JUAN ZORRILLA DE SAN MARTIN, **"La Epopeya de Artigas"**, vol. II, pág. 262.

(2) Luís Alberto de Herrera sustentou que a invasão portuguêsa foi obra do diretório de Buenos Aires. Ver **"La clausura de los rios"**, pág. 84, Montevidéu, 1920.

e humilde, do atual município do Arroio Grande, da então Capitania d'El-Rey de São Pedro do Sul, viviam um Ávila e Sousa e uma Carvalho, pessoas simples e discretas. Gente portuguêsa afeita a sacrifícios; mas, cuja inteireza contava com testemunhas abonadas.

A casa lá estava, como um marco histórico, no meio do campo irrigado por pequenos rios que se precipitam na Lagoa Mirim. Desabrigada e desprovida de confôrto, assim era nesse ano de 1813 — vizinho aqui, vizinho acolá — ,assinalando com o fumo do seu lar e o cultivo da sua horta a presença de gente austera. Gente que mereceu os elogios de Saint-Hilaire, durante sua viagem pela Capitania. Dessas famílias, semelhantes à que morava nessa casa humilde, saíram os pastores, os agricultores, os desbravadores, os soldados da vasta Capitania — obra do gênio político e militar de Dom João V, grande rei de Portugal.

Nessa pequena casa desabrigada nasceu o futuro Mauá.

Viveu e cresceu a criança nessas paragens desoladas e pouco povoadas, açoitadas por ventos cortantes, numa solidão diferente das outras solidões: uma solidão densa de fôrças morais. Assim se deu com o jovem nascido a 28 de dezembro de 1813, o qual perderia o pai aos cinco anos de idade, assassinado por equívoco, dirá a tradição. A criança viu o viver duro e honrado de gente modesta como eram os pais, de sol a sol, lavrando a terra, criando gado, grangeando uma riqueza mais moral que material e fortalecendo com os austeros ensinamentos da vida diária a personalidade do jovem. Irineu Evangelista de Sousa conheceu a vida rude da gente luso-brasileira e da gente uruguaia, exemplificada pelo gaúcho, identificando-as a uma e outra no mesmo laço do seu afeto profundo.

Mauá será sempre um homem generoso, não dessa generosidade estudada; mas, daqueloutra, simples e correntia, que tem a espontaneidade das águas de uma fonte...

Assistiu à vida prodigiosa do pioneiro e do gaúcho. Zorrilla de San Martin, numa síntese gráfica, dirá que "el gaucho fué, con los potros, y los toros, y los avestruces, el habitador de nuestros campos ilimitados, sin más fruto que el espontáneo de esos ganados inumerables, ni más vivienda que el rancho aislado en el desierto".

Epoca de intenso pioneirismo. Os açorianos transformaram-se em soldados. Pioneirismo: foram magistral do romantismo em ação. O *eu* transborda. Não bastava fundar ranchos; era preciso fundar cidades. As antigas colônias militares, os antigos acampamentos cobertos de *quincha,* os velhos postos isolados douravam-se de searas, bruniam-se de gaúchos ensimesmados e teimosos. Do sonho geométrico de muita autoridade civil ou militar saiu muita cidade. Santa Vitória do Palmar, no recanto mais meridional do Brasil, foi mais tarde o resultado do pioneirismo do engenheiro militar e notável demarcador, Soares de Andréia, Barão de Caçapava. Assim era através do território da Capitania de São Pedro, cuja população só tinha dois mistéres: o gado de cria, fonte de riqueza; e a lança e o fuzil, símbolos da defesa da terra sagrada. Para além das coxilhas, enfumaçadas no horizonte, estavam os *velhaqueadores,* os castelhanos, gente em quem não se podia confiar. A fronteira era imensa e aberta. E era preciso estar atento às manobras sutis do inimigo...

*
* *

Há vidas — e há predestinações. Que inspiração estranha não fôra a do tio de Mauá, um capitão-de-veleiros, de levar o jovem Ireneu da casa paterna, no Arroio Grande, para a Côrte? Ireneu chegou ao Rio de Janeiro em 1823, encontrando a cidade transformada em capital de um Império, cuja independência se havia proclamado no ano anterior. Saíra do viver simples da campina riograndense para conhecer a vida dura de uma cidade, onde tudo lhe era ou lhe parecia hostil. Iniciou a vida prática — não teve muito que escolher... — como *varredor* de um armazém de velas e de chá. Dois anos depois, dois longos anos de sofrimento e de trabalho, passou para uma loja portuguêsa de fazendas.

Heroísmo obscuro e humilde foi, sem dúvida, o heroísmo dêsse menino de 10 anos, empregado no comércio duro daqueles tempos, trabalhando de sol a sol, órfão de pai, pobre de recursos, mas animado pelo desejo de realizar coisas grandes. À noite, à claridade mortiça de uma vela de sebo, estudava. Em sua

personalidade, já havia uma tenacidade heróica, uma inflexibilidade espartana, um desprendimento pelas coisas efêmeras da vida.

Ai daquele que perde a paciência, lá se encontra num passo das Sagradas Escrituras. São Mateus dará lição admirável de conformidade espiritual, dizendo que *sufficit diei malitia sua* — ao dia basta sua própria aflição.

Era uma época de grandes acontecimentos. A incorporação da Cisplatina acarreta complicações com o govêrno das Províncias Unidas do Rio da Prata. Buenos Aires aspira a anexar pura e simplesmente a Cisplatina. Êsse é o propósito da missão de Valentim Gómez: o povo de Montevidéu quer unir-se às Províncias Unidas, alega o emissário de Buenos Aires. Carvalho e Melo (Cachoeira) responde, a 6 de fevereiro de 1824, aos propósitos de Buenos Aires. Afirma claramente:

> "Quanto ao direito de dispôr livremente dos seus destinos, separando-se da antiga União, Montevidéu o tem feito, como o teve o Vice-Reinado de Buenos Aires para desligar-se da metrópole, e outras provincias dêsse Vice-Reinado para se separarem de Buenos, tais como Córdoba, Santa Fé, Entre-Rios... ...e o Govêrno de S.M.I., em vista de tão graves razões, não pode entrar com o de Buenos Aires em negociação que tenha por base fundamental a cessão do Estado Cisplatino, cujos habitantes não deve abandonar".

As intrigas de Buenos Aires dão alento aos uruguaios que pretendem levantar-se em armas contra o Brasil. Contudo, os uruguaios não querem unir-se às Províncias Unidas. Querem um Uruguai independente. Em 19 de abril de 1825, Lavalleja e 32 outros uruguaios alçam o grito da Agraciada. Em Florida reuniu-se o Congresso de Representantes do novo Estado. Por nota de 4 de novembro de 1825, o govêrno de Buenos Aires reconheceu a independência da Cisplatina, mas considerando-a incorporada às Províncias Unidas:

> "Por esta solemne declaración el Gobierno General está obligado a proveer á la defensa y seguridad de la Provincia Oriental. Sostendrá su compromiso por cuantos medios

estén a sua alcance, y por los mismos apresurará su evacuación de los dos unicos puntos militares que aun estan guarnecidos por tropas de S.M.I."

O Império replicou à nota de Buenas Aires com a declaração de guerra em 10 de dezembro de 1825.

Bento Manuel é derrotado em Sarandi, após a derrota de Mena Barreto em Rincón de las Galliñas. Em 20 de fevereiro de 1827, feriu-se a batalha do Passo de Rosário, entre as tropas imperiais comandadas pelo Marquês de Barbacena e as argentinas chefiadas por Alvear. É uma batalha indecisa. Se Barbacena, com quase metade dos efetivos do inimigo, não foi esmagado no campo de batalha, em contra-partida Alvear retirou-se da liça, não perseguindo o adversário nem marchando para Pôrto Alegre, como havia trombeteado em proclamações. O exército de Alvear ficou *apodrecendo* em Melo em absoluta inatividade. Disse Euclydes da Cunha num juízo severo: "Travou-se a mais inglória das nossas guerras numa sucessão de combates inúteis, onde apenas sobresaem as vitórias de Rodrigo Lôbo contra o almirante Brown" (*"À Margem da História"*, pág. 300). É preciso assinalar que a esquadra imperial bloqueara o pôrto de Buenos Aires com tal eficácia que o bloqueio impopularizara o govêrno do grande Rivadavia.

Contudo, a diplomacia imperial obterá assinalada vitória sôbre a Argentina. O Tratado preliminar de Paz, de 24 de maio de 1827, marcou o triunfo. A Argentina renunciou a quaisquer direitos sôbre a Cisplatina, transformada em República Oriental do Uruguai. Quesada afirmou:

"El triunfo del Brasil era asi completo, y la derrota de la República tenia mucho de afrentoso: el triunfo de Ituzaingó quedaba manchado con semejante vergonzoso tratado: las victorias navales y el terror de los corsarios tampouco habian pesado en la balanza! La diplomacia brasileira reivindicaba asi los honores del exito; la República vitoriosa en Ituzaingó, deponia humilde sus laureles en un tratado ignominioso, sancionando la consumación de la conquista, colmaba con exceso la secular ambición portuguesa, recogida y levantada por la colonia emancipada" (Vicente Quesada — "El Brasil y el Rio de la Plata" na "Nueva Revista de Buenos Aires").

Após as derrotas navais e o bloqueio severo do Rio da Prata — as Províncias Unidas arcaram com a derrota diplomática.

No entanto, no Prata surgirá a figura de Rosas. E surgirá também uma situação muito grave para a Regência do Império com a "Guerra dos Farrapos".

*
* *

Como no caso de Machado de Assis, com quem a vida de Mauá, como realização de *grandeza moral* tem tantos pontos de contacto, — a vida foi para o homem de Arroio Grande a única e grande mestra. Mauá realizou uma vida luminosa de heroísmo. Com tenacidade digna de um herói verdadeiramente romântico, Ireneu Evangelista de Sousa conseguiu que um dos clientes da casa portuguêsa onde trabalhava lhe ensinasse um pouco de contabilidade, redação e francês. Contudo, o ponto capital de sua vida foi o momento em que conheceu um singular caráter, o negociante inglês Ricardo Carruthers. O comerciante português Pereira de Almeida, em cujo estabelecimento o jovem Ireneu trabalhara durante quatro anos, falira devido a maus negócios. No instante de fechar a loja e de distribuir os últimos e mais preciosos quinhões dos parcos haveres, o honrado negociante português apresentou o caixeiro Ireneu ao inglês Carruthers. Fêz o gesto de quem entrega um tesouro.

Estava-se na época em que o comércio inglês dominava, estendendo sua teia de aranha através do Brasil. Linhares fôra o estadista que abrira de par em par as portas do Reino do Brasil ao comércio britânico. É preciso dizer que o Conde de Linhares, muito anglófilo, se transformara em "protetor" dos mercadores inglêses no Brasil. Não tardaram êstes últimos em cometer demasias: foram com muita sêde ao pote. Procuraram fazer no Brasil o que já haviam feito em Portugal em conseqüência do tratado de 1661, extorquido por Cromwell, e do mais justo tratado de Methwen, que Adam Smith considerou vantajoso a Portugal e desvantajoso à Inglaterra. O "campo de atuação" dos comerciantes inglêses foi-se alargando. E por detrás dêles estavam o cônsul geral e o ministro de S.M.B., ambos exigentes e fiscalizadores. Comércio e política foram armas dos inglêses no

Brasil. O Juiz Conservador da Nação Inglêsa, criado em 4 de maio de 1808, foi demonstração patente de "imperialismo" britânico. Honório Hermeto Carneiro Leão, jovem e corajoso ministro da Justiça da Regência, de uma penada e indiferente aos protestos do Foreign Office, pelo aviso de 22 de novembro de 1832, liquidou uma instituição mal vista pelos brasileiros.

A presença dos inglêses no Brasil teve, sem dúvida alguma, o mérito de ensinar processos novos aos brasileiros no trato comercial. Representou também um trabalho de interpenetração de culturas: uma, mais forte e outra, mais fraca; uma, mais agressiva e outra, mais reflexiva; uma, mais dinâmica e outra, mais lenta em suas ações e reações. Firmou-se a preponderância dos inglêses no Brasil, que cedeu campo no século XX à influência norte-americana. Disse Gilberto Freyre com muita exatidão:

> "A presença da cultura britânica no desenvolvimento do Brasil, no espaço da paisagem, no conjunto da civilização do Brasil, é das que não podem — ou não devem? — ser ignoradas pelos brasileiros interessados na compreensão e na interpretação do Brasil. Os inglêses, quase tanto quanto os franceses, madrugaram sob a forma de piratas, aventureiros e negociantes, nas praias da América tropical descobertas por portuguêses e espanhóis. E distanciando-se dos franceses, por largos anos seus rivais, os inglêses acabaram alcançando entre nós, sob a forma de negociantes e técnicos, uma preponderância econômica que, ostensiva nos dias de Dom João VI regente e depois rei — quando aquela predominância assumiu aspectos francamente imperialistas e não apenas imperiais — acentuou-se de 1835 a 1912, para só então começar a declinar lentamente, vencida pela expansão norte-americana e minada pela alemã. Essa preponderância econômica dos britânicos não poderia deixar de transbordar, como transbordou, noutras zonas ou esferas de influência" (*"Inglêses no Brasil"*, pág. 35, Rio, 1948).

A lei Limpo de Abreu, de 1835, determinou que o Govêrno regencial poderia conceder favores a uma ou mais companhias que construissem estradas de ferro do Rio de Janeiro para as províncias de Minas, São Paulo, Rio Grande e Bahia. A lei causou sensação. Desde logo, começou o "tateio" dos capitais

inglêses. É o "capital colonizador" que entrará em movimento. No Rio de Janeiro, a rua Direita, a rua dos Pescadores, a rua do Rosário, a rua da Quitanda e a rua das Violas se transformam no reduto dos comerciantes inglêses de trato grosso: Platt, Warre & Cia., Walker & Cia., March & Cia. e outros. Vai crescendo o número dos comerciantes de trato grosso, estabelecidos no Rio de Janeiro. Viajantes inglêses percorrem o Império. Um dêles dirá mais tarde que se o Brasil tivesse ficado nas mãos dos inglêses, estaria fadado a ser "the garden of the world". Essa foi a opinião de Charles B. Mansfield, em sua obra — *"Paraguay, Brazil and the Plate"*, publicada em 1856. Foi êsse o pensamento de Spruce, que viajou à larga pela Amazônia: "Quantas vêzes lamentei o fato de não ser a Inglaterra dona do vale magnífico do Amazonas ao invés da Índia! Se o maluco rei Jaime II, ao invés de meter Raleigh no cárcere e depois cortar-lhe a cabeça, tivesse continuado a fornecer-lhe navios, homens e dinheiro até Raleigh estabelecer uma colônia permanente num dos grandes rios da América, não duvido de que todo o continente americano estaria presentemente em poder da raça inglêsa!" Os viajantes inglêses, que percorreram o Brasil no século passado, foram observadores pacientes, objetivos e verazes em geral. Não tiveram a preocupação de ridicularizar o país: viram, anotaram e raras vêzes descambaram para a amargura ou para a caricatura.

Os inglêses exerceram e exercerão influência crescente na vida do futuro Mauá. Carruthers foi para Mauá o mesmo que o professor John Joyce foi para Evaristo da Veiga.

Sete anos depois da apresentação, Mauá, aos 23 anos de idade, era sócios do inglês. A razão social foi então Carruthers & Cia. Ireneu Evangelista de Sousa adquirira soma enorme de conhecimentos, quer de caráter comercial, quer de caráter social. Aprendera a língua inglêsa, que depois falaria com desembaraço. Criaria nome prestigioso na praça do Rio de Janeiro, cheia de carrancismo e rotina, num tempo em que ser comerciante era quase deshonra. No entanto, tudo isso foi conseguido com tenacidade e simplicidade. Jamais será um snob, um afetado, um *estudado*. Curioso tudo isso: sua personalidade possui originalidade. O snob será sempre um imitador de outrem, interessado em copiar-lhe gestos, palavras, sorrisos e caretas. Ora, Mauá não imita ninguém. Com suas qualidades e seus defeitos, Mauá será

sempre o mesmo, do começo ao fim. Os snobs serão jovens políticos, jovens diplomatas, jovens "leões" da sociedade escravocrata.

Após haver arredondado boa fortuna, Carruthers retirou-se em 1837 para a Inglaterra. Ireneu Evangelista de Sousa ficou senhor do negócio.

Vidas há que valem como verdadeiros poemas de aspiração. Na verdade as ambições são como as águias que, espalmando as asas, remontam cada vez mais alto, afastando-se da terra. A vida de Mauá foi uma longa aspiração: aspiração a realizar grandes cometimentos, aspiração de engrandecer sua pátria e sua grei. Aspiração a ser útil a milhões de seus compatriotas. Um snob não aspira a nada: é um animal gastador. Um snob inventa falsas nobrezas e simula ser coisa diferente do que é. Mauá criou *sua vida,* transformando-a num símbolo. Símbolo permanente.

Interpreta-se Mauá em função do seu tempo e não da época atual, como pretendem alguns. Se a História dá perspectiva às figuras e aos acontecimentos, não menos verdadeiro será dizer que, por vêzes, deturpa, exalta ou poetiza essas figuras e êsses acontecimentos. Num país, como a Alemanha hitlerista, a própria História passou a ser *dirigida*: exaltaram-se figuras e acontecimentos do passado em função da política imediatista do presente... Mauá viveu numa época de muita rotina: época dos palhabotes, dos bacharéis e dos conselheiros. Gravidade. Sisudez. Orgulho de casta. O horror aos grandes cometimentos atingia algumas das mais prestigiosas figuras do tempo. Erigia-se o precedente em norma definitiva de ação. Exaltava-se a fôrça da inércia como a melhor das fôrças. Ademais, havia o trabalho escravo. O Brasil era um império escravocrata, — assim se dizia no estrangeiro, "*L'Empire Noir*", título de opúsculo publicado em Paris em 1867 no qual era o Brasil desancado a valer. No entanto, José Bonifácio, em nota de 10 de fevereiro de 1823, já combatera o tráfico de escravos, considerando-o o "cancro do Estado" e desejando vê-lo rápida e totalmente suprimido. Quem, no entanto, se der ao trabalho de ler o parecer de Ruy Barbosa sôbre a *Emancipação dos Escravos,* de 1884, ficará surprêso ao conhecer as idéias mais disparatadas e mais obscurantistas, então correntes, a respeito da manutenção de um sistema de tra-

balho que desmoralizava o Brasil ante seus filhos e perante o estrangeiro.

Mauá surgiu com a coragem de um fundibulário e a segurança de um renovador. Todo o poema de sua aspiração resume-se numa palavra: *renovar*. Renovar, engrandecendo. Renovar, ampliando. Renovar, criando trabalho e riqueza. Quando Ireneu Evangelista de Sousa se transformou em dono da firma Carruthers & Cia. — isso no tempo da Regência de Feijó —, com pouco mais de 24 anos de idade, estava assistindo a acontecimentos políticos de singular importância. A Regência fôra um glorioso tumulto. Revoluções, comoções, reformas: tudo em ponto grande e com verdadeiro entusiasmo de fazer obra para o futuro. Se havia mesquinharia, havia, em contra-partida, muita grandeza. Feijó, o padre Regente, era modêlo de férrea energia. Falava pouco. Agia com firmeza. Dominava a época com sua figura brusca, altiva, indomável. Nesse tumulto de aspirações políticas, econômicas e sociais adestravam-se os parlamentares que seriam os estadistas do Segundo Reinado. Com a longa experiência adquirida em quinze anos de trabalho incessante no comércio, Ireneu Evangelista de Sousa aspirava a ser útil à sua patria como elemento fecundo de progresso. Ambicionava romper o dique dos preconceitos, — criar riquezas — desenvolver o trabalho livre. Assim se fazia nos Estados Unidos da América, cujo exemplo, a julgar pelas afirmações de Justiniano José da Rocha, o grande jornalista, diretor da fôlha política, *O Velho Brasil*, suspensa em 1854, despertava entusiasmo no Brasil. Havia nos Estados Unidos intenso pioneirismo, do qual Lewis Mumford disse que "em parte pode ser descrito como o movimento romântico em ação". (1) O Império tinha enorme território e escassa população. As riquezas dormiam no seio das florestas, desafiando novos bandeirantes. O homem, que surgira da fronteira meridional do Brasil, sempre fôra livre de opressões e preconceitos, como o minuano das campinas de sua província natal. Por isso, melhor que os demais, poderia agir. Não era indivíduo abafado por fórmulas livrescas nem preconceitos sociais. Trabalhara com as próprias mãos. Descobrira,

(1) LEWIS MUMFORD, "The Golden Day", Nova York, 1926, pág. 47.

assim, a grandeza do trabalho livre. Queria criar riquezas. Não com o trabalho do escravo, acurvado à opressão do senhor, como num friso assírio; mas, com o trabalho livre e consciente, capaz de fazer grandes pátrias.

Quando hoje se estuda o fenômeno que foi Mauá — vida & obras —, fenômeno ímpar infelizmente na história do Brasil... — por mais que se procurem defeitos na sua personalidade como fazem alguns historiadores, ao cabo se fica maravilhado com a ação portentosa do lidador único no Brasil.

Por si só Mauá foi uma legião. É êrro pensar que o homem seja propenso à renovação. Para cada espírito audaz e renovador, há legiões de rotineiros. O homem aborrece as reformas. Se isto se verifica no século atual, que dizer do tempo em que Mauá iniciou os empreendimentos no ambiente abafado da Côrte, com seus conselheiros empedernidos de preconceitos, seus políticos empapados de jurisprudência conimbricense, seus homens de negócios acachapados sôbre o comércio de escravos, — a maior indústria do tempo? Havia exceções, por certo. Havia estadistas e juristas de mérito. Mas, o ambiente social era limitado em contraste com a grandeza física do país. Um Tavares Bastos, num golpe de gênio, bate-se pelo aproveitamento econômico da Amazônia. Levou muito tempo a ser compreendido. No entanto, escrevia em Português. Língua misteriosa.

As grandes ambições renovam-se como os mananciais. Sem que ninguém se dê conta disso. Mauá viveu numa época de preconceitos e tabus. Era comerciante. Logo não poderia ter cultura para dar preceitos sôbre questões de interêsse público... Ser comerciante, naquele tempo, era um horror, uma desgraça, uma miséria social tremenda. Mauá reagiu contra os preconceitos — e com coragem. Não resta a menor dúvida de que a primeira viagem feita à Inglaterra, em 1840, lhe deu ensejo de conhecer o país que, nesse tempo, era o maior parque industrial da terra. O contacto com uma Inglaterra, possuidora da maior marinha mercante e de um império colonial que se expandia, com seus notáveis estadistas, seu amor às liberdades públicas, seu caráter individualista, sua *gentry* poderosa e opulenta, proporcionando sangue novo à nobreza a renovar-se periòdicamente, — tudo isso impressionou a imaginação de Mauá. Foi como se assistisse a uma fogueira, onde se queimassem tantas idéias erra-

das ou estreitas do seu passado de homem feito pelo trabalho. Quando regressou ao Brasil e se viu de novo em contacto com os preconceitos de sua gente, lutou por quebrar êsses grilhões invisíveis. Mauá, em 1840, já não era a fôrça nascente doutros tempos. Era uma caudal represada pela estreiteza dos métodos e idéias do meio. Como as águas contidas durante muito tempo por um dique, suas iniciativas acabariam por demolir a barragem, espraiando-se e espalhando riqueza e trabalho, bem como infundindo confiança no destino de um homem, que — comerciante, industrial e banqueiro — se transformaria num dos maiores obreiros do progresso de sua Pátria.

La Bruyère disse uma verdade profunda: *La plupart des hommes emploient la meilleure partie de leur vie à rendre l'autre misérable*. Grande verdade, que não teve justificativa na vida de Mauá. Será um homem alentado não por um otimismo ingênuo;e sim por um *sentimento estoico* do dever. Com sua visão de águia, Mauá devassou o horizonte, procurando agir dentro de uma medida gigantesca. Estava-se na época do escravismo em que um político de nomeada, como o Visconde de Jequitinhonha, no Conselho de Estado, dizia com ênfase: "Todos os fatos da minha vida pública mostram que nunca pude considerar a escravidão civil como um fato legal". (1) No entanto, Jequitinhonha jamais foi decidido pioneiro da abolição da escravatura. O trabalho escravo marasmava o Brasil, impedindo a expansão de sua vida econômica. Numa época em que os mediocres não tardaram em pretender tolher a Mauá seus passos de gigante, havia uma figura como Dom Pedro II que, humano como os demais, sabia colocar o interêsse público acima de ressentimentos e aversões. O Imperador era homem tão cético a respeito das convicções alheias que não hesitou em chamar ao poder inimigos da véspera, como Sales Tôrres-Homem (futuro Visconde de Inhomerim), Ferreira Viana, Lafayette que, apesar de republicano, chegou a ser presidente do Conselho de Ministros.

Em 1846, Mauá encerrou a primeira fase de sua vida, deixando de ser comerciante, com renda superior a 50 contos fortes anuais. Grangeara sólidos haveres em mais de vinte anos de

(1) Citado por Ruy Barbosa em sua **"Emancipação dos escravos"**.

trabalho honrado. Poderia retirar-se para gozar um *otium cum dignitate*. Evitara os escolhos de uma imprensa maledicente. Como dissera um dos mestres do integralismo português no século XIX, "atribuir as revoluções à ignorância do povo é um absurdo; mas querer remediar êste mal com a publicação de periódicos em que se inserem artigos de política, é agravar a moléstia com o remédio". (1) Mauá será sempre um temperamento apolítico, no sentido estreito da palavra; pôsto faça a "grande política" em plano muito elevado. Como êle mesmo disse na *Autobiografia*, "travou-se em meu espírito, nesse momento, uma luta vivaz entre o egoísmo, que em maior ou menor dose habita o coração humano, e as idéias generosas que em grau elevado me arrastavam a outros destinos, sendo a idéia de vir a possuir uma grande fortuna, questão *secundária* em meu espírito, posso dizê-lo afoitamente, com a mão na consciência e os olhos em Deus". (2) O que até então realizara seria o prelúdio de aspirações mais vastas: o transformar-se em industrial. Almejava emparelhar com os grandes *ironmasters* inglêses. O rugoso individualismo dêstes homens impressionara Mauá. Sabia que na jovem democracia norte-americana estava surgindo um poema de realizações — a indústria do aço —, digno de ser cantado pelo estro de um Walt Whitman. Mauá aspirava a cometimentos enormes, desejando acelerar o progresso do Império.

2

ESPLENDOR MERIDIANO

O industrial surgira aparelhado para novos cometimentos. De uma feita, Mauá dissera que *"a indústria que manipula o ferro era a mãe de tôdas as outras"*. Dom João VI, num golpe de gênio, resolvera fundar a indústria do ferro no Brasil, confiando a tarefa a Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, oficial

(1) *** (Gama Castro), **"O Novo Príncipe"**, Rio de Janeiro, 1841, pág. 366.

(2) VISCONDE DE MAUÁ, **"Autobiografia"**, prefácio e anotações de Cláudio Ganns, Rio, 1943, pág. 96.

alemão, instalador da Fábrica Real de São João do Ipanema, em Sorocaba, São Paulo. Em 1818, o ferro fundido num dos altos fornos correu líquido e candente, sendo aproveitado em três trabalhos, três enormes cruzes. A fundição de Ipanema vale como prova do gênio político de Dom João VI. Outro Varnhagen, filho dêsse metalurgista, extraíria do minério da História os elementos para sua *"História Geral do Brasil"*: será Varnhagen, historiador e diplomata, futuro Visconde de Pôrto Seguro.

Mauá sabia que o trabalho de operários norte-americanos, holandeses, inglêses e alemães, estava transformando a Pensilvânia num estupendo parque industrial. Os Estados Unidos eram um jovem Sansão, que então adestrava os músculos para poder transformar-se na potência mais rica do século XX. Se tivera sorte como comerciante, podendo haver reunido quantiosos haveres, Mauá iria iniciar carreira mais dramática, entrecortada de rajadas luminosas que revelariam a profundeza do seu gênio de empreendedor. Há vidas planas e vidas profundas. Há vidas que refletem apenas o meio em que vivem. Outras existem que têm tal profundidade que do seu cerne extraem fôrças misteriosas para a realização de feitos excepcionais. Aquêles bacharéis e conselheiros do tempo, leitores do *Correio da Tarde* e do *Velho Brasil,* com suas fazendas na Província do Rio de Janeiro, trabalhadas pelo braço escravo, eram pessoas acomodadas. Mauá foi, sempre e até o fim da vida, um *grande rebelde*. E também um dos maiores temperamentos políticos do Brasil monárquico. Não tinha interêsse pela "pequena política", feita de manhas, escamoteações e réplicas parlamentares. Nada disso. Mauá fazia da vida do Estado uma verdadeira ciência, em que entravam, solidàriamente responsáveis, o economista, o industrial, o político, o militar e o diplomata. Dentro de pouco tempo, as realizações industriais de Mauá iriam lançar a perturbação, o despeito e a incompreensão num grupo numeroso de homens que se julgavam estadistas por terem assento no Parlamento (meros improvisadores, muitas vêzes médicos falhados, bacharéis sem estudos, advogados sem clientela).

A precocidade é um traço curioso na vida do empreendedor. Como se estivesse tomando de assalto várias fortalezas, Mauá quer transformar-se em industrial e fundidor. Ponta d'Areia

é exemplo típico. Poema de audácia. Como surgiu? Êle conta-nos a origem do empreendimento:

> "Visitando pela primeira vez a Inglaterra em 1840, ainda no período da atividade comercial a que me referi, logo em caminho de Falmouth para Londres tive de afastar-me da estrada mais curta, a convite de um companheiro de viagem (o falecido João Morgan), para visitar um grande estabelecimento de fundição de ferro e maquinismos, em Bristol, que pertence à firma de um seu irmão. Era precisamente o que eu na *mente* contemplava como uma das necessidades *primárias* para ver aparecer a indústria pròpriamente dita no meu país; por isso aceitei gostoso o convite. Era já, então, como é hoje ainda, minha opinião de que o Brasil precisava de *alguma indústria*, dessas que podem medrar sem grandes auxílios, para que o mecanismo de sua vida econômica possa funcionar com vantagem; e a indústria que manipula o Ferro, sendo a mãe das outras, me parecia o alicerce dessa aspiração. Causou-me forte impressão o que vi e observei, e logo aí *gerou-se* no meu espírito a idéia de fundar em meu país um estabelecimento idêntico; a construção naval fazia também parte do estabelecimento a que me refiro" (*Autobiografia*, pág. 100).

Ponta d'Areia começou em 1846. Um poema de bigornas, máquinas, tornos, fornos, onde se faziam chapas, vergalhões, instrumentos de ferro para a indústria, cavernames para navios. Surgem estaleiros. Paióis, oficinas, fundições, um conglomerado — obra de Mauá —, onde se fabricam os lampiões da capital, os tubos dos seus encanamentos, peças para máquinas, arados, charruas e navios. (1) Em 11 anos, 72 navios sairam dos estaleiros de Ponta d'Areia, destinados às águas do Prata, do Amazonas e do Atlântico. Charles Moreaux, notável engenheiro naval, encarregou-se do risco e da supervisão da construção de várias corvetas para a Marinha de guerra, como o "Príncipe do Grão Pará" e outras.

Em *"Aratra Pentelici"*, Ruskin salientou que a decadência da escultura, depois dos Gregos, foi devido ao abandono da forma humana como exponência da vida mais alta que se conhece.

---

(1) Mauá contou com um auxílio de 300 contos do Govêrno imperial (ver "Correio Mercantil", de 15 de setembro de 1848).

Houve, por conseguinte, decadência de vigor criacionista. Quando Platão, na *"República"*, se referiu com desdém aos homens empenhados em mistéres mecânicos, os chamou *Anthropiskoi,* plebécula, em parte humana... Estas referências a coisas clássicas indicam o velho conflito entre os mistéres manuais (fundamento de qualquer indústria) e as preocupações intelectuais com sua filosofia própria. No entanto Mauá, com seu vigor criador e sua personalidade ímpar, surgirá no ambiente rotineiro do Império como defensor do trabalho mecânico. Se o Estado não cria, êle quer fazê-lo, dos alicerces à cumieira. Não se detém ante obstáculos. Mauá acredita nos *valores pessoais* — na ação pessoal. Gustav Cassel em obra sua fêz a seguinte observação:

> "É às vêzes útil fazer-se uma idéia de como se apresentariam certos aspectos de nossa vida econômica atual numa sociedade hipotética, puramente socialista, com tôda a produção centralizada nas mãos de uma só autoridade e que modificações sofreriam com isso os fenômenos. Semelhante investigação demonstra que a crença dos socialistas dogmáticos no efeito da transformação radical de sua ordem social sôbre os fenômenos econômicos essenciais carece de fundamento e representa de fato uma supervalorização supersticiosa do valor político" (*"Pensamentos fundamentais na Economia"*).

Com os estaleiros de Ponta d'Areia, jamais se conheceu coisa igual no Brasil, antes ou depois de Mauá. Por que motivo? Porque uma aspiração robusta se transformou no dinamismo do transporte marítimo, vivida ao sôpro das realizações de um progresso bem orientado. Mauá esperou que o Estado tomasse a iniciativa. Houve timidez por parte do Estado. Então, Mauá se atirou à aventura. É verdade que contou com subvenção dos poderes públicos. Leia-se o *Correio Mercantil,* dos anos de 48 e 49. Mas, no mesmo jornal (edição de 26 de janeiro de 1849) encontra-se o seguinte anúncio:

> "Amanhã à tarde cairá ao mar, do estaleiro da Ponta d'Areia, uma barca de vapor que recebeu a denominação de "Dom Pedro", mandada construir pelo Govêrno para a navegação da Lagoa dos Patos e rios da Província de São

> Pedro do Sul. Tem capacidade para receber uma máquina correspondente à fôrça de 40 cavalos, 112 pés de quilha, 161,2 de bôca, e o costado de cedro da Bahia. A barca "Dom Pedro", produto do útil e esperançoso estabelecimento industrial dos Srs. Ireneu e Comp., foi concluída em pouco mais de três meses e pode montar duas peças a Paixhanc de calibre 18".

Depois do grande incêndio verificado em 1857, que devorou quase a totalidade dos edifícios de Ponta d'Areia, o empreendimento de Mauá vegetou. A campanha dos maledicentes acendeu-se ainda mais com o sinistro. (1) Em fins de 62, contou Cláudio Ganns numa de suas interessantes anotações à *Autobiografia,* de Mauá, fêz êste diligências para passar o estabelecimento a capitais inglêses. Já se encontrava ajustada a operação, quando surgiu a Questão Christie, provocada por um diplomata inglês bilioso e de maus bofes. Mauá tinha relações com banqueiros e engenheiros britânicos. O patriotismo sobrepôs-se aos interêsses pessoais. Viu Mauá esfumar-se um excelente ensêjo. Ponta d'Areia desapareceu, dando ao seu criador prejuízo de mais de 1.000 contos (fortes).

Mauá não era homem de desalentos nem de cuidar apenas de um negócio. Sua visão era complexa. Interessavam-lhe os grandes empreendimentos. Para ganhar dinheiro, por certo. Mas, traço característico de sua personalidade foi certa tendência ao *visionarismo*. Quis construir sempre em grandes perspectivas. Contudo, o que lhe interessou fundamentalmente foi a *ação* — mais em prol da coletividade que em benefício próprio. Em tôdas as emprêsas de Mauá, o interêsse primacial está enquadrado no interêsse da coletividade. Seu interêsse pessoal aparecerá em segunda plana. Isso não obstou a que fôsse combatido, e duramente. O fornecimento dos tubos para cana-

---

(1) O **Correio Mercantil,** de 2 de fevereiro de 51, noticiou que o Imperador, regressado de Petrópolis no vapor "Inhomerim", passara, na altura da ilha do Governador, para o novo vapor de guerra "Dom Pedro Segundo" construido nos estaleiros de Ponta d'Areia. "Na derrota percorrida entre o ponto de partida até as ilhas Tijuca e Rasa, e volta ao ancoradouro, o "Dom Pedro Segundo" deitou 11 ½ milhas" A bordo seguiram Mauá e Aguiar, proprietários dos estaleiros, e Dogson, engenheiro de Ponta d'Areia. Os trabalhos da máquina foram chefiados pelos engenheiros Miers e Grandy, colaboradores de Mauá.

lização d'água do Maracanã, por exemplo, deu-lhe trabalho. Teve de responder pelo *Correio Mercantil* a calúnias de terceiros. Souza Franco e outros amigos defendem-no. Não basta; as calúnias seguem seu curso. No Brasil, desde o tempo do Império até hoje, caluniar dá sempre algum resultado... O caluniado que se agüente nos parangolés da vida... A inveja é um traço mesquinho do brasileiro. Ora, Mauá mirava para a frente, empenhado em seus planos, impelido por uma ação intensa. Educado no *ethos* da lei, pouco tempo teria para rebater calúnias — ou enfrentar invejosos fracassados. Por isso mesmo, ainda hoje espanta que o Empreendedor houvesse encontrado tempo para dedicar-se simultâneamente a tantos negócios e emprêsas. Como estivesse cem anos à frente da sua época, suas emprêsas foram cometimentos de porte. Arrancou-as do nada. E isto para espanto e inveja de muita gente encasacada e até mesmo para surprêsa dos poderes públicos, tímidos e canhestros. Mauá pelejou muito para levar por diante seus empreendimentos. Eram coisas grandes, que espantaram a gente rotineira da época. Foi pensando no futuro que instalou a Companhia de Rebocadores a vapor para a Barra do Rio Grande, com navios construidos no estaleiros de Ponta d'Areia. A emprêsa malogrou-se. Os sócios de Mauá não tiveram prejuizo, porque êle o aguentou em sua totalidade.

A Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro foi outro empreendimento de Mauá. "Entre as companhias que criei foi esta uma das que mais prosperou; daí, a guerra do costume", dirá na *Autobiografia*. Em 54, o Rio de Janeiro apareceu iluminado a gás nas ruas de São Pedro, do Sabão, Rosário, Ouvidor, Direita e Largo do Paço. Segundo o *Jornal do Comércio*, do tempo, a gente que apinhava as ruas só perguntava: — como é que estivemos privados por tanto tempo do imenso melhoramento? Da noite para o dia, desaparecera a velha iluminação colonial do Conde de Bobadela (Gomes Freire), devido à iniciativa de Ireneu Evangelista de Sousa.

A Companhia Fluminense de Transportes, fundada em 52 com um capital de 200 contos, estava às portas da falência. Amigos vão a Mauá e pedem-lhe socorro. Êle investe cabedais na emprêsa. "Vão esfôrço — dira na *Autobiografia* —; no fim

de alguns anos tive de carregar com a máxima perda que o mau resultado evidente dessa tentativa acarretou".

A Botanical Garden's Railroad Company, emprêsa de início organizada pelo Conselheiro Cândido Batista de Oliveira em 1856, foi transferida a Mauá pelo total de 40 contos. A companhia transformou-se depois na Companhia de Carrís de Ferro do Jardim Botânico, a primeira linha de bondes existente no Rio de Janeiro, inaugurada em 66.

A Estrada de ferro Antonina-Curitiba, companhia organizada pelo engenheiro Rebouças, contou com o apoio decidido de Mauá, seu principal acionista. O engenheiro Pereira Passos trabalhou nessa companhia. Os resultados foram desfavoráveis a Mauá; porque, a despeito dos trabalhos técnicos realizados pelo engenheiro inglês Brunlees, sobrevieram rivalidades localistas entre Paranaguá e Antonina muito intensas. Mauá teve um prejuizo de 52 contos e a companhia se desfêz por ocasião da morte de Rebouças. Pena que a estrada de ferro não houvesse sido construida na época em que foi ideada. Parece incrível que competições entre duas cidades pequenas no tempo houvessem dado cabo do belo projeto.

O Mangue da Cidade Nova era uma chaga para a Côrte. Desde 1835 se procurara dar solução ao problema. Planos e planos foram elaborados. Gente entendida foi chamada a opinar. Muitas cabeças, muitas sentenças. O pântano lá estava, a desafiar os engenheiros. Aquilo parecia um pedaço da costa d'África. Escravos, lavadeiras, malandrins viviam quase desnudos à beira do marnel infecto. Marítimos fugidos de fragatas e criminosos escapos da justiça escondiam-se no casario de palha e madeira, zombando das autoridades. O mangue impedia o crescimento da cidade e esta precisava expandir-se. Como? Era preciso vencer o pântano imenso, infiltrado de águas da baía. Mauá pensou no problema. Seus engenheiros Guintry e Neat traçaram um plano audaz de nivelamento de terras, saneamento, enxutamento das águas e construção de um canal coletor. As plantas foram apresentadas às autoridades. Muita gente sacudiu a cabeça num gesto de dúvida. O plano era grandioso, por certo. Mauá entendia que por ser grandioso deveria ser pôsto em prática. As autoridades edilícias taxaram Mauá de louco. Só um louco poderia pensar na execução de plano tão

maluco. Momento houve em que a rotina estêve a pique de vencer. João Maurício Wanderley, ministro da Fazenda, alarmando-se com a situação, deu apoio a Mauá. Subentende-se: apoio político e financeiro. As obras tiveram início e espantaram muita gente. Por duas ou três vêzes foram interrompidas, o que suscitou *mofinas* no *Jornal do Comércio* contra os empreiteiros. Contudo, havia outro *pântano:* a politicagem que tentou estorvar por todos os meios a ação de Mauá. Ora, o empreendedor venceu. E se a Cidade Nova existe, enxuta e arruada, deve-se ao cometimento de Mauá. Apenas.

3

MAUÁ E O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

A história do sistema bancário brasileiro pode ser descrita em poucas linhas, por amor à brevidade: Dom João VI, a conselho do grande ministro Conde de Linhares, fundou o primeiro Banco do Brasil. Linhares, verdadeiro gigante, fôra o fundador da Casa da Suplicação, do Desembargo do Paço, do Conselho da Fazenda, da Junta de Comércio, da Junta Real de Agricultura e Navegação, do Juizo dos Privilégios, da Superintendência real de Mercês, da Escola de Artilharia e Fortificações, da Fábrica de Pólvora, do Arquivo Militar, da Imprensa Régia, — em suma, de muitas outras coisas.

O ministro de Dom João VI foi um prodígio de atividade. O primeiro Banco do Brasil foi obra sua. Êsse banco durou até 1829. A guerra da Cisplatina e os conselhos de ministros incapazes levaram as finanças nacionais a verdadeiro desastre. Dom Pedro I foi vítima de conselheiros funestos que não souberam enxergar os verdadeiros interêsses nacionais. No torvelinho da desorganização afundou o banco criado pelo Conde de Linhares.

Em 1833, durante a Regência, sancionada a lei n.º 59, de 8 de outubro dêsse ano, referendada por Araújo Viana, depois Marquês de Sapucaí, a chamada Lei Sapucaí, que fixou novo padrão monetário (estabelecido em 43 2/10 pence por mil-réis), foi também pela mesma lei fundado no Rio de Janeiro o segundo Banco do Brasil. Teria êste estabelecimento capital de 20.000

contos (fortes), ficando metade a ser subscrita pelo Govêrno. Ora, nêsse tempo, a Regência andava às voltas com violentas comoções revolucionárias. O fator "confiança" não existia entre os particulares em relação ao cometimento oficial. O segundo Banco do Brasil fracassou. Os capitais privados não mostraram simpatia pelo plano, antes se desinteressaram dêle. Mais tarde, fundou-se o Banco Comercial do Rio de Janeiro, emprêsa privada, que durante muito tempo foi o único branco existente na capital do Império, pelo menos até 1851. Com o advento de Dom Pedro II ao trono a 23 de julho de 1840, o que puzera têrmo à grave crise verificada em 1839, entraria o Brasil num período de maior estabilidade, pôsto lavrasse na Província de São Pedro a Guerra dos Farrapos desde 1835. Os movimentos revolucionários verificados em São Paulo e Minas em 42 e em Pernambuco em 48 não terão repercussão nacional. A lei n.º 556, de 25 de junho de 1850, aprovou o Código Comercial, verdadeiro monumento de ciência jurídica e de linguagem, que se mantém até hoje, apesar de grandes modificações posteriores feitas no seu texto.

Mauá, pioneiro de tanta coisa no Brasil, interessa-se em 1850 pela fundação de um banco. Amigos auxiliam-no nessa tarefa, tais como Pereira da Silva, Teófilo Benedito Ottoni, Darrigue Faro (Visconde do Rio Bonito, falecido em 1856) e outros. Em 19 de fevereiro de 51, está fundado o Banco do Comércio e Indústria do Brasil, obra de Mauá. O nome do banco foi logo depois abreviado para "Banco do Brasil". Os acionistas, em número de 618, dividiram entre si as 20.000 ações iniciais. O decreto n.º 811, referendado pelo ministro Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), titular da Fazenda, aprovou a fundação do banco que, durante dois anos e meses, realizou transações superiores a 300.000 contos. Êxito sensacional. O banco liquidou-se "sem perda de um vintém para seus acionistas, pelo amâlgama dos interêsses nêle concentrados na atual instituição de crédito do mesmo nome", afirmou Mauá na *Autobiografia*.

Itaboraí, fundador do atual Banco do Brasil, compreendeu que o estabelecimento oficial deveria contar com os recursos do banco fundado por Mauá, que, ao fundir-se no atual Banco do Brasil, pagou todos os débitos e ainda deu 90 % aos acionis-

tas (1). Leia-se o *Relatório da Fazenda*, de 53, obra de Itaboraí, onde há informações altamente interessantes a respeito da fundação naquele ano do atual Banco do Brasil.

Assim, num golpe de gênio, Mauá se antecipou à fundação do estabelecimento oficial de crédito, gerindo seu banco com habilidade e integridade. Êsse homem, que surgira do nada, adquirira à custa de muito trabalho conhecimentos sôbre teoria e prática monetária que o tornaram ouvido por políticos, comerciantes e representantes financeiros inglêses.

O Estado ficara impressionado pela obra e pela ação de Mauá. Por isso, aproveitara-se de sua lição. Mas, o Estado, em matéria de teoria monetária, não teria mudado muito de 1853 até aos dias de hoje. Em França, G. de Leener afirmou em 1933, à vista de tanta mudança feita em doutrinas econômicas: *"L'Etat est ce qu'il est aujourd'hui; nous n'apercevons pas de démiurge qui le change... Pût-on le changer, ce ne serait ni demain, ni après-demain que la transformation radicale s'en opérerait'* (2).

4

A PRIMEIRA ESTRADA DE FERRO DO BRASIL

O sonho extraordinário de Mauá foram as estradas de ferro. Proprietário de Ponta d'Areia e concessionário da Emprêsa do Gás, Ireneu Evangelista de Sousa resolveu aplicar seus rendimentos especializados em novo cometimento. Como sempre soube fazer através de sua vida ao cercar-se de técnicos estrangeiros competentes, Mauá incumbiu o engenheiro Guilherme Bragge, seu empregado nas obras do gás, de fazer os estudos do reconhecimento da que seria a primeira estrada de ferro de Petrópolis, chamada Mauá. Querendo dar um exemplo de lançamento, à moda inglêsa, de um empreendimento público, Ireneu

---

(1) Ver o artigo de FERNANDO MONTEIRO, 'O centenário da iniciativa de Mauá criando o segundo Banco do Brasil", **Jornal do Comércio,** 19 de agôsto de 1951.

(2) Citado por GAETAN PIROU, **"La crise du capitalisme"**, pág. 57, Paris, 1934.

Evngelista de Souza, disposto a "arrostar com os preconceitos", como afirmou, apoiado por um grupo de amigos que confiaram em sua audácia e em sua estrêla, — como o Barão de Andaraí, o Visconde de Condeixa e outros —, ofereceu ao comércio e aos capitalistas a subscrição do capital julgado necessário.

Mauá dera o nobre exemplo de uma iniciativa lançada em traços largos. Esperava que o mesmo frutificasse em novas iniciativas num país onde tudo se esperava — e se espera do Govêrno... Temperamento de ação, Mauá acreditava que, com a instauração de novos empreendimentos comerciais e industriais, *desfeudalizasse* a sociedade do tempo, — emperrada em preconceitos, empedernida em práticas governamentais tímidas e dominada por uma economia baseada no trabalho escravo.

Lá está no *Fausto;* o Imperador indigna-se com Mefistófeles e increpa-o de ocultar tesouros que deveriam estar em poder da corôa. Procurando abonançar a ira imperial, Mefistófeles replica:

"Den Weg dahin wüsst' allenfalls zu finden.
Doch kann ich nicht genug verkünden,
Was überall besitzlos harrend liegt".

Assim, era o caso do Brasil: riquezas jacentes sem dono e esperando quem as explorasse.

Mauá acabou por se transformar em responsável único do empreendimento ferroviário. Seu nome já era uma garantia cabal. Por isso mesmo, grande foi o entusiasmo dos acionistas. Reconhece-o Mauá na *Autobiografia,* dizendo que "jamais em nosso país se levou emprêsa a cabo com mais fervorosa dedicação". Era o resultado do seu nome — e do magnetismo de sua personalidade.

Vinte meses depois de iniciados os trabalhos, — a 30 de abril de 54, o Imperador Dom Pedro II, manejando uma pá com cabo de jacarandá e um carrinho da mesma nobre madeira (ambos atualmente no Instituto Histórico), inaugurou a primeira estrada de ferro construida em território brasileiro — e com capitais brasileiros.

Às indecisões dos políticos, Mauá preferiu a ação intensa e desbordante em prol de cometimentos materiais. Os polí-

ticos ficariam imersos em Lobão, a debuxar formulações jurídicas; êle, Mauá, iria aos grandes caminhos da vida prática e ao pioneirismo infatigável do planejar e executar. Havia contraste curioso entre dirigentes anémicos e um homem que se atirava corajoso a novos empreendimentos. Sua personalidade era uma palhêta maravilhosa, onde a ação se traduzia em realizações multiformes. Mauá, nacionalista a seu modo, jamais prescindirá da colaboração de técnicos e capitais estrangeiros. Em Londres, confia-se nêle. No Brasil, desconfia-se dêle... Os bacharéis, preocupados com limar seus esbocetos jurídicos em linguagem tersa e melodiosa, vivem num mundo imaginário, o mundo do papelório burocrático. Sobem às nuvens da meditação extática ou se embevecem na contemplação de fórmulas jurídicas. Naquele tempo, os bacharéis ignoravam o Brasil. Talvez ainda hoje o ignorem. Os prudentes da política iam libar nas flores da jurisprudência conimbricense o mel doirado para resolver os problemas metafísicos do Império. E perdiam tempo precioso, como ainda hoje o perdem, faltos de imaginação e de veemência criadora...

Estradas de ferro... Se Mauá houvesse construido tôdas as ferrovias que planejou, o Brasil no século passado teria contado com muitos milhares de quilômetros em tráfego. No entanto, quantas dificuldades não se lhe depararam, suscitadas pela rotina e pela inveja, ou pela abiose faquirista de muito político importante! A despeito de haver batalhado por seus planos, não pôde levar por diante a construção de ferrovias em Pernambuco, Bahia, Província do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Ideou o traçado de uma estrada de ferro gigantesca, a arrancar do Paraná e a embrenhar-se através de Mato Grosso até a fronteira com a Bolívia, — estrada de ferro que teria precipitado a colonização intensiva de grande parte do Paraná, São Paulo e sul de Mato Grosso. (Há no Arquivo Histórico do Itamaraty uma carta dirigida pelo general Adolfo E. Carranza, datada de Buenos Aires de 6 de dezembro de 1870, ao Visconde do Rio-Branco, na qual propõe a criação de Correios ou Mensagerias entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra). Os planos gigantescos de Mauá, se realizados, teriam levado o progresso a várias regiões do Brasil e estabelecido salutar emulação. Não lhe foi possível vencer a rotina.

Políticos, vivendo nos calabouços abismais da ignorância, reagiram contra Mauá e travaram-lhe os planos que teriam sido úteis ao país. Mauá era grande, muito grande, para ser entendido por políticos brasileiros...

5

MAUÁ E O FALSO NACIONALISMO ECONÔMICO

Um grande empreendedor sonha planos arrojados — e Mauá estava certo nêsse sonho das ferrovias. Uma das grandes desgraças da história brasileira foi ter o Brasil perdido o ritmo em relação ao resto do mundo na época das estradas de ferro, — traço característico do século XIX, quando se verificou a construção de importantes sistemas ferroviários nos Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra e mesma na Rússia, então obscurantista e medieval. Recorde-se a construção do Transsiberiano e do sistema ferroviário da Mandchúria (obras russas, mas feitas com capitais franceses). O sistema ferroviário da Mandchúria foi um dos motivos da guerra russo-japonesa de 1904-5. Não tendo alcançado os benefícios da época das estradas de rodagem (problema, contudo, sempre atual), o Brasil deveria compensar a deficiência com a construção de ferrovias. Mais uma vez, Mauá provou que não era apenas um sonhador; mas, sim, um vidente dos problemas econômicos do Brasil. *Day-dreaming*... No entanto, êle não poderia fazer tudo, sòzinho. Era preciso que seu exemplo estabelecesse salutar emulação. Mauá mandou vir técnicos da Europa e despertou entre banqueiros inglêses interêsse pela aplicação de capitais no Império. E isso já era muito. Neste particular, Mauá não era um ferrenho nacionalista econômico. Pelo contrário: aspirava a introduzir no Brasil melhoramentos materiais importantes de parceria com técnicos e capitais estrangeiros. Não era avesso a tal colaboração. Era avesso à rotina escandalosa que, apoiada no trabalho escravo, entorpecia o progresso do país. A vida de Mauá, com seus altos e baixos, feita a retalhos descontinuados, apresenta esta batalha maravilhosa: a renovação do Brasil, sua desfeudalização econômica, sua expansão em têrmos de riqueza. Acreditava que, com seu exemplo,

outros emuladores aparecessem. Talvez nisso se houvesse enganado. O trabalho escravo era mais rendoso que a construção de ferrovias. Ao pensar na construção de estradas de ferro, Mauá acreditava na função impulsionadora do progresso que possuem tais empreendimentos. Além da obra de Mauá, a construção de ferrovias só iria receber certo impulso no glorioso gabinete do Visconde do Rio Branco. Depois, perdeu-se o ritmo, que deveria ter sido constante e ascendente. Mais tarde, a construção de ferrovias teve esplendor no período de Rodrigues Alves até 1914. Nessa quadra, devido à ação de notáveis engenheiros brasileiros, construiram-se a São Paulo-Rio Grande, a Madeira-Mamoré e a Noroeste (obra do engenheiro Emílio Schnoor e do Barão do Rio-Branco). De 1914 em diante, o ritmo amorteceu. Perdeu-se o compasso na construção das ferrovias. Igualmente se perdeu o ritmo na construção da Marinha de guerra. O resultado é que, na época do avião e da energia atômica, o Brasil apresenta um sistema ferroviário deficiente, ganglionar, estrangulado, constituido por sistemas "locais" quase sem articulação geral planificadora.

O estreito "nacionalismo econômico", tendente a uma estatização absurda, — o Estado tudo deve fazer para evitar que capitais estrangeiros se *apoderem* do Brasil... — entorpece a solução dos grandes problemas nacionais e estióla a iniciativa particular. Mau patrão, o Estado aspira a socializar e estatizar ferrenhamente, criando exércitos de funcionários públicos. Os serviços de utilidade coletiva deixarão de dar lucro, porque serão desorganizados pela burocracia impenitente. A *"entreprise"*, nacional ou estrangeira, será combatida. Peter F. Drucker disse de maneira incisiva: "The problems of industrial society are thus *problems in pluralist organization*. There is not one prime mover in our society but at least two: State and enterprise. These two have to live in harmony, or they will not live at all" (1). Na União Soviética, o Estado criou legiões de *secretários*. Nos Estados Unidos, a livre emprêsa criou legião de *gerentes* ("managers"). A "produção em massa" é uma invenção da livre emprêsa norte-americana que os Soviets procuram copiar.

(1) PETER F. DUCKER, **"The new society"**, pág. 37, Nova York, 1950.

Ora, por mais espantoso que pareça, Mauá jamais foi funcionário público. Foi sempre livre como o minuano de sua província natal. Por isso, apreciou os problemas brasileiros, não em função do papelório (o prazer do funcionário público), — mas, em função da *ação*. Em relação à estrada de ferro de Petrópolis, seu plano foi audaz: "O pensamento da estrada de ferro de Petrópolis levava, pois, em suas entranhas o seguimento da via férrea na direção que os estudos melhor justificassem, até alcançar aquêle grande *desideratum* ("esta estrada, Senhor, não deve parar e se puder contar com a proteção de V.M., seguramente não parará senão quando tiver assentado a mais espaçosa das suas estações na margem esquerda do Rio das Velhas", dizia Mauá no discurso de inauguração, pronunciado perante o Imperador a 30 de abril de 54), e estudos completos que importaram em algumas dezenas de contos, até as imediações das Três Barras, no rio Paraíba, foram efetivamente executados pelo engenheiro Webb, depois de obtido do Govêrno imperial privilégio exclusivo das cinco léguas laterais ao longo da linha, privilégio que abandonei sem indenização alguma, a pedido do Visconde de Paraná, quando foi contratada a primeira seção da estrada de ferro Dom Pedro II e teve de organizar-se a companhia que a tinha de executar" (*Autobiografia,* pág. 128).

Assim se inauguraram os primeiros 14 quilômetros entre o Pôrto de Mauá e a estação de Fragoso. Muito lutou Mauá para vencer a peleja. Batalhou com a rotina, a descrença, o marasmo e os interêsses políticos. Para a realização do seu plano, contou, no entanto, com o decidido apoio do grande ministro Luís Pedreira do Couto Ferraz, depois Barão de Bom-Retiro, Ministro do Império no admirável gabinete de 6 de setembro de 53, chefiado pelo então Visconde de Paraná. Dirá Nabuco: "Pedreira, ministro do Império, trazia da presidência do Rio de Janeiro a reputação de um espírito inovador, ansioso por introduzir em nosso país os grandes melhoramentos modernos; fôra êle que contratara a primeira estrada de ferro do Império, a pequena linha de Mauá à raiz da serra de Petrópolis. Era um administrador de uma mobilidade infatigável, que mexia em tudo e entendia de tudo, reformador de instinto" (*"Um Estadista do Império"*, vol. I, pág. 165, 1.ª edição). Em conseqüên-

cia dessa ferrovia, Ireneu Evangelista de Sousa recebeu título de nobreza concedido pelo Imperador: Barão de Mauá.

Mauá lançou-se noutra emprêsa: o serviço de vapores entre a Côrte e o Pôrto de Mauá, para daí levar passageiros ao interior da província do Rio de Janeiro, então o famoso reduto da aristocracia rural. Por causa dessa primeira estrada de ferro, terá Mauá de lutar com inimigos ostensivos ou embuçados, tanto no Parlamento como fora dêle. Por certo um realizador do seu porte incomodava as mediocridades. Os partidários do trabalho escravo e do marasmo econômico incomodavam-se com as realizações de Mauá e procuravam matar o "nascente espírito de associação", conceito do grande empreendedor. Irritavam-se, porque o industrial estivessem organizando e lançando emprêsas, aliciando amigos, distribuindo quotas, contratando engenheiros inglêses e alguns dos mais notáveis da Grã-Bretanha, despertando entusiasmo novo pelos negócios e criando riquezas.

Ora, os senhores de escravos bandearam-se contra Mauá, ululantes de prevenções e desejosos de ver o malôgro de seus empreendimentos.

Nessa ocasião, certo "nacionalismo econômico", vesgo e exaltado, repontou, defendido nas gazetas por escribas impenitentes. Quando lançou o Banco de Comércio e Indústria do Brasil (a primeira assembléia geral dos acionistas se realizou a 1.º de março de 51), Mauá teve de rebater pelas colunas do *Correio Mercantil* (de 26 de março de 51) as mofinas que apareceram no *Jornal do Comércio,* assinadas por "O.O.O." e "P.P.P.".

A verdade é que Mauá teve de arcar com a incompreensão de muitos e sanha de outros, que o pintaram como um polvo perigoso a serviço de capitais estrangeiros...

O "nacionalismo econômico", que tanto mal tem feito ao Brasil por suas limitações, hesitações e incompreensões, não é novidade. Existiu no tempo do Império; mas, existiu em nome dos interêsses entrelaçados dos escravocratas — classe poderosa e absorvente, retrógrada e dominadora, avessa a melhoramentos comerciais ou industriais que pudessem lesar seu imediatismo econômico.

A "bandeira" do "nacionalismo econômico" é velha. Já se encontra mesmo esfarrapada.

Contudo, no tempo de Mauá essa bandeira foi arvorada para defender os interêsses escusos de uma classe aristocrática que só teve em mira um propósito: manter o trabalho escravo no Brasil. Manteve-o até 1888. Grande vitória...

Se Mauá houvesse sido um oportunista, teria entrado em conluio com os adversários. Teria feito acordos ou barganhas, mercê dos quais seus interêsses poderiam ter-se arredondado em lucros prodigiosos. Era êle, porém, de têmpera diferente. Não se intimidou com a campanha embuçada ou ostensiva. Não se amedrontou com as iras e as diatribes dos escravocratas. Não se atemorizou com os arreganhos de personalidades políticas que queriam sua caveira. Coerente consigo mesmo, seguiu por diante, empenhado em desenvolver novas emprêsas. Os "nacionalistas econômicos", da quadra de 1850 a 1860, prosseguiram nas investidas contra o Empreendedor. Naquele tempo, o "nacionalismo econômico" entendia que Mauá pretendia *devorar* o Brasil com seus capitais ou com os capitais inglêses e técnicos inglêses...

O Empreendedor viu-se incompreendido. Que queria êle? O progresso material do país, talvez no mesmo rítmo que se processava nos Estados Unidos. Que queriam os senhores de escravos e os políticos? A rotina e o marasmo. A contradição era, pois, violenta. E por causa dessa contradição, Mauá sofreu. Com os estaleiros de Ponta d'Areia imaginou poder criar no Brasil um artezanato naval e desenvolver um corpo de técnicos navais brasileiros. Com a construção das estradas de ferro, ao chamar técnicos britânicos, o Empreendedor imaginou poder criar uma *escola* de engenheiros ferroviários brasileiros num tempo em que os filhos-família só estudavam Direito... Mauá marchava com botas de sete-léguas, alheio a doestos e invejas. Atraindo capitais estrangeiros ao Brasil, Mauá pensava em construir estradas de ferro que se transformassem ràpidamente em alavancas do progresso de várias regiões do país.

Fala-se hoje tanto em "Política de Desenvolvimento". Escrevem-se relatórios. Publicam-se entrevistas nas gazetas. Deita-se ciência certa — ou errada. Mauá pôs tudo isso em prática, sem citar economistas estrangeiros — ou sem fazer luxo de erudição em Economia política. Temperamento realista, amou a Ação e viveu pela Ação.

Na realidade, não são os políticos, os funcionários públicos e os jornalistas os que fazem a riqueza de uma nação: são os *empreendedores,* paradigmas da livre emprêsa e da iniciativa pessoal.

No passado, êsses criadores foram Mauá, Mariano Procópio, Gaffrée, Delmiro Gouveia, Mackenzie e tantos outros. Ora, reconheceu-o Keynes, se os grandes empreendedores buscassem apenas ganhar dinheiro ou tivessem a avidez do lucro imediato, muitos de seus empreendimentos teriam ficado no papel. Quando êsses empreendimentos crescem, quando estabelecem caminhos novos na produção industrial, ficam sendo mais dos *outros* que dos seus lançadores originais. Nem sempre a ação dos grandes empreendedores é devidamente interpretada. Lesseps jamais teria aberto o canal de Suez, se houvesse dado ouvidos a rotineiros e a invejosos. Modernos criadores de riqueza industrial jamais haveriam lançado planos gigantescos na prática, se fôssem peiados pela incompreensão de muitos e pela ignorância de outros. É da essência de um grande cometimento industrial prolongar-se através do tempo em centuplicação de riqueza, — e esta riqueza acaba revertendo em benefício da coletividade, sob variadas formas. Um empreendimento industrial de escala gigantesca requer concentração de capitais e número crescente de técnicos e de obreiros. Por isso mesmo é empreendimento de vulto, traçado em projeções cada vez maiores e dando lucros crescentes.

No Brasil, é preciso dar lugar aos "empreendedores", tanto no campo da agricultura como no campo industrial. Aos autênticos empreendedores, que lançam planos audazes, fundam usinas, conglomeram capitais, impulsionam o progresso. Porque são os criadores de progresso, os desbravadores, os aglutinadores de capitais e os lançadores de novas indústrias ou novas riquezas agrícolas. Doutro forma, a concepção do desenvolvimento industrial (processo dinâmico em constante expansão capitalística, técnica e operacional) não sairá da cepa torta. Se, no passado, tais homens tiveram de lutar com a rotina e os preconceitos, — no presente, pelejam com absurdas concepções econômicas (por vêzes, bonitas na teoria), tendentes a anemiar o país com uma estatização integral — ou criar um "empreguismo" desenfreado. A função tutelar e supletiva

do Estado deve saber dosar os remédios a se empregarem no campo econômico. Mais que isso: deve saber lidar com as necessidades econômicas e sociais no sentido de permitir que a iniciativa particular possa crescer, sem desmedro dos interêsses do povo. Os monopólios, sim, devem ser combatidos pelo Estado. Combatendo-os, o Estado não deve, porém, transformar-se em monopolista de tudo. Isto é o que não se enxerga no Brasil. Assinale-se que, no meio de um oceano de contradições, o Banco do Desenvolvimento Econômico tem tido uma "filosofia de ação" realmente eficiente:

> "A ação do Estado, em princípio apenas normativa, tem que se expressar ainda em têrmos de intervenção supletiva em apoio à iniciativa privada. Não podemos nos esquecer que, sendo um País subdesenvolvido, ainda estamos sujeitos, internamente, a um processo tumultuado de evolução econômica e que sofremos ações e reações que nos vêm de fora, no livre jôgo das competições internacionais. A presença do Estado no campo econômico deve visar ao fortalecimento da economia nacional em face de economias externas, assim como definir regras que conduzam a um justo equilíbrio dos grupos sociais que atuam no País" (1).

Maior empreendedor da história do Brasil, Mauá pelejou com fôrças antagônicas de real porte. Se não se intimidou com a batalha, contudo pagou um *custo muito caro* (caríssimo mesmo, pelo que êle deixou de fazer) à incompreensão e à rotina. Se Mauá tivesse tido seguidores, empenhados em levar sua obra por diante, por certo o progresso do Brasil teria sido acelerado impetuosamente por meia dúzia de homens audazes. Infelizmente, tal não aconteceu.

6

MAUÁ E PARANÁ

Mauá e Paraná eram amigos e compadres. Tão forte era a amizade que os ligava que, ao abrir mão do *privilégio exclu-*

(1) Conceitos de LUCAS LOPES, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, **"Observador Econômico"**, outubro de 1956, pág. 52.

sivo da navegação amazônica, a pedido de Paraná, o Empreendedor disse estas nobres palavras: "Tive que ceder à exigência perentória do finado Marquês de Paraná, que me honrava com a amizade e exercia sôbre mim grande influência". Mauá não se envergonha de o confessar, tão densa é sua personalidade. Momento houve em que Mauá e o Marquês de Paraná se desentenderam. Após a inauguração da estrada de ferro à Raiz da Serra de Petrópolis, a primeira do Brasil, Mauá pensou levá-la até Pôrto Novo do Cunha. Depois de obtido o privilégio e o primeiro auxílio do Erário em 55, Mauá, então deputado, procurou alcançar do Parlamento garantia dos juros de 7 % para 2.000 contos pelo prazo de 10 anos. O empreendimento ferroviário era de excepcional grandeza para o tempo e Mauá não dispunha dos capitais necessários em sua totalidade. Foi, no decorrer de uma discussão na Câmara, que Mauá disse que se davam 85 contos ao cantor Tamberlick, enquanto melhoramentos indispensáveis não contavam com o apoio dos poderes públicos. Houve espanto no recinto parlamentar por motivo da ousadia de Mauá. Tamberlick causara sensação no Rio de Janeiro e de tal forma que até polcas foram feitas por compositores avulsos em sua homenagem, como aquela que saiu do estabelecimento musical de Diniz, sito na praça da Constituição n.º 11.

Paraná, presidente do Conselho de Ministros, o chamado da *Conciliação,* que durou de 1853 a 57, era a maior figura do tempo. Enérgico, altivo, grave, tinha a consciência da coisa pública. Trabalhador infatigável, de tudo indagava e tudo procurava resolver rápido. Não era homem para recuar diante de dificuldades. Nabuco definiu-o magistralmente como "um conhecedor de caractéres, e por isso não tomava os homens pelo que êles mesmos pretendiam valer mas sempre com grande desconto" (*"Um Estadista do Império"*, I, pág. 163,1.ªedição). Censor implacável, pautava o proceder por normas inexoráveis de honestidade, dignidade e respeito à lei. Jamais se tendo curvado ante o Imperador, Paraná era severo com os amigos e inimigos. É conhecido o episódio em que replicou a um ataque imprevisto de Justiniano José da Rocha, o grande jornalista do tempo, autor do opúsculo célebre, *"Ação, Reação, Transação"*. Rocha, que apoiava o ministério

Paraná, num ímpeto de insensatez, subiu à tribuna e atacou o presidente do Conselho de Ministros. O Marquês de Paraná não era um Visconde de Sepetiba. Aureliano, da "facção áulica", era muito hábil em suas réplicas por vêzes melífluas e zombeteiras. (Sepetiba falecera em 26 de setembro de 55 em Niterói, como Senador do Império pela província das Alagoas). No dia seguinte, Paraná, com aspeito severo e com a mão metida no colete (gesto habitual), em poucas palavras reduziu a pó o articulado do jornalista e deputado. Houve estupor. Instigado por um demônio interior, Justiniano José da Rocha voltou de novo à tribuna, pronunciando lamentável discurso em que procurou defender-se da acusação de subôrno. Numa argumentação descozida, Rocha confessou que de fato recebera *favores* de amigos, porque era muito pobre e precisava viver. Acabou em prantos, contando que de vez em quando o Conselheiro Paulino lhe dava umas cédulas de 200$000, postas dentro de um papél... O episódio causara profunda sensação.

Retomando o fio da narração, a pretensão de Mauá foi transformada em projeto de lei, mas aditivo a outro. A despeito de haver sido o projeto assinado por numerosos deputados, Paraná franziu o sobrôlho e combateu-o com palavras moderadas. Foi então que Mauá alegou que se pagavam 85 contos a um cantor estrangeiro... Por conseguinte, uma estrada de ferro valia mais que um cantor, por mais célebre que fôsse. Era evidente que a seta de Mauá, além de atingir o Marquês de Paraná, alcançava também o Imperador. Por isso, Paraná teve de replicar, fazendo-o com energia em defesa do govêrno e do Imperante. É curioso assinalar que, nessa refrega, ministros de Paraná, como Nabuco, Paranhos e Bom-Retiro, apoiaram a pretensão de Mauá. Cláudio Ganns, em anotação à *Autobiografia*, esclarece:

> "Parece, de fato, que o rumo natural era procurar São Paulo não na zona de Minas que a E. de F. Mauá ia servir; não chegava o dinheiro para as duas coisas. Itaboraí e Manuel Felizardo estiveram ao lado de Mauá: Foi o Imperador que pendeu para o outro lado" (Alberto de Faria, *Mauá*, nota pág. 180). J. P. de C. (Joaquim Pinto de Campos, no ensaio biográfico de D. Pedro II, publicado na revista *O*

Futuro (1862 — n.º 5, nota) declara que a estrada de Mauá era "a única que jamais percebeu do Estado auxílio pecuniário".

O incidente não impediu que Paraná e Mauá fossem amigos até o dia 3 de setembro de 1856, data em que morreu o grande estadista. Dêste disse o *Jornal do Comércio* em conceitos exatos: "O Sr. Marquês de Paraná era a personagem de maior vulto na atualidade. Proveniente em tôdas as crises por que tem passado o Imperio desde os turbulentos dias da maioridade, gosava da mais completa adesão, da maior confiança dos homens do seu partido e da estima dos seus contrários, porque êstes sabiam que enérgico quando a energia era necessária, não conservava o Sr. Marquês de Paraná o menor ressentimento nem com mesquinhas inspirações obcecava seu atilado espírito. Nunca cidadão algum no nosso país chegou a posição semelhante e nunca uma falta tão dolorosa e tão inoportuna foi tão fàcilmente compreendida". Euclydes da Cunha sustentou que a *Conciliação,* obra de Paraná, foi o momento mais alto de tôda a história do Império.

Com a morte imprevista de Paraná, sua grande tarefa administrativa sofreu severo contratempo. Os que lhe sucederam não souberam aproveitar o exemplo dado por Paraná. Esqueceram-se de sua obra em grandes proporções e cuidaram de "pequena política".

É curioso assinalar que êsses homens de grande energia no comando e na administração foram raros na História nacional. Ao invés de estadistas enérgicos, do tipo de Paraná, que muito poderiam ter acelerado o progresso material do país, teve o Brasil supostos estadistas cameleônicos, vira-casacas, malabaristas, que não se revelaram como figuras másculas e inteiriças.

Mauá e Paraná tiveram pontos de contacto: foram homens de ação intensa, temperamentos realistas, criadores de riqueza. Nada livrescos, detestaram o papelório burocrático e traduziram seus atos num *idioma de ação*. Talvez não conhecessem mesmo outra linguagem. Como quer que fôsse, num ambiente estreito coom o daquele tempo, possuiam ambos têmpera de lutadores e não se deixavam atemorizar nem por obstáculos, nem por pessoas. Tiveram ambos de afrontar situações

difíceis; de combater invejosos e traidores; de arrostar com prevenções e preconceitos. Membros da família dos "homens de ação", Mauá e Paraná tinham também o segredo de *comandar*, o que não era fácil naqueles tempos, em que o ranço de idéias estratificadas e o comodismo político conduziam à desconfiança e à indisciplina. Porque só têm disciplina social aquêles que possuem o verdadeiro sentido do ritmo e da hierarquização de uma sociedade. Os indisciplinados são sempre incultos e, na realidade, são meios-homens, nada mais.

Paraná era inimigo da rotina, do papelório e do adiamento. Nas chamadas *eleições do cacete,* de 25 de outubro de 40, perdeu a cadeira de deputado por Minas Gerais. Quando em março de 41, os conservadores subiram ao poder, viu-se investido da presidência da província do Rio de Janeiro (de 41 a 43). Contudo, surgiram divergências entre Sepetiba e Paraná. Aureliano Coutinho era então o indigitado chefe do "Clube da Joana", constituido por certos áulicos reunidos em tôrno de Paulo Barbosa da Silva, mordomo da Casa Imperial. Em janeiro de 43, Paraná foi feito presidente do conselho de ministros, ministério conservador. Novos incidentes com os dois irmãos, Aureliano e Saturnino de Oliveira Coutinho, ambos poderosos. A crise de 43 afastou Paraná do poder, o que motivou a acusação de Timandro de que se tratara de "simples vindita da Côrte". Presidente da província de Pernambuco, em 49 e 50, logo após o rescaldo da revolução praieira, o que motivou a deportação de alguns para Fernando de Noronha, entre os quais Lopes Netto, depois célebre pela missão diplomática à Bolívia em 67, Paraná foi em missão especial ao Prata, obtendo assinalado êxito em sua missão especial e em sua missão ordinária como ministro em Montevidéu.

Êsse o homem animoso e enérgico, previdente e cauto, que soube impor-se ao meio político brasileiro de sua época, revelando fortes qualidades de *comando*. Daí, pois, haver-se estabelecido amizade firme entre Paraná e Mauá, homens empreendedores e anti-livrescos. No longo crepúsculo da velhice aborrida, Mauá lembrar-se-á do Marquês de Paraná em passos de sua *Autobiografia,* enaltecendo-lhe o espírito de decisão e de ação.

7

NAVEGAÇÃO AMAZÔNICA

Quer dizer do portentoso empreendimento, extraordinário golpe de gênio político e comercial — o da navegação a vapor pelo rio Amazonas, de Belém a Iquitos, no coração do Peru, com navios construidos no Brasil, dirigidos por pilôtos brasileiros, transportando mercadorias brasileiras por meio de um serviço bem organizado? Mauá volveu os olhos à Amazônia. Aquêle imenso e complexo problema, que ainda hoje constitui uma preocupação, foi por êle encarado de maneira pragmática. Levar o progresso, ativar a colonização, estabelecer a circulação de riquezas — através do rio imenso. Se o sistema potâmico é de fato ímpar, facilitando percurso de vias navegáveis de milhares de quilômetros através do qual poderá realizar-se extraordinário giro de riquezas, há a considerar que a floresta se levanta como o maior inimigo do homem. Núcleos de população escassa viviam — e vivem, ainda hoje — isolados e comprimidos entre o rio e a floresta. O homem só será senhor integral da Amazônia no dia em que derrubar a floresta, aproveitá-la tècnicamente e replantá-la.

Quando se pensa que navios de grande calado podem subir 3.000 quilômetros do Amazonas, então se compreende o alcance da obra de Mauá. No capítulo da navegação amazônica Mauá foi único. Conta um clássico francês que Luiz XIV, ao saber da morte de Turenne no campo de batalha, sentiu imensa aflição. E para sua vaga foram nomeados oito marechais de França, *sa menue monnaie*... Mauá desapareceu. Infelizmente não teve émulos ou seguidores na obra do aproveitamento da Amazônia.

A Emprêsa de Navegação a Vapor do Amazonas foi um dos mais belos cometimentos de Mauá. "Na época em que ninguém acreditava em emprêsas, foi anunciado pelo govêrno achar-se autorizado a contratar esta navegação, mediante subvenção e privilégios exclusivo", disse Mauá. No entanto, *ninguém se apresentou,* apesar da subvenção e do privilégio. Mont'Alegre, presidente do Conselho de Ministros, aquêle que a História denominou o *Gabinete das Águias,* instou com Mauá para que se

encarregasse da "missão civilizadora que êsse fato levava em suas entranhas", conceito encontrado na *Autobiografia*. Assim, Mauá aceitou e o Govêrno imperial deu cumprimento a uma lei de 50, autorizando-o a estabelecer a navegação a vapor em águas amazônicas até aos territórios estrangeiros confinantes.

O empreendimento é dos que inda hoje suscitam a comovida atenção de quem tiver um pouco de patriotismo. Mauá, instado por Mont'Alegre, aceita e propõe-se a realizar a navegação amazônica. Desde logo, segundo o velho costume, os rotineiros começam a ladrar na sombra, boquejando intrigas minúsculas. O *negocista* vai ganhar uma fortuna de mão beijada... O Marquês de Mont'Alegre é seu sócio... Mauá oferece as ações da emprêsa ao público. Não encontra subscritores nem pela metade do capital necessário. Primeira vitória dos rotineiros e dos escravocratas. Estão contentes. O negocista vai perder dinheiro e o plano não se realiza. Esfregam as mãos. Na verdade, o melhor negócio do Brasil ainda são os escravos. Para que pensar na navegação do Amazonas? Maluco... Há escravos? não. Logo, não há interêsse. O Padre Vieira não disse, certa vez, que sem Angóla não há negros e que sem negros não há Brasil? "Foi sempre um dos defeitos radicais do meu modo de contemplar com energia, e mesmo entusiasmo — disse Mauá — os serviços de que me encarregava, sem dúvida no intuito de colher honesto proveito, porém como ninguém pode desconhecer, correndo risco assim o capital já *adquirido*, quando me fiz empresário, como o bom nome que começava a aparecer. Na criação dessas emprêsas não esqueci jamais o interêsse público que o objeto da concessão representava".

Espelha-se nessas palavras um código de honra. Mauá tomou a sério o cometimento de levar o progresso àquela vasta região. Um dos maiores problemas do Brasil consiste em povoar desertos e abreviar distâncias. O só abreviá-las já constitui de certo modo obra de colonização. O brasileiro gaba-se da grandeza do seu território. Contudo, se êste é vasto, por isso mesmo reclama do homem brasileiro tresdobrados esforços. Em lugar algum do mundo, maior tarefa se depara ao desbravador e colonizador. É preciso vencer o deserto. E o deserto existe. No dia em que o ciclo do Bandeirantismo, iniciado no século XVII, se encerrar, então se terá concluido a integração do país dentro

do Grande Brasil. Quanto tempo durará êsse ciclo? Cinqüenta anos mais? Que importa? O homem brasileiro dará conta dessa tarefa gigantesca.

A emprêsa de Mauá, nas águas amazônicas, iniciou os trabalhos em 1.º de janeiro de 1853. O empreendedor não se contentou com uma obra limitada. Entendeu de ampliá-la, dando-lhe atenção permanente: "o modesto serviço, foi, porém, julgado insuficiente e os interêsses da região amazônica exigiram imperiosamente maior desenvolvimento. Prestei-me quanto era possível, e sucessivamente novos navios fundeavam na capital do Pará por conta da companhia", dirá na *Autobiografia*.

Viajante estrangeiro, que escreveu trabalho muito interessante sôbre o Brasil no ano de 60, apresenta informações curiosas a respeito dêsses e doutros cometimentos de Mauá. De fato, Belmar, autor da obra em francês (incidentalmente: quem seria Belmar, um *ghost writer* de Mauá?), proporcionou informações a respeito do andamento dos planos do empreendedor. A 1.º de janeiro de 53, iniciou-se a navegação regular do Amazonas. A "Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas", obra de Mauá, buscou realizar grandes cometimentos. Antes de mais nada, aspirava a integrar aquêle vasto império, a Amazônia, no Brasil por meio de um sistema rápido de comunicações. Em lugar de patachos, lanchas, gaiolas, galeotas e escunas, o Amazonas iria ser navegado por navios a vapor, modernos e asseados.

Se é verdade, como afirmou o Presidente Getúlio Vargas, em sua viagem ao Setentrião em 1940, que "ver a Amazônia é desejo de coração na mocidade de todos os brasileiros" —, não menos justo será afirmar que Mauá, pôsto lá nunca houvesse estado (ao que se saiba), a viu e a interpretou em têrmos de *grandeza econômica*.

A primeira viagem cobriu o largo trecho entre Belém e a Cidade da Barra do Rio Negro, hoje Manaus, num percurso de 996 milhas, com escalas em Breves, Gurupá, Prainha, Santarém, Obidos, Vila Bela de Parintins e Itacoatiara. Em 53, o movimento de passageiros foi de 191. Em 54, subiu a 1.342.

Mauá não tardou em estabelecer segunda linha de navegação entre Mauá e Nauta, no Peru, inaugurada pelo vapor *Marajó*, sob o comando do 1.º tenente da Marinha de guerra, Antônio José Pereira Leal, que escalou em Coari, Egas, Fonte Boa, Tocantins,

Tabatinga, Loreto e Pébas, viagem tornada possível em virtude do contrato celebrado pela Companhia com o govêrno peruano em 4 de outubro de 52, para terminar em julho de 58, mas inovado em Lima em 9 de julho de 59. Contudo, Mauá não ficou contente com o desenvolvimento da emprêsa. Em 55 estabeleceu a terceira linha, destinada ao Tocantins, com escalas em Belém, Cametá e Baião, e demandando Goiás, que haverá de ser o imenso celeiro do Brasil. O gênio de Mauá quís integrar as riquíssimas regiões goianas na vida econômica do Império. Entretanto, quase 30 léguas de trecho encachoeirado no Tocantins impediram que o empreendedor levasse seus navios ao coração de Goiás. (1)

Em 55, Mauá estabeleceu a quarta linha, destinada ao Rio Negro, com escalas em Tauapeçaçu, Airão, Moura, Barcelos (antiga capital da Capitania do Rio Negro), Tomar e Santa Isabel. Apesar das dificuldades da praticagem, do desconhecimento de muitas regiões, então pela primeira vez visitadas por navios a vapor, o que não deixou de causar desastres, a emprêza de Mauá, durante os anos iniciais de funcionamento, possuiu os seguintes vapores: "Marajó", "Rio Negro", "Monarca", "Tapajós", "Cametá", "Tabatinga" e "Solimões".

O empreendimento amazônico é das obras mais emocionantes que Mauá realizou. É preciso fixar a época. Convém assinalar o pêso imenso da rotina. A despeito das dificuldades encontradas, Mauá colocou o Bem Comum acima de tudo. Exemplificou o que o Visconde de Cairu dissera na sessão do Senado em 1.º de agôsto de 1826: "Ninguém mais do que eu ama a racional e varonil liberdade política e econômica; mas, sempre a considero subordinada ao interêsse nacional". (2) O temperamento do empreendedor levava-o a vencer dificuldades sem conta, com pugnacidade e com alto espírito de ser útil ao Brasil. Travou batalhas ásperas com mil e um adversários, disposto a impor suas idéias em benefício do progresso nacional.

---

(1) L.R. DE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, "**A Amazônia em 1893**", Rio, 1894, págs. 12 e segs.

(2) Citado por JOSÉ SOARES DUTRA, "**Cairu" — precursor da economia moderna**", Rio, 1943, pág. 78.

A respeito da concessão da navegação amazônica, disse Mauá na *Autobiografia* estas nobres palavras:

> "A còncessão, que me foi feita em relação à emprêsa, teve por objeto o aproveitamento de riquezas, já criadas pela natureza, sob a forma de produtos naturais, e que jaziam *perdidas* no território banhado pelo vasto oceano fluvial que corta em tôdas as direções a região privilegiada, na extrema setentrional do Império. Era uma tentativa que a experiência devia confirmar e regular para o futuro. Dessa emprêsa nasceram outras que vieram incorporar-se a ela por fôrça dos seus interêsses recíprocos, e todo êsse serviço acha-se hoje executado pela Amazon Steam Navigation Company, que eu *criei* em Londres e, talvez por ainda aparecer meu nome como principal interessado, tem essa emprêsa suportado a *guerra* que lhe foi movida. Cessa, hoje, essa causa, trata-se hoje só dos credores da casa Mauá, e Deus queira que seja melhor compreendido o interêsse brasileiro de *primeira ordem* que essa emprêsa representa e se não recuse dar àquele mundo de riquezas naturais o impulso que êle está reclamando".

Tavares Bastos, censor severo e inovador audaz, criticou amargamente a concessão amazônica a Mauá, dizendo: "Ela está garantida... por um contrato solene. Pode-se afirmar que tal subvenção importa tanto como um privilégio. Atualmente o vale do Amazonas é para essa companhia o mesmo que o Indostão para a das Índias: ela navega-o, explora-o, compra, vende, governa". (1) Há evidentemente exagêro na apreciação de Tavares Bastos: a companhia de Mauá jamais teve influência política ou influência de govêrno. Compreende-se, a julgar pelo que escreveu Tavares Bastos, que a concessão houvesse sido combatida e o ariete mais grosso fôsse o da rotina e da inveja. Mauá sempre sustentou peleja dura contra os *ciganos* da política, que já nesse tempo invocavam motivos de "nacionalismo econômico", estreitos e rotineiros, contra o homem que batalhava pelo progresso material do Brasil. Nessa campanha inglória, promovida por políticos ou por grupos econômicos (conglomerados escravo-

(1) TAVARES BASTOS, **"Cartas do solitário"**, Rio, 1863, pág. 315, 2.ª edição.

cratas) havia sempre o mesmo fito: — destruir a obra de Mauá e arruinar o criador. Êsse propósito será conseguido muitos anos depois.

Imagine-se o que teria sido o progresso da Amazônia, se o exemplo de Mauá houvesse encontrado emuladores e seguidores? Ao cabo de poucos anos, os trabalhos de colonização ter-se-iam intensificado em ritmo crescente. Novas comunicações fluviais teriam sido estabelecidas através do aranhol dos rios. O progresso teria sido fomentado em têrmos de riqueza econômica. E mais que isso: o *feudalismo econômico,* que assolou a região durante tantos e tantos anos, teria dado lugar a uma concepção inteiramente nova do trabalho e do progresso, baseada no florescimento de indústrias grandes ou pequenas e no aproveitamento das matérias primas. Quando Mauá desapareceu do cenário nacional, o marasmo penetrou na terra da Cobra Norato. Os caciques políticos instalaram-se e, como verdadeiras gibóias, sugaram a riqueza da região, num tempo em que passavam meses em Paris à tripa-fôrra. O estiolamento econômico apoderou-se de uma área onde havia riquezas a explorar. Evaporou-se a renda produzida durante anos a fio pela borracha. Nesse quadro geral de marasmo sòmente a construção da Madeira-Mamoré constituiu prova de energia criadora. Prova de heroísmo. Tomada em globo, a construção da ferrovia, com desastres nas cachoeiras, endemias, acidentes vários, teria matado cêrca de 40.000 homens. (1) Foi o que exaltou a Amazônia, naquele tempo em que o Barão do Rio-Branco dirigia a política externa do Brasil e grandes engenheiros brasileiros transformaram essa política no dinamismo das comunicações em benefício do Brasil e da Bolívia. E mesmo neste particular, desaparecido Rio-Branco, o estiolamento se verificou. Construir em grande é sempre obra de poucos. Quando êstes *"poucos"* desaparecem, a legião dos rotineiros toma conta de tudo e tudo burocratiza. E logo depois vem a inveja, bem brasileira, surge a trapaçaria e aparece também a desorganização. Para cada brasileiro que constrói, há cem que, por inveja ou burrice, destróem... É a vitória da mediocridade, em têrmos de rotina, despeito e ignorância.

---

(1) JÚLIO NOGUEIRA, **"A Madeira-Mamoré"**, Rio de Janeiro, 1913, pág. 43.

A Amazônia foi terreno de predileção para Mauá. Além da navegação, a colonização. No extraordinário Relatório, apresentado aos acionistas da Companhia do Amazonas, de 64, chamou Mauá a atenção para certas aspirações e fantasias correntes no estrangeiro a respeito das possibilidades econômicas da região. Eis o que disse o Empreendedor:

> "Tenho fé de que essas terras hão de vir a ter valor mais que suficiente para indenizar-nos dos prejuízos sofridos (refere-se à concessão de 92 léguas quadradas de terras que o Govêrno imperial fêz à companhia, às margens do Amazonas), logo que uma forte corrente de imigração se encaminhe para aquelas paragens; mas é fora de dúvida que só em época ainda muito distante é que isso virá a realizar-se, dependendo de medidas que já indiquei em relatórios anteriores, e com que felizmente os altos poderes do Estado se preocupam, como se vê do último relatório do Sr Ministro das Obras Públicas, o ilustre Conselheiro Bellegarde, de quem todo o país deplora a perda prematura, o qual, tratando da abertura do Amazonas ao comércio das nações que estão em paz com o Império, declarou que, como condições preliminares — julgava indispensável promover em mais larga escala a navegação dêsse majestoso rio e de seus afluentes, e bem assim organizar um sistema de auxílios tendentes a facilitar a emigração de alguns lugares do Império para aquelas férteis regiões.
>
> De acôrdo com essas idéias eminentemente práticas, foram já apresentados na Câmara temporária vários projetos autorizando o govêrno: — a fundar uma colônia de nacionais na fronteira de Tabatinga, da província do Amazonas, e outra na ilha Caviana, da província do Pará; — a madar proceder à exploração dos rios Xingu, Tapajós, Madeira, Purus, Japurá, Içá e Negro, em ordem a decretar-se oportunamente a sua livre navegação e comércio às mesmas bandeiras, a quem tenha sido dada essa faculdade no rio Amazonas; — e, finalmente, a subvencionar a navegação a vapor nos rios Negro, Madeira e Tapajós.
>
> Tôdas essas medidas, ao passo que atendem altas conveniências políticas e administrativas, são de transcendentes vantagens para as duas províncias ribeirinhas, e por conseguinte proveitosas também para a companhia, indissolùvelmente unida à sorte delas pelos laços de mútuo interêsse, pois que a fundação de colônias nacionais, e o aumento dos meios de comunicações, provendo o melhor

aproveitamento da produção, estimulando a atividade do comércio, fomentando a indústria, darão incremento à receita pública e à nossa renda, preparando simultâneamente o terreno para a colonização estrangeira que há de vir dar valor às nossas terras.

E não é só no país que a atenção pública se dirige para o vastíssimo e ubérrimo território banhado pelo Amazona: o Sr. EDWARD HASLEWOOD, corretor de fundos da praça de Londres, acaba de publicar sob o título de "NOVAS COLÔNIAS NO ALTO AMAZONAS", um curioso opúsculo em que procura demonstrar às potências européias, e principalmente à Inglaterra, que a aquisição de terrenos naquelas fertilíssimas regiões seria de incalculável vantagem para o comércio do mundo e ao mesmo tempo para os Estados que hoje possuem êsse território.

"Cada república sul-americana, observa o autor, pode dispensar espaço suficiente, em localidades saudáveis, para formar a base de uma nova nação, e não há motivo para não se fundarem nessa parte do globo meia dúzia de colônias ou nações, com decidida vantagem para as atuais repúblicas, quer desde já, quer no futuro, criando entre elas um comércio constante".

Entre as vantagens imediatas coloca o Sr. Haslewood a de evitar conflitos entre os países limítrofes, por não estarem bem demarcadas as respectivas fronteiras e a de poderem aquelas repúblicas pagar tôda a sua dívida pública.

"Êsse território, diz o Sr. Haslewood, embora de configuração muito irregular, compreende provàvelmente .... 650.000 ou talvez 800.000 milhas quadradas, isto é, pouco mais ou menos uma sexta parte da Europa, começando na foz do Orenoco e seguindo a margem austral através da Venezuela até ao paralelo de longitude oeste 72º em Venezuela até ao paralelo de longitude oeste 72º em Nova Granada; daí em linha reta para o sul até Nauta, e daí pela margem setentrional do Amazonas até a sua foz no Atlântico".

Êsses terrenos pertencem hoje ao Brasil e às repúblicas confinantes do Peru, Equador, Nova Granada e Venezuela, e como nas vendas de grandes secções de território, deve prestar-se a maior atenção aos direitos de tôdas as partes e particularmente aos dos credores internos e externos, que têm de fato um direito positivo, se não uma verdadeira hipoteca sôbre o solo, será preciso pagar a totalidade dessas dívidas com o preço da venda das terras.

Ora, a dívida interna e externa da república de Nova Granada monta a dez milhões de libras esterlinas, a da Venezuela a cinco milhões e a do Equador a dois milhões e meio, o que dá o total de 17.500.000; além disso, calcula o Sr. Haleswood que o Brasil cederia os seus direitos por três milhões e o Peru os que lhe competem por quinhentas mil libras, podendo por conseguinte fazer-se a aquisição dêsse território por £ 21.000.000.

"É naturalmente pela Grã-Bretanha, observa ainda o escritor, que esperamos ver realizada a compra; e, quando consideramos que esta nação gastou vinte milhões esterlinos para libertar os negros, que desde então jamais fizeram o menor benefício à humanidade, não podemos supôr que, sendo agora muito mais rica, ela hesite em criar £ 25.000.000 de consolidados e onerar-se com a despesa anual de £ 750.000 para abrir um mercado que lhe devolverá o décuplo das transações e do comércio que as Antilhas criaram e que competentemente desenvolvido viria a ter mais importância do que tôdas as suas colônias reunidas."

Estou longe de encarar a questão através do mesmo prisma e sob o mesmo aspecto em que ela se apresentou à imaginação do Sr. Haslewood, que até já destina os jovens pimpolhos das casas reais da Prússia, Holanda e Itália para reinarem sôbre essas futuras nações; tanto mais que, para conseguir o grande desideratum do autor, nada disso é preciso. Êsse desideratum revela-se nas seguintes palavras:

"Uma só colônia de qualquer nação européia às margens do Amazonas seria um acontecimento importantíssimo na história do mundo. *Desde êsse momento estaria aberto o rio*. O Brasil, todo-poderoso entre os seus vizinhos, seria impotente quando tivesse de opôr-se a uma das cinco grandes nações; mesmo a uma potência de segunda ordem, apoiada pela opinião pública de tôdas as nações civilizadas, teria êle de ceder" (1).

Na década de 1850-60 correram opiniões disparatadas a respeito da abertura da navegação do Amazonas a tôdas as bandeiras comerciais do mundo, bem como do seu aproveitamento econômico imediato. São as idéias de Maury, Herndon e Gibbon. São

(1) Ler CORREIO MERCANTIL, de 29 de abril de 1864. Investigação feita por Fernando Arnaldo Teixeira Soares.

os planos de expedições de "flibusteiros", aparelhadas em portos norte-americanos, contra as quais se levantou Carvalho Moreira (depois Barão de Penedo), então Ministro do Império em Washigton. São planos mirabolantes com o fito de criar um país independente na Amazônia, semelhante àquele de Walker na Nicarágua. São idéias estapafúrdias como a de Haslewood, divulgadas por Mauá em seu relatório da Companhia de Navegação do Amazonas, de 1864.

Contudo, o problema existe e desafia a imaginação do homem brasileiro. E' preciso dar-lhe solução corajosa. A Amazônia representa 59,387% da superfície total do Brasil. É um mundo. É um "império", que precisa ser explorado, povoado, civilizado pelo Brasil. A verdade é que houve abandono da Amazônia, mesmo quando esta deu muito dinheiro, com a exportação da borracha. O abandono da Amazônia, a partir de 1889, é uma das páginas mais dolorosas da história do Brasil. Políticos ineptos, administradores mesquinhos, caciques retrógrados, governos débeis, técnicos ignorantes, — tôda essa legião de males se precipitou sôbre a Amazônia para pilhá-la e destruir o que havia sido feito desde o tempo colonial. A incapacidade manifestada por tantos governos federais e estaduais só foi resgatada pelo Presidente Getúlio Vargas, criador de novos territórios federais e dinamizador das virtualidades econômicas daquela vasta região. O exemplo extraordinário do Amapá, dirigido por um administrador de primeira ordem, Janary Nunes, está aos olhos de todos. *Nothing succeeds like success* — dizem os Inglêses. Alegue-se que Vargas investiu 450 milhões de cruzeiros no Amapá; alegue-se que Vargas teve pelo Amapá especial predileção (como disse ao Autor desta obra sôbre Mauá); alegue-se o que se quiser. Mas, se o Amapá não tivesse um administrador de pulso, um homem dinâmico e corajoso, as coisas não teriam fiado tão fino; não se teria o manganês da Serra do Navio, a estrada de ferro ao pôrto de Santana e o moderníssimo pôrto de Santana. O esplêndido lozango — o Amapá — situado sôbre o Canal Norte do rio Amazonas, será repositório de grandes riquezas minerais (exploradas ou a explorar) e será base militar indispensável à defesa do estuário do grande rio.

Necessidades urgentes da Amazônia... Tema que tem dado motivo a muito livro, a muito parecer, a muito relatório. Basta

de relatório e parecer. Faça-se! Realize-se! Se é preciso colonizar — colonize-se! Gaste-se dinheiro a rôdo, mas bem gasto, como deve ser feito. Siga-se o exemplo de Vargas, alarguem-se as perspectivas econômicas dos planos de Vargas. Mas faça-se! A tarefa é gigantesca, por certo. Mas, terá de ser feita por brasileiros audazes. Ainda há pouco se considerava a Amazônia *"uma colônia sem participação na riqueza, na arrecadação, nos benefício federais"* (estudo de Gabriel Hermes, publicado no *Observador Econômico e Financeiro,* de julho de 1956). Se assim é, incumbe à União, pondo de lado os governos locais, tomar a peito o desenvolvimento econômico dêsse "império". Mas, isto sem demora e com ânimo resoluto de resolver o problema. É preciso evitar a minúcia, o pormenor e a erudição do relatório. Mesmo porque, como dizem os Portuguêses, a abóbora e o nabo enganaram o diabo. É preciso ir à visão de conjunto, à visão totalizadora do grande problema, para resolvê-lo também em ponto grande.

8

COMUNICAÇÕES

Que Mauá houvesse dado interêsse ao problema geral das comunicações, não resta dúvida. Mas, o fizera em têrmos tão dilatados que ainda hoje espantam. O pioneiro tinha uma concepção de "gigantismo". E Deus seja louvado por isso. Não se detinha ante problemas pequenos. Queria-os em largas proporções, de molde a criarem o ritmo de uma ação intensa. Pode dizer-se que não houve plano ferroviário pelo qual Mauá não se houvesse interessado. Enquanto os aristocratas do tempo iam para os bailes do Marquês de Abrantes, Mauá se debruçava sôbre o mapa do Brasil. E ia traçando linhas novas de ação. Era o *seu* Brasil, o Brasil com o qual êle sonhava, um Brasil crepitante de estaleiros e usinas, diques e fábricas, rodovias e estradas de ferro — um Brasil que desse um grande salto sôbre o seu destino! Mauá bateu-se pela construção da estrada de ferro do Recife ao São Francisco, concessão feita inicialmente aos inglêses Eduardo e Alfredo de Mornay; interessou-se pela construção da Estrada de Ferro da Bahia, adiantando capitais aos que

obtiveram a concessão. Pensou na construção de estradas de ferro em São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Um dos maiores empreendimentos de Mauá, o mais dramático de sua vida, foi o plano da construção da E.F. Santos-Jundiaí. Luta áspera e desigual. Batalha sem tréguas contra a perfídia, a displicência, a rotina.

Narra na *Autobiografia* que, em 55, fôra objeto freqüente de conversas com o Marquês de Mont'Alegre e com Pimenta Bueno (depois Marquês de São Vicente) a idéia da construção de uma ferrovia que, partindo de Santos, galgasse a serra de Cubatão e se dirigisse à zona mais produtiva da província de São Paulo. Mauá obteve a concessão em 55, despachando a Londres o sócio Reynell de Castro para tratar do levantamento dos capitais necessários à realização do plano. Confiante pelas palavras de amigos na concessão da garantia, — antes mesmo de alcançá-la, Mauá deu ordens ao engenheiro Robert Milligan para iniciar o trabalho da abertura de picadas, havendo, em seguida, o engenheiro D'Ordan, com o pessoal necessário, efetuado outros estudos nessa fase preliminar. Em seguida, Mauá contratou o engenheiro Brunlees, uma das maiores autoridades inglêsas no assunto. Brunlees e o engenheiro Fox fizeram os estudos completos do traçado. Tudo isso levou três anos, havendo Mauá efetuado o pagamento de tais estudos. Assinale-se êste traço curioso do empreendedor: jamais prescindiu de técnicos de reconhecido valor (de preferência inglêses). E êste outro: o entusiasmo que punha na execução de qualquer plano. Qualidades que nem sempre se encontram juntas no geral dos brasileiros, orientados a tais cometimentos. Só por êstes dois traços psicológicos, sumamente interessantes, Mauá se destacava e se impunha à consideração de seus patrícios.

Ao cabo de quatro anos, encontrava-se a emprêsa a ponto de ser lançada no mercado, constituindo-se em Londres, sob a denominação de "São Paulo Railway Company Limited", a nova organização. Obteve a necessária autorização para funcionar no Império, aprovados os respectivos estatutos por decreto de 60. A confiança que o nome de Mauá inspirava na City constituia prova de que seus empreendimentos eram acompanhados com interêsse, — mesmo no estrangeiro.

Em 64, inaugurou-se o primeiro plano inclinado da ferrovia, na serra de Cubatão, sendo presidente da província o Barão Homem de Melo. A inauguração do tráfego, através de tôda a linha, realizou-se em 68, num percurso de 130 quilômetros. Contratempos, imprevistos e deslealdades deram rumo novo ao empreendimento. Era preciso que os invejosos se coligassem contra Mauá, chegando mesmo a mover-lhe campanha de descrédito em Londres. Mauá enredou-se num pleito judicial complicado, que durou anos a fio, para desespêro seu. Em 84, depois de falido, vai pela última vez à Europa para defender perante os tribunais inglêses seu direito — e perde. Conta Cláudio Ganns, em anotação à *Autobiografia,* que, regressado da Europa, Mauá narrou êsse episódio ao *Jornal do Comércio,* "não escondendo na sua acerba crítica, nem a posição do ministro brasileiro, Penedo, que dizia ter ficado ao lado da emprêsa inglêsa. Daí a violenta troca de cartas entre ambos, existentes nos arquivos do Itamaraty". Mauá perdeu nessa obra, que no entanto realizou, a avultada soma de £ 600.000. Em setembro de 1946, o general Dutra, Presidente da República, encampou a "São Paulo Railway". Poderia então dizer-se que a História, saltando por cima de negocistas miseráveis, políticos beócios e magistrados venais, que haviam duramente sacrificado o direito de Mauá nesse pleito famoso, acabara fazendo justiça ao construtor da "São Paulo Railway", espoliado de seus haveres, amargurado pela injustiça de tribunais e desiludido pela campanha que, brasileiros, lhe faziam ostensiva ou embuçadamente.

Outro grande plano de Mauá foi a estrada de ferro, que deveria ligar Curitiba a Miranda, em Mato Grosso, em 71. Plano gigantesco, que só seria realizado, em parte, pela construção da Noroeste, obra do engenheiro Emílio Schnoor e do Barão do Rio-Branco.

Que dizer do Cabo submarino, outro serviço que o Brasil ficou devendo a Mauá? Foi em 74 que se inaugurou o melhoramento, com a ligação do Brasil à Europa. E o Caminho de Ferro da Tijuca, emprêsa organizada pelo Dr. Thomas Cochrane, que deu ao Banco Mauá um prejuízo de 700 contos? E a Montes Áureos Brazilian Gold Mining Company, que também faliu, dando a Mauá prejuízo de 300 contos? Em 50, Mauá estudou um plano de fornecimento de água à cidade do Rio de Janeiro.

Terminados os estudos, e aberto um crédito de 19.000 contos para que a concessão fôsse iniciada por Mauá, eis que a casa Rothschild, de Londres, recomendou e amparou o inglês A. Gabrielli, com o qual foi assinado contrato no valor de 5.804 contos de réis. O assunto prestou-se a discussões, formando-se dois partidos. Em conseqüência dêsse plano, construiu-se a Estrada de Ferro Rio d'Ouro, com 53 quilômetros de extensão. Disse Mauá: "O caso é que êle (Gabrielli) teve a felicidade de César — *chegou, viu e venceu!* pois em quinze dias obteve o contrato que eu e pessoas competentes por mim empregadas por longos anos em vão solicitávamos, não recebendo nem um vintém de indenização pelas despesas realizadas! Eis aí uma das provas da alta proteção que (no dizer de muitos) me foi dispensada durante 52 anos de vida industrial!"

Quando lançou Ponta d'Areia, Mauá teve de arcar com prevenções procedentes de diferentes setores. No *Correio Mercantil*, de 6 de setembro de 48, se encontra estampada nas "publicações a pedido" esta carta do empreendedor, inteiramente desconhecida dos historiadores brasileiros:

> "Sr. Redator. — No seu jornal de hoje, no artigo em que V.S. faz menção de haver passado na Câmara dos Srs. Deputados a resolução que concede ao proprietário da fundição de ferro Ponta d'Areia, um empréstimo de 300 contos de réis, procura V.S. hostilizar esta concessão, já pretendendo que a votação havida envolvia contradição ou ao menos ambuigüidade, já pretendendo que a hipoteca da fábrica e seus pertences, propriedades do mutuário e fiança idônea pelo que faltar, não garantem suficientemente o Tesouro, e conquanto não se tenha verificado a probabilidade, que V.S. achava de ser rejeitada a resolução em sua adoção, contudo, como algumas das idéias que V.S. emite, tendem a prejudicar o meu crédito, por isso espero de sua imparcialidade, haja de publicar no seu jornal algumas observações, que passo a fazer relativamente a esta questão.
>
> Entende V.S. "que no caso de ter passado a fiança parcial, não é fora de propósito lembrar a maneira por que costumam ser feitas as avaliações nessas ocasiões, e diz que resultaria talvez que o empréstimo viria a ser feito debaixo da simples hipoteca da fábrica, e nota que em tais circunstâncias é muito possível que com o correr do tempo o go-

vêrno se visse obrigado a anexá-la aos próprios nacionais, tendo de carregar necessàriamente com o prejuízo da diminuição do valor que ela poderá sofrer em conseqüência da deterioração no longo espaço de 11 anos, marcados para pagamento do empréstimo. Isso no conceito de V.S. seria um grande mal, tanto para os proprietários como para o Tesouro, mal que pode ser evitado mediante a fiança idônea, além da hipoteca.

"Esta cautela que V.S. acha de tôda a justiça em nada faria em piorar a condição dos mutuários, nem diminuiria a vantagem que êles possam colhêr do empréstimo que é concedido".

Tôdas as idéias emitidas por V.S. no apanhado e resumido que acabo de fazer, são hipotéticas, e me parecem destituídas de todo fundamento.

O receio acêrca da exageração com que podem ser feitas as avaliações não pode ser nutrido por aquêles que prestam sua confiança ao govêrno, porquanto segundo o teor do parágrafo relativo a tais avaliações, têm elas de ser feitas por determinação do govêrno, e parece-me que os avaliadores terão de ser nomeados por êle, sem nenhuma ingerência da minha parte, e sendo assim para admitir como base de raciocínio que as avaliações serão inexatas, parece-me que é necessário crer que o govêrno nomeará, ou avaliadores ignorantes ou corrompidos, e tal hipótese não seria coerente com a confiança prestada ao govêrno.

Dando porém a possibilidade de altas avaliações, não resultava daí que o empréstimo viesse a ser feito debaixo da simples hipoteca da fábrica, como V.S. diz, pois que além da hipoteca da fábrica e seus pertences, o parágrafo mencionado da resolução manda hipotecar os bens de raiz que possuo nesta Côrte: o valor dêstes bens atualmente depende da avaliação, mas o certo é que para os adquirir, tenho despendido mais de 60 contos de réis.

Quanto à possibilidade de que com o correr do tempo se veja o govêrno obrigado a anexar aos próprios nacionais, tenho a dizer que os argumentos de possibilidade não têm fôrça alguma, se esta possibilidade no juízo de V.S. se convertesse em probabilidade, então maior fôrça teria, mas a conseqüência devia ser a negativa do empréstimo, e não uma concessão com tantas garantias: que com elas desnecessário seria recorrer ao corpo legislativo para obter semelhante empréstimo.

É possível sem dúvida que com o correr do tempo a minha fábrica não obtenha aquela prosperidade que entrevi,

quando empreendi êste estabelecimento, mas para que ela viesse a ser anexada aos próprios nacionais com prejuízo do Tesouro, como V.S. supõe, seria necessário também que eu além dos capitais empregados na fábrica, perdesse tudo quanto possuo. O empréstimo não é concedido a uma sociedade anômala, mas sim feito a mim *único* proprietário da fábrica da Ponta d'Areia, e ao seu pagamento estão obrigados todos os meus bens.

A deterioração que possa a fábrica sofrer no espaço de 11 anos, nunca pode ser prejudicial ao Tesouro; primeiramente porque é natural que a fábrica, longe de ser deteriorada, cresça de valor, não só por novas construções que estão em andamento, como pela renovação que as exigências do comércio e indústria me obrigarão a fazer dos maquinismos que se estragarem. Depois porque no fim de 11 anos não serei responsável por tôda a quantia do empréstimo, como V.S. supõe, pois que no fim do 6.º ano terei de dar 50 contos por conta do capital, e igual quantia nos anos seguintes até total amortização; donde se segue que basta para garantir o Tesouro, que os valores dos bens hipotecados se sustentem pelo espaço de 6 anos.

Diz V.S. que a deputação mineira sempre lhe tem parecido oposta à concessão de favores individuais que não tragam simultâneamente interêsse público, e que ao contrário lhe possam ser prejudiciais. Sôbre êste ponto tenho que observar a V.S. que votando a deputação mineira pela concessão do empréstimo concedido em auxílio da minha fábrica, entendeu sem dúvida que esta fábrica interessava ao público, e V.S. não parece contestá-la nesta inteligência, nem creio que tivesse razões para o fazer: tôda divergência consiste em julgar insuficiente para garantir ao Tesouro a hipoteca da fábrica, dos bens de raiz que possuo nesta Côrte, e a fiança idônea pelo restante.

Respondo mais que sendo eu obrigado a pagar juros, o favor que me é concedido é muito limitado, eu só o procurei para garantir a minha fábrica contra as eventualidades que as crises comerciais e políticas da Europa me fizeram receiar. Respondo finalmente que o empréstimo concedido aos franceses D'Arcet e Dreyfus pela resolução de 5 de setembro de 1846, sendo de maior quantia que o concedido em auxílio da minha fábrica, teve a vantagem de ser concedido gratuitamente e de ter maior espaço; e entretanto a sua garantia era sòmente a hipoteca da fábrica. Êstes concessionários não tinham nesta Côrte valores como os que tenho além dos da fábrica, e a Câmara dos Srs. Deputados

na legislatura passada pôde fazer semelhante concessão, sem desmerecer do país, o que prova a reeleição de muitos dos seus membros.

Concluirei afiançando a V.S. que terei bastante prudência para evitar o prejuízo ao Tesouro público e a perda da fortuna que tenho adquirido pelo meu trabalho.

Sou de V.S. muito atento venerador. (a) Ireneu Evangelista de Sousa. Sua casa, 4 de setembro de 1848".

A uns franceses dava-se um empréstimo de maior capital, maior prazo e "gratuitamente"; a Mauá, que dera garantias, argüia o *Correio Mercantil* falta de seguranças para o Erário... Com essa prevenção e deturpações arrostou Mauá pela vida inteira. Quando o Govêrno imperial lhe concedia um privilégio exclusivo, qual fôsse o da navegação amazônica, eis que o presidente do Conselho de Ministros, o Marquês de Paraná, apelando para a amizade, lhe solicitava que abrisse mão dêle, e Mauá assim procedeu. Numa época em que outros empreendedores, nacionais e estrangeiros, apelavam para subvenções oficiais, Mauá era contrariado e criticado nessa mesma pretensão, como se fôsse pior que os demais... Havia qualquer coisa que estivesse militando contra Mauá: talvez o fato de ser *diferente* ou então de ser *brasileiro* arrojado... Sua vida assinala que, ao lado de tantos triunfos, houve extraordinárias injustiças cometidas por homens que deveriam ajudá-lo, porque êle os amparara noutros tempos como aconteceu com o deputado e historiador Pereira da Silva. Tudo isso faz pensar no *"Processo Maurizius"*, de Jakob Wassermann: Maurizius pergunta a Klakusch: "Que entende você por Justiça?" O outro hesita; e Maurizius acrescenta: "É palavra que se parece com um peixe; resvala, quando a gente procura segurá-la..."

Muitos dos que combateram Mauá foram seus amigos ou se disseram seus amigos. "Homem, tu que admiras a altura das estrêlas e a profundeza do mar, entra no abismo de tua própria alma: admira-te, se podes". Palavras de Santo Agostinho, nas *"Confissões"*. Êsses homens talvez não encontrassem em seu fôro íntimo o de que admirar-se; mas, tinham prestígio político, eram senhores de escravos, possuiam gazetas, entravam no Paço, faziam intrigas — e depois iam jogar voltarete na casa de Mauá... Sistema bem brasileiro...

9

CONCEPÇÃO DO TRABALHO, SEGUNDO MAUÁ. O BRAÇO ESCRAVO.

Na vida de Mauá tudo desconcerta. O que parece lógico, é ilógico. O que parece claro, é obscuro. O que parece preciso, é nebuloso. E por que isso? Simplesmente, porque a vida de Mauá é clara, clara de mais. O excesso de luz prejudica a visão e pode suscitar miragens. A vida de Mauá teve algo que se parece com o aço: dúctil, vigoroso, cortante. Ninguém se ilude a respeito do aço. Ali está, claro, sólido, brilhante, com sua individualidade própria. Assim aconteceu com Mauá. Seguiu caminhos retos pela vida afora. Não se preocupou com atalhos, desvios, verêdas. Caminhou seu caminho, de cabeça erguida, sim senhor, de cabeça erguida, olhando para a frente. E quantos alçapões não lhe armaram! Quantas intrigas, quantas insídias! Tudo isso foi evitado, com prudência. Agüentou com invejas e ódios — porque teve planos. Nada, porém, em linhas mesquinhas. Tudo grande, grandioso, como risco, como realização. Sua imaginação ardente e sua intensa personalidade magnetizaram estadistas e suscitaram admiração. Se Mauá foi combatido por políticos de visão acanhada, foi defendido por Mont'Alegre, São Vicente, Rio-Branco, Olinda, Octaviano, Sousa Franco... Então, com quem estaria a verdade: com a ala que o atacava — ou com a ala que o defendia? A real *medida* de Mauá estará nos seus verdadeiros amigos. Mauá, mesmo tendo saído do nada, não viveu na *escória social*. Elevou-se. Engrandeceu-se. Engrandeceu sua grei com grandes cometimentos. Que diabo de homem era êsse *corruptor* que teve amigos entre a melhor gente do Império, amigos leais, e deu de ombros aos oportunistas, aos difamadores, aos invejosos, aos pedinchões de gorgetas? Porisso, a vida de Mauá desconcerta por certo; mas, comove profundamente. É belo, é nobre ver-se um homem sair do nada, enriquecer-se, trabalhar pelo país, lançar emprêsas, transformar-se em "personalidade internacional"; e depois cair como o jequitibá na floresta... Não, a verdade da vida de Mauá está no seguinte: está no *pesado tributo que pagou a uma sociedade escravocrata*.

A mediocridade do brasileiro (defeito de educação, resto talvez da senzala...) ceva-se em espionar a vida alheia. O Marquês de Paraná, o grande Marquês de Paraná, pronunciou no Senado imperial um discurso em 31 de julho de 54, para explicar aos Anciões do Império a origem da sua fortuna, como a acrescentou, que heranças recebeu, que aplicação deu aos haveres. Tudo isso num desdém olímpico para responder a um deputado indolente e preguiçoso, maldoso e inútil. Na verdade, um vício não se remedeia com outro. No tempo do Império, os vícios eram muitos e procediam do mesmo estêrco: a sociedade escravocrata. Era nessa palude de fermentação social, a viver numa auto-decomposição permanente, que se iam colhêr os exemplos — e os ensinamentos. O chicote, a persiganga, a violação das escravas, o gôsto pelo sangue a fluir da pele do escravo sob o azorrague, tudo isso eram mazelas do tempo que só poderiam ser resgatadas pela educação — e pela concepção do trabalho livre. Por seus empreendimentos, Mauá era partidário do *trabalho livre;* ora, sendo partidário desta espécie de trabalho, teria de pagar um tributo muitas vêzes exigido por uma sociedade escravocrata.

No tempo de Mauá, os princípios básicos de Economia política, que predominavam, eram os de Adam Smith, Ricardo, List, Stuart Mill. Recordar-se-á a propósito o pensamento sutil de Adam Smith: *"It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we expect our dinner, but from their regard to their own interest"*. A lição de Adam Smith é objetiva e profunda. Se os grandes mestres da Economia política do tempo pregavam o individualismo, a intervenção do Estado o menos possível, o desenvolvimento dos negócios processado por homens de negócios, em suma o reconhecimento de um *direito natural* dentro da Economia política; era lógico que essas idéias se expandissem em têrmos de *individualismo*. Adam Smith chegou mesmo a afirmar que o govêrno civil fôra criado para "defender o rico contra o pobre". Ricardo, com sua teoria do Valor e da Distribuição, corrigiu o "individualismo" exagerado de Adam Smith. Ricardo atacou a questão dos lucros e dos salários. E foi mais além: foi à análise dos problemas dinâmicos de desenvolvimento econômico, antecipando-se à con-

cepção moderna das *metas do crescimento,* em face dos volumes de investimento.

Mauá abeberou-se dessas idéias, quer em livros, quer em suas viagens à Inglaterra. Compreendeu que o capital é a soma de bens resultantes da atividade econômica usados para a produção de outros bens. Investimento é uma adição ao capital existente ou então o processo pelo qual bens são retirados do consumo geral e equiparados à capacidade produtiva. Mauá aprendeu na Inglaterra a ciência bancária. Tôdas essas conquistas constituiram seu lastro intelectual, de feição eminentemente prática. Por isso mesmo, quando Mauá começou a jogar com tais idéias e a estruturar planos de emprêsas, muita prevenção se manifestou contra o realizador. Mauá surgira com a fôrça imprevista de uma caudal que, depois de represada, se espraiou indômita. De realização em realização, vai criando nome e vai-se impondo. Seus cometimentos suscitam invejas. Vai pagando pesado tributo a uma sociedade escravocrata. O trabalho realizado pelo braço escravo é anti-econômico e anti-social. Marasma os empreendimentos. Entorpece as iniciativas. Os senhores-de-escravos mandam em todos os níveis da sociedade. Poderosos, constituem apoio indispensável ao mundo político. Seus haveres crescem desabusadamente. Mas, não representam enriquecimento real do Império. Sabe-se que o trabalho escravo é mancha sinistra na vida do país. Sabe-se disso; contudo, tal é a fôrça dos senhores-de-escravos que se persevera nessa instituição econômica. A escravidão é um crime legalizado. Os negreiros gozam de conceito. Enquanto Mauá vai de empreendimento em empreendimento, baseado no trabalho livre; enquanto um imigrante húngaro, Luís Mateus Maylasky, se dedica ao plantio do algodão e funda em 75 a E.F. Sorocabana, para ligar a Fábrica de Ferro Imperial de Ipanema a Sorocaba e São Paulo; enquanto outros brasileiros e estrangeiros, como Mariano Procópio, Teófilo Benedito Ottoni, Thomas Cochrane, Guilherme Gilbert Ginty, Daniel Mackinson, Antônio Rebouças, Couto de Magalhães, imitando o Empreendedor em escala menor, se dedicam ao desenvolvimento de emprêsas ou ajudam decididamente o Empreendedor; — os senhores-de-escravos, rotineiros e orgulhosos, acompanham com suspicácia a ação de Mauá. Suspicácia e inveja, porque sentem que tais emprêsas poderão

modificar a concepção do trabalho. Por conseguinte, é preciso reagir. E reagem por meio de tôdas as armas, denegrindo o rival e fazendo prevalecer a concepção do trabalho escravo. O reduto sagrado dessa aristocracia é a Província do Rio de Janeiro. Depois, há a Bahia e Pernambuco. Dessa aristocracia saem os parlamentares, os bacharéis, os políticos. Espíritos progressistas, especulando sôbre o assunto, sentem a necessidade de reformas — e reformas urgentes. É preciso atrair a imigração européia. Para quem apelar? Para o Imperador? Confia-se na ação do tempo e numa coisa impossível: o aperfeiçoamento cultural dos políticos... Espera-se um milagre, sempre adiado... A escravidão é um crime legalizado em benefício de poucos. Os negreiros gozam de conceito comercial e social. Impam de orgulho ao contar e recontar em seus trapiches as "peças" bântus, sudanesas, congolesas que recebem da África. Mergulhados no comércio infame, querem enriquecer e mandar com a mentalidade despótica de quem lida com escravos. Dirá um historiador:

> "A ninguém repugnava comerciar em escravos. No tempo não era coisa que se fizesse furtivamente, coberto de vergonha, fugindo às críticas da população. Pelo contrário, era um título. Na Inglaterra chegou a fazer barões. Aqui também foi serviço prestado a Sua Majestade e ao país. Por isso, marcando-os na sociedade, tiveram mesmo os traficantes a sua Irmandade, espécie de sindicato sob a invocação de um Santo, e que funcionava na pequena Igreja de Santo Antônio da Barra, erigida numa das eminências da cidade, dominando a Bahia de Todos os Santos e o Atlântico, e donde São José, padroeiro da devoção dos traficantes, deveria velar pela sorte das embarcações que rumavam em busca de negros a serem escravizados e cristianizados pelo batismo" (1).

Era pela grande porta da Bahia que entravam os escravos procedentes da Guiné, Angola, Costa da Mina. Comércio escandaloso, que cresceu desde o tempo colonial em que os negreiros constituiam um verdadeiro *racket*, como os contrabandistas de automóveis, whisky e nylon dos dias presentes. A Inglaterra,

(1) LUIZ VIANNA FILHO, "O negro na Bahia", pág. 29, Rio, 1946.

no século XIX, resolve combater o tráfico. Palmerston dirá, catadura severa, na Câmara dos Comuns: *"The ships of Portugal now prowl about the ocean, pandering to the crimes of other nations; and when her own ships are not sufficiently numerous for the purpose, her flag is lent as a shield to protect the misdeeds of foreign pirates"*. (1) Cubanos, espanhóis, portuguêses, brasileiros, norte-americanos empenham-se nessa prática monstruosa. A despeito de dificuldades sérias com a Inglaterra, os negreiros do Brasil porfiam em despachar navios à África. O Lord Aberdeen's Act irrita os escravocratas brasileiros. Palmerston, em 50, prossegue na política de Aberdeen. Os senhores-de-escravos pouco se incomodam com as questões diplomáticas entre o Império e a Inglaterra. Pouco se lhes dá; querem enriquecer à tripa-fôrra. E enriquecem; e quem tem dinheiro, manda. Crescem os incidentes diplomáticos entre o govêrno imperial e o inglês. Em 45 entraram 20.000 escravos no Brasil. O Almirantado britânico, apertando as rondas no Atlântico, dava golpes sôbre golpes no comércio negreiro para o litoral do Império. Criavam-se recalcitrâncias no Brasil e com isso sofria o intercâmbio comercial brasileiro-inglês.

Que antinomia profunda não existia entre a concepção do trabalho livre, tal como o entendia Mauá, e o sistema de trabalho então reinante no Império. Essa situação reflete-se nestas palavras memoráveis da *Autobiografia,* que constituem um quadro geral da vida do Brasil naquele tempo:

> "Quando ao trabalho, ressoam ainda aos meus ouvidos (porque sou *velho*) as palavras de um grande *homem de estado* que o Brasil possuiu: o finado Bernardo Pereira de Vasconcelos, pronunciadas em pleno Senado, vão contados cêrca de 40 anos: "A civilização vem da África!" Essas palavras levantaram sussurro na época em que foram proferidas; no entanto, o grande político e profundo pensador soltara uma proposição figurada que exprimia a *verdade;* pois êle apenas queria dizer que a única fonte ou *mercado de trabalho,* que o Brasil tinha até então conhecido, era o *braço africano,* que dêsses braços, rasgando o seio da terra,

(1) Sir REGINALD COUPLAND, **"The British Anti-Slavery Movement"**, Oxford, 1933, pág. 165.

> vinha a produção, que, convertida, em riqueza, determinava o progresso e a civilização de nossa pátria. Não sou suspeito: então, agora e sempre, ambiciono ver desaparecer o elemento escravo da organização social do meu país".

Mauá era coerente. Jamais empregou, em seus empreendimentos, o braço escravo. Sempre desejou a abolição do elemento servil da estrutura econômico-social do Império. No entanto, a campanha contra o trabalho escravo vinha de longe. Atente-se para o artigo X do Tratado de Aliança e Amizade, assinado no Rio de Janeiro, entre o Príncipe Regente de Portugal e o rei Jorge III da Grã-Bretanha. Nesse artigo encontrava-se estipulado o seguinte:

> "Sua alteza real, o Príncipe Regente de Portugal, estando plenamente convencido da injustiça e má política do Comércio de Escravos, e da grande desvantagem que nasce da necessidade de introduzir e continuamente renovar uma estranha e fictícia população para entreter o trabalho e a indústria nos seus domínios do sul da América, tem resolvido de cooperar com Sua Majestade Britânica na causa da humanidade e justiça, adotando os mais eficazes meios para conseguir em tôda a extensão dos seus domínios uma gradual abolição do Comércio de Escravos. E movido por êste princípio Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal se obriga a que aos seus vassalos não será permitido continuar o Comércio de Escravos em outra alguma parte da Costa d'África, que não pertença atualmente aos domínios de Sua Alteza Real, nos quais êste comércio foi já descontinuado e abandonado pelas potências e estados da Europa, que antigamente ali comerciavam; reservando contudo para os seus próprios vassalos o direito de comprar e continuar a negociar em escravos nos domínios africanos da coroa de Portugal..."

A campanha contra o tenebroso instituto foi, no entanto, feita com irresolução e fragilidade. A princípio, foi assunto acadêmico, discutido em reuniões particulares ou em clubes de estudantes. O poderio dos senhores-de-escravos era tão patente que Hudson, ministro da Inglaterra, protestou em duas notas contra o fato de o negreiro português Bernardino de Sá haver sido galardoado com o título de Barão de Vila Nova do Minho

e autorizado pelo govêrno imperial a usá-lo no Brasil... Assim se procedia no tempo: os que cometiam o crime da escravatura eram socialmente havidos na conta de "pessoas dignas", porque se enriqueciam com o comércio infame. Os adversários da instituição não podiam vencer os interêsses criados, cuja teia imensa se estendia através do país. Tais interêsses estavam em tôda a parte: na sociedade, na política, no comércio. Assim, reconhecia-se a ilegalidade dêsse sistema de trabalho; mas, vivia-se dessa ilegalidade. Era uma atitude consagrada, cínica e fraudulenta. Os negreiros, unidos por interêsses comerciais imediatos, defendiam-se; tinham amigos no Parlamento e na imprensa; subiam na escala social. Representavam um grupo econômico muito forte. Porque, além de terem prestígio, dispunham de patachos próprios para o transporte de escravos, eram defendidos por capoeiras armados de facas e se dedicavam, nos momentos de folga, à moeda falsa, contrabandeada de Portugal para o Brasil... O comodismo de muitos, a irresolução de outros e a fôrça do dinheiro dos negreiros mantiveram o monstruoso instituto no território brasileiro, instituto que arrancaria a Lincoln a famosa apóstrofe: *"If slavery is not wrong, nothing is wrong"* (1). Mauá teve visceral antipatia ao instituto da escravidão. Jamais utilizou o braço escravo em suas emprêsas. Mais uma diferença a apartá-lo dos conselheiros e barões escravocratas do tempo. Mais uma "originalidade" do Empreendedor, de molde a acarretar-lhe prevenções dos senhores-de-escravos. Por isso mesmo, se explicam tantas resistências que Mauá encontrou em sua vida de comerciante, industrial e banqueiro.

Essas contrariedades serviram para aguçar a resistência moral do Empreendedor. Foram provações duras que lhe exaltaram a vontade. Foram sacrifícios injustos, impostos por uma sociedade que não compreendeu o alcance das emprêsas de Mauá. O Empreendedor fiou-se em si e procedeu de acôrdo com sua energia criadora e seu aventurismo.

Com muita propriedade assinalou Lídia Besouchet:

---

(1) LORD CHARNWOOD, **"Abraham Lincoln"**, pág. 59.

> "O "aventurismo" de Mauá é o mesmo aventurismo dos antigos mercadores da aurora do capitalismo, dos industriais que fizeram a Inglaterra e construíram ràpidamente os Estados Unidos. É o mesmo aventurismo que cria o bolsista, o descobridor de petróleo e aquêles que vão incorporando novos elementos aos já tradicionalmente explorados pelo homem. O norte-americano do Oeste, os descobridores de ouro, os domesticadores do gado bravio, os sertanistas, os que tentam novas indústrias ou novas formas de explorar o capital, são os aventureiros da nova éra. Desde Marco Polo a Colombo; de Edison a Fulton; de Disraeli a Mauá. Ao mundo faz falta esta classe de homens, que em geral saem das camadas mais humildes da sociedade e começam por olhar os fatos de um ponto de vista diferente, e possuindo um espírito de realização, pouco tendo a perder, atiram-se às conquistas com desinterêsse e audácia". (1).

Foi das pedras que Deucalião atirou sôbre a superfície da terra que, nos tempos mitológicos, sairam os homens, a "raça dura" dos primeiros homens, como diz Virgílio:

> *...quo tempore primum*
> *Deucalion vacuum lapides jactavit in orbem,*
> *unde hominis nati, durum genus.*

Das idéias e planos de Mauá surgiram numerosos empreendimentos. Uns floresceram; outros malograram. Todos, porém, levaram a centelha de gênio do Empreendedor. Com idéias novas (outro grande perigo no Brasil antigo e moderno...) e planos novos, Mauá sacudiu uma sociedade inteira. E esta sociedade reagiu, escandalosamente em nome da rotina. O que interessou a Mauá, acima de tudo, foi criar riquezas e fomentar o progresso do Brasil. Imagine-se, no século passado, um homem com essas idéias *raras*, quando havia o rendoso comércio de escravos... Aos bacharéis versados em jurisprudência, mas verdadeiros bonzos budistas, Mauá opôs o espírito de ação, o trabalho material, a capacidade de realização. O homem que lidara com Uruguai, Rio-Branco, São Vicente, Cotegipe, Sousa

(1) LIDIA BESOUCHET, "**Correspondência política de Mauá no Rio da Prata**", São Paulo, 1943, pág. 20.

Franco, Mitre, Sarmiento, Lamas, Alberdi, Juan Carlos Gómez, de igual para igual, de mano a mano, era encarado em sua pátria como uma personalidade suspeita, porque era paladino do Trabalho e do Progresso. No entanto, Mauá pusera em prática o que Alves Branco dissera em seu Relatório de Ministro da Fazenda, em 45: *"Um povo sem manufaturas fica sempre na dependência dos outros povos e, por conseguinte, sem poder fazer transações vantajosas, nem avançar um só passo na carreira da sua riqueza"*. Foi nessa trilha que Mauá perseverou. Tavares Bastos declarar-se-á "entusiasta frenético da Inglaterra" em suas *"Cartas do Solitário"*, como já o era Mauá que, ademais, tinha amplas informações sôbre o crescimento industrial dos Estados Unidos, acelerado pela imigração em massa de alemães, poloneses, inglêses, húngaros e italianos.

Isso num tempo em que havia idéias novas pelo mundo e que mui tarde chegaram ao Brasil, quanto à Economia política e aos problemas do Trabalho. Quem conhecia no Império a *Iron Law of Wages*, de Ricardo, já anteriormente formulada por Turgot, o famoso ministro francês do século XVIII; quem conhecia as idéias de Owen; as de Lassalle, fundador em 65 da União geral dos trabalhadores da Alemanha ("Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein"); as do Trade Union Movement? A ignorância a respeito era enorme. Essas idéias, teóricas ou práticas, levaram muitos anos a entrar no Brasil. Com seu feitio prático, Mauá conhecia muita coisa a respeito, porque, lendo em inglês, as recebera por intermédio de jornais e revistas inglêsas. Outro traço a diferenciá-lo dos homens do seu tempo, que só liam em francês.

Outro defeito de Mauá consistiu em não haver pertencido àquela "aristocracia cerrada" que Wright Mills chamou *"Power elite"*, examinada em obra sua recentemente publicada nos Estados Unidos. A "power elite" é constituida pelos *ruling few* e êstes são tirados da política, do mundo das grandes corporações comerciais e industriais e do exército. Nesse mundo fechado e constituido por número muito reduzido de pessoas existe um fenômeno social muito curioso: a *co-optation* psicológica: isto é, para alguém entrar nesse grupo oligárquico é preciso que os demais lhe dêem assentimento.

Ora, Mauá, a despeito de ter sido feito barão e visconde, a despeito de haver tido assento no Câmara dos Deputados e de suas grandes relações, foi sempre um homem à parte, um homem isolado, pouco bajulador, pouco áulico, pouco cortezão. Não participando da "oligarquia dirigente", ou da "power elite", como denominou Wright Mills, Mauá ficou na dependência de muito político ocasional que, de uma penada, lhe pôde fazer muito dano. Dessa forma se explicarão certas reações estranhas dos círculos oficiais aos cometimentos da Mauá, bem como certas prevenções que chegaram mesmo ao Paço de São Cristóvão. E por que motivo? Simplesmente porque as intrigas se alastravam e muita gente dava ouvidos a tais tramas. Sabido é que invejas e intrigas podem ter um ímpeto cruel, fazendo mal à custa de muito pertinácia. Foi o que aconteceu com Mauá.

Na grande crise bancária de 64, atalhada por Furtado, é preciso assinalar que partiu do Banco Mauá, MacGregor & Cia., a idéia do convênio dos bancos, de efeito tão salutar sôbre o desenrolar dos acontecimentos. Dêsse convênio participaram as diretorias do Banco do Brasil, do Banco Rural e Hipotecário, do London and Brazilian Bank, do Brazilian and Portuguese Bank, do Banco Mauá, do Banco D'Illion & Marques Braga e das casas bancárias Portinho Muniz e Bahia Irmãos & Cia. Pois bem: mesmo depois de vencida a crise bancária, não faltaram intrigas ao Banco Mauá no sentido de acusá-lo de haver-se aproveitado da situação para salvar-se. Na realidade, o que aconteceu foi que, devido à idéia do Banco Mauá e às medidas tomadas pelo govêrno, o panorama então existente no Rio de Janeiro, de verdadeiro pânico, se recompôs, permitindo ao govêrno meios e modos de conjurar a crise, que se poderia transformar em assunto político de gravidade.

Ora, é importante assinalar que a ação de Mauá, durante tantos anos seguidos, teve papel político e social de relêvo. Os planos, idéias e métodos, introduzidos por Mauá na vida brasileira do tempo, tiveram sem dúvida alguma função de aprimoramento. O Imperador aspirava a realizar uma função moralizante, como de fato realizou. Numa das anotações do monarca ao livro de Tito Franco de Almeida, lá se encontra o pensamento imperial: "Não há melhor sistema para um monarca só ambicioso de cumprir seus deveres, do que o (regime) representa-

tivo em tôda a sua pureza. Quem me dera eleições genuínas e, portanto, — partidos bem organizados!" Mauá não era homem de ficar tolhido diante de dificuldades. Audaz, perseverante e clarividente, foi uma verdadeira fôrça, foi uma verdadeira legião de homens de temperamento decidida a cometimentos de porte. É claro que nem tudo saiu como êle queria. É claro também que errou nas apreciações de personalidades, bem como no desenvolvimento de planos. Se o êrro é a contra-luz da verdade, mesmo os erros de Mauá foram benéficos. Ensinaram muita gente a trilhar caminhos novos. Facultaram a muitos observadores uma visão mais acabada dos fenômenos políticos, econômicos e sociais do Brasil. O empreendedor jamais torceu a consciência nem transigiu com "pequenas misérias" da vida política. Seguiu princípios, certos ou errados. Não se afastou de um código de honra. Ruy Barbosa disse uma verdade: "Jogar com os princípios, quando êles coincidem com as nossas conveniências, e desprezá-los, quando êles as contrariam, é o veso e a desgraça dos povos sem moral política nem educação liberal, como o nosso".

Mauá valeu no Brasil como a mais alta expressão de espírito empresarial. Schumpeter, em sua Dinâmica econômia, considerou o Empresário como o verdadeiro "diretor da produção", dotado de uma fôrça original e um ímpeto criacionista insuperável. Por idéias novas e processos novos, o Empresário, no conceito de Schumpeter, avassala mercados e expande riquezas.

O que há de espantoso na vida de Mauá é a fidelidade a princípios. Se houvesse transigido com muita burla ou muita infâmia, teria enriquecido fabulosamente. Jamais teria chegado à falência, por certo. No entanto, apesar de tantas dificuldades, estorvos, perfídias e ciúmes, Mauá trabalhará pelo Brasil e espraiará sua ação ao Uruguai e à Argentina. Levará o vigor e a surprêsa de planos novos a êsses países. Sua ação abrangerá aspectos empolgantes, tanto políticos como econômicos. Sua ação é um rio impetuoso que corre para o estuário do êxito e da glória. Ver-se-á a seguir qual foi sua ação no Rio da Prata.

SEGUNDA PARTE

O GIGANTE E O RIO

1

LANÇAS, CAUDILHOS E GAÚCHOS

A MISSÃO do Marquês de Santo Amaro, de 1830, à Europa representará, sem dúvida, a primeira tentativa feita pelo Império com vistas a interessar potências européias nos assuntos do Prata, então em fase sísmica. Ela constituirá o prefácio daqueloutra, confiada ao Visconde de Abrantes, em 44, cujo malôgro foi obra da Inglaterra e da França. A resposta de Guizot proporcionou a Aberdeen, sempre hesitante em sua política externa, o ensejo de liquidar a missão do Visconde de Abrantes. (1) Se o Império era garante da independência do Uruguai, tanto quanto a Confederação das Províncias Unidas do Prata; contudo, pressentia que, de dia para dia, avultava em Buenos Aires uma corrente inclinada à recomposição do antigo Vice-Reinado do Prata. No Uruguai, a situação interna era cada vez mais instável. Na campina uruguaia, rasa e fumacenta, surgiram caudilhos e caciques, dispostos a jogar as pêras com o govêrno central. A inquietação crescia qual maré a demonstrar a fraqueza congênita do govêrno de Montevidéu. Quando o govêrno de Buenos Aires entrou em crises contínuas, caudilhos e caciques de ambas as ribas do Prata passaram a confraternizar, entendendo que a Paz de 1828, que dera a independência ao Uruguai, fôra mau negócio, — obra da diplomacia imperial. A desorganização larvar, nos dois países platinos, favorecia as ambições infrenes dos caudilhos e caciques. Por vêzes, eram êstes mais fortes que a lei.

---

(1) TEIXEIRA SOARES, **"Diplomacia do Império no Rio da Prata"**, Rio, 1955, pág. 102.

Encontrava-se no poder, desde 9 de março de 35, Oribe, como presidente do Uruguai. Do outro lado do Rio, Juan Manuel de Rosas era o Grão-Senhor do Pampa, a governar despòticamente a Argentina. Oribe era instrumento de Rosas, instrumento ancilar e sinistro. No fundo da campina uruguaia, alteava-se a figura de Fructuoso Rivera, antecessor de Manuel de Oribe, na presidência da República. Rivera antagonizou Orbe. E assim surgiu a luta entre "blancos" e "colorados", luta intermitente e cruel. Criaram-se dois governos: o de Cerrito, obediente a Manuel de Oribe; e o de Montevidéu, ilhado do resto do país, porque as tropas de Rosas e de Oribe dispunham do interior do Uruguai. Era o Império garante da independência da República Oriental. No entanto, não podia jogar sua fôrça na balança, porque, portas adentro, se sentia tolhido pela revolução na Província de São Pedro do Rio Grande, a "Guerra dos Farrapos". Rosas aspirava a constituir no Prata um país muito forte, baseado sôbre o estereotipo territorial-histórico do Vice-Reinado do Prata, de Carlos III. Havendo enfrentado as intervenções anglo-francesas, a ponto de julgar-se vencedor, Rosas pretendia intervir às públicas e às escâncaras no assunto doméstico brasileiro, do Rio Grande. Já dominava no Uruguai. Por conseguinte, com mais um passo, poderia fazê-lo na província brasileira sublevada. A missão do Visconde de Abrantes, de 44, tem sua origem nas intromissões de Rosas. No entanto, o Império não tardou a desferir um golpe muito sério no ditador de Buenos Aires, reconhecendo a independência do Paraguai em 14 de setembro de 44.

As guerras civis no Prata justificariam Tácito: *"Egestate litentia corrupti populi, primum ad discordias et seditiones, demum ad bella civilia alliciuntur"* — os povos corrompidos pela miséria e pela libertinagem, lançam-se, primeiro, às discórdias e sedições e, depois, às guerras civis. Eram guerras civis sangrentas, que revelavam apetites grosseiros de mando e tendências à crueldade. O estaqueamento, o degolamento e o fuzilamento foram práticas seguidas por ambas as parcialidades. Fumegavam ruínas, porque o saqueio era também habitual. Sentindo-se fortes, os bandos em luta cresciam em suas monstruosidades.

Através dêsses acontecimentos, Rosas tratava o Império ora com cortezias nas quais mostrava as garras, ora com reclamações insólitas. Parecia compenetrado da idéia de que o Brasil estivesse debilitado pela guerra no Rio Grande. Porisso mesmo, com seus repentes de grosseria o ditador de Buenos Aires ia criando dificuldades sem conta à Côrte de São Cristóvão. A Chancelaria imperial procedia com singular cautela (e porvêzes fraqueza) no lidar com os assuntos do Prata. Assim, por nota de 26 de julho de 45, o Govêrno imperial respondia ao de Montevidéu dizendo que manteria neutralidade nas contendas das repúblicas do Prata, — quando Rosas jogava com homens e situações a seu talante. Em nota de 28 de fevereiro de 46, a Chancelaria imperial anunciava ao govêrno de Montevidéu que não se unia à intervenção anglo-francesa. No entanto, o govêrno uruguaio solicitara a cooperação do Brasil àquela intervenção.

Luís XIV disse que *"la sagesse veut qu'en certaines rencontres, on donne beaucoup au hasard..."* Encontra-se isso em suas *"Mémoires"*. Encerrara-se a Guerra dos Farrapos, devido ao gênio político e militar de Caxias. Mauá atribuiu a responsabilidade da longa luta, verificada na Província de São Pedro do Rio Grande, à possível imprevidência dos que na época dirigiam os negócios do Estado. (1) Recordar-se-á que David Canabarro, chefe dos revolucionários riograndenses, no seu manifesto de Ponche Verde, de 28 de fevereiro de 45, disse bem claro: "Um poder estranho ameaça a integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações de brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniqüidades e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil".

Êsse *poder estranho* era Rosas.

Juan Manuel de Rosas — "el poderoso señor feudal de la Pampa, el más poderoso de los señores feudales de la Argentina,

(1) Em sua **"História Secreta do Brasil"**, 2.º volume, o Sr. Gustavo Barroso aponta Mauá como tendo animado o movimento revolucionário riograndense com capitais seus e asilados em sua casa de Santa Teresa. Não se pode acreditar que Mauá houvesse sido um dos motores do movimento revolucionário. Seria política contrária aos seus interêsses comerciais. Ademais, êle sempre viu o Brasil como um "grande império".

dueño de inmensas estancias y saladeros, patrón de multitudes de peones y capataces, jefe de fuertes milicias que él mismo organizaba y equipaba — y por encima de todo ello, el más inteligente y enérgico de todos los caudillos" — assim o descreveu um historiador uruguaio em linha sóbrias e incisivas. (1)

Ora, o ditador de Buenos Aires, porfiado em criar uma grande obra de expansão, deveria ter pensado (faltava-lhe cultura clássica para tanto) que, no dizer de Lucrécio, qualquer esfôrço da energia humana é uma pressão violenta sôbre o Destino *(Fatis avulsa potestas)*.

A tarefa, que Rosas se propunha realizar, era vasta. Seus movimentos causavam profundas suspicácias à Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e ao Império. A partir de 1827, Rosas sobe do fundo do cenário platino, apoiado nas lanças e boleadoras dos seus gaúchos. É autor do programa da "salvação da Pátria", contra os inimigos da Ordem e da Nação. Instaura uma *tirania dinâmica* que tenderá ao expansionismo. Com astúcia sutil e brutal ao mesmo tempo, vai envolvendo sua pátria em intrigas que se rolam, desenrolam e enovelam, magistralmente por vêzes. Abate seus inimigos, um por um, utilizando-se do punhal, do veneno e do pelotão de fuzilamento. Carlos Ibarguren, seu biógrafo, e excelente, afirmou que Rosas foi "o braço irresistível da reação conservadora e materialista que soube interpretar o realismo político do meio semi-bárbaro predominante, encarnando a imagem vigorosa do caudilho que pôs nos gonzos uma sociedade inorgânica convulsionada pela revolução". (2) Preceito moral algum o deteve na obra de despotismo e crueldade. Dessa forma procedeu, tanto no plano interno como no plano internacional.

Liberto da longa luta no Rio Grande e fortalecida a ordem em diferentes províncias, convulsionadas por desordens antigas ou recentes, o Império pode volver os olhos ao Prata. Rosas fizera guerra à Bolívia e fôra derrotado pelo marechal Santa-Cruz. Interviera abertamente no Uruguai; desconhecera a

---

(1) ALBERTO ZUM FELDE, **"Evolución histórica del Uruguay"**, 3.ª edição, Montevidéu, 1945, pág. 140.

(2) CARLOS IBARGUREN, **"Juan Manuel de Rosas, Su Vida, su Drama, su Tiempo"**, Buenos Aires, 1935, pág. 171.

independência do Paraguai; e aspirara a neutralizar a política imperial no Rio da Prata. Julgava-se forte. Tomás Guido, seu ministro no Rio de Janeiro, desde 1841, primava por uma ação de exigências, reclamações e palavras duras. Guido cansava a paciência da Chancelaria do Império. "*Tout l'art de l'homme d'Etat est de savoir se combiner avec la Fortune*", afirmou um grande estadista europeu. Acreditando no êxito crescente de suas intrigas e nos rompantes de sua diplomacia canhestra (Rosas jamais possuiu diplomacia), o ditador de Buenos Aires foi criando dificuldades e suspicácias no plano internacional. Daí, pois, sua intervenção monstruosa na "Guerra Grande", do Uruguai, aproveitando-se de hesitações da Chancelaria imperial.

A "Guerra Grande" é um estendal de selvagerias. Rivera derrota Echague, o argentino, na batalha de Cagancha, em 39: vitória tão esmagadora que os rosistas e oribistas se dispersam. Lavalleja esconde-se no Rio Grande; Urquiza e Echague refluem para Entre-Rios; Oribe recua para as cercanias de Montevidéu. Em 42, Rivera é derrotado em Arroio Grande. Sua estrêla empalidece. Contudo, o govêrno de Montevidéu resiste ao cêrco implacável de Oribe e Rosas. O médico argentino F.A. Wright contará episódios interessantes da resistência épica. (1) Sarmiento exaltará a contribuição dos estrangeiros à defesa de Montevidéu. Dumas *père* vibrará de entusiasmo ao descrever o heroísmo dos seus defensores. O Ministro do Império, Rodrigo da Silva Pontes, enviará informações curiosas a Paulino José Soares de Sousa, ministro dos negócios estrangeiros, que será autor da *política forte* do Império no Prata. Oribe iniciou o assédio de Montevidéu em 43, o qual só terminará com a Paz de 8 de outubro de 51. O general Paz encarrega-se da defesa de Montevidéu, procedendo nessa incumbência com singular tino militar. Em 43, terminado o govêrno de Rivera, Joaquin Suárez assume a presidência da república, em Montevidéu assediada. Rivera, muito longe da capital, continua a batalhar em sortidas felizes ou infelizes. Rosas empenha-se em derrotar Rivera. Consegue-o, porque em 45 Urquiza aniquila o caudilho "colorado" em India Muerta. Será o fim de sua agitada e colorida carreira:

---

(1) Dr. F.A. WRIGHT, **"Apuntes históricos de la defensa de la República"**, Montevidéu, 1845, obra rara.

Rivera homisia-se em território brasileiro. Em 46, volta à carga. Será batido no Cerro de Las Ánimas.

O heroísmo dos defensores de Montevidéu é algo de espantoso. Contudo, falecem-lhe meios econômicos. Há certo desânimo em suas fileiras. Em 48, o Presidente Suárez celebrou com o Barão Gros, encarregado de negócios de França, uma convenção de subsídios, no valor de 40.000 pesos mensais. Rosas irrita-se. França e Inglaterra interpõem mediação. Mais tarde, a França suspenderá os subsídios. A situação em Montevidéu torna-se caótica. As esperanças dos homens de Montevidéu estão no Brasil. É a tese de Andrés Lamas, ministro no Rio de Janeiro, desde 47, interessado em obter o apoio decisivo do Império. A Chancelaria imperial ouve os apelos de Lamas, sopesa-os e medita. Lamas quer a intervenção direta e clara do Império no Prata. Às *remontrances impératives* do agente diplomático do Uruguai, sempre altivo e inteligente, Paulino José Soares de Sousa replica, dando a entender que o Império mudará de posição. A situação é trágica para o govêrno de Joaquin Suárez:

> "La propaganda del *Jornal do Commercio* ardiente, incisiva, apaixonada, conmovió á los partidos, contaminó á la opinión, despertó y electrisó las consciencias. Con Rozas ó contra Rozas. Claudicar contra el tirano, a quién Mr. Thiers clasificaba de bandido desde el alto de la tribuna francesa, ó aliarse viril y dignamente contra él, contra su poder contra su sistema. Barbarie ó civilisación. Ese era él dilema" (1).

Os homens de Montevidéu resumem suas aspirações: "El Brasil y el empréstito son nuestras dos grandes anclas unicas de esperanzas, al menos con la prontitud que necesitamos". (2) A *Nouvelle Troie,* no conceito de Alexandre Dumas, resiste heròicamente. Oribe vê desaparecer ensejos excelentes de poder desfechar um golpe decisivo. Rosas irrita-se com as negaças e fintas dos defensores de Montevidéu. O ditador de Buenos

---

(1) PEDRO LAMAS, **"Etapas de una gran política"**, pág. 87.
(2) LUIS ALBERTO DE HERRERA, **"Origenes de la Guerra Grande"**, vol. I, pág. 381.

Aires quer o esmagamento definitivo do govêrno Suárez e dá ordens terminantes a Oribe, sempre péssimo soldado, mas excelente degolador... Por intermédio do seu ministro no Rio de Janeiro, o general Guido, Rosas procura obter que o Govêrno imperial se negue a reconhecer o govêrno da Defesa, alegando sua ilegitimidade. A audácia de Rosas irrita a Chancelaria imperial. "Excusado es decir que esa iniciativa rosista no encontró ningun eco en la Corte brasileña, y que no se modificaron, en modo alguno, las relaciones que venia manteniendo desde tiempo atrás con el gobierno legal de la República del Uruguay", afirmou um historiador uruguaio. (1) Paulino José Soares de Sousa acompanha com atenção os acontecimentos verificados no Prata. A política do Império era, nessa altura, um tecido de hesitações. Confiava-se muito no futuro. E Rosas acreditava na brutalidade dos seus processos intimidativos. Êstes processos haviam surtido efeito durante a revolução na Província de São Pedro do Rio Grande. A situação mudara, contudo. A pacificação, obra magistral de Caxias, arrancou a um então adversário do Imperador estas palavras admiráveis:

> "Em breve foi apagado o terrivel incêndio, que há tempo devorava São Pedro do Sul, e firmada a concórdia nessa província, que o Imperador pôde então viajar sôbre caminhos juncados de flores, naqueles mesmos lugares, onde dois anos antes só encontraria os rastilhos da rebelião e os destroços sangrentos dos combates. Bastou a fôrça moral de nossa moderação e de nossa lealdade; bastou a ascendência de nossos princípios de nacionalidade, de fraternidade e e conciliação, para que caíssem as armas das mãos daqueles a quem um decênio de porfiadas lutas tantos exércitos e riqueza destruídos não puderam domar" (2).

O general Guido, hábil e audacioso, complicava os assuntos, de acôrdo com os preceitos recebidos de Rosas, indispondo-se com tôda a gente. De 41 a 50, a atuação do minstro Guido foi num crescendo de audácia. Arrogou-se o direito de representar

---

(1) Artigo ALBERTO LESPLACES, publicado no **El Dia**, de Montevidéu, intitulado "Vuelta de Rivera — Junta de Notables", março de 1946.

(2) TIMANDRO (Sales Tôrres-Homem)' '**Libelo do povo**".

o general Oribe como "presidente legal" do Uruguai. Procurou, a todo o transe, tirar partido da aparente fraqueza da Chancelaria imperial. O Barão de Cairu, Ministro dos Negócios Estrangeiros, já fizera sentir ao general Guido, em 47, o entono de sua linguagem e o desmedido de suas reclamações. Guido era excelente cumpridor das ordens de Rosas: se recebia instruções para reclamar, fazia-o pedindo céus e terras; se, para exigir, se desmandava em linguagem dura. Faltava-lhe, pois, a necessária serenidade para o cabal desempenho de seu elevado cargo. Um dia, cumprindo instruções de Rosas e alardeando altíssimos agravos, Guido, por nota de 23 de setembro de 50, pediu os passaportes. Em 30 do mesmo mês, o govêrno imperial lhos entregou também por nota, defendendo-se das ineptas acusações formuladas por Guido. Chegou êste a Buenos Aires a 16 de outubro, havendo sido recebido pela Mazorca aos gritos de "Morra o infame gabinete do Brasil!" Arana, ministro das relações exteriores da Confederação, em ofício de 2 de outubro, dirigido a Guido e publicado a 23, dizia que "folgava de ver que êle, Guido, saísse de um país, cujo desleal e pérfido gabinete, inimigo asqueroso da América, tanto ofendia e ofende inauditamente a Confederação Argentina". (1) Era êsse o tom da "diplomacia" de Rosas... Guido cairá em desgraça. Seu "patrão" o tratará com tal desdém que o general Guido se convencerá de que até então estivera lidando com um louco...

A Chancelaria imperial inteirou-se das verdadeiras intenções de Rosas. O gesto de Guido acabaria por lhe escancarar os olhos e tirar-lhes as últimas teias de aranha. Os fatos, em sua rugosa realidade, iriam desenganar a Côrte de São Cristóvão. A situação reinante no Uruguai causava profunda apreensão ao Brasil. Oribe era senhor de boa parte do território uruguaio. O govêrno de Montevidéu fazia apelos incessantes ao Império para que interviesse no Prata. A guerra continuava. Alastravam-se as ruínas pelo território uruguaio. A Mazorca, federal-oribista, degolou 17.000 orientais e 15.000 argentinos, além de apoderar-se de mais de 70 milhões de patacões. (2) Na verdade,

(1) Citado por GENSERICO DE VASCONCELOS, **"História militar do Brasil"**, vol. I, pág. 81, Rio, 1941.

(2) JULIO M. SOSA, **"Lavalleja y Oribe"**, pág. 374.

fazia-se a política do confisco: ordem emanada de Oribe ou de seus lugares-tenentes. Autoridade insuspeita afirmou que "en el saqueo de las estancias quedaban frecuentemente envueltos los intereses brasileños, dándose con ello lugar a ardorosas protestas que orientaban los sucesos a favor de la causa de la Defensa de Montevidéo". (1) Em trabalho muito raro, publicado em 1849 em Montevidéu, José Luis Bustamante, referindo-se à missão do Visconde de Abrantes e à idéia por êle defendida junto aos governos de Londres e Paris e finalmente à renúncia do Brasil de não participar mais da intervenção (porque dela fôra enxotado pelas duas potências européias), fêz esta observação muito curiosa e que dá idéia de como era esperada a intervenção do Império: "Si el Brasil hubiera entrado à cooperar en la intervención propuesta, con todo su poder terrestre y marítimo, como era la mente del Gabinete de aquella época, la Cuestión pudo resolverse en seis meses; y esa economia de tiempo, de vidas y fortunas, importaria hoy, una verdadera riqueza para este País; al mismo tiempo que, habrian conquistado esas Potencias, todo el riquisimo presente y porvenir, que las Repúblicas del Plata, no obstante tantas vicisitudes, conservan aun virjenes y invidiables". (2)

Rosas descomedia-se em atrevimentos com a Chancelaria imperial. Ao mesmo tempo, apertava o cêrco a Montevidéu, cujo govêrno arcava com problemas muito sérios, de natureza externa e interna, tais como o bloqueio naval, o assédio das tropas de Oribe, dificuldades econômicas crescentes. Como reconheceu o historiador Pivel Devoto, "el problema de la Defensa no habría de ser resuelto por las intervenciones europeas; el desenlace final fué provocado por el Império del Brasil y las provincias argentinas, sublevadas contra la política de absorción economica de Buenos Aires". (3) Foi em 47 que o govêrno de Montevidéu resolveu separar-se da intervenção européia no Prata e procurar a aliança dos países limítrofes: a intervenção européia não só

(1) EDUARDO ACEVEDO, **"Anales históricos del Uruguay'**, vol. II, pág. 147.

(2) JOSÉ LUIS BUSTAMANTE, **"Los cineo errores capitales de la intervención anglo-francesa en el Plata"**, Buenos Aires, 1942, pág. 34.

(3) PIVET DEVOTO, **"Historia de la República Oriental del Uruguay"**, pág. 181.

criava dificuldades, bem como estava em contraposição aos verdadeiros objetivos da guerra civil e, em última análise, à defesa dos direitos de soberania. O govêrno da Defesa sentia-se oprimido por dificuldades financeiras gravíssimas. Em 46, Francisco Magariños, ministro das relações exteriores do govêrno de Montevidéu, já havia iniciado ação diplomática muito intensa junto a países americanos. Nomearam-se comissários com caráter privado junto aos governos do Paraguai, Corrientes, Bolívia e Venezuela. Melchor Pacheco y Obes foi encarregado de ir ao Chile, Bolívia e Venezuela. Não pôde, porém, dar desempenho à incumbência. O general Wenceslau Paunero, encarregado de negócios junto ao govêrno da Bolívia, recebeu instruções para fazer chegar às autoridades de Sucre comunicação especial a respeito dos limites entre o Uruguai e o Império. Ao mesmo tempo, recebera o encargo de propor à Bolívia o plano de que os países da América, interessados em manter o *statu quo*, deveriam formar uma liga para resolver seus limites com o Império. Paunero repetiu a missão de Francisco Joaquín Muñoz, em 1834 a Sucre, sendo ditador da Bolívia o famoso marechal Santa Cruz. (1) Tanto Muñoz como Paunero não tiveram êxito junto ao govêrno boliviano em suas andanças referentes aos limites com o Brasil. Em 46, José Maria Vidal foi incumbido de negociar uma convenção com o Paraguai, Corrientes e, se possível, Entre-Rios nas bases fundamentais acima referidas. Nessa ação diplomática havia manejos singulares, tendentes a criar uma "frente unida" contra o Império quanto a limites e ao mesmo tempo a buscar-lhe o apoio. A intervenção do Brasil no Prata já fôra defendida em 43 por Florêncio Varela em sua missão a Londres. Em carta da capital inglêsa dirigida a Francisco Magariños, dizia Varela: "No por eso creo ménos necesaria no ménos urjente la alianza con el Imperio: ese Poder es mas inmediato, mas al nivel de nosotros, y su alianza puede estribar en concesiones recíprocas de naturaleza mas importante y mas inmediata que las que podríamos hacer á la Inglaterra. Esta tiene el gran interes de su comercio; el Brasil, el de su comercio

(1) TEIXEIRA SOARES, **"Diplomacia do Império no Rio da Prata"**, pág 80. — MATEO J. MAGARINOS DE MELLO, **"La Misión de Florencio Varela a Londres"**, Montevidéu, 1944, pág. 277.

y de su vital guerra del Sur". O historiador Pivel Devoto sintetizou o problema das aspirações do Govêrno da Defesa ao dizer que "la clave de la futura política de la Defensa de Montevideo estaria en la vinculación con el Brasil".

A missão de Sinimbu a Montevidéu em 43 constituiu o primeiro rebate dado pela diplomacia brasileira de apoiar o govêrno de Montevidéu. Sinimbu atendeu aos apelos formulados por Santiago Vázquez, que, na Legação imperial, se abriu com êle. Pivel Devoto considerou o ministro brasileiro o "grande campeão da intervenção brasileira no comêço do conflito". Adotando uma atitude altiva, Sinimbu afrontou o bloqueio da esquadra de Brown feito a Montevidéu. Momento houve em que a vida do Uruguai ficou suspensa das decisões do ministro brasileiro. A Chancelaria imperial, interessada em evitar conflitos com Rosas, tomou a decisão de *désavouer* seu ministro naquela capital. Sinimbu retirou-se. Seu sucessor foi Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, que assumiu a Legação em janeiro de 45.

*
* *

A deposição de Rosas era plano velho entre políticos do Prata. No Arquivo histórico do Itamaraty existe precedente curioso, que convém relatar.

Era ministro do Uruguai no Rio de Janeiro, Carlos de Villademoros, aristocrata e inteligente. Será mais tarde ministro das relações exteriores do govêrno de Cerrito. Por nota de 24 de março de 38, Villademoros comunicou a Maciel Monteiro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que ante "la dificultad de realizar ninguna convención con el Imperio, mientras duren las crisis políticas en ambos países", recebera ordem do seu govêrno para encerrar a missão e solicitar passaportes. E acrescentou com certa ironia: "Al cumplir el abajo firmado con tal ordenamento cre deber expresar que su primordial objeto, en esta Corte, consistia em procurar persuadir al Gobierno del Imperio de la buena fe de la Republica y esforzarse en cimentar la amistad y buena armonia, entre uno y otro, que cre haber conseguido en gran parte, no por su corta capacidad para de-

sempeñarse sino por la buena voluntad y favorables disposiciones del Gabinete ilustrado del Brasil" (*Arquivo Histórico do Itamaraty*).

O sucessor de Villademoros foi José Maria Reyes, na qualidade de Encaregado de negócios, que, por carta de 28 de julho de 38, comunicou sua chegada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Reyes ficou pouco tempo no Rio de janeiro. A 2 de novembro de 38, o govêrno uruguaio nomeou o Dr. Pedro Pablo Vidal com a categoria de Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Em carta dirigida de Niterói, a 7 de fevereiro de 1839, Vidal comunicou a Maciel Monteiro o texto do *Tratado Secreto* entre os govêrnos do Estado Oriental e da Província de Corrientes 'para activar la deposición del Dictador Rosas". Êsse documento, muito curioso, foi copiado por José Rivera Indarte, secretário da Legação do Estado Oriental e está datado de Niterói, 6 de fevereiro de 39. O Tratado Secreto foi firmado por Santiago Vázquez, ministro das relações exteriores do Uruguai, e o coronel Manuel Olazabal, representante do govêrno de Corrientes. O art. 1.º estabeleceu aliança ofensiva e defensiva entre ambas as partes. O art. 2.º determinou que em caso algum tal aliança seria considerada como feita contra a Confederação Argentina e suas províncias: "por el contrário, las partes contratantes promoverán por cuantos médios estén a sus alcances, el traer a las demás Provincias a tomar parte en esta alianza, y solicitarán la cooperación y ayuda de todos los argentinos". O art. 3.º estabeleceu que o Estado Oriental poria em ação um exército de 2.000 homens e que Corrientes mobilizaria 4.000 soldados. Ambas as partes convieram em manter a aliança até a derrocada definitiva de Rosas (*Arquivo Histórico do Itamaraty*).

Desde o tratado infeliz de 43, negociado com Rosas para a pacificação de São Pedro do Rio Grande e do Uruguai, as relações do Brasil com os países do Prata iam tropeçando com dificuldades de tôda casta. Francisco Magariños, ministro do Uruguai junto à Côrte de São Cristóvão, informava em abril de 44 o seu govêrno de que "no se atreve (el gobierno brasileño) a comprometerse en el exterior sin haber terminado la lucha en la provincia de San Pedro". A missão do Visconde de Abrantes à Europa, para solicitar a intervenção da França e Inglaterra,

juntamente com o Brasil, encontrara resistências de Aberdeen e Guizot. O assunto foi estudado magistralmente pelo historiador norte-americano John F. Cady. (1) Guizot, primeiro ministro de França, entendia que o Brasil deveria limitar-se a desempenhar papel secundário. Foi a resposta de Guizot que deu a Aberdeen o ensejo, que vinha pacientemente esperando, de excluir o Brasil. Contudo, a intervenção anglo-francesa tinha fio e contra-fio...

A idéia do Visconde de Abrantes revelou um lado diabólico. Induziu a Inglaterra e a França a tomarem a iniciativa da intervenção no Prata às escâncaras, por meio de várias missões. França e Inglaterra fazem política de ameaças ao govêrno de Buenos Aires. A primeira missão, Ouseley-Deffaudis, foi um malôgro para os franceses e inglêses. A esquadra anglo-francesa, após a retirada de Buenos Aires de ambos os representantes diplomáticos, iniciou o bloqueio, apoderando-se da esquadra argentina que, sob o comando de Brown, assediava Montevidéu. A seguir, a frota anglo-francesa bloqueia Buenos Aires. A ilha de Martin Garcia é ocupada. Os navios das duas potências européias forçam as fortificações de Obligado, levantadas pelo ditador Rosas. A segunda missão foi a missão Hood, que chegou a Buenos Aires em 46. Sem êxito. A terceira missão, Howden-Walewski, foi apoiada por uma grande esquadra constituida de 15 navios franceses com 171 bôcas de fogo e 13 navios inglêses com 192 canhões. Falhou. A quarta missão foi a chamada missão Gore-Gross, em 48. Também não teve resultado. A quinta missão, mais conciliatória, foi a do almirante Le Predour, em 49, também sem resultado prático imediato. O Brasil estava, pois, vingado com o fracasso das missões inglêsas e francesas.

O govêrno da Defesa de Montevidéu cuidava de alcançar do Brasil dois propósitos: a) o apoio do Império à sua causa; b) negociar a questão de limites. Em 45, Francisco de Borja Magariños foi enviado ao Rio de Janeiro para liquidar os limites, de acôrdo com o estabelecido num memorandum redigido por Florêncio Varela. "Nas instruções dizia-se que o mínimo de

(1) JOHN F. CADY, **"La intervención extrangera en el Rio de la Plata"**, Buenos Aires, 1943, págs 157 e segs.

pretensões da República era o limite de fato de 1810 sôbre o Chui e o Quaraim, isto é, o artigo 2.º das Bases de incorporação acordadas em 1821 pelo Congresso Cisplatino". (1) A missão Magariños não alcançou o êxito esperado em Montevidéu. Quando em 47 Andrés Lamas foi nomeado ministro junto à Côrte de São Cristóvão, os acontecimentos estavam tomando rumo diferente e a Chancelaria brasileira começava a interessar-se pelos sucessos verificados no Uruguai e na Argentina. A atitude de Sinimbu na capital uruguaia e a missão do Visconde de Abrantes representaram etapas de uma evolução que se ia processando lenta. As instruções passadas a Lamas rezavam que se tornava necessário convencer o Brasil da intervenção no Prata. Quanto à questão de limites, regiam as instruções passadas a Magariños, bem como a memória redigida por Florêncio Varela.

Andrés Lamas levou para o desempenho do seu pôsto no Rio de Janeiro um agudo sentido político e uma tenacidade exemplar para conseguir os objetivos de suas instruções. Culto, era competente e escrevia claramente. Não era um improvisado em assuntos políticos e diplomáticos. Trabalhou com afinco, soube vencer dificuldades, agitando planos e idéias. Sua ação diplomática encontrou o apoio de Mauá. Sarmiento, em sua *"Campaña del Ejercito Grande Aliado de Sud-América"*, referindo-se à atuação de Lamas em Montevidéu, dirá que êle "necessitava dum teatro onde revelasse seus talentos naturais e adquiridos, e êsse teatro o encontrou no Rio de Janeiro".

Rivera Indarte, em seu trabalho, hoje muito raro, *"Rosas y sus opositores"*, publicado em Montevidéu em 1844, dizia que o jovem Lamas (nascido em 1817), desde o princípio da luta, se alistara entre os que desejavam a queda de Rosas, unindo a talentos notáveis um "patriotismo vulcânico". De fato, além da atuação política de armas na mão contra Rosas, Andrés Lamas publicara no diário *El Nacional*, de Montevidéu, durante o ano de 45, uma série de artigos políticos e históricos contra a intervenção do ditador de Buenos Aires em sua pátria, reunidos em seus "Escritos políticos y literarios durante la guerra contra la tirania de D. Juan Manuel Rosas" (publicados em Buenos Aires

(1) PIVEL DEVOTO, **ibid.**, pág. 186.

em 77). Êsse o homem que iria representar a política da Defesa de Montevidéu ante a Côrte de São Cristóvão. De como procedeu dirá Pablo Blanco Acevedo: "A gestão de Andrés Lamas no Brasil contribuiu eficaz e decididamente para a consolidação definitiva da independência da República. Esta é sua maior obra, já que é a êle, ao doutor Andrés Lamas, a quem se deve em parte capital o reconhecimento internacional do conceito de nossa soberania". (1)

No Rio de Janeiro, o ministro Guido mantivera correspondência muito viva, em alguns casos mesmo agressiva, com o Barão de Cairu. Nesse momento, não havia à testa da Chancelaria Brasileira, uma personalidade forte, com visão política e fina argúcia diplomática. Cairu era "homme de métier" ("*Un homme de métier sera toujours inférieur ou médiocre*", dirá com injustiça Anatole France). Ademais, êle não podia fazer milagres. A política de então do Govêrno imperial era mais de esperar que de agir, mais de contemporizar que de repelir. No entanto, Cairu dissera coisas graves a Guido como esta: "O Govêrno imperial está convencido de que os seus mais essenciais interêsses exigem que não continui nessa eventualidade inativo, que o faz mero espectador da guerra do Prata". Não poderia haver declaração mais significativa.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, em janeiro de 48, Lamas encontrou no ministério Saturnino de Oliveira Coutinho, "el hombre de Rosas", em seu conceito. Breve cairía, sendo substituido por Pimenta Bueno, "el hombre del Paraguay". A Lamas pareciam êsses os polos da política externa do Brasil: ou Rosas ou o Paraguai, cuja independência fôra o Império o primeiro a reconhecer. Do Uruguai, que ocupava uma posição geográfica e política tão importante, pouco se curava. Lamas encontrou dificuldades, porque o general Guido lhe preparou algumas camas-de-gato. Teve de impor-se pelo seu mérito intelectual. No dia em que se revelou homem de cultura, a ação diplomática do ministro uruguaio passou a ser encarada com simpatia pelos estadistas da Côrte de São Cristóvam.

---

(1) ANDRES LAMAS, "**Escritos selectos**", Montevidéu, 1922, vol. I, pág. 26, do prólogo de Pablo Blanco Acevedo.

Da mesma forma que Magariños, Lamas tivera o fito de conseguir socorros do Govêrno imperial à causa de Montevidéu. Durante algum tempo baldaram-se-lhe os esforços. A mor parte dos políticos brasileiros de então não se inclinava à proposta intervencionista. Tampouco ao socorro financeiro. Que ganharia a Brasil com isso? — fôra a pergunta feita por muitos. No entanto, Lopes Gama (futuro Visconde de Maranguape) já em 44, com muita visão política, aconselhava o govêrno que, para evitar a guerra, se preparasse o país "desde já para ela" (1). E' claro que essa opinião sensata e de muito alcance político não fêz rápidos prosélitos. O interêsse do Govêrno imperial consistia em manter a paz a todo o transe com os países do Prata e estabelecer política de fecundo entendimento com o Paraguai, — arredio, orgulhoso e impenetrável, a despeito da grande obra diplomática de Pimenta Bueno (futuro Marquês de São Vicente). O Visconde de Olinda, quando presidente do Conselho de Ministros, gastou o melhor da sua habilidade no afã de convencer o ministro Guido a um ajuste geral das questões existentes entre o Império e a Confederação, inclusive a de limites. Guido esquivou-se a entrar em entendimentos com Olinda. Mais uma vez, cumprira as instruções recebidas...

Em Montevidéu, os espíritos mais argutos confiavam na ação do tempo — e na ação do Império. Acreditavam que o Brasil acabaria por decidir-se. Quanto tempo duraria essa espera? Eram infatigáveis os homens do govêrno da Defesa. Se o Brasil não se decidia, era preciso alcançar o apoio de Urquiza. Benito Chaín foi despachado como agente de Montevidéu junto ao general Urquiza para conseguir o apoio dêste à causa de Montevidéu, bem como um pronunciamento decisivo contra Rosas. Urquiza fôra aliado de Rosas. Herrera y Obes trabalhava desde 47 a opinião pública e os caciques das cidades do litoral do rio Uruguai do lado argentino, procurando convencê-los de que não era possivel aceitar por mais tempo a *tirania econômica* de Buenos Aires (a menos que se abrissem os rios ao livre comércio internacional, o que seria depois tese da Chancelaria brasileira). Rosas era a Confederação; mas, a Confederação

(1) JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUSA, **"A Vida do Visconde do Uruguai"**, São Paulo, 1944, pág. 191.

com o predomínio absoluto de Buenos Aires a asfixiar a vida econômica das províncias internas. Buenos Aires recatava as *"chaves dos rios"* contra tudo e contra todos. Herrera y Obes era também partidário da criação de novo estado interfluvial, demorando entre os rios Uruguai e Paraná, naturalmente para enfraquecer o prestígio de Rosas. Em carta dirigida por êle a Lamas se encontrava a idéia: "La creación del estado intermedio entre el Uruguay y Paraná daria inmediatamente otro resultado igualmente importante que seria una liga ó confederación de todos los estados pequeños ó que tengan un interés en la consolidación de aquella combinación política para asegurarla y assegurarse reciprocamente sus libertades, su independencia, su orden y tranquilidad interior". (1)

Essa idéia não encontrou campo favorável. Urquiza seria contra ela. Herrera y Obes, homem de ilustração, era incansável. Levantava a idéia como quem alçava uma bandeira. O plano do estado interfluvial será, no entanto, motivo de cogitações para Carlos Antônio López e Francisco Solano López. Em março de 51, Herrera y Obes enviou um memorandum a Urquiza no qual analisou a política de Rosas e solicitou ao caudilho argentino um pronunciamento definitivo. As brutalidades de Rosas espantavam as nações sul-americanas. O ditador de Palermo ia de mal a pior, porque, com suas violências e fuzilamentos, nada mais fazia que açular a resistência dos caudilhos e caciques das províncias. Ponte Ribeiro, *"el ministro sangrador"*, como era chamado em Buenos Aires pelos partidários de Rosas, lutava com dificuldades, suscitadas pelo govêrno da Confederação. No interior das províncias argentinas, um caudilho (que se intitulava general) bastava vestir um uniforme vermelho e azul para considerar-se chefe, pôsto andasse descalço, o que era comum... Crescendo as resistências nas províncias argentinas, era natural que aumentassem os problemas para Rosas. As hesitações da Chancelaria imperial contribuiam para fazer sobrecrescer as arrogâncias do ditador argentino. Magariños, ao tempo em que fôra ministro no Rio de Janeiro, diligenciara

(1) Citado por LUIS ALBERTO DE HERRERA, **"La clausura de los rios"**, Montevidéu, 1920, pág. 137.

em 45 por celebrar uma convenção de auxílios a Montevidéu com Ferreira França, ministro dos negócios estrangeiros. A situação era de tal penúria que o govêrno de Montevidéu não podia pagar as despesas ordinárias de sua legação na capital do Império. Ferreira França não pôde vencer as resistências que encontrou e pôs de lado o projeto de convenção. Lamas achou no Rio de Janeiro resistências à intervenção do Império no Prata. Os partidários da neutralidade tinham muito pêso. Por conseguinte, tudo parecia indicar que o Brasil prosseguisse na política de adiamentos, hesitações e ponderações. Enquanto isso, Rosas ia de vento em popa...

2

AÇÃO DE PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUSA, FUTURO VISCONDE DO URUGUAI

Iria mudar o cenário internacional brasileiro com a subida de Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai, à Chancelaria imperial a 8 de outubro de 49. Se os acontecimentos estavam tomando rumo diferente, era também necessário reconhecer que a política externa do Império fôra confiada ao manejo de um estadista hábil e previdente. Seu sentido político — traço fundamental de Paulino José Soares de Sousa — era plástico, objetivo e opulento.

Paulino José Soares de Sousa, como Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, de 49 a 53, foi o verdadeiro *criador da política de firmeza* no Prata. Vistas largas, espírito de iniciativa, análise meticulosa dos acontecimentos. Cercou-se de diplomatas de primeira ordem, como Carvalho Moreira, antigo presidente do Instituto da Ordem dos Advogados, despachado como ministro em Washington e que seria depois Barão de Penedo; Maciel Monteiro, depois Barão de Itamaracá, antigo ministro dos negócios estrangeiros em 38, despachado como ministro a Lisboa; o infatigável Duarte da Ponte Ribeiro, informante de primeira ordem e melhor conhecedor de questões de limites no tempo, de-

pois Barão da Ponte Ribeiro; Miguel Maria Lisboa, futuro Barão de Japurá, enviado em missão especial às Repúblicas de Nova Granada, Venezuela e Equador, a respeito das quais escreveu livro altamente interessante; Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná, presidente famoso do Ministério da *Conciliação* em 53; Antônio Paulino Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté; Varnhagen, futuro Visconde de Pôrto Seguro, investigador de documentos históricos nos arquivos de Simancas, na Espanha. Na Chancelaria imperial entra uma rajada de trabalho e de entusiasmo. Paulino José Soares de Sousa não está por uma política de meios têrmos; aspira a realizar uma política de ação intensa.

Napoleão dissera que *"la guerre est un art simple et tout d'exécution"*. Paulino José Soares de Sousa, ao analisar os acontecimentos verificados no Prata, convencera-se de que era necessário acabar com a política dúbia de Olinda. Expusera a idéia, batera-se por ela e chamara a atenção do Imperador.

Fôra o Imperador quem se encarregara de liquidar o gabinete Olinda. Certo dia, o monarca chamara Eusébio de Queirós, ministro da Justiça, para lhe dizer que não estava satisfeito com Olinda. Criara-se a crise. Mont'Alegre, com sua larga influência e membro do Gabinete, procurou Dom Pedro II. Ficou então assentado entre o Imperador e Mont'Alegre que Eusébio daria o *recado* a Olinda. Na primeira reunião do ministério, devidamente inteirado de tudo, Olinda afirmou que deixaria o poder. O motivo a ser declinado seriam as divergências a respeito da política do Prata, em face dos arreganhos de Rosas. Político matreiro, Olinda queria sair bem do govêrno... Mont'Alegre assumiu a presidência do Conselho, ficando com a pasta do Império. Para os Negócios Estrangeiros, substituindo Olinda, foi nomeado Paulino José Soares de Sousa, membro do partido conservador *(saquarema)* e paladino da intervenção franca no Prata.

Depois da primeira entrevista com Paulino, Lamas escreveu com muita observação política a Herrera y Obes: "Repito a Ud. que ya creo haberle dicho; de las intenciones del Sr. Paulino *estoy seguro*. Hemos conferenciado largamente... Ahora no puede el Sr. Paulino hacer un cambio redondo de política, pero principiará a modificarla y se preparará el Brasil, para las

consecuencias". Lamas observara bem e Paulino seguirá por diante, animoso.

Dirá Heitor Lyra com muita verdade:

> "Essa crise de 1849 vinha mostrar a importância que tinha para o Império a política no Prata. De fato, era ali já então que estava a chave das nossas relações externas. Durante êsses próximos vinte anos, isto é, até a terminação da guerra do Paraguai, os *negócios do Prata* serão o principal objeto da nossa política internacional. E nenhum estadista poderá considerar-se tal, se não fôr um perfeito conhecedor dos acontecimentos que ali se desenrolarão e de suas repercussões no Brasil. Para um grande número dêles o Prata passará a ser a verdadeira escola política... ...No fundo, em cada político do Império havia sempre um diplomata. Eram quase todos negociadores de primeira ordem, dotados dos mais surpreendentes recursos e imaginação e ninguém, como êles, sabia nortear uma discussão ou evitar seus pontos de maior atrito. Valiam os melhores diplomatas de carreira. Não lhes ficavam atrás, em todo o caso, nem na fôrça dos argumentos, nem na vivacidade da discussão, nem no cavalheirismo das atitudes. Daí, possìvelmente, a fôrça da diplomacia imperial, o seu enorme prestígio, na América e fora da América." (1).

Quando em 43 e 44 estivera à testa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Paulino deixara em documento oficial sua opinião a respeito da política a ser feita com Rosas:

> Êstes e outros fatos provam sobejamente que a ambiciosa política de Rosas tem por fim reunir à Confederação Argentina tôdas as províncias que formam no antigo Vice-Reinado de Buenos Aires. É portanto de supôr que apenas desembaraçado dos inimigos que tem na Banda Oriental, procurará levar adiante com mais eficácia e desembaraço aquêle plano. A sua realização seria certamente muito fatal ao Império, ao qual não convém de modo algum que um vizinho cheio de tanta ambição, astúcia e perseverança se torne tão poderoso" (2).

---

(1) HEITOR LYRA, **"História de Dom Pedro II"**, vol. I, pág. 314.
(2) JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUSA, **ibid.**, pág. 195.

Guido teve várias conferências com o Conselheiro Paulino nesse ano de 49, sendo que a última se realizou em casa do ministro dos negócios estrangeiros, sita na rua dos Inválidos, 58. Com a mesma fala arrogante, Guido atacou vários problemas e declarou, certa feita, que nem o Império poderia destruir a Confederação, nem esta poderia destruir o Império; mas, que poderiam fazer-se ambos muito mal, no caso de luta. Paulino alegou que novos acordos a serem celebrados com a Confederação teriam o mesmo destino do tratado de 43, celebrado por Honório Hermeto Carneiro Leão e por Rodrigues Tôrres: não fôra ratificado. Olinda procurara entender-se com Guido, sem resultado algum. A nota de Arana, de 20 de setembro de 49, que motivara tais conversações entre Guido e Paulino, era um tecido de incongruências e mesmo falsidades. Como quer que seja, Guido sentiu que o Conselheiro Paulino era homem diferente de Ferreira França ou de Limpo de Abreu. Em 26 de dezembro de 49, Paulino escreveu a Silva Pontes, ministro em Montevidéu, contando-lhe as conversas com Guido. Silva Pontes respondeu-lhe que "a guerra é inevitável". Mesmo durante a epidemia de febre amarela, que matou tanta gente, nem Guido nem Lamas arredaram o pé do Rio de Janeiro. Trabalhava cada qual por seus interêsses — e com tenacidade. A questão do empréstimo ao govêrno de Montevidéu é assunto vital. Em 50, Paulino tem a primeira entrevista com Ireneu Evangelista de Sousa. Em 21 de agôsto de 50, foi ajustado o contrato com Andrés Lamas. É curioso assinalar que, nesse contrato, a iniciativa coube ao Conselheiro Paulino, figurando Mauá como fornecedor do dinheiro. (1) Em Montevidéu, Silva Pontes assiste às brigas entre Herrera, Pacheco y Obes e Lorenzo Batlle, membros do govêrno.

A 16 de junho de 50, Guido resolve dar um golpe de fazer tremer a terra: quer a punição do Barão de Jacuí e de Pedro Fernandes Chaves, alegando agravos de monta. Ou seriam castigados, ou se retiraria. Assim, cumpriria as ordens de seu amo. E para tornar sua diligência ainda mais escandalosa, Guido buscou o apoio do ministro inglês Hudson; importunou vários ministros de estado; aliciou jornalistas; e procurou o Im-

(1) ANDRES LAMAS, "Diplomacia de la Defensa", Montevidéu, 1915, vol. III, pág. 7.

perador, para deixar o Conselheiro Paulino em má postura... Guido cometeu um êrro de psicologia: não se convenceu de que o ambiente houvesse mudado... Depois de haver batido a várias portas, Guido se inteirou de que perdera tempo. Por nota de 4 de setembro, o Conselheiro Paulino deu a descalçadela em Guido, num estilo fulminante. No dia 23, Guido replicou em nota na qual solicitou os passaportes. No dia 30, Paulino enviou-lhe os passaportes por meio de nota, na qual rebateu a acusação de deslealdade ao Govêrno imperial, formulado por Guido. Essa acusação era a flecha do Parto...

Agravou-se a crise em Buenos Aires e no Rio de Janeiro. As gazetas de Buenos Aires atacaram o Brasil, considerando suas instituições políticas verdadeira "mancha" na América.

Urquiza era um mistério para a diplomacia imperial. Paulino José Soares de Sousa se encarregará de decifrar o enigma. O antigo comandado e depois aliado de Rosas, senhor de Entre-Rios, jogava com um pau de dois bicos: simulando ser amigo de Rosas, já em 48 estava preparando o caminho para derrubar o ditador. Urquiza, imitando os processos rosistas, tinha uma rêde de espiões em Buenos Aires que contra-espionavam os agentes do ditador. À astúcia opusera singular contrastúcia. Paulino José Soares de Sousa foi devidamente informado de certas dificuldades existentes entre Rosas e Urquiza. Por isso, decidiu-se a tirar proveito delas. É nesse particular que o trabalho da diplomacia imperial se desenvolve com suma finura. Alargando-se as divergências entre os dois rivais argentinos, o Conselheiro Paulino foi introduzindo uma cunha nas relações de Entre-Rios com Buenos Aires. As rogativas de Lamas iam encontrando terreno favorável. Com êsses caudilhos do Prata, cheios de rompantes, o Império teria de proceder com sagacidade. As pedras do xadrez teriam de ser movidas com cuidado. Qualquer engano poderia ser fatal à Chancelaria do Império. Neste particular, o jôgo foi feito com maestria. A 25 de dezembro de 50, Pimenta Bueno assinou com Carlos Antônio López um tratado, que representou sério golpe no prestígio de Rosas. Urquiza, com sua habilidade saloia, sente as insinuações, procedentes de Montevidéu e do Rio de Janeiro. Contudo, quer impor condições, fazendo-se de rogado. Passa-se certo tempo nessas artimanhas e negaças. O caudilho de Entre-Rios recebe,

no entanto, a faca aos peitos: "Con Usted ó contra Usted". Compreende que lhe será vantajosa uma aliança com o Império e com o govêrno de Montevidéu. A 16 de março de 51 surgiu a declaração prévia da Chancelaria imperial de que o govêrno brasileiro estava disposto a colaborar na defesa de Montevidéu. O grande fruto da nova orientação diplomática do Brasil foi a assinatura, em Montevidéu, a 29 de maio de 51, por Manuel Herrera y Obes, representante do govêrno oriental; Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, representante do Império; e Antonio Cuyas y Sampere, representante do Estado Livre de Entre-Rios, de uma Convenção em virtude da qual as partes contratantes se reuniam em aliança ofensiva e defensiva para manter a independência e pacificar o território da República Oriental do Uruguai, fazendo sair do mesmo o general Manuel Oribe e as "fôrças argentinas que comanda"; e cooperando para que, restituidas as coisas a seu estado normal, se procedesse à eleição do presidente da República, de acôrdo com a constituição. O art. 23 determinou:

> "O govêrno do Paraguai seria convidado a entrar na aliança, enviando-selhe um exemplar do presente Convênio; e se entrar, concordando com as disposições aqui consignadas, tomará a parte que lhe corresponda na operação, a fim de que possam também gozar das vantagens mùtuamente concedidas aos governos aliados".

Ademais, Urquiza se comprometeu a reconhecer a independência do Paraguai, garantida pelo Império e pela República Oriental do Uruguai.

A batalha de Monte Caseros liquidou os 22 anos da tirania de Rosas. O ditador fugiu para bordo de um navio inglês, onde ficou escondido. A *Union Jack* protegeu o sanguinário ditador de Palermo.

Logo depois vêm os tratados assinados a 12 de outubro de 51 por Carneiro Leão e Limpo de Abreu, em nome do Brasil, e por Andrés Lamas, pelo Uruguai: — Tratado de aliança perpétua para defender a integridade territorial e a independência de cada país contratante. Por êsse tratado comprometia-se o Brasil a prestar apoio militar e naval ao Uruguai para restabelecer a ordem constitucional. Tratado de limites, que estabeleceu a linha divisória pelo Quaraim, reconhecendo ao Brasil a posse ex-

clusiva da navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Tratado de prestação de socorros: o Brasil comprometeu-se a dar um subsídio mensal ao Uruguai de 60.000 patacões. A República fêz então uma declaração de dívidas no valor de $ 288.791 pesos fortes, que afetaram especialmente as rendas e os direitos de Alfândega. Tratado de comércio e navegação, que declarou comum a navegação do rio Uruguai e seus afluentes. Cuidar-se-ia de que fôssem igualmente de livre navegação os rios Paraná e Paraguai. Reconheceu-se a conveniência da neutralização da ilha de Martin Garcia. Manteve-se por dez anos a isenção de direitos de consumo que tinham a carne salgada e demais produtos pecuários importados no Rio Grande pela fronteira. Como compensação, o Uruguai devia abolir o impôsto que cobrava pela exportação de gado em pé para aquela província. Tratado de extradição: por delitos comuns ou comuns conexos com políticos.

O historiador Pivel Devoto afirmou que êsses tratados continham graves falhas: "Em matéria de limites consagrava a renúncia dos direitos legítimos emanados do Tratado de Santo Ildefonso e a faculdade de levantar fortalezas em nosso território era uma monstruosa alienação de soberania. O de aliança, sancionava o princípio da intervenção, com o qual diminuíamos nossas faculdades de estado soberano. O de extradição obrigava a cooperarem os cidadãos orientais na manutenção da escravatura, instituição reprovada pelo direito nacional. O de empréstimos e subsídios obrigava-nos ao reconhecimento de uma dívida pesada, que afetava nossas principais fontes tributárias". (1) Mais adiante, o mesmo historiador afirmou que "A Defesa de Montevidéu, para salvar o que acreditava ser os interêsses da civilização, introduziu o Império como árbitro de nossas discórdias, mutilou os direitos territoriais da República e privou-a de fontes de prosperidade natural".

Em que pese a autoridade do notável historiador uruguaio, existe exagêro em sua tese. Apesar do disposto no art. IV do tratado de limites, o govêrno imperial jamais se utilizou do mesmo. Os tratados de 51 tiveram outro efeito: salvaram o

(1) PIVEL DEVOTO, **ibid.**, pág. 194.

Uruguai das ameaças dos que pensavam em Buenos Aires na reconstituição do Vice-Reinado do Prata e propiciaram o estabelecimento de um ambiente favorável ao desenvolvimento das instituições democráticas, pôsto fôssem estas depois sacudidas por movimentos revolucionários. Os tratados de 51, tão atacados em certa quadra da história do Uruguai, no momento em que foram celebrados representaram uma garantia para um melhor porvir e muito contribuiram para desanuviar o horizonte político do país.

O papel do Brasil na questão da liberdade de navegação dos rios platinos foi tão decisivo, em contraste com o que a Inglaterra e a França não haviam obtido de Rosas, que um historiador insuspeito e de alto merecimento, Luis Alberto de Herrera, pôde afirmar com justiça: "Ya la independencia oriental plantea el grave tema, siendo el Brasil, en amparo de sus estados recluidos en el interior de América, quien primero pugna por asegurar en este flanco la libertad fluvial". (1)

Era natural que tanto em Buenos Aires como em Montevidéu aparecessem reparos ou mesmo críticas malignas aos tratados de 51. Representavam êstes o êxito da diplomacia de Paulino José Soares de Sousa. Ora, o êxito da diplomacia brasileira, alcançando a derrocada de Rosas e celebrando os tratados de 51, não poderia agradar a tôda a gente. Em Buenos Aires repontaram críticas agudas ou mesmo violentas à ação diplomática do Brasil com seu cortejo de deturpações, burlas e mesmo mentiras. A imprensa política apoderou-se dêsses tratados e os interpretou ao sabor de suas tendências partidárias. Ramón Cárcano, por exemplo, afirmou que Lamas "dominado por el peligro de Rosas, no divisaba el peligro del Imperio, y se abandonaba a su influencia amable y absorvente". Êsses tratados de 51, atacados por publicistas ou jornalistas vitriólicos, foram apresentados como bandeira do "imperialismo brasileiro" para iludir papalvos e servir a interêsses de rasteira politicagem interna ou externa.

Os artigos XIV (sôbre a navegação comum do rio Uruguai e seus afluentes), XV (relativo ao convite aos demais estados

(1) LUIS ALBERTO DE HERRERA, **"La clausura de los rios"**, Montevidéu, 1920, pág. 99.

ribeirinhos do Prata e seus afluentes a celebrarem um tratado semelhante com o fim de tornar livre para os mesmos ribeirinhos a navegação dos rios Paraná e Paraguai), XVIII (referente à oposição de ambas as partes contratantes a que a soberania de Martin Garcia deixasse de pertencer a um dos Estados do Prata, interessados em sua livre navegação) e XIX(alusivo à realização de obras para obviar as dificuldades apresentadas pelos arrecifes do Salto Grande à navegação do rio Uruguai, obras previstas em 1851 e que o govêrno Perón pretendeu levar por diante no papel), — todos êsses artigos do Tratado de Comércio e Navegação representam um conjunto de providências de sabedoria política de molde a nobilitar a ação dos signatários do tratado.

Em 1946 foi celebrado em Montevidéu um acôrdo entre a Argentina e o Uruguai para aproveitamento da energia elétrica resultante da barragem que viesse a ser construida no Salto Grande do rio Uruguai. A barragem, depois de construida e instalada a usina geradora de fôrça elétrica, seria verdadeiramente monumental, provida de comportas que permitissem a passagem de embarcações. Essas obras foram orçadas em 800 milhões de pesos argentinos. Contudo, o plano ficou no papel, como tantos outros...

As negociações de Andrés Lamas junto à Côrte de São Cristóvão foram devidamente aprovadas pelo presidente Juaquin Suárez por carta de 5 de outubro de 51, publicada pelo historiador Pablo Blanco Acevedo no prefácio aos *"Escritos Selectos"* daquele diplomata e escritor uruguaio.

Lamas desenvolvera grande atividade através das negociações, tendo jogado uma carta decisiva. Cartada de prestígio. Lamas reconheceu-o em abril de 51, dizendo o seguinte: "No firmo, no subscribo nigún documento diplomático, relativo á la cuestión de limites con mi patria, hasta que la plaza de Montevideo no esté salvada por el esfuerzo de la alianza; comprometo mi palabra de hombre de honor de que así lo haré y de que así lo hará el gobierno de mi país, obtenido el triunfo; entonces me entregaré á la impopularidad nacional". (1) Nestas palavras espelha-se um forte caráter, disposto a enfrentar as maiores tor-

(1) Citado por AUGUSTIN DE VEDIA em **"Martin Garcia y la jurisdicción del Plata"**, Buenos Aires, 1908, pág. 159.

mentas políticas. Poucas personalidades uruguaias foram tão discutidas — e mesmo denegridas — como Lamas. Parece que a História ainda não lavrou sentença definitiva a respeito dêle. Foi criticado com severidade por historiadores "blancos". Mário Falcão Espalter, em excelente estudo sôbre a formação histórica do Uruguai, referindo-se a Lamas e à sua atuação diplomática no Rio de Janeiro, mostrou-se injusto ao dizer: "Lamas conquistou a simpatia imperial brasileira a trôco de vender a alma à devoção perpétua do Brasil, que, como simbólico Mefistófeles, manteve em seu poder o novo Fausto à custa dos verdadeiros interêsses da pátria uruguaia" (1). Outros afirmaram que Lamas nada mais fôra que um "sócio de Mauá". Diplomata de grande talento, Lamas fêz política que incorreu no desagrado do partido "blanco". A ser exato o que afirmou Aureliano Berro, — com Oribe, chefe do partido "blanco", estavam os Berros, os Anayas, os Villademoros, os Juanicós, os Caravias, os Errazquins, os Vianas, os Lerenas, os Lavellejas, os Antuñas, os Acevedos, os Velazcos e muitos outros que formavam então o escol da sociedade montevideana. (2) Nesse período turbulento, de lutas intensas entre "blancos" e "colorados", natural era que Lamas, como autêntico e resoluto "colorado", se transformasse em alvo da crítica impenitente de seus adversários políticos. Valeram-se êstes de nugacidades para lhe estorvar o caminho. Lamas foi trabalhador infatigável e através de tantas pelejas deveria recordar-se do conselho das Sagradas Escrituras: "Non defrauderis a die bono; et particula boni diei, non te praetereat" (Não te prives de um bom dia e não deixes perder partícula alguma do bem que te é concedido). Sofreu muito. Contudo, afrontou borrascas terríveis.

Lamas manteve excelentes relações com Paulino José Soares de Sousa. O plano de Lamas era salvar Montevidéu. O plano de Paulino era derrotar o ditador de Palermo. Encontraram-se ambos numa área comum de ação intensa. O Imperador apoia a política de Mont'Alegre e de Paulino. Não existe mais Olinda

(1) MÁRIO FALCÃO ESPALTER, **"Formación histórica del Uruguay"**, Madrid, 1929, pág. 261.

(2) AURELIANO BERRO, **"Bernardo P. Berro"**, Montevidéu, 1920, vol. I, pág. 76.

para atrapalhar com seus panos quentes. Requer-se ação. E esta terá de apagar os efeitos deploráveis do tempo perdido em hesitações e adiamentos.

3

MAUÁ EM CONTACTO COM AS REALIDADES POLÍTICAS DO URUGUAI

Conta Mauá na *Autobiografia* que, desde o comêço de 50, acompanhara tôdas as evoluções da política do Brasil no Rio da Prata. Era honrado pela confiança do ministério de então, especilmente pelo "grande homem de Estado", expressão sua, que foi Paulino José Soares de Sousa. Daí, pois, seu interêsse pelos assuntos do Império na bacia do Prata. Relatou que, em meados de 50, o Conselheiro Paulino se abrira com êle, dizendo-lhe que, embora a atitude do ministro Guido se tornasse cada dia mais pronunciada, o Império não se achava preparado "para aceitar a luva" — palavras de Mauá —, cumprindo ao Govêrno reunir, sem bulha nem matinada, os elemetntos necessários para dar o golpe, a fim de não se ver empenhado o Brasil em guerra duradoura, que seria funesta às finanças nacionais. Havia, pois, consoante as palavras de Mauá, o propósito de Paulino José Soares de Sousa não só de aparar o golpe, bem como manter a paz durante algum tempo. Paulino tinha uma visão objetiva do problema e sabia jogar com as possibilidades que o mesmo comportava.

Paulino José Soares de Sousa inteirou Mauá de que, tendo a França abandonado o govêrno da Defesa de Montevidéu, suspendendo os subsídios estabelecidos pelo convênio de 12 de junho de 48 pelo Encarregado de negócios barão Gros com o presidente Suárez, e lutando êste com falta de recursos financeiros, inevitável seria sua queda. Completar-se-ia, assim, o domínio de Rosas no Uruguai, "perdendo o Brasil — escreve Mauá — a sua base de operações na guerra inevitável que se aproximava". Por essas palavras pode-se muito bem ter idéia de como Paulino acompanhava os acontecimentos no Prata. Iriam êstes entrar

em fase verdadeiramente aguda. Entendia o Ministro dos negócios estrangeiros ser absolutamente necessário sustentar a praça de Montevidéu com recursos financeiros, enquanto o Brasil não estivesse preparado para o que desse e viesse. Em tal caso, o Govêrno imperial confiava em Mauá para a prestação dos auxílios reputados indispensáveis. Mauá aceitou o encargo. A 6 de setembro de 50, celebrou um acôrdo com Andrés Lamas. Estabeleceu-se a importância dos auxílios, "que foram por mim fielmente entregues, sem que a menor partícula de benefício daí me proviesse", afirmou Mauá. O empréstimo ajustado a 6 de de setembro de 50 estipulava da parte de Mauá a entrega mensal de 18.000 pesos fortes durante 13 meses, a contar de 1.º de julho de 50 e ao juro de 6%. Esta é a informação de Tasso Fragoso, em sua "*História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*", vol. I, pág. 39, que está em contradição com o conceito do Empreendedor e amigo de Paulino.

Em carta dirigida a Andrés Lamas, a 7 de agôsto de 50, Mauá esclarece o assunto:

> "Tendo o govêrno francês suspendido o pagamento de uma parte do empréstimo mensal, com que auxilia o govêrno do Estado Oriental do Uruguai na defesa da nobre causa que o mesmo sustenta contra a Confederação Argentina, proponho-me a suprir por meio de empréstimo, em condições razoáveis, o *deficit* resultante dessa diminuição de suprimento, e por esta me obrigo a entregar a V. Excia. nesta cidade, por carta do govêrno que V. Excia. representa, a quantia de 12.000 pesos fortes, cada mês, desde que, pela ulterior e definitiva resolução do govêrno francês se confirme a recusa por parte do mesmo, de concorrer com a quantia estipulada para ocorrer aos indispensáveis gastos extraordinários, a que é obrigado o govêrno oriental na posição excepcional em que se acha colocado. Declaro outrossim a V. Excia. que esta minha oferta e obrigação de suprir a mencionada quantia se considera em seu inteiro vigor até que eu, com antecipação de trinta dias, comunique a V. Excia. ter tomado outros acôrdo" (1).

Por essa carta, vê-se que Mauá tomou o partido do govêrno da Defesa, atendendo ao apêlo feito por Paulino José Soares de

(1) LIDIA BESOUCHET, **"Correspondência política de Mauá no Rio da Prata"**, São Paulo, 1943, pág 51.

Sousa. Mauá auxiliou o govêrno de Montevidéu, sendo seu pensamento norteador "concorrer para o triunfo da política do Brasil no Rio da Prata", como confessou. É interessante o esclarecimento de Mauá a respeito:

> "Ao terminar a guerra (refere-se à campanha de 1851) achei-me comprometido com uma soma assaz forte ao débito do govêrno oriental, e o estado econômico da república, que tive de apreciar nessa ocasião, representando um verdadeiro cadáver, causou-me sério receio de a perder; tive em seguida de entranhar-me nas veias econômicas enfraquecidas dessa sociedade, criando-me os perigos que em 1868 produziram o primeiro choque violento na posição da Casa Mauá. Ao pecado original, de ter pôsto pé nesse país, fui sem dúvida arrastado por motivos nobres; as inspirações do patriotismo, quando são guiadas pelo entusiasmo, não conhecem limites aos sacrifícios; só pode compreender a fôrça dêsse sentimento quem o possui entranhado em sua alma; são poucos os que o sentem deveras. Na época em que dei êsses passos as sobras do meu ativo punham-me a coberto de qualquer eventualidade".

Mauá procedera impelido por dois motivos ponderosos: o apêlo de Paulino José Soares de Sousa e a inspiração do seu patriotismo de poder ser útil ao Uruguai, sendo útil ao Brasil. Encontrará o Uruguai, transformado em *verdadeiro cadáver* por causa das lutas cruentas entre Oribe e Montevidéu. Eis o preço cobrado pelos caudilhos, generais, caudilhetes e caciques à jovem nacionalidade uruguaia...

Uma vez iniciada a emprêsa, dedicou-se à mesma com ilimitado entusiasmo, como aliás procedia em todos os seus negócios. Pedro Lamas, filho de Andrés Lamas, em sua obra *"Etapas de una gran política"*, contou a cena famosa em que "um dia pela manhã subiu aquelas duras escadas da rua Pedreira da Glória um jovem de aspecto simpático e inteligente e entregou seu cartão — Ireneu Evangelista de Sousa. Não sei quem é — disse meu pai —, que me espere no escritório. Aquela visita era o comêço do êxito..."

No entanto, Mauá teve de defender-se de caluniadores a propósito do auxílio prestado à Defesa de Montevidéu. O *Jornal*

do Comércio, de 22 de janeiro de 52, estampou a seguinte publicação a pedido:

> ""AS CALÚNIAS DO PERIÓDICO "REFORMA". — — Acostumados a encontrar de frente, respondendo de uma maneira franca e direta a quaisquer acusações que a inveja, a maledicência e a perversidade sôbre mim vomitem, não será uma exceção desta regra o artigo com que vou ocupar-me, se bem que o desprêzo era talvez a única resposta que convinha dar às torpes calúnias do papelucho que intenta macular-me, de envolta com alguns nomes que o país todo respeita.
>
> Minha vida ativa e completamente dedicada ao cumprimento dos múltiplos deveres que me tenho impôsto, nem sempre me permite ler, nem mesmo os periódicos de que sou assinante; casualmente, porém, correndo os olhos sôbre o *Correio da Tarde,* de 17 do corrente, deparei com o meu nome em uma das suas colunas, e, como era natural, li êsse artigo, e foi então, e só então, que soube ter-se ocupado comigo a *Reforma;* mandei logo comprar o n.º 6 dêsse periódico para inteirar-me da acusação que me era feita.
>
> O meu contrato com o govêrno oriental, firmado por seus agentes em 7 de setembro de 1850, foi o alvo das torpezas do publicista da oposição. Visto que a perversidade enverga nesse contrato material para *conjecturas,* tão injuriosas quão contrárias à verdade, fôrça é dar algumas explicações que satisfaçam a todos os homens sensatos, importando-me bem pouco com a opinião de alguns infames, que, estranhos a todo o sentimento honrado, só descobrem nos atos por outrem praticados as torpezas que êles praticariam em idênticas circunstâncias.
>
> O título de *convenção secreta* que o caluniador a quem respondo empresta ao meu contrato, de modo algum lhe convém; não foi êle, é verdade, desde logo publicado; porque a isso se opunham as conveniências da República Oriental, por temerem os seus agentes que os elementos de ação que lhes dava êsse empréstimo para salvar o seu país fôssem neutralizados pelos agentes de Rosas na Europa, o que ainda assim em parte sucedeu. Eu, porém, que desejava tôdas as possíveis garantias ao meu pagamento, estipulei que êsse contrato, logo depois de ratificado pelo govêrno supremo da República, seria reduzido a *escritura pública* em Montevidéu, o que efetivamente teve lugar dois meses depois! Cópia dessa escritura foi logo transmitida aqui

a mais de um agente ou amigo de Rosas. Eis a *convenção secreta!*

O covarde assassino da alheia reputação que escreveu o artigo da "Reforma" bem conhece nada ter de secreto o meu contrato; para melhor dar pasto à sua malevolência, convém-lhe porém fingir mistérios e segrêdo onde tudo é claro e patente, para assim atirar as envenenadas setas de que a perversidade está sempre armada.

O art. 15 do meu contrato é o *cavalo de batalha,* o peão sôbre que roda tôda a argumentação caluniosa do malévolo escritor; no entanto, nada mais há satisfatòriamente explicável do que o disposto nesse artigo 15. Na época a que me refiro esforçava-se o govêrno oriental, por intermédio do seu ilustrado e honradíssimo ministro nesta côrte, o Exmo. Sr. Lamas, por contrair um empréstimo de *três milhões de pesos fortes;* diversas notabilidades dinheirosas foram mesmo consultadas sôbre êsse empréstimo, que estêve *a ponto de realizar-se* naufragando em uma diferença de menos de 10 por cento no preços das apólices externas que deviam ser emitidas pelo govêrno oriental.

A minha conhecida simpatia pela causa de Montevidéu, que entendi sempre a causa da civilização em luta com o barbarismo, fêz com que eu também fôsse ouvido a respeito e nada mais natural e *conseqüente,* efetuando eu o contrato de 7 de setembro, do que a inserção dêsse art. 15, que, na eventualidade possível da realização de um empréstimo, me facultava mais êsse meio de embolsar-me. Todo êsse castelo de torpezas que erigiu a "Reforma" sôbre êsse fato é pois tão infundado como imaginar se pode.

Fácil era ao escritor oposicionista inteirar-se da verdade dos fatos, e certo dando-se a êsse trabalho, se porventura possui êle uma leve idéia do sentimento do justo e do honesto, recuaria espavorido da atrocidade de suas ilações; êste caminho porém não convém ao malévolo escritor de que me ocupo.

Historietas de sociedades, invenções malignas, atrocíssimas e miseráveis calúnias, assacadas sem pudor contra os caracteres mais respeitáveis de que se honra o país, isto sim são armas próprias do frenético oposicionista! O tratado de 12 de outubro que dá um subsídio à república, segundo o escrito a que me refiro, só teve por objeto embolsar-me do que me deve o Estado oriental! No entanto, êsse tratado proíbe ao govêrno oriental a aplicação do subsídio ao pagamento de empenhos *anteriores,* e é público e notório em Montevidéu o que em conseqüência das exigências de

> outros credores do govêrno, tive eu de contentar-me com uma parte *menor* das rendas da alfândega ali do que a estipulada no meu contrato para haver o meu embôlso, e que só por êsse *único* meio terei eu de ser pago do que me deve a república pela transação de 7 de setemebro, ao passo que, por outros títulos, terei de correr a sorte dos mais credores.
>
> Eis desvendados ante o público todos os pretendidos mistérios de minhas transações com o govêrno de Montevidéu! Desenganem-se os senhores que lançam mão da falsidade, da intriga e da calúnia, como armas políticas, o efeito dêsses meios reprovados dura um só dia: a verdade aparece logo, e com o seu brilho confunde a calúnia e esmaga os caluniadores".

No dia 7 de fevereiro de 52, o *Jornal do Comércio* publicou o editorial da *Reforma*, intitulado — "Resposta à correspondência do Sr. Ireneu publicada no *Jornal do Comércio* de 22 de janeiro". Trata-se de uma longa justificação em que o redator da *Reforma,* numa linguagem desalmada (chega a dizer: "deixaremos na sentina da polícia as infâmias que aí lançaram..."), se queixa de que o *Correio da Tarde* e o *Jornal do Comércio* se houvessem arremessado contra aquêle diário, cobrindo-o de impropérios. Num estilo apocalíptico, a *Reforma* insiste na chamada "Convenção secreta", de setembro de 50, e depois de afirmar que o Uruguai se achava naquele ano de 50 "*em miserando estado*", faz esta pergunta curiosa:

> "Ora, qual seria o negociante digno da confiança e admiração pública que aventurasse o que possui em favor de um Estado colocado em tão desesperada situação, a não ter, para motivar seu procedimento, dados diferentes daqueles que se acham à disposição do público? Que conceito se faria dêsse negociante, se além das somas que arriscou, emprestando-as a um govêrno arruinado, tivesse comprado grande porções do seu papel caído em pleno descrédito? Que nome se daria a tais especulações, se êsse negociante, quando as fêz, houvesse anteriormente hipotecado, por uma lei, à fazenda pública os terrenos, os prédios, o maquinismo do seu estabelecimento industrial, assim como todos os bens de raiz? Diga-o a praça do Rio de Janeiro; diga-o o público desta cidade. Nós diremos sòmente que êsse negociante seria o Sr. Ireneu Evangelista de Sousa, se quando fêz a

> Montevidéu o seu empréstimo, e comprou as obrigações desacreditadas dêsse govêrno, não soubesse com certeza que um futuro próspero e risonho se preparava para essa República, que a todos parecia abandonada de Deus e dos Homens" (1).

A despeito dos conceitos da *Reforma,* que procurou descobrir uma "tramóia" onde tudo era transparente, Mauá seguiu por diante. Queria ser útil ao Brasil e o momento político e internacional era singularmente interessante.

*
* *

A chamada "Guerra Grande", no entender de Alberto Zum Felde — com o sítio de Montevidéu durante os nove anos que medearam desde a chegada do exército de Oribe ao Cerrito em fevereiro de 43 até a famosa Paz de outubro de 51, com o lema de "no hay vencidos ni vencedores" — foi o resultado do choque de dois fatôres, um interno e outro externo: — o interno, a rivalidade dos dois partidos do Uruguai, recém-formados; e o externo foram os planos de reincorporação da Banda Oriental aos domínios de Rosas. (2) Êsse longo período, atormentado de lutas, intrigas diplomáticas, intervenções anglo-francesas, recontros sangrentos na campanha uruguaia, encerrou-se com a derrota de Oribe e de Rosas. A batalha de Monte Caseros, ganha pelos exércitos de Urquiza e de Caxias, mostrou quão frágil era o regime implantado pelo ditador argentino. O déspota de Buenos Aires desmandara-se em tão grande cópia de erros que só suscitavam o levantamento de oposições por tôda a parte. Com inquietação acompanhara o Império o desenrolar da "Guerra Grande". A tomada de Montevidéu pelas tropas de Rosas e Ori-

---

(1) Pesquisa feita em jornais do tempo por Fernando Arnaldo Teixeira Soares. — Note-se como os negócios de Mauá eram discutidos pela imprensa, que não lhe poupava, por vêzes, doestos e calúnias atrozes. É muito curiosa a argumentação da "Reforma", que acaba emprestando a Mauá singular poder de previsão a respeito das possibilidades do Uruguai.

(2) ALBERTO ZUM FELDE, **ibid.**, pág. 127.

be seria um desastre total para o Brasil: batalha diplomática, que representaria uma derrota militar completa. O historiador Luis Alberto de Herrera, em obra sôbre êsse período da história uruguaia, disse que a gente portuguesa, através da fronteira fácil e aberta, se havia derramado pelo território oriental, em bandos ou em chusma. Em intensidade e desenvolvimento foi enorme sua penetração. Em mais da metade do país era dessa gente a propriedade territorial. Comentou Luis Alberto de Herrera: "Lo sorprendente, lo que asombra, es que esa penetración pacífica, con intermedios de conquista armada (*sic*), no haya anegado nuestra personalidad étnica, economica y social". A penetração da gente luso-brasileira foi, no entanto, lisa e pacífica. Essa gente muito sofreu com os atropelos cometidos pelas tropas de Oribe. Viam estas em cada *português* um inimigo ou espião... Em 47, o presidente da província de São Pedro do Rio Grande já havia organizado uma lista com os nomes de 139 brasileiros, assassinados por soldados de Oribe. Num só ano, apenas. Depois disso, não cessaram as perseguições aos brasileiros residentes no Uruguai que levariam à invasão intempestiva, em 49, promovida pelo Barão de Jacuí (Francisco Pedro de Abreu), à frente de grande número de amigos e correligionários, em verdadeira *califórnia*.

A "Grande Guerra", como muito bem assinalou Zum Felde, foi também o conflito entre os *doutores* e os *caudilhos*, isto é, entre a cidade e o campo. Os autores da paz de outubro de 51, ao promoverem a pacificação, procederam impelidos por extraordinário sentimento de patriotismo. Tanto no govêrno de Montevidéu como no govêrno de Cerrito (o govêrno de Oribe) havia patriotismo. O largo e sangrento dissídio, enlutando a família oriental e enfraquecendo a economia do país, tivera a vantagem de provar de que cerne era feita a nacionalidade uruguaia e quão resistente era sua capacidade econômica, tendo-se em conta o fato de ser a população do Uruguai muito reduzida nesse tempo. No entanto, o historiador Luis Alberto de Herrera interpreta de maneira diferente a atitude dos homens da Defesa ao celebrarem os tratados de 51 com o Império: 'Es precisamente entonces, a un paso de la caducidad, que la Defensa se acha en brazos del Imperio — sin fijarse en precio — y pacta, por manejo oscuro de Lamas, tratados que

manchan nuestra dignidad, hieren nuestra soberania y mutilan nuestro territorio" (1).

Depois de haver proporcionado elementos financeiros a Montevidéu, então cercada pelas tropas de Rosas e Oribe, Mauá resolveu conhecer o Uruguai, pôr-se em contacto com seus homens de govêrno, estudar-lhe as condições econômicas, privar com seus políticos e orientar-se quanto ao rumo administrativo a ser adotado pelo govêrno local em consequência da paz de 8 de outubro.

*
* *

A 21 de abril de 52, a bordo do vapor *Paraense,* Mauá chegou a Montevidéu. (Êsse navio fôra construido em Ponta d'Areia e ficara pela importância de 327:330$423, como informou a *Revista Maritima Brasileira,* de fevereiro de 1852). Iria abrir-se larga fase dinâmica na vida de Mauá. Seu interêsse, para não dizer amor pelo Uruguai, transformou-o em propulsor do progresso dêsse país. Quem estudar a história da evolução econômica do Uruguai, poderá tomar Mauá como verdadeiro *divortium aquarum*: — assim, a evolução econômica do país apresenta duas fases — antes de Mauá e depois de Mauá. O Empreendedor incorpora-se desde então à história uruguaia, com feitos soberbos de ação. Castro Rebelo não empresta a Mauá quaisquer motivos nobres em seu interêsse pelo Uruguai:

> "O que, então se passa é, realmente, interessante, não porque descubra um lance patriótico da vida de Mauá, algum rasgo seu de abnegação, mas, porque, ainda uma vez, revela essa intimidade que, em tôda a parte, existe entre os Estados capitalistas e os homens da finança, mórmente quando o de que se cogita é de estipendiar alguma guerra" (2).

Segundo o mesmo jurista e escritor, aos 36 anos de idade era Mauá muito rico, estimando-se-lhe a fortuna em libras 300.000.

---

(1) LUIS ALBERTO DE HERRERA, **"Origenes"**, etc., vol. I, pág. 488.
(2) E. DE CASTRO REBELO, **"Mauá"**, Rio, 1932, pág. 15.

Na *Autobiografia* narrou Mauá as impressões colhidas dessa Montevidéu, bem como do país, surgentes do pesadelo da "Guerra Grande":

> "Visitando Montevidéu antes e logo depois de organizado o govêrno constitucional, e atravessando a campanha, fiquei contristado. Na capital era completa a desorganização. Quanto a recursos financeiros, o govêrno dominado por um grupo de exploradores de má fé; quanto à arrecadação das escassas rendas, prevalecendo a rapina. No comércio, mesmo nas minguadas proporções em que um consumo limitadíssimo colocava êsse elemento de vida, reinava a desordem em seus movimentos; a agricultura nenhuma; os ricos campos de criação, *pelados;* atravessam-se dezenas de léguas sem encontrar-se uma só rez; finalmente, o país era um verdadeiro cadáver político, econômico e financeiro; os dez anos de guerra civil haviam tudo assolado. A meu ver, só a a ocupação brasileira e os novos auxílios do Brasil durante alguns anos, salvaram essa nacionalidade de uma dissolução completa. O Brasil estendeu a mão protetora à República, em vez de deixá-la cair em dissolução; entretanto, essa política foi, até mui recente data, mal compreendida, atribuindo-se ao Govêrno imperial idéias de absorção, que aconselhariam *visìvelmente outra política*".

Eis o quadro geral do Uruguai que se deparou aos olhos de Mauá. Interessado como estava pelo país e, ademais, conhecedor da "verdadeira intenção do Govêrno imperial", Mauá "julgou do seu dever auxiliar também as idéias do Império de reerguer a nacionalidade uruguaia do abatimento em que jazia" — conceito da *Autobiografia* —, porque a desordem no Urúguai só poderia ser prejudicial aos interêsses dos países platinos, afetando também os estrangeiros residentes nesses Estados, dentre os quais os brasileiros, então possuidores de grandes propriedades rurais na fronteira e no centro da campanha uruguaia.

Através do largo período da "Guerra Grande", Montevidéu revelara surpreendente capacidade econômica. Resistira a terríveis golpes. Sua economia acostumara-se aos sobressaltos da guerra civil. Como disse com muita finura um moderno ensaísta uruguaio, havia na realidade duas cidades de Montevidéu: a cidade sitiada e o campo sitiador. A primeira era o

burgo romântico com suas janelas de rexas de ferro no estilo espanhol, seus mirantes brancos, seu pátios floridos de gerânios, suas lanternas de azeite de bruxoleante claridade; a segunda era o campo sitiador, com o quartel-general, as quintas das famílias do patriciado "blanco". "Não havia família que não tivesse gente enlutada no Cerrito, nem família do Cerrito que a não tivesse na cidade sitiada" (1). A guerra civil mobilizara pràticamente a gente válida de ambos os lados. Numa das anotações da "*Historia de la Confederación Argentina*", de Adolfo Saldias, se diz que sob a bandeira do govêrno de Oribe se achavam mais de 10.000 homens. De 7 de setembro de 43 a 3 de maio de 46, haviam-se passado da praça de Montevidéu — disse o mesmo historiador — para o campo de Oribe 17 chefes, 135 oficiais, 114 sargentos e cabos e 1.737 soldados (2). Por isso, quando se assinou a paz, os dois campos inimigos confundiram-se em emocionantes demonstrações de afeto. A guera, promovida por Oribe, cansara e debilitara não só o país, como ainda os partidos contendores.

Mauá examinou com especial cuidado as condições econômicas de Montevidéu durante o rescaldo da guerra civil. Sabia que seu pôrto sempre fôra procurado por elevado número de navios brasileiros. Para se ter uma idéia do movimento comercial entre o Império e Montevidéu, atente-se nas seguintes informações: de 1836 a 1842, o pôrto foi visitado por 4.029 navios que deslocaram 743.656 toneladas. Dêsses navios, 804 foram inglêses, deslocando 171.282 toneladas e 712 foram brasileiros com deslocação de 104.717 toneladas (3). Apesar das condições adversas criadas pela guerra civil, o comércio entre os portos brasileiros e Montevidéu não diminuira.

Montevidéu era, pois, um grande pôrto. A certos respeitos, superior ao de Buenos Aires. Aliás, durante a primeira metade do século XIX, verificou-se verdadeiro duelo entre as duas

---

(1) Ver "Alejandro Dumas, Rosas y Montevideo", de Raul Montero Bustamante, na "Revista Nacional", de Montevidéu, março de 1942, pág. 324.

(2) ADOLFO SALDIAS, **"Historia de la Confederación Argentina"**, Buenos Aires, 1945, vol. VIII, pág. 97.

(3) Dados publicados por EDUARDO ACEVEDO em "Anales Históricos del Uruguay", Montevidéu, 1933, vol. II, pág. 37.

capitais platinas. Cada qual desejava a hegemonia econômica sôbre as ribas do Prata. A rivalidade era ainda mais antiga. Com a fundação, em 1680, da Colônia do Sacramento na margem setentrional do Prata, Portugal dera não só um grande golpe político, como também econômico. Colônia do Sacramento foi o primeiro pôrto regular — bem como a primeira praça forte — estabelecida no estuário do Prata. Fomentou intensa indústria de contrabando, que muito aborreceu os espanhóis de Buenos Aires, forçando mais tarde a trasladação do eixo econômico de Lima para Buenos Aires e (o que é mais importante) a política mercantilista liberal de Carlos III. A rivalidade entre Buenos Aires e Montevidéu (fundada em consequência do estabelecimento dos Portuguêses em Colônia do Sacramento) teve também raizes profundas no largo espírito de liberdade mercantilista, apanágio de Montevidéu. Mora Otero, em seu admirável ensaio sôbre o *"Sentido internacional do Uruguai"*, disse com profundo conhecimento do assunto êstes justos conceitos:

> "Los principios de libertad comercial se identifican con el habitante de Montevideo a poco de fundarse la ciudad, entre otras razones, porque las franquicias para la navegación con sus colonias que el Gobierno español otorgó en el siglo XVIII se tradujeron en un florecimiento de aquel puerto, adonde llegaban, en gran número, los barcos consignados al Rio de la Plata. El Reglamento de Libre Comercio de 1778, dictado por la Corona de España consolidó y dió expansión a la economia propia de la capital de esta provincia orientada, desde entonces, a bregar por sus legitimos derechos comerciaes. El 18 de junio de 1808 los "Vecinos Hacendados y del Comercio de Montevideo" ofrecieron a las autoridades virreynales una notable exposición para defender las justas aspiraciones de Montevideo frente a las medidas que trababan el desenvolvimento econômico de sus pobladores" (1).

Pedro de Angelis, a sôldo de Rosas para assuntos econômicos e históricos, em sua *"Memoria de la Hacienda Pública"*, de 1834, chegou ao ponto de dizer:

(1) Ver "Revista Nacional", de Montevidéu, março de 1938, pág. 391.

> "Los buques de ultramar que en años anteriores pasaban de largo por Montevideo comienzan a mirar hoy dia ese puerto como el término natural de sua viaje. Alli descargan sus mercaderias vendidas, y sólo cuando no encuentran ni compradores ni frutos de retorno, vienen en busca de ellos a nuestra rada. El Gobierno de Montevideo nada omite para hacer de su puerto un foco de actividade comercial y de comercio lucrativo".

Woodbine Parish, em seu trabalho "Buenos Aires e as Províncias do Rio da Prata", de 1838, disse que Montevidéu se transformara em verdadeiro depósito de abastecimento das províncias argentinas. A posição excepcional dêsse pôrto, constituindo uma espécie de ante-câmara de Buenos Aires e servindo como ponto de irradiação do comércio que penetrava pelo território da província de São Pedro do Rio Grande mercê do serviço de carretas e diligências, permitiu-lhe resistir ao largo período de crise política da "Guerra Grande". A vida era fácil, os impostos eram leves e o horizonte aberto do Uruguai permitia um clima de abastança.

Por isso, palhabotes, sumacas, escunas, galéras do Império demandavam o pôrto de Montevidéu em busca de frutos de retôrno.

Coube ao presidente Suárez a tarefa da pacificação consequente à paz de 8 de outubro de 51. Quando se efetuou o balanço da desgraça, verificou-se então que a obra a realizar era, na verdade, gigantesca. Cândido Juanicó chegou mesmo a propor a "extinção absoluta dos partidos pessoais. Fusão completa de todos os uruguaios sob o pavilhão nacional e para os interêsses únicos da pátria, com solução no exato cumprimento dos princípios consignados na Constituição". Conceitos muito bonitos, por certo. Dentro em pouco, iriam surgir dificuldades suscitadas por muitos dos obreiros da pacificação. A eleição do sucessor de Suárez fez explodir ambições e ressentimentos. Tudo isso se levedou com violência em tôrno das personalidades de Manuel Herera y Obes e Juan Francisco Giró. Apesar do apoio dado pelo Império e por Urquiza a Herrera y Obes, os principais caciques "colorados" não conseguiram chegar a acôrdo a respeito da candidatura daquele político. Herrera y Obes contava, ademais, com o apoio do Conde de Caxias. A

1.º de março de 52, Giró foi eleito presidente da república por 35 votos num total de 38.

Giró, nascido em 1791, teve de arcar com dificuldades de natureza econômico-financeira, suscitadas pela anulação dos contratos de alienação das rendas, ajustado pelo govêrno da Defesa; e de origem política, com a ratificação dos tratados celebrados com o Brasil a 12 de outubro de 51. Ao primeiro estalido, à primeira centelha, irromperam as labaredas das paixões políticas. Giró foi atacado pelo fato de haver sido partidário de Oribe. Estavam ainda bem gravados na lembrança do povo os desmandos cometidos pelos soldados de Oribe, de *calzoncillo* e chiripá, em sortidas e refregas tìpicamente gaúchescas com degolamentos e incêndios. Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná, era ministro do Império em Montevidéu. Em março de 52, passou nota ao govêrno uruguaio, solicitando a nomeação de um comissário que, juntamente com o do Brasil, procedesse à demarcação dos limites, de acôrdo com o tratado de 12 de outubro do ano anterior. Florentino Castellanos, ministro das relações exteriores, respondeu pela negativa a Carneiro Leão. Tal resposta motivou nota de Carneiro Leão, na qual estabelecia o prazo de três dias para que Castellanos dêsse cumprimento ao pedido do Ministro do Império. Giró enviou a Urquiza uma missão composta de Bernardo Berro, presidente do Senado, e Venâncio Flores, chefe político de Montevidéu, para demover o presidente da Confederação da atitude adotada, favorável ao Brasil.

Era muito curioso que Giró se negasse a aceitar os tratados, quando, por fôrça de um dêles, o dos Subsídios, a partir de 1.º de novembro de 51, estivesse o govêrno recebendo a quantia mensal de 60.000 patacões, a título de empréstimo reembolsável. Foi, no calor da oposição aos tratados, que Paulino José Soares de Sousa fêz a ameaça de suspender os subsídios. Os tratados foram aprovados pelas Câmaras.

O govêrno de Giró foi, no entanto, marcado por acontecimentos graves. Giró foi afastado do poder, tendo-se refugiado a bordo da fragata francesa *Andromède* e depois na brasileira *Dona Francisca*. Em Montevidéu constituiu-se uma Junta governativa chefiada pelo coronel Venâncio Flores. Por nota de 30 de janeiro de 54, assinada por José Maria do Amaral, que

sucedera a Paranhos no pôsto de Ministro do Império (e Paranhos tivera papél saliente durante o govêrno de Giró), o Brasil anunciou o reconhecimento do govêrno provisório e a recusa ao presidente deposto do auxílio que requisitara ao Govêrno imperial em nome do tratado de aliança de 12 de outubro de 51. Êsses acontecimentos foram maliciosamente interpretados contra o Império. O historiador Eduardo Acevedo ocupou-se da "parte do Brasil na queda do govêrno de Giró", atribuindo responsabilidade a Paranhos (1). Giró, no entanto, fôra vítima de seus próprios êrros.

*
* *

Quando Mauá — *"inmensa figura en la História de nuestro país"*, como lhe chamou Mora Otero — chegou a Montevidéu, avultados eram os bens de súditos brasileiros no Uruguai. Em 50, para dar apenas uma idéia da latitude de tais interêsses, na fronteira do Chui e São Miguel, 36 estâncias com 342 léguas quadradas pertenciam a estancieiros brasileiros. Na fronteira do Quaraim, 161 estâncias com 381 léguas quadradas pertenciam a brasileiros. Ao sul do rio Arapei havia 77 estâncias com 277 léguas quadradas de pertença de brasileiros. Na linha Jaguarão-Bagé havia 154 estâncias com 832 léguas quadradas, pertencentes a brasileiros. Em suma, 428 estâncias com 1.782 léguas quadradas.

Montevidéu renascia dos escombros da "Guerra Grande". Em 52, terminaram os trabalhos preliminares para a fundação da Bôlsa de Comércio. O Tesouro arrecadara em 52 uma renda de importação e exportação no valor de $1.430.336 pesos, o que dava idéia do movimento de entradas e saídas pelo pôrto de Montevidéu. A dívida pública, calculada pelo govêrno do presidente Giró, estava orçada em 52 no seguinte total:

---

(1) TEIXEIRA SOARES, **"Diplomacia do Império no Rio da Prata"**, Rio, 1955, págs. 136 e seguintes.

Dívidas contraídas com penhor de rendas até outubro de 51.....	5.632.809
Dívidas contraídas na mesma forma a partir de outubro.....	468.481
Cálculo da dívida pendente em janeiro de 52	18.074.934
	$ 24.176.224

Diante dêsses algarismos, verdadeiramente ameaçadores, já se podia imaginar qual o maior problema de então: a consolidação da dívida. Desde os primeiros anos de vida independente até o govêrno de Giró, a dívida é o problema cruciai. Já em 35, o presidente Oribe promulgara decreto da Câmara dos Representantes e do Senado, reunidos em Assembléia geral, autotizando o Executivo a negociar dentro ou fora do país um empréstimo no total de pesos que fossem necessários ao pagamento do capital e juros da dívida então reembolsável e exigível do Estado, que viesse a ser reconhecida por lei. Por decreto de 30 de abril de 35, Oribe promulgou um projeto de lei do Senado e da Câmara dos Representantes, reunidos em assembléia geral, que autorizava o Executivo a emitir apólices no valor de 700.000 pesos, "com especial hipotéca sôbre os cinco anos do direito adicional, estampilhas, licenças e alcaválas". Êsse decreto não bastará. Novo decreto de 20 de junho de 35, de Oribe, reconhece no total de 3.000.000 de pesos a dívida pública nacional, de conformidade com o primeiro decreto acima mencionado(de 26 de março), capital êsse "garantido por tôdas as rendas diretas e indiretas, por todos seus créditos ativos e por suas propriedades móveis e imóveis sob especial hipotéca'. A 30 de junho, outro decreto que criou uma Caixa de Amortização e um Registro de Dívidas e Recursos Públicos. A 11 de março de 37, novo decreto que autorizou o govêrno a contrair um empréstimo de 500.000 pesos sôbre as rendas gerais da república para atender a gastos extraordinários. Novo decreto, de 16 de junho de 38, que autorizou o Executivo a emitir bilhetes até 150.000 pesos. A desastrosa administração de Oribe se manifestava nêsses decretos. Em conseqüência da "Guerra Grande" a dívida pública não deixara de crescer.

Giró, "blanco" como Oribe, terá de arcar com êsse grave problema. Em 52, o Executivo ficou autorizado a iniciar con-

versações com os credores, mediante a liquidação e classificação da dívida geral para estabelecer os acôrdos necessários à solução do assunto.

Em 53, houve uma reunião de legisladores, comerciantes e figuras de destaque da vida rural no ministério da Fazenda para estudar um plano de consolidação da dívida pública. Apresentaram-se então vários projetos, sendo um déles da autoria de Francisco Magariños, Atanásio Aguirre e José Maria Muñoz. Pablo Duplessis apresentou outro. José Zubillaga sugeriu a celebração de um empréstimo de 2.000.000 de pesos a ser pago dentro de dez anos. Lorenzo Batlle, que depois teria papél tão importante na história do país chegando à presidência da república, também propôs a celebração de um empréstimo para amortização da dívida em sua totalidade. A Junta de Crédito Público apresentou outro projeto. Tinha-se bem presente o fato de que o tratado de subsídios com o Brasil, de 12 de outubro de 51, estabelecia a obrigação da consolidação da dívida durante o primeiro semestre de 52. A consolidação impunha-se e seria vantajosa ao bom andamento dos negócios públicos.

Giró não pôde resolver o assunto, apesar de seu patriotismo e boa vontade. O problema passou aos homens que, em setembro de 53, o depuseram, mediante a constituição de um govêrno provisório integrado pelo coronel Venâncio Flores e os generais Rivera e Lavalleja. O general Pacheco y Obes, iniciador do movimento revolucionário contra Giró, ficou incumbido da chefia do estado-maior. Logo depois de instalado o govêrno revolucionário, verificou-se o falecimento de Lavalleja; e em 54, no departamento de Cerro Largo, perto do arroio Conventos, deu-se a morte do general Rivera, que saíra de Jaguarão com destino à capital uruguaia para assumir o pôsto no govêrno. Flores ficou senhor da situação.

Em outubro de 53, estabeleceu-se a convocação do eleitorado para eleições gerais. Aprazou-se para janeiro do ano seguinte o início dos trabalhos da assembléia nacional. A situação política não tendia à normalização. Apesar da legitimidade de seus títulos à investidura que ocupava, Flores será alvo de encarniçamento partidário. Desta vez, o elemento perturbador será Giró que, deposto, regressara à casa, de bordo do navio onde se asilara. Giro foi o centro de aglutinação dos

elementos descontentes. Dionísio Coronel, prestigioso chefe político de Cêrro Largo, comandava um pequeno feudo gaúchesco em armas, pouco disposto a acatar a autoridade de Flores. Os caciques políticos Diego Lamas, Bernardino Olid, Jacinto Barbat e Lucas Moreno, ambiciosos e impulsivos, mantinham-se em igual postura. Pensavam derrocar Flores. Foram então desterrados cidadãos eminentes como Cândido Juanicó, Bernardo Berro, Eduardo Acevedo, Solano Antuña e outros, por ordem de Flores. A oposição lançara o desafio. Flores iria levantar a luva. Deixou o general César Diaz encaregado do poder em Montevidéu, montou a cavalo e à frente das tropas marchou em direção aos departamentos do litoral para combater os focos de resistência. O centro de oposição mais importante era Cêrro Largo. Dionísio Coronel comandava aí verdadeiro exército de lanceiros. O general Medina, logar-tenente de Flores, recebeu a incumbência de pacificar aquêle departamento da fronteira. A guerra civil ateiou-se e com ela surgiram atrocidades de ambos os partidos. Prisioneiros foram degolados. No entanto, a campanha de Flores vencera. Dionísio Coronel, Barbat e Olid refugiaram-se na província de São Pedro do Rio Grande. Em janeiro de 54, Flores reassumiu o poder. Mostrou-se digno da vitória, concedendo aos adversários indulto e liberdade.

É curioso assinalar que, em carta de 23 de outubro de 54, dirigida a Lamas, Mauá confiava em Flores:

> "Devo aclarar que o procedimento do Sr. Flores também me inspira confiança, porém não sei se é possivel contar-se com a sua permanência no govêrno em face da Constituição da República que contém (no meu fraco modo de ver), o defeito capital de não permitir reeleição imediata de um *bom Presidente*".

Mauá assistiu a êsses acontecimentos. Familiarizado com a estabilidade interna do Império, o Empreendedor (como dirá muitos vêzes em sua correspondência) se confrangerá com o que vê no Uruguai. Por que motivo os caciques políticos, por dá cá aquela palha, se levantavam em armas contra o poder público? Ambições rasteiras de mando ou ressentimentos gerados por pedidos não satisfeitos constituiam os motivos de tais

movimentos de rebelião. Tudo isso era vulgar e mesquinho. Mauá, interessado no ressurgimento econômico do país, compreendia que tais perturbações constituiam péssimos exemplos e só poderiam açular novas ambições e novos golpes de estado. Nos Salmos se encontram estas palavras: *"Divitiae si affluant, nolite cor apponere"* (se abundares em riquezas, não queiras pôr nelas o coração). Ao contrário da versão salmística, Mauá pôs o coração nas riquezas que ia criando e acumulando, em benefício próprio — e em proveito alheio. Asim fez no Brasil. Assim fará no Uruguai. Quando no Rio de Janeiro Mauá estêve em ablativos de viagem para o Prata, deu-se ao trabalho de informar-se cabalmente da política e da vida platina. Ainda assim, apesar de bem informado, o que viu o surpreendeu e o comoveu. Enorme era a desordem. Contudo, a despeito disso, latejava uma corrente de entusiasmo e de confiança no futuro. Eram pátrias jovens que procuravam seus destinos. Os ódios políticos eram tremendos. Como disse Enrique de Gandia, *"en la Argentina de Rosas se era primero federal y luego argentino. Los unitarios no tenían derecho a ser argentinos y sólo merecían el degüello"* (1). Certas províncias argentinas tinham mesmo bandeiras, como se fôssem estados independentes... Mauá presenciou tudo isso, espantou-se, mas abnegou o amor próprio e mesmo as idéias que serviriam para o Brasil, tomando a peito interpretar essas sociedades convulsionadas por feroz individualismo, paixões partidárias incandescentes e escandaloso desrespeito à lei. Entretecendo amizade com prestigiosas figuras argentinas e uruguaias, Mauá se enfronhava na vida dos dois países. Conheceu as qualidades e os defeitos da Argentina e do Uruguai. Traço curioso: — teve *absoluta confiança* no progresso e no futuro da Argentina e do Uruguai. Não se enganou, porque sentiu que êsses países, caldeados por paixões violentas, iriam crescer e, depois de tantas lutas intestinais, acabariam por encontrar o norte. Tudo dependeria de homens enérgicos e patriotas. O próprio ambiente de exaltação político-partidária, em que então viviam os dois países,

---

(1) General TOMÁS DE IRIARTE, **"Rosas y la desorganización nacional"**, pág. CLXXXI do prefácio de Enrique de Gandia. Buenos Aires, 1946.

constituia prova de energia, — uma energia solta, dissoluta, irreprimível, mas sempre energia. Outro traço curioso dêsse homem: amará o Uruguai, como amará o Brasil. Ambos os países estão dentro de um vínculo de amor, que estúa ao calor das ambições mais nobres.

4

NOVAS EXPLORAÇÕES POLÍTICAS COM O TRATADO DE ALIANÇA

Por nota de 30 de janeiro de 54, dirigida a Giró por Amaral, Ministro do Império, foi exposto o ponto de vista do Govêrno imperial referente à atitude assumida pelo ex-presidente em face dos compromissos existentes entre o Brasil e o Uruguai:

> "O Govêrno imperial lamenta que V. Excia., ainda depois da triste experiência dos últimos acontecimentos dêste país, desconheça o direito que não podia deixar de competir ao mesmo Govêrno imperial de ser prevenido, ouvido e atendido, como aliado e amigo sôbre as eventualidades previstas no tratado de aliança, antes de ser chamado a obrar ativamente para sustentar a autoridade legal da república, ou defender a sua independência e soberania. Êsse êrro em que V. Excia. insiste, pretendendo que o Govêrno imperial se constituiu pelo tratado de aliança um mero instrumento passivo, um mero executor da vontade, e porventura das paixões do govêrno da república, tornou ainda mais necessárias as declarações que o abaixo assinado acaba de fazer de ordem do seu Govêrno".

O tratado de aliança iria, no entanto, ser objeto de novas explorações políticas. Logo depois da nota de Amaral, verificou-se o pedido formulado em petição dirigida ao mesmo ministro por mais de dois mil cidadãos uruguaios, de requisição e prestação de fôrça armada para o restabelecimento da ordem na República. Outra petição endereçada ao ministro Amaral foi assinada por Florentino Castellanos, Enrique Solano Antuña, Luís de Herrera, José Brito del Pino, Enrique de Arrascaeta e Avelino Llerena. Tratava-se, como reconheceu o historiador Eduardo Acevedo, de um pedido formulado pelos partidários de

Giró. Os acontecimentos políticos complicavam-se para Amaral, da mesma forma que se haviam complicado para Paranhos.

Com a transformação da assembléia em legislatura ordinária, Venâncio Flores foi por maioria de votos eleito presidente constitucional pelo período de dois anos, ficando, assim, encarregado de terminar o período de Giró. Ao mesmo tempo, foi-lhe concedido o pôsto de general. O novo presidente procurou realizar dois propósitos: restabelecer a concórdia no seio da família uruguaia; bem como a fusão dos elementos que o apoiaram na luta. Êstes elementos, apesar de vitoriosos, mantinham-se irredutíveis num estreito individualismo. Eduardo Acevedo, em sua história do Uruguai, referindo-se a êsses acontecimentos e tendências políticas, mostrou-se hóstil ao Govêrno imperial, emprestando-lhe intenções que êle não tivera, consoante os fatos o demonstraram. Eis o que afirmou Eduardo Acevedo:

> "Pero ya la máquina destructora estaba en marcha y el medio habia entrado em plena agitación, desalojando los sentimientos de concordia y dando entrada a los sentimientos de odio, que era lo que aguardaba la diplomacia brasileña para volver a encender la guerra civil entre los orientales, según ya lo hemos visto" (vol. III, pág. 511).

Desta vez, porém, o pedido de intervenção do Brasil partiu do Senado e Câmara dos Representantes, reunidos em assembléia geral, em data de 20 de março de 54. A petição assinada por Salvador Fort está publicada no Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, relativo ao ano de 54. O pedido foi aprovado por 34 votos contra 4. Eduardo Acevedo assinalou que os jornais de maior prestígio, como *El Comercio del Plata* e *El Orden,* se mostraram francamente partidários da intervenção do Brasil para a pacificação geral do país (*ibidem,* vol. III, pág. 514). Assim, tanto nos setores governamentais como nos da oposição se aplaudia a idéia da intervenção brasileira, de tal forma se haviam desencadeado as paixões políticas a ponto de ameaçarem as bases da organização política do Uruguai. Grande voz levantou-se contra o pedido da intervenção brasileira: Juan Carlos Gómez. Êste notável jornalista poderia ser descrito como um tropel de paixões políticas veementes. Honrado, patriota e independente, sua crítica nem sempre foi cons-

trutiva. O eminente historiador uruguaio Carlos Oneto y Viana, num belo estudo intitulado — *"Juan Carlos Gómez: pensador, tribuno y politico"* — assinala que "êle havia trazido à pátria as duas grandes paixões de sua vida: um profundo amor à liberdade e uma grande aversão aos caudilhos e à prepotência militar" (1). Na campanha contra a intervenção brasileira, Gómez foi apoiado por José Maria Muñoz, Pedro Bustamante, Lorenzo Batlle e outros elementos políticos de prestígio. Êsses chamados elementos "conservadores", em manifesto publicado, declararam que 'los vencedores del Rincón y del Sarandi no tienen nada que aprender de los brasileños en el modo de sostener con honor su pabellón".

Como quer que seja, atendendo ao pedido do Senado e da Câmara do Uruguai, o Império enviou, em março de 54, uma divisão composta de 5 batalhões de infantaria, 3 regimentos de cavalaria, um esquadrão da guarda nacional, num total de 5.145 homens, dotados de 8 peças de artilharia, sob o comando do brigadeiro Pereira Pinto. Em proclamação dirigida aos seus comandados o chefe brasileiro declarou: "Não temos inimigos a combater, nem desfraldamos a bandeira de nenhum partido. Vamos, sim, prestar o nosso auxílio aos homens honrados de todos os partidos que dêle necessitam".

Em abril, as tropas brasileiras chegaram ao Cerrito de la Vitória, em Montevidéu ,tendo sido recebidas com demonstrações de aprêço. O presidente Venâncio Flores dirigiu uma proclamação aos seus concidadãos e outra aos soldados brasileiros. O ministro Amaral fez também uma alocução aos soldados do Império.

Afirmou o historiador Oneto y Viana que Juan Carlos Gómez considerava a intervenção repudiável, "porque viria fortalecer o regime militar e assegurar a eleição presidencial de Venâncio Flores".

Não obstante seus bons propósitos, Flores não pôde governar num ambiente de tranqüilidade. Em 55, elementos do partido conservador e do partido "blanco" criaram uma situação política de molde a levar o presidente à convocação da

(1) Publicado por **La Mañana**, de Montevidéu, em 30 de outubro de 1943.

guarda nacional, medida considerada antipática. Era então chefe do partido conservador José Maria Muñoz, cuja residência fôra esquadrinhada pela polícia. O movimento revolucionário organizou-se rápido. Dêle participaram Manuel Herrera y Obes, Pedro Bustamante, Lorenzo Batlle e Jaime Estrázulas. Centenas de populares armados, sob o comando de Muñoz e Batlle, dirigiram-se ao palácio do govêrno, tendo, em caminho, recebido a adesão da guarda presidencial e de outras unidades militares. Figuras representativas do partido "blanco" aderiram ao movimento, que ia de vento em popa. Flores tomou a decisão de ir para Las Piedras, na esperança de congregar elementos fiéis. Seus esforços foram vãos. Em Montevidéu já se constituira o govêrno provisório composto por Luis Lamas, Lorenzo Batlle, Manuel Herrera y Obes e Francisco Solano Antuña. Lamas, Batlle e Herrera pertenciam ao partido conservador. Solano Antuña era do partido "blanco". Flores compreendeu que a situação estava perdida. Em setembro dêsse ano, apresentou pedido de renúncia à assembléia geral. A renúncia foi aceita. A assembléia não deixou de se mostrar reconhecida à atuação de Flores, considerando-o "benemérito da pátria" e aconselhando à comisão especial da mesma 'um voto de agradecimento ao digno e patriota general pela nobre abnegação sem exemplo com que, em homenagem à paz da republica e ao progresso nacional", sacrificara sua alta investidura. Assumiu o govêrno Manuel Basilio Bustamante, presidente do Senado.

Tais acontecimentos iriam ter imprevistas conseqüências. Em novembro de 55, estalou novo movimento revolucionário, sob o comando de José Maria Muñoz, Eduardo Beltrán e Fernando Torres. Estas conhecidas figuras políticas, chefiando pouco mais de 100 homens, num golpe de surprêsa, apoderaram-se do palácio do govêrno, do forte de San José e do quartel de artilharia ,havendo recebido a adesão das fôrças que os ocupavam. Bustamante chamou Flores ao comando das armas. Flores reorganizou o exército e contou então com o apoio... de Oribe, o que menos se poderia esperar. Ao contrário do que imaginaram os chefes revolucionários, suas fôrças não cresceram. Rarearam-se devido a defecções. Verifica-

ram-se várias refregas durante quatro dias. Os revolucionários foram vencidos.

Referindo-se a êses deploráveis acontecimentos, nos quais o eminente historiador Eduardo Acevedo quis enxergar a ação maléfica da diplomacia imperial, escreveu êle com o alto prestígio de mestre da história de sua pátria:

> "Hay que hacer justicia a la diplomacia brasileña! Sabia poner en movimiento a los elementos nacionales, a fin de que partiera de ellos la iniciativa para que el Brasil pudiera dar el zarpazo más comodamente y sin aparecer como principal promotor de nuestras revoluciones" (vol. III, pág. 542).

Há manifesta injustiça em tal afirmação. Em primeiro lugar, a diplomacia imperial, dadas as dificuldades de comunicação então existentes, não podia acompanhar com a necessária previdência os fulminantes acontecimentos verificados em Montevidéu. Ademais, por mais argutos que fossem Paranhos e Amaral, por mais perspicazes no lidar com os problemas políticos do Uruguai, deveriam por certo ficar desconcertados com as imprevistas mutações verificadas no cenário político, porquanto um movimento revolucionário, urdido contra o da véspera, era fomentado por homens que na véspera se mostraram inimigos irreconciliáveis. Segundo ponto importante a considerar: — a diplomacia brasileira não seria tão tola que fôsse fomentar movimentos revolucionários *contraditórios*, susceptíveis de acarretar os maiores dissabores e prejuízos aos interêsses dos numerosos súditos brasileiros, num total de quase 70.000, então residentes no Uruguai. Eram êstes sacrificados pelos movimentos revolucionários verificados na campanha uruguaia. E, finalmente, terceiro ponto não menos relevante: — à diplomacia brasileira não seria grato ter de, volta e meia, intervir nos assuntos internos de um país com o qual o Império queria viver em perfeita paz e dentro de um ambiente de harmonia política. Por conseguinte, há muito exagêro, para não dizer mentira, quando se escreve sôbre a intervenção do Império em assuntos políticos do Uruguai no século passado. Atente-se na seguinte circunstância: Paranhos foi acusado por não haver apoiado Giró, quando êste tinha

contra si forte movimento revolucionário, que afinal venceu. O Império foi duramente acusado no Prata por haver atendido ao pedido formulado pelo Senado e pela Câmara do Uruguai, reunidos em assembléia geral. Onde está a lógica? A verdade é que havia em Buenos Aires uma imprensa que deturpava sistemàticamente os propósitos da diplomacia imperial. Ramón Cárcano, ao analizar os tratados de 51, escreveu maliciosamente: "La reconquista recomezaba; siguiendo la tradición lusitana, el Imperio recuperaba por la diplomacia lo que perdía en las batallas" (1). Cárcano, não ocultando antipatia por Lamas, afirmou que no tempo poucos o defenderam. No entanto, o negociador uruguaio de 51, a despeito de atacado e caluniado, tivera tanto prestígio que seus serviços serão aproveitados pelo govêrno "blanco", de Bernardo Berro, anos depois... Numa carta de Mauá, de 15 de janeiro de 56, o Empreendedor reconhecia que Lamas deveria ser o *centro* do novo govêrno e instava com êle a aceitar a responsabilidade. Mauá era bom observador da política uruguaia e acreditava que Lamas, por seu patriotismo e dinamismo, fôsse capaz de dar rumos novos à política de sua pátria.

5

PROJETO DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

O projeto de amortização da dívida geral da República, proposto pelo deputado Eduardo Acevedo e aprovado pela Câmara, provocou uma nota de Paranhos, datada de 7 de julho de 53, dirigida a Bernardo Berro. Nêsse documento, disse o Ministro do Império que o projeto em aprêço atacava numa de suas disposições fundamentais a Convenção de subsídios celebrada a 12 de outubro de 51. Paranhos solicitou audiência para fazer as ponderações exigidas pelo assunto junto ao ministro das relações exteriores.

---

(1) RAMON CARCANO, **ibid.**, pág. 38. Consultar: TEIXEIRA SOARES, **"Diplomacia do Império no Rio da Prata"** e **"O Drama da Tríplice Aliança"**.

Por nota de 3 de agôsto, Berro respondeu a Paranhos. Afirmou que a lei era "evidentemente interina e reforma numa parte a amortização; e na outra, o ajuste com os credores está conforme com a Convenção de subsídios". Mas, por nota de 3 de setembro, Paranhos declarou haver recebido instruções do Govêrno imperial para reclamar e protestar contra a lei de amortização e resgate, votada pelas Câmaras em 6 de julho e sancionada e promulgada pelo govêrno em 15 e 17 do mesmo mês. O Govêrno brasileiro entendia que a lei era uma violação clara e manifesta — expressão da nota de Paranhos — da Convenção de subsídios e "uma notável quebra de seguranças que verbalmente e por escrito se haviam dado à Legação imperial e foram recebidas e transmitidas com a confiança que deviam inspirar ao mesmo govêrno de S.M. o Imperador". A Convenção de 12 de outubro de 51 (art. 14) estabelecia que tôda a dívida da República seria convertida em títulos de dívida pública consolidada com juros de 6 ou 3 %. A lei de 15 de julho em seu art. 1.º dispunha que a dívida geral da República seria imediatamente amortizada e resgatada, criando para êsse fim uma caixa denominada de "amortização e resgate", à qual ficou afetado o produto da venda das terras do Estado, bem como 5 % de tôdas as rendas criadas ou por criar, com exceção apenas do papel selado e das patentes (licenças). Paranhos argumentou que se tratava de duas operações distintas em sua forma e nos seus efeitos, a da lei e a de convenção internacional: a primeria tinha por fim remir sem fundar tôda a dívida interna da República, por dois meios diversos, o de propostas parciais sujeitas à aprovação do corpo legislativo, e o de licitação entre todos os credores; a segunda, a convenção internacional, tinha por fim converter essas obrigações do Estado em títulos de crédito público, por meio de arranjos entre o govêrno e seus credores particulares, ou por meio de uma medida legislativa, se assim fôsse mais conveniente ou fôsse impraticável aquêle acôrdo. Paranhos entendia que o legislador se esquecera da existência de tais ajustes internacionais; ou, "o que é mais razoável crer, entendeu que era conveniente e era lícito à República violá-los abertamente". A convenção de 12 de outubro de 51 exigia que a dívida geral da República fôsse declarada em liquidação a 1.º de janeiro de 52 e fundada

logo nos primeiros seis meses, salvos os empenhos gerais preexistentes. No entanto, as estipulações dêsses prazos e as garantias dadas pelo govêrno da república não foram observadas. Paranhos concluiu sua argumentação extensa e brilhante, afirmando:

> "A convenção de subsídios de 12 de outubro de 1851, que foi assim olvidada e violada, não contém simplesmente garantias do empréstimo do Brasil, dos pagamentos que sejam devidos a credores brasileiros. Ela contém igualmente garantias das obrigações que o Império contraiu pelo tratado de aliança que na mesma data foi assinado na Côrte do Rio de Janeiro; e é principalmente sob o ponto de vista das conseqüências que a lei de 15 de julho último pode ter e há de ter necessàriamente se fôr executada, para a conservação da paz interna da República e para a sua reorganização constitucional, que o Govêrno imperial reclama e protesta pela forma a mais solene contra a postergação e violação das mencionadas estipulações subsistentes entre o Império e a República".

A intervenção de Paranhos no assunto teve resultado. A 3 de julho de 54, o Senado e a Câmara dos Representantes, reunidos em assembléia geral, aprovaram a lei definitiva sôbre a matéria.

A Junta de Crédito Público foi estabelecida em conseqüência do art. XIV da Convenção de subsídios. Por êsse artigo, o govêrno oriental comprometeu-se a declarar em liquidação desde 1.º de janeiro de 52 a dívida da república, a nomear uma junta de cinco membros dos quais um seria indicado pelo Ministro do Brasil em Montevidéu para ocupar-se da classificação e liquidação da dívida. Finalmente, o govêrno oriental se comprometeu a fixar um prazo para, dentro do mesmo, serem apresentados todos os documentos de dívida, a fim de serem liquidados, classificados e convertidos em títulos de dívida consolidada ao juro de 6 % ou 3 %.

O trabalho da Junta foi longo e penoso. Juan José de Herrera, nessa emergência, procurou travar o assunto, nêle descobrindo um interêsse suspeito do Império. Será o mesmo Herrera da intriga "blanca" com Francisco Solano López, e, mais tarde, da 'Reclamação Mauá". No entanto, êsse mesmo

Herrera dissera anos antes: *"Nadie más piensa que en Brasil. Hoy es la estrella polar para todos"*. É o mesmo Herrera que bateu palmas a Andrés Lamas, quando êste assinou o ajuste financeiro com Mauá. Herrera iria mudar muito...

Até 31 de março de 55, a dívida classificada pela Junta de Crédito Público subiu a um total de $ 56.855.884,64, representado por 18.141 créditos. No aludido total se encontravam representados não só os capitais originários da dívida, bem como os juros vencidos por êles até o fim do ano de 52, além das usuras que o govêrno da república se viu obrigado a convencionar com alguns credores. Nesse total não estavam incluidos nem a dívida interna contraida de 52 em diante, nem os subsídios francês e brasileiro. (Deve ler-se a respeito o interessante relatório da autoria de Antônio Pedro de Carvalho Borges, de 4 de abril de 55, então secretário da Legação do Império em Montevidéu. Êsse relatório está publicado no Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, relativo ao ano de 55. Carvalho Borges acabou sendo um dos nomes de mais prestígio da diplomacia imperial, enobrecido no fim da carreira com o título de Barão de Carvalho Borges).

Grandes eram as dificuldades financeiras da república. Já em nota de 4 de junho de 53, Florentino Castellanos, ministro das relações exteriores, dirigindo-se a Paranhos, solicitava que o Govêrno imperial prestasse "seu generoso auxílio, hoje mais necessário que nunca, atenta a mui crítica situação da República". Dizia Castellanos que não só estava de quatro meses atrasado o pagamento das fôlhas dos empregados civis e militares, como existiam outros empenhos que não podiam ser atendidos, sem quebra do crédito, porque recebida a administração pública pelo govêrno de Giró com uma dívida do serviço ordinário de mais de 400.000 pesos, fôra preciso adiar de mês a mês êsse pagamento. A tanto chegaram as dificuldades financeiras que obrigaram o govêrno a solicitar à assembléia geral autorização para contrair um empréstimo de 600.000 pesos, que êle mesmo considerou preciso elevar a 1.000.000 de pesos, tendo-se em vista o montante do deficit das rendas no fim do ano de 53.

Assinale-se que, em princípios de 52, tendo-se verificado na praça de Montevidéu falta de moeda divisionária, viu-se o govêrno obrigado a baixar o seguinte decreto:

"Montevidéu, 19 de janeiro de 1852. — Ministério da Fazenda. — Como o fim de remover os obstáculos e graves inconvenientes que traz à circulação dos capitais e à facilidade e incremento de transações a diferença do meio circulante; e considerando que, não tendo a República moeda nacional, tôda a exclusão da estrangeira, que serve de meio para os câmbios nos principais mercados da Europa e América, é um benefício concedido às outras que são admitidas, sem que disso resulte proveito algum à República; o Govêrno resolve e decreta: *Art. 1.º*. São admitidas na circulação, em todo o território da República, as seguintes moedas ouro: Libra esterlina inglêsa; Águia e meia-águia dos Estados Unidos; as moedas brasileiras de 20$, 10$, 6$400 e 4$000; a moeda francesa de 20 francos. *Art. 2.º*. Estas moedas terão o valor metálico que lhes corresponde, atendendo à sua lei e peso, comparado com o da onça de e ouro espanhola; e são:

Libra esterlina	$	5.750
Águia		12.150
Meia-águia		6.750
20$000		13.260
10$0000		6.530
6$400		1.525
4$000		6.
20 francos		4.565

Art. 3.º. Desta disposição se dará conta ao corpo legislativo, a cuja definitiva resolução ficará sujeita. *Art. 4.º*. Comunique-se, etc. (a) Suárez — Manoel Herrera y Obes — José Brito del Pino — Adolfo Rodrigues".

(Comercio del Plata)

Atente-se para o valor das moedas ouro do Brasil, que tinham melhor cotação que a libra esterlina, a águia norte-americana e o franco.

No Rio de Janeiro, Andrés Lamas, em nota dirigida a Limpo de Abreu, de 10 de setembro de 53, argumentava da mesma maneira que Florentino Castellanos, frisando os perigos em que

se encontrava o país e solicitando urgente auxílio do Brasil. O govêrno imperial não tardou em atender ao apêlo do govêrno uruguaio. A lei n.º 723, de 3 de setembro de 53, autorizou o Govêrno brasileiro a fornecer por empréstimo à República oriental um subsídio que não fôsse superior a 60.000 patacões por mês, nem durasse mais de um ano. A 31 de janeiro de 54, trocaram-se em Montevidéu notas reversais entre a República e a Legação imperial, dirigida por José Maria do Amaral, que regularam a prestação mensal de 30.000 patacões, enquanto a situação da república não se regularizasse definitivamente, para o fim determinado no art. IX da Convenção de subsídios. A entrega das prestações ficou a cargo do Ministro do Império em Montevidéu.

No entanto, como êsses subsídios, urgentemente solicitados pelo govêrno uruguaio, serão mais tarde mal interpretados... Juan Carlos Gómez e personalidades do partido "blanco" enxergarão nos patacões e nas reluzentes moedas ouro do Império armas tremendas de corrupção e de penetração brasileira no país. Será o metal satânico para poluir, gangrenar e necrozar o Uruguai... Será com êsse dinheiro que o Brasil enfraquecerá o Uruguai, para absorvê-lo devagar, saboreando a prêsa... Tudo isso foi dito e repetido por historiadores apressados, e por vêzes pouco honestos, em sua campanha sistemática de difamação da diplomacia brasileira. O Uruguai está vivo, graças a Deus. E se há amizade, que o Brasil preze na órbita internacional, é a do Uruguai.

A 8 de fevereiro de 54, José Antônio Zubillaga, então ministro das relações exteriores, dirigiu nota a Amaral, na qual solicitou o aumento da prestação de 30.000 para 60.000 patacões por mês. O Erário estava apertado por numerosas dificuldades. Zubillaga afirmou nessa nota:

> "Êste novo e importante serviço que o govêrno solicita de S. M., junto à permanência na República de uma divisão de 4.000 homens do exército imperial, o porão em estado de desempenhar devidamente a missão que lhe foi confiada; e poderá largar o pôsto que em momento mui aziagos ocupou, deixando completamente afiançadas a paz e a futura prosperidade da República".

No Rio de Janeiro, Lamas desenvolveu ação no mesmo sentido. Em carta dirigida a Paranhos, Mauá escreveu: "Tenho consciência de que posso influir no ànimo de Lamas e veja V. Excia. *o que posso fazer:* nem me julgue V. Excia. *intrometido,* não sou homem político, e nada absolutamente quero da política; porém receio que êstes negócios do Rio da Prata nos envergonhem, e isso me amofina porque sou Brasileiro até o âmago dos ossos". Esta carta é datada de 26 de outubro de 53 e revela previsão política muito fina (1). Assim, o govêrno uruguaio *solicitava com urgência* apoio financeiro e a permanência de uma divisão braslieira em seu território. Se a situação financeira era grave, pior era a situação política, devido às ambições dos caciques e caudilhetes. Estava na memória da população de Montevidéu a medida urgente decretada a 15 de novembro de 41 que autorizou o Executivo a *exigir* um empréstimo forçado de 300.000 pesos dos proprietários e comerciantes da capital... A situação mudara: recorria-se ao Erário brasileiro. Afinal, a 18 de abril de 54, Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, comunicou a Lamas que o Govêrno imperial, atendendo às suas razões, resolvera remeter ao Ministro do Brasil em Montevidéu plenos poderes para ajustar e regular nova convenção de subsídios, de conformidade com a lei brasileira de 30 de setembro de 53 e com as instruções que lhe foram dadas em 15 de abril de 54. Em carta de 13 de maio de 53, Mauá já assinalava a Paranhos que o empréstimo de 60.000 patacões fôra feito "sem nenhuma espécie de garantia" (2). Nas instruções de 15 de abril de 54, o Ministro do Império ficou autorizado a anuir ao aumento solicitado pelo govêrno oriental, tendo em vista que tal sacrifício pudesse de fato melhorar a sorte da República.

O projeto apresentado a 17 de abril de 54 à Assembléia geral da República para a consolidação e amortização da dívida nacional, devidamente aprovado pelas Câmaras, transformou-se na lei de 3 de julho do mesmo ano. Êsse documento está publicado no Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império, de 1853, pág. 3.

---

(1) Arquivo Histórico do Itamaraty.
(2) Ibidem.

6

MAUÁ AUXILIA O GOVÊRNO DE GIRÓ. — O BANCO MAUÁ & CIA.

Mauá acompanhava com o mais vivo interêsse todos os acontecimentos então verificados no Uruguai, desde que estivera pela primeira vez em Montevidéu. O homem, que auxiliara o govêrno da Defesa, iria ser chamado a prestar concurso financeiro ao govêrno de Giró. De fato, a 9 de maio de 53, Vicente V. Vázquez, ministro da fazenda, devidamente autorizado pelo presidente Giró, celebrou com Manuel José Fernandes Guimarães, procurador do Comendador Ireneu Evangelista de Sousa, um contrato de empréstimo de 84.000 pesos, a serem entregues pelo emprestador da seguinte forma: 36.000 pesos em metal, à vista e 48.000 pesos, em letras por vales por êle assinados e a um mês de vista. No caso de realizar-se o empréstimo de $ 1.000.000 de pesos, proposto por Mauá — dizia o artigo IV dêsse contrato — ao govêrno da República, o empréstimo de 84.000 pesos se considerará parte integrante da primeira entrega que se fizer em virtude do mesmo empréstimo e com as mesmas condições, se estas forem mais favoráveis ao govêrno oriental que as do primeiro contrato. As condições estipuladas por Mauá no contrato de 84.000 pesos foram as seguintes: — o govêrno uruguaio entregará letras do mesmo valor recebido do seguinte modo: 36.000 pesos em letras pagáveis a um mês da sua data, depois da qual vencerão o juro de 1 ½ % mensal, e 48.000 pesos em letras com o mesmo prazo, porém sem juros; ficando entendido que se não forem pagas depois de vencidas, vencerão tôdas os juros de 1 ½ % ao mês até seu pagamento, que poderá verificar-se em metal, ou se receberão nas repartições públicas de arrecadação como metal, logo que as ditas rendas fiquem desobrigadas dos empenhos que por empréstimos anteriores tiver feito até a data da celebração do contrato a administração da República.

Juan José Aguiar, ministro das relações exteriores, comunicou a Paranhos, por nota de 26 de novembro de 53, o texto

do novo contrato celebrado a 10 de novembro dêsse ano, modificativo do anteriormente ajustado por Mauá. Pelo novo contrato, o ministro da Fazenda reconheceu que as circunstâncias desfavoráveis ao Tesouro não permitiam sem graves inconvenientes à marcha regular da administração que continuassem a ser afetadas em sua totalidade ao pagamento dos empréstimos referidos as rendas públicas; sugerindo que, em atenção a tal estado de coisas, se alterassem as condições de pagamento, afetando-se sòmente das rendas públicas das alfândegas a quantia de 20.000 pesos mensais sucessivamente para amortizar o capital e juros do empréstimo feito por Mauá. Êsse novo contrato foi aceito pelo representante de Mauá, transformado de novo em fornecedor de recursos financeiros a um govêrno "blanco"; e os "blancos" se volveriam depois em ferrenhos inimigos do Império...

A importância da dívida contraída pelo govêrno da República em consequência do empréstimo feito pelo Brasil foi de 720.000 patacões, ou 1.382:400$000. O Govêrno imperial encontrou incluído nesse empréstimo a soma de 84.000 patacões e seus respectivos juros, em virtude do contrato que com o govêrno oriental celebrara em 9 de maio de 53 o Barão de Mauá, perfazendo um total de 98.207 pesos, consoante fôra estipulado no art. VII da Convenção de subsídios.

Mauá estava atento aos negócios políticos do Uruguai, especialmente às operações de crédito bem como aos planos de engrandecimento econômico do país. Como bem escreveu o historiador Eduardo Acevedo, *"la Agencia Bancaria instituida por el Barón de Mauá desde la terminación de la Guerra Grande para el servicio de los subsidios del Tesoro brasileño a los Gobiernos de Suárez, Giró y Flores y otras operaciones que se fueron paulatinamente ensanchando, hasta dar a la Agencia las caracteristicas de um verdadero Banco emisor"*, foi o meio de observação que o Empreendedor teve para acompanhar as curvas da vida política e econômica do Uruguai (O conceito de Eduardo Acevedo encontra-se em sua obra já citada, III vol., pág. 560).

O Banco Mauá & Cia. foi autorizado a funcionar no Uruguai, de acôrdo com a lei n.º 527, de 1.º de julho de 57, cujo texto é o seguinte:

BANCO MAUÁ Y COMPAÑIA
Se autoriza su establecimento

El Senado y Camara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, reunidos en Asamblea General, decretan:

Articulo 1er. Se autoriza a Don Ireneo Evangelista de Sousa, Barón de Mauá, para establecer en esta ciudad con la firma de Mauá y Cia., un Banco de emisión, depósito y descuentos, pudiendo además de su responsabilidade limitada y capital propio, admitir socios y capitalistas con responsabilidad limitada solamente a las cantidades que subscribieren, emitiendo títulos que representen estos capitales por la manera, forma y condicones que les convenga en esta plaza o fuera de ella.

Articulo 2.º. El fondo del Banco será provisoriamente de um milion doscientos mil pesos, pudiendo sin embargo ser aumentado convenientemente, según lo exijan el desenvolvimiento de las transacciones del Banco y las necesidades del comercio e industria del pais, hasta la suma de seis miliones de pesos.

Articulo 3.º. El minimum del valor de los billetes que el Banco emita, será el de una onza de oro sellada.

Durante la escasez del cambio menor y mientras no haya una disposición legislativa que se lo prohiba, podrá el Banco fraccionar sus emissiones hasta un octavo de patacón.

Articulo 4.º. La emisión de billetes menores de que habla el articulo anterior, sera de diez por ciento sobre el capital efectivo del Banco.

Articulo 5.º. La emisión de billetes o vales no podrá exceder en tiempo alguno al triple del fondo efectivo del Banco.

Articulo 6.º. Los billetes del Banco serán pagados a la vista siempre que se presentaren en número correspondiente a una onza de oro sellada, y la falta de puntualidad en la realización de ese pagamento en cualquier ocasión, importará suspensión y liquidación de las transacciones del Banco, que en ese caso solo podrá continuar mediante nueva autorización legislativa.

Articulo 7.º. Los billetes que el Banco emita a la circulación, representarán cantidades que formen onzas de oro completas.

Articulo 8.º. El Banco publicará mensualmente un balance resumido de su estado nombrando el P.E. desde la instalación del Banco, un Comisario para examinar los re-

gistros de emisión y la conformidad del Banco con las estipulaciones que acepta.

Articulo 9.º. Comuniquese, etc.

Sala de Sesiones del Senado en Montevideo, a 1 de julio de 1857.

F. Castellanos. Presidente.

José Martos, Pro-Secretario.

Montevideo, julio 2 de 1857.

Cúmplase, acúsese recibo, comuniquese y publiquese.

Lorenzo Battle.

Pereyra.

(Publicado na "Compilación de Leyes y Decretos" da República Oriental do Uruguai, vol. IV, pg. 245, Montevidéu, 1930).

Juan C. Vallarino, em seu *"Tratado de Economia Política"*, publicado em Buenos Aires em 1944, afirmou que o Banco Mauá foi o primeiro que se organizou na República Oriental do Uruguai. Acrescente-se: foi o primeiro e o padrão dos que surgiram depois.

Juan Carlos Gómez, com seu fulgurante talento de polemista de oposição, pelas colunas de *El Nacional* em sua edição de 15 de junho de 57, referindo-se à discussão nas Câmaras do projeto de fundação do Banco Mauá, comentava com o vitríolo de sua crítica demasiado personalista:

"La Cámaras están sanccionando un banco, que puede llegar a ser un banquillo en que ejecutar al porvenir del Estado.

Ese banco es uno de los regalos griegos del señor Lamas, y la política brasileña a nuestro pobre pais.

Ya, antes de ahora, lo habia propuesto el señor Lamas, presentándose con su socio.

Hoy aparece con el solo nombre del señor Mauá.

...

Nuestras Cámaras no se han cuidado de estudiar lo que quiere decir capital de un banco, y van autorizando el señor Mauá a fabricar moneda falsa, es decir, a emitir notas o billetes de banco sin más responsabilidad que el nombre del banquero, que puede ser un Creso, tierras allende, pero que ante la ley es igual a todos, un individuo como cualquiera otro, sujeto a prestar las mismas garantias y cauciones que un pordiosero.

...

> Harto ha producido ya al señor Mauá la pobre Republica Oriental en subsídios, préstamos, deudas! Ténganos lastima: no nos ultime con su banco!" (1).

Depois das convulsões da guerra civil, que causaram profunda anemia na vida nacional, chegando mesmo a diminuir-lhe a população — o primeiro guia publicado no Uruguai, o *"Guia de Montevideo con algunos pormenores sobre el Estado del Uruguay"*, compilado em 59 por Horne e Wonner, dava uma população aproximada para a República de 230.000 habitantes —, tornava-se necessário reconstruir sôbre os escombros das lutas intestinas. Havia um grande desejo de refazer em bases novas e sólidas. Havia patriotismo. Havia confiança nos destinos de uma nacionalidade joven, que saberá vencer tôdas as crises e chegar a uma fase de autêntica democracia.

O PLANO DO BANCO NACIONAL

Em 54, a Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados apresentou um projeto que autorizou o Executivo a promover e aprovar a organização de um Banco Nacional de descontos, depósitos e emissão, com sucursais em todos os departamentos do país. Propôs o aludido projeto que a emissão poderia chegar ao triplo do encaixe metálico. O Banco teria também a função de auxiliar o Tesouro em suas operações de crédito. Êsse projeto foi salutar. Dêle surgiu, em 54, a lei que autorizou o Executivo a promover a fundação de um Banco Nacional com um capital mínimo de 2.000.000 de pesos, podendo emitir bilhetes sem curso obrigatório até o duplo dos seus depósitos.

Apesar da lei, o nobre esfôrço do govêrno não alcançou resultado prático. Tornava-se necessário também procurar o apoio da iniciativa particular. Fernando Menck, que nessa ocasião representava um sindicato europeu interessado em girar capitais até o valor de 10 milhões de pesos em obras de colonização de terras num total de 500 mil quadras quadradas, havia-se interesado pelo plano da fundação de um Banco Nacional. Menck fôra empregado de Mauá, em Montevidéu.

---

(1) JUAN CARLOS GÓMEZ, **"Su actuación en la Prensa de Montevideo"**, Montevidéu, 1921, vol. I, pág. 366.

Quando se verificou a deposição de Giró, Menck conseguiu autorização do govêrno para desenvolver seus negócios por meio da fundação de um banco de descontos, empréstimos e hipotécas, com capital de 3.000.000 de pesos, podendo emitir bilhetes até o triplo do seu capital, havendo-lhe sido fixada a taxa de descontos de 6 % ao ano.

Em 55, Menck, que assinara um projeto propondo a fundação de um banco dessa natureza, apresentou seu trabalho ao govêrno. O Executivo encaminhou o projeto à Assembléia geral, que o sancionou em 55. Assim nasceu a idéia da fundação do chamado "Banco Nacional de Montevidéu", que deveria ter um capital de 3.000.000 de pesos fortes, dividido em ações de 100 pesos cada uma. O Banco teria o privilégio de emitir bilhetes até o dôbro do seu capital efetivo. Os bilhetes seriam recebidos como dinheiro nas repartições arrecadadoras do Estado. Além de descontar letras de câmbio e demais papéis de comércio, emprestaria às classes conservadoras sôbre mercadorias depositadas e abriria uma conta ao govêrno até 50 mil pesos mensais, reembolsáveis dentro do prazo de três meses. Êsses privilégios foram concedidos pelo prazo máximo de 12 anos.

Ao mesmo tempo que Menck cuidava do seu plano, Carlos Navia congregava amigos para a fundação de um banco ou caixa de depósitos e descontos, com o capital de 200.000 pesos. Dessa idéia surgiria depois o Banco Navia.

Mauá trabalhou ativamente, nesse tempo, por fundar seu banco. Em carta dirigida a Andrés Lamas, datada de 20 de janeiro de 54, Mauá fêz reparos ao projeto Menck. Disse em sua carta que os estatutos do grande Banco do Brasil, que iria fundar-se, satisfariam as exigências da República, *convenientemente modificados*. Mauá prometeu a Lamas que se daria ao trabalho de aprontar os artigos a serem alterados. Tais artigos seriam enviados a Lamas. Dizia Mauá: a instituição exerceria grande influência nos destinos do país; de forma alguma convinha fôsse mal sucedida, porque, em tal caso, ao invés de uma influência benéfica, acarretaria males extraordinários.

O Empreendedor não se detivera ante dificuldades. A fase era dos grandes projetos. Reconhece Eduardo Acevedo que Andrés Lamas e o Barão de Mauá fizeram chegar ao govêrno

uma proposta, "a mais vasta de tôdas", para o estabelecimento de um banco, a chamar-se "Banco de Montevidéu", com 5.000.000 de pesos de capital. Os bilhetes, que emitisse, seriam recebidos como moeda corrente nas repartições do Estado. O novo banco faria descontos, aceitaria depósitos e emitiria até o dôbro do capital realizado e ainda mesmo até o triplo do mesmo, mediante autorização do govêrno.

Faziam-se esforços desesperados para safar o país da desordem financeira. Figuras prestigiosas da praça de Montevidéu, animadas por intenso patriotismo, aderiram à campanha, dando apoio desinteressado aos bons propósitos do govêrno. Mauá, que já tinha pelo Uruguai real interêsse e conhecia as possibilidades de recuperação do país, era, tanto no Rio como em Montevidéu, decidido obreiro dessa obra, atestando sua sinceridade não só em atos públicos, como ainda em sua correspondência com Lamas. Chegou mesmo a dar a êste último informações de caráter confidencial, como na carta de 12 de dezembro de 55, na qual disse que o Govêrno imperial ficara muito irritado com a revolução contra Flores e com o proceder do Ministro Amaral. Em carta de 15 de fevereiro de 56, referindo-se ao Uruguai, Mauá escreveu a Lamas: "Minhas impressões não são desfavoráveis; creio que o país se pode reorganizar e bastar-se a si mesmo; a questão é tempo". E Mauá dizia a verdade.

Mauá tinha confiança no Uruguai. Confiança dinâmica. Confiança para executar grandes coisas. Seu plano, e arrojado, consistia na fundação de um banco para o Rio da Prata. Em carta de 26 de setembro de 56, dizia a Lamas: "Qualquer dia dêstes mandarei a V. Excia. os estatutos de um grande Banco pa. o Rio da Prata cujo centro de operações seja Montevideu, pa. V. Excia corrigir o que for necessário..." Depois do êxito do seu banco no Rio de Janeiro que quase afundara o Banco do Brasil, dirigido por Itaboraí, Mauá sentia-se fadado a grandes cometimentos e a fundação de um estabelecimento de crédito para servir aos interêsses do Rio da Prata alvoroçou-o e deu-lhe entusiasmo. Há nesse plano algo de espantoso e ao mesmo tempo de genial. A Oportunidade (palavra divina inventada por Balzac) será tudo. Mauá quer tirar partido da Oportunidade, fazendo-se paladino de uma idéia nova e arrojada. Não

pretenderá criar um *banquinho,* uma casa bancária, como dessas que existem atualmente no Rio de Janeiro num sobrado medíocre. Não, aspira à fundação de um grande banco, verdadeiramente modelar, que se transforme em instrumento de propulsão do trabalho e da riqueza do Uruguai e da Argentina e talvez mesmo de outros países, Paraguai, Bolívia e Chile. No Rio de Janeiro e em Montevidéu, Mauá trabalha por convencer personalidades importantes, autênticas ou falsas. É claro que encontro céticos ou descrentes, alegando argumentos de vária casta. Não importa. Mauá é uma Idéia em marcha, é um Programa. Tal é seu entusiasmo, que Mauá vai envolvendo outras pessoas, mais espertas, de arrastão. Mauá quer transformar o Uruguai, aquêle *campo pelado,* que viu pela primeira vez, numa seara, num vergel, num quadro de progresso. Grandes são as resistências, em particular no Rio de Janeiro. Essas resistências explicavam-se: o triunfo do banco de Mauá na Côrte deixara muita gente com a boca amarga. Desde o Paço imperial até a Rua Direita e a Rua dos Pescadores, havia invejas que crepitavam e até mesmo ódios que se assanhavam. Extraordinário que o Empreendedor tivesse tantos inimigos... Por que motivo? Porque as personalidades "importantes" do tempo, ao invés de o apoiarem, o tratavam doutro semblante. A inveja brasileira, resteira e mesquinha, levantava abatizes ao progresso dos planos de Mauá. Lamas era o confidente dêle e outro não menos importante era Paranhos. Souza Franco, que começara a vida no comércio como Mauá, impressionou-se com o arrojo do plano. Souza Franco e Mauá entendem-se. Pertencem à mesma família: à dos "empreendedores". No entanto, serão os brasileiros os que mais ferrenhamente se oporão à realização do plano. Também se compreende isso: não querem que Mauá triunfe — e sabem que êle triunfará. Por conseguinte, pau nêle... Um grande banco brasileiro no Prata, nimbado de prestígio comercial e mesmo político, *não convém* aos traficantes de escravos ou aos bacharéis budistas... Outros entendem que a idéia é boa, contudo prematura. Mauá dará com os burros n'água... Depois de ter meditado no plano e havê-lo amadurecido, Mauá, homem de decisões definitivas, embarca no *Amazonas* para Montevidéu. A batalha terá de ser na capital uruguaia, onde

conta com amigos — e inimigos. Será seu teatro de operações. O Barão de Mauá não é homem para deter-se ante astutas evasivas. O que o caracteriza é uma vontade férrea, aliada a uma sagacidade de observação. Conhece os homens, analisa-os, rastreia-lhes o pensamento. Ora, uma personalidade como Mauá, com suas qualidades e seus defeitos, vale como um Programa e inspira confiança. Em Montevidéu, muita gente acredita nêle, porque sabe que tem façanhas ímpares. Mauá, zeloso do seu nome, não embarcará em aventuras. Leva o plano preparado, em ponto grande, disposto a defendê-lo com tenacidade. Os políticos uruguaios recebem-no ora com afagos, ora com suspeitas, à moda platina... Não importa. Mauá sabe ler-lhes os pensamentos, mesmo os recônditos. Numa terra joven, há sempre sobrado entusiasmo e o Empreendedor procurará explorar o entusiasmo. A batalha será dura, por certo; e mesmo que os políticos uruguaios se escusem muito, Mauá mete-lhes o plano pelos olhos adentro. "No se puede repicar y andar en la procesión" — diz o provérbio castelhano. Mauá só terá uma preocupação: fazer triunfar o plano do seu banco. A peleja transforma-se em assunto público, discutido nas praças e esquinas de Montevidéu. Para combater o plano do banco de Mauá, adotam-se mesmo processos pouco edificativos. Não importa, Mauá segue por diante. Seu poder de persuasão vai conquistando gente. É na assembléia legislativa que se encontram os elementos mais valiosos, como amigos e inimigos. Mauá vai ao coração da assembléia legislativa, para argumentar e convencer. Admirável é a pugna em que se empenhara, porque, à medida que fazia amigos, ia despertando suspeitas e ódios...

A despeito da oposição de Menck, Navia, Juan Carlos Gómez, dos diretores do Banco Comercial (fundado em 13 de julho de 57) e de muitos políticos, a lei n.º 527, de 1.º de julho de 57, autorizou o estabelecimento do Banco Mauá & Cia. Houve espanto nos arraiais políticos. No Rio de Janeiro, muita gente não acreditou na façanha de Mauá. Desde logo, começou a circular em Montevidéu a versão de que o banqueiro brasileiro "corrompera" políticos e tivera desígnios sinistros com a fundação do banco, quais fôssem os de servir a interêsses expansionistas do Império. Naquele tempo, Montevidéu

era um meio acanhado. O disse-me-disse dos políticos e dos comerciantes era uma enfermidade, um verdadeiro alastrim. Mauá foi levado ao pelourinho da difamação. O assunto passou às gazetas. Estas deram curso às versões mais contraditórias. O Banco Mauá & Cia. fôra fundado para servir a interêses escusos... Desde logo, o banqueiro teve de arcar com prevenções de políticos e com invejas de comerciantes. Por conseguinte, teria de provar às claras que seu banco iria ser instrumento de progresso e não de rotina. Menck foi, nessa quadra, um dos maiores adversários de Mauá. Menck e seu grupo trabalharam com tenacidade contra o estabelecimento do Banco Mauá & Cia.

É curioso assinalar que, apesar da claridade de seus propósitos, o Barão de Mauá foi combatido, não por causa do banco em si, mas por causa de versões *políticas,* que correram a respeito do seu estabelecimento. Desde logo se atribuiu a Mauá um plano político qualquer a ser cumprido em território uruguaio... O Empreendedor iria servir no Uruguai a intenções secretas do govêrno brasileiro... Os rivais de Mauá eram pombas imaculadas. Só pensavam no progresso do país e tinham um altruismo notável. Mauá, não Mauá seria um polvo de corrupção, além de ser instrumento da política brasileira. Essa foi uma das primeiras versões que correram, para combatê-lo. Os inimigos de Mauá (e do Brasil, também) utilizaram-se de todos os meios possíveis para impedir que o banco fôsse fundado. Recorreram a qualquer casta de argumentos ou motivos para criar mau ambiente na Assembléia legislativa. Utilizaram-se da difamação para impedir a fundação do Banco Mauá & Cia. Por isso, a batalha em que o banqueiro se empenhou, bombardeado de todos os lados, foi tremenda. Batalha decisiva, na qual se impôs aos inimigos por sua honestidade, lealdade e tenacidade.

Nesse ambiente agitado por interêsses imediatos e por paixões políticas intensas, Juan Carlos Gómez não desfalecia na campanha contra Mauá e a política do Império. Em editorial de *El Nacional,* de 18 de janeiro de 57, investiu com fúria contra um e outra, dizendo:

"Al Brasil, no al pueblo brasileño, que es honrado y leal como todos los pueblos, sino a la politica del Brasil, debemos la fusión de 1851.

El Brasil nos hundió en las convulsiones de 1853.

El Brasil nos impuso la intervención armada.

El Brasil nos sacudió con las convulsiones de 1855.

El Brasil nos volvió a Oribe.

El Brasil nos mandió la fiebre amarilla.

El Brasil nos trajo la guerra y la peste.

Sólo nos faltaba el hambre para hacernos sufrir todas las plagas, y nos la envia de regalo en la caja del Banco Mauá.

Las tradiciones del banquero lo muestran en todos esos negocios del alza y baja, que en el mundo monetario se califican con el nombre de agio, en bueno o en mal sentido. Alza y baja de acciones de empresas, alza y baja de fondos públicos, alza y baja de la deuda, subsidios, empréstimos, contratos con los gobiernos, reconocimientos especiales de créditos, como los trescientos y pico de mil pesos en el Ministerio del doctor Castellanos: estas son las tradiciones del banquero, en cuyo caracter individual no nos meteremos".

A pena de Juan Carlos Gómez escalpelava os grandes e miúdos casos da vida uruguaia. Contudo, Gómez era versátil como um catavento, pôsto fôsse homem de cultura e pena muito ágil. Sua prevenção contra Mauá foi cega. Mauá era *estrangeiro*. Mauá assumia de dia para dia maior influência na vida local. Mauá seria, pois, um inimigo tremendo. Juan Carlos Gómez sabia que Mauá era rico, verdadeiramente milionário. A pobreza espartana de Gómez repelia o prestígio político e econômico de Mauá, como se repelisse uma enfermidade. Mauá passaria a ser uma figura *forçada* da história uruguaia. Era natural que tanto fôsse exaltada, como arrastada ao pelourinho. Seu banco iria ser uma forte alavanca do progresso do país. Iria sacudir o Uruguai numa febre de empreendimentos. Desapareceria a rotina daqueles tempos de chiripá, poncho e boliche. Mas, será sempre o *estrangeiro,* e terá de ser combatido, porque terá êxito. Num meio pequeno, como era então Montevidéu, a política era feita nas ruas e praças, como também nas ruas e praças se faziam ou desfaziam celebridades. Mauá andava na bôca de tôda a gente e os invejosos ladravam-lhe aos calcanhares; mas, seguiam

na sua esteira... É dessa quadra que surgirão certas prevenções surdas contra Mauá, que se avolumarão no correr do tempo. Muitas delas refluirão à Côrte de São Cristóvão, onde se transformarão em intrigas contra o Empreendedor. A êsses desafetos gratuitos ou interessados em obter favores, Mauá lhes responderia com dignidade e bonhomia; com simplicidade de trato e altivez: *"faça-lhe boa prol"*, à antiga moda portuguêsa. Dom Pedro II não escapará a certas intrigas que, no Paço de São Cristóvão, se enovelarão contra Mauá. E é muito dizer.

O GOVÊRNO DE GABRIEL ANTONIO PEREYRA

Depois dos acontecimentos verifcados em 55, que culminaram numa aliança incompreensível entre os generais Manuel Oribe e Venâncio Flores (aliança que Juan Carlos Gómez considerara obra do Império...), respectivamente chefes do partido "blanco" e do partido "colorado", surgiu a candidatura à presidência de Gabriel Antonio Pereyra. A candidatura contou com o apoio daqueles dois prestigiosos chefes políticos. Elementos divergentes apresentaram, no entanto, a candidatura do general Cesar Diaz.

A 1.º de março de 56, reuniu-se a assembléia geral para tratar da eleição do presidente da república. Foram 33 legisladores, os presentes: Gabriel Antonio Pereyra obteve 24 votos; Florentino Castellanos, 7; José Ellauri, 1; e Juan Martinez, 1. Pereyra foi proclamado presidente.

A eleição de Pereyra foi recebida com aplausos quase gerais. Os mais sensatos observadores atribuiam-lhe energia, competência e honradez. Sentia-se, no entanto, que o novo presidente não poderia governar com inteira liberdade de ação. Achava-se enleado pelos compromissos políticos assumidos com Flores e Oribe. Havia também a pressão moral exercida pelos satélites dos dois grandes chefes políticos. Desde logo começou a agitar-se a politicagem ante as primeiras medidas tomadas por Pereyra, reveladoras de uma tendência decidida no sentido de impor sua vontade. As figuras mais esclarecidas do meio político, com Andrés Lamas à frente, diziam: "Es hora de que dejemos de ser un satélite en la vida de nuestros veci-

nos". Êste conceito encontra-se no famoso manifesto dirigido por Lamas ao povo oriental. Mais tarde, em 63, Bernardo Berro dizia que todos os uruguaios deveriam cuidar de "nacionalizar seus destinos" (1). O país vencera as dificuldades decorrentes das lutas civis. A "Guerra Grande" ficara para trás. Poderia, pois, explorar seus recursos e construir um futuro melhor.

O temperamento irrequieto de Flores não tardaria em aglutinar elementos descontentes com a orientação de Pereyra. Flores passou a ser encarado como figura susceptível de perturbar a ordem pública. Os ataques tornaram-se tão freqüentes que o caudilho "colorado" solicitou autorização para retirar-se do país. Pereyra não estêve por meias medidas: ordenou a deportação de personalidades consideradas agitadoras. Em 56, Pereyra já se encontrava em luta aberta com Oribe, que também resolveu abandonar o território nacional. Os mares revêsos da política interna agitavam paixões desordenadas. Em 57, o país já vivia os sobressaltos de iminente movimento revolucionário. Os caciques e os caudilhetes criticavam a ação de Pereyra. Apontavam-lhe algumas medidas, consideradas violentas. Diziam que o presidente era dominado por uma camarilha. As eleições realizadas em 57 ressentiram-se do ambiente revolucionário que o país vivia. Falecido Oribe, os "blancos" se aglutinaram em tôrno de Bernardo Berro. Pereyra preparava-se para enfrentar a tormenta. Era acusado de haver conseguido a vitória eleitoral de seu partido por meio de pressão. Em Buenos Aires, desterrados trabalhavam para promover a deposição de Pereyra. Brígido Sylveira, à testa de 500 homens, levantou a bandeira da revolução. Por decreto de 1.º de janeiro de 58, Pereyra declarou Brígido Sylveira e seus aliados "réus de lesa-pátria", tendo-se instalado, a seguir, um tribunal militar para julgar os implicados no delito de rebelião.

Era, de novo, a guerra civil.

Os revolucionários erraram num ponto capital, que lhes saiu muito caro; não contaram com o espírito de decisão de Pereyra.

---

(1) Ver o estudo de PIVEL DEVOTO, "El proceso de la independencia nacional", na "Revista Nacional", de Montevidéu, agôsto de 1938, pág. 259.

Em pouco tempo, Pereyra reuniu 5.000 homens para se medirem com os 1.200 rebeldes. Depois de várias refregas muito sangrentas, selou-se a sorte do exército revolucionário. A "guerra gaúchesca", com seu dinamismo, não abalara a resistência do govêrno.

As vitórias governamentais foram manchadas pela matança de Quinteros.

O general Medina, um dos chefes legalistas, alcançou a coluna revolucionária comandada pelo general César Díaz, em Paso de Quinteros.

Não podendo resistir, Diaz, à testa de 650 homens, rendeu-se ao chefe legalista.

Quatro dias depois de haver-se verificado a rendição, o Uruguai comoveu-se com a notícia dramática: em Paso de Quinteros haviam sido fuzilados os generais César Dias e Manuel Freire, os coronéis Francisco Tajes, Eugenio Abella e Isidoro Caballero, além de mais de 20 outros oficiais.

Repetia-se a matança de Arroio Grande, onde Oribe mandara degolar 400 soldados e oficiais pertencentes o exército do *pardejón* Rivera, como êste grande chefe gaúcho era ignominiosamente qualificado pela gente de Rosas (1).

No Brasil, a emoção foi intensa.

Quem mandara fuzilar os prisioneiros? A pergunta deu origem a debates apaixonados na imprensa de Montevidéu durante vários anos. Nada menos que o govêrno de Pereyra. O general Andrés A. Gómez, ministro da guerra de Pereyra, transmitiu ao comando das fôrças governamentais um decreto assinado por Pereyra, Antonio de las Carreras, Juan A. Gómez e Federico Nin Reyes, que rezava o seguinte:

> "...en cumpimiento de lo dispuesto en el decreto de ler de enero del corriente año, que declara reos de lesa patria a todos los jefes y oficiales que se hayan prestado o se prestaren a apoyar la rebelion contra el Gobierno, ha acor-

(1) General CÉSAR DIAZ, "Memórias" (1842-1852), pág. 91. Em Arroio Grande, segundo o depoimento de César Diaz, Oribe mandou degolar em grupos de 20 ou mais homens. Cada grupo tinha um degolador... Cinqüenta chefes e oficiais foram também degolados com requintes de incomensurável crueldade. Assim eram as lutas civis no Prata.

> dado que se oficie al General en Jefe del ejército nacional para que haga pasar por las armas a los generales y jefes que aprehenda hasta la clase de coronel inclusive, y que desde la de teniente coronel hasta la da alferez sena quintados para sufrir la misma pena. Y que si entre estes mismos hubiese algunos que se hubieran distinguido por hechos de una criminalidad remarcable en asesinatos y saqueos, sean exceptuados de la quinta y fusilados sin entrar en ella".

No Brasil, na Argentina e no Uruguai a tragédia de Quinteros ficou, durante muito tempo, impressa na imaginação dos políticos e dos jornalistas como aberração monstruosa de costumes, provando que nas guerras civis platinas o homem era lobo do homem. Ao mesmo tempo, serviu para demonstrar a inutilidade dessas lutas, que sacrificavam na mór parte dos casos os inocentes, deixando à solta os verdadeiros culpados. É verdade que em Quinteros os chefes foram mortos. Pereyra, de homem enérgico, passou a ser considerado cruél e mesmo monstruoso em seus apetites de vingança. A bravura gaúchesca degenerara em matança covarde dentro de um corral... Os prisioneiros, em Quinteros, haviam sido trucidados como uma manada de gado dentro de um cercado... Que *beleza* de costumes, que sentimentos de humanidade e de justiça... Tudo isso fôra executado em nome da lei, dessa mesma lei que Pereyra, brusco e violento, violara tantas vêzes a seu bel-prazer. Rosas, Oribe, Pereyra — todos eram iguais, quando se tratasse de beber sangue alheio.

Ramón Cárcano, procurando dar uma explicação supostamente sociológica dessa tragédia, afirmou:

> "No interesa determinar a las personas, individuos o grupos responsables. Siempre sería fácil equivocarse y difícil ser justo en este empeño. Hechos de aquella magnitud, únicamente son el resultado de un clima, de una costumbre que los sugiere e impone. Después de los fusilamientos de Cruz Alta, en los primeros dias de la revolución de Mayo, sin ley ni proceso, por órdenes personales, para salvar la causa o el país, segun su pasión, en la región del Plata todos matan. Nadie tiene la culpa, porque todos son culpables. Una ola de sangre envuelve a los hombres. Una muerte engendra otras muertes y atados a esta cadena, los

> países van viviendo y colocando lentamente los sillares de la organización institucional. Cada derecho establecido, cada liberdade lograda, cuestan muchas batallas. La sangre nunca es estéril" (1).

O que nesse tempo havia no Prata era o desborde da selvageria individual ou coletiva. Os caudilhos, acostumados a mandar sem as peias da lei, transformaram suas apetências em razão de estado e procuraram impô-las à sociedade. Por conseguinte, degeneraram em déspotas sanguinários, avezados a conculcar direitos, espesinhar leis e suprimir vidas. Era isso o que, nessa época, a Bacia do Prata apresentava ao mundo como "conquista" de civilização...

O decreto do govêrno, antes referido, revelava a exasperação da guerra civil e a que excessos chegaram os poderes públicos.

O historiador Pivel Devoto, em sua *"História de los partidos politicos en el Uruguay"*, relatou que as senhoras da Comissão de beneficiência, Amaral, ministro do Império, bem como Francisco Pico, encarregado de negócios da Argentina, solicitaram ao presidente Pereyra o perdão para os vencidos. No entanto, muita gente só falava em "escarmento" e "castigo exemplar".

Em fevereiro de 58, Pereyra, ao abrir as sessões da assembléia geral, declarou alto e bom som: "... esos generales y jefes fueron publicamente castigados con la última pena por las manos de la justicia nacional y con arreglo a las leyes y decretos vigentes y según lo reclamaban los altos y bien entendidos intereses del país..."

Juan Carlos Gómez combateu pelas colunas de *El Nacional*, de Buenos Aires, o govêrno de Pereyra, fazendo crítica severa dos acontecimentos verificados em sua terra, dilacerada por violentas paixões políticas. Gómez era o tipo acabado do político apaixonado. Em julho de 59, chegou a sustentar que o Uruguai deveria incorporar-se à Confederação Argentina, único meio de poder vencer as dificuldades internas...

---

(1) RAMON CÁRCANO, **"Guerra del Paraguay"**, Buenos Aires, 1939, pág. 260.

Amaral, Ministro do Império, tivera de arcar com sérias dificuldades nessa quadra agitada da história uruguaia. Temperamento altivo e independente, honesto e enérgico, Amaral lidara com intrigas, tanto do govêrno como da oposição no Uruguai. Fizera o possível por conciliar elementos políticos desavindos que, *à tour de rôle,* o procuravam com o fito de levá-lo ao torvelinho das paixões partidárias. Amaral soube preservar-se dêsse perigoso virus. Contudo, acabou sendo mal visto pelo govêrno de Pereyra. Sua atuação suscitou uma interpelação parlamentar do deputado José G. Palomeque. A discussão originou uma moção proposta na Câmara. Nela se dizia que a Câmara "mira con el más profundo pesar la representación de S. M. imperial en la República en la persona de Su Ministro plenipotenciario el Exmo. Señor José M. do Amaral". Nesse entretempo, Amaral fôra promovido, o que deu motivo a dobrados ataques à sua pessoa. Mais tarde, Amaral comunicou ao govêrno uruguaio que sua missão estava finda, por determinação do Imperador. Em setembro de 56, foi confiada ao Conselheiro Amaral a chefia da representação diplomática do Império junto à Confederação Argentina, havendo sido em 57 acreditado em missão especial ao govêrno de Carlos Antônio López, no Paraguai. A missão de Amaral a Assunção, contudo, não terá êxito, pôsto haja conseguido prestígio pessoal junto a Urquiza e ao mesmo López, homem arredio, desconfiado e escorregadiço.

NOVO TRATADO DE COMÉRCIO URUGUAIO-BRASILEIRO

Alimentava o govêrno uruguaio desde 54 a aspiração de celebrar novo tratado de comércio que modificasse o de Comércio e Navegação, de 12 de outubro de 51. Aspiração de Lamas. Cumprindo instruções recebidas, o representante uruguaio no Rio de Janeiro desenvolveu atividade diplomática em 56 e 57 no sentido de convencer o Govêrno imperial a entrar em novo ajuste.

Nesse tempo, o Uruguai exemplificava o que Herculano afirmara de maneira incisiva a respeito das condições de Portugal no seu tempo: "É preciso que o país da realidade, o país dos casais, das aldeias, das vilas, das cidades, das províncias,

acabe com o país nominal, inventado nas secretarias, nos quartéis, nos clubes, nos jornais, e constituído pelas diversas camadas do funcionalismo que é, e do funcionalismo que quer e há de ser". Era o Uruguai *real* e o Uruguai *nominal*. Mauá teria de lidar com ambos.

Paranhos, então Ministro dos Negócios Estrangeiros e conhecedor das questões do Prata, aceitou as bases propostas por Lamas para a negociação do ajuste, reservando-se o Govêrno imperial o direito de modificá-las, se o julgasse conveniente, nas conferências entre os representantes de ambas as partes.

O Visconde de Maranguape, Ministro dos Negócios Estrangeiros no gabinete de 4 de maio de 57 presidido pelo Marquês de Olinda, a 30 de maio alcançou do Imperador a nomeação do Visconde do Uruguai como plenipotenciário brasileiro para discutir com Lamas as condições do novo tratado de comércio.

Raras vêzes dois homens discutiram um assunto em ambiente de tão elevada fidalguia.

No entanto, em Montevidéu a negociação foi encarada com profunda suspeita e mesmo deturpada. Tratava-se de mais uma "manobra" da diplomacia brasileira para iludir o govêrno uruguaio. Críticas ferinas foram feitas a Lamas, o *vendido* ao Brasil... Era assim tratado o plenipotenciário uruguaio pela oposição política existente em sua pátria.

Surgiu, assim, o tratado de 4 de setembro de 57.

Lamas muito insistiu por conseguir a livre navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão para a bandeira de sua pátria. O art. IV do Tratado de Limites de 12 de outubro de 51 reconheceu ao Brasil o direito exclusivo àquela navegação. Lamas não descansou. Por nota de 3 de dezembro de 51 declarou à Chancelaria imperial que o Uruguai reconhecia não ter direito à navegação das águas da Lagoa Mirim; mas, que êste reconhecimento não excluia que pudesse obtê-la — esta era a brecha que Lamas pretendia abrir — por concessão do Brasil, estando persuadido de que o Império não criaria dificuldades a fazer tal favor, que lhe seria recompensado pelo da navegação dos confluentes orientais, desenvolvendo-se assim um sistema de relações de mútuo interêsse. Por nota de 31 de dezembro do mesmo ano, o Govêrno Imperial respondeu a Lamas, dizendo que, de fato, o Brasil tinha o direito exclusivo de nave-

gar as águas da Lagoa Mirim pela posse que delas tinha; mas, que êsse fato não tolhia que, por concessões especiais e mediante certas condições e certos regulamentos, se admitissem embarcações uruguaias a fazer o comércio nos portos daquela lagoa. Logo, o golpe de Lamas tivera resultado.

Pelo novo Tratado de Comércio julgou o Govêrno imperial muito conveniente ao intercâmbio e às boas relações entre ambos os países abrir, por concessão do Brasil, a navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão à bandeira uruguaia. Foi o que estabeleceu o art. XIII do novo tratado.

Mesmo assim, o novo ato internacional foi atacado pela imprensa oposicionista de Montevidéu. Lamas, o *vendido* ao Brasil, vendera-se uma vez mais... Em artigo publicado em *El Nacional*, de 22 de setembro de 57, Juan Carlos Gómez ocupou-se de "La diplomacia misteriosa", dizendo que Lamas pertencia à escola dos homens que "transformam tudo em mistérios" e que êle começava sempre suas cartas com o epígrafe — "reservadíssima". Disse então Juan Carlos Gómez:

> "Sin duda al Tratado de Comercio que ha enviado al Gobierno le há puesto también: *reservadísimo*, por costumbre, y el Gobierno, por no contrariar el giro que el diplomático ha querido imprimir a sua negociaciones, ha decidido mantener en reserva una medida puramente económica, que en nada puede afectar las relaciones internacionales de ambos países... La comunidad de las aguas fronteirizas era otra cuestión que tenia que sobrevenir tarde o temprano, y en que toda la razón y la justicia estaban de nuestra parte, porque en lo contrario se violaba el mismo principio del *uti possidetis* que se habia tomado por base. Un poco de insistencia diplomática hubiera traido al Brasil a reconocerla, aunque no fuera más que para justificar sus estipulaciones ante las demás naciones, que no podiam dejar de hallar monstruosa esa exclusión del colindante de las aguas comunes. Hasta aqui, toda la *importancia* de las negociaciones de don André Lamas está reducida a satisfacer necesidades de orden económica y de dignidad del Brasil".

Era manifesta a injustiça de Juan Carlos Gómez para com a obra diplomática de Lamas. Sempre na estacada da oposição, Gómez não descobria méritos na obra do govêrno. O

jornalista era também um adivinho de muito pouco *mistério* político. Então é o caso de perguntar, tratando-se dêses "adivinhos" políticos, existentes em todos os tempos: e há quem creia aos adivinhos que tão *verdadeiras* coisas prognosticam? Juan Carlos Gómez, como jornalista de oposição (iguais em todos os tempos e em todos os países), tinha a mais cômoda das posições: tudo quanto o govêrno fazia estava errado; e tudo quanto êle dizia em sua sabedoria estava certo. "Velho que não adivinha, não vale uma sardinha", lá afirma o provérbio... Os "blancos" atacaram o tratado, não poupando Pereyra nem a diplomacia imperial. O presidente da República, nessa altura, teve de lutar com uma oposição desorbitada. Conseguiu, afinal, em julho de 58, a ratificação de tratado pela assembléia geral.

O historiador Pivel Devoto, em sua "*Historia de los partidos politicos en el Uruguay*", afirmou que, em assuntos internacionais, um sentido nacionalista inspirou a Pereyra soluções oportunas. O tratado de comércio celebrado por Lamas com o Brasil foi uma dessa soluções. Outra, não menos importante, foi o tratado de 2 de janeiro de 59, assinado no Rio de Janeiro pelo Uruguai, pelo Império e pela Confederação Argentina, que estabeleceu a neutralidade perpétua do Uruguai. Êste tratado não teve vigência. Também neste particular a idéia foi inicialmente de Lamas, que aspirava a proteger sua pátria de possíveis complicações internacionais no Prata.

REFLORESCIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL, NO URUGUAI

A tragédia de Quinteros induzirá muita gente a pensar nos incalculáveis proveitos de se dedicarem os maiores esforços ao reflorescimento comercial e industrial do país. A política desorganizava, empeçonhava, estiolava. Sòmente a consolidação realizada pelo trabalho e pelas grandes iniciativas privadas poderia vencer as dificuldades então reinantes. Sabia-se, por exemplo, que devido à Guerra Grande o plantel de gado existente no país baixara de 15.000.000 de cabeças, em 43, para 8.000.000, em 53. As fontes econômicas do govêrno haviam diminuido, nesse período, de 9/10.

No entanto, a perseverança e o patriotismo de figuras prestigiosas, alheias à política, lograram verdadeiro milagre. Apesar de contar com uma população pequena, o Uruguai trabalharia por vencer dificuldades de tôda casta.

Desde a independência, os principais acontecimentos da evolução comercial e industrial do país haviam sido os seguintes: — 1832. Privilégio não utilizado concedido a Nieto para industrializar os subprodutos dos saladeiros. 1833. Lei do presidente Rivera, que estabeleceu impostos sôbre a importação de móveis, em benefício dos industriais do país. 1838. Lei de Oribe, dando privilégio por 10 anos a Bérard para a exploração das salinas de Maldonado. 1842. Privilégio concedido a Buigland para estabelecimento da primeira linha de vapores pelos rios do Uruguai. 1846. Privilégio por 6 anos para uma fábrica de estearina e velas, empreendimento de Doiniel. Início em Montevidéu da indústria de galvanoplastia e dos dourados. Início da indústria fotográfica. Daguerreotipos. 1852. Fundação de uma companhia de vapores entre Montevidéu e Buenos Aires. São dêsse ano as belas gravuras coloridas de Hertzel, impressas em Paris, alusivas a tal empreendimento. 1853. Primeira lei de privilégios à indústria e patentes de invenção. Fábrica de açucar de beterraba. Lavandaria Vernet. 1854. Início da exploração do cobre da mina de Soldado. Chega dos Estados Unidos a primeira máquina de costura. 1855. Início da exploração do mármore de Pan de Azucar. Início da exploraçãodo sal de Maldonado. Primeiro moinho a vapor. Doiniel fabrica ácido sulfúrico. Fábrica de pianos de Villadecants. 1856. Início da apicultura. Fábrica de encanamentos telhas, tijolos e ladrilhos, em Minas. 1857. Fábrica de vinagre em Maldonado. Salinas de Burmeister. 1858. Primeira estrada de ferro até Unión. Fábrica de aguardente de Portal. Primeira campanha em prol da indústria nacional (não comprar no estrangeiro). Primeiro consórcio de construção de estradas de ferro para o interior do país (Carlos Navia, Francisco Hocquart e Leandro Gómez). Havia, por conseguinte, uma onda de empreendimentos, iniciados uns timidamente e outros com coragem.

7

MAUÁ E A CONSOLIDAÇÃO DA DÍVIDA URUGUAIA. CONCEITO DE EDUARDO ACEVEDO.

Em novembro de 57, Mauá, esteve de novo em Montevidéu, capital que visitaria muitas vêzes. Em carta de 22 dêsse mês, dirigida a Lamas, afirmou o seguinte: "Parece-me que as coisas aqui não vão mal; a energia do govêrno dominou os agitadores que só parecem muitos por gritar bem alto... A tarefa de reorganização que V. Excia. tem de dirigir me parece agora menos difícil do que aí se me antolha". Noutra carta, enviada a Lamas, Mauá fala do "grande banco para a Rio da Prata", seu banco de Montevidéu, ao qual dava singular impulso. E mostrava-se optimista, revelando a confiança dos empreendedores, que sabem abarcar as condições de um país novo numa visão de conjunto. Intensificara-se-lhe o interêsse pela vida política, econômica e financeira do Uruguai. Tal interêsse se transformará numa espécie de "segunda natureza". Da açotéia de sua casa em Calle Piedras não verá apenas Montevidéu; verá o país inteiro. Será procurado por políticos, generais, ministros, comerciantes e banqueiros, uma turba-multa de gente honesta ou gente interessada, uma pululação de egoismos por vêzes sórdidos.

Neste particular, convém fazer algumas observações — ou melhor, especulações — a respeito do imenso interêsse de Mauá pelo Uruguai. Gustavo Barroso, ao estudar a Guerra dos Farrapos e reproduzindo conceito de Alfredo Varela, considerou Mauá a *mão oculta* a agir no entretecimento dos episódios revolucionários: "Era a de Mauá, que se ligava ao sansimoniano e messiânico Carruthers, representante da casa bancária anglo-judaica-portuguêsa de Manchester, com influência de tômo sôbre os políticos brasileiros" (1). Mauá é assim retratado por Gustavo Barroso. Confere êsse retrato? Não, não corresponde

(1) GUSTAVO BARROSO, **"História secreta do Brasil"**, São Paulo, 1937, vol. II, pág. 293.

à verdade dos fatos. Mauá *previu* a guerra civil na sua província natal. Não sendo político de prestígio, fez o que pôde por conciliar brasileiros desavindos. Em sua casa de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, deu guarida a revolucionários riograndenses. Por humanidade. Não tomou partido nesses acontecimentos deploráveis da luta entre irmãos. E não podia deixar de ser assim, porque Mauá, para o desenvolvimento dos seus negócios e empreendimentos, precisava de um Brasil, verdadeiramente *imperial*: unidade, grandeza, ordem e prestígio externo. Mauá não queria ver o Brasil transformado numa porção de republiquetas, tipo hispano-americano. Sabia do que acontecia nos países vizinhos: ditadores, degolamentos, fuzilamentos, matanças, incêndios, dissolução da autoridade, cesarismo monstruoso nessas repúblicas onde a traição e o personalismo imperaram sem medida. Ora, Mauá, com sua "visão imperial", não poderia desejar que tal acontecesse no Brasil. Ao invés do louvor de feitos d'armas, e cavalarias de caudilhos, o louvor do trabalho orgânico e organizado. Êsse, o ideal de Mauá, criador de empreendimentos e de riquezas.

Heitor Lyra estabeleceu um contraste entre Mauá e o Imperador: "...Mauá e o Imperador eram dois homens colocados em polos diametralmente opostos. Não se compreendiam, nem podiam, de modo algum, se compreender. O que os separava, de uma maneira tão frisante, não era uma questão de ciúmes que o Imperador jamais teve, mas um antagonismo visceral de temperamento, de mentalidade, de educação, de processos, de ideais, de percepção das coisas" (1). Castro Rebello viu em Mauá um simples homem de negócios, avêsso a especulações idealistas. E' preciso tomar à cautela o juizo do eminente historiador de Dom Pedro II, Heitor Lyra. Simpatias e antipatias constituem o teor da vida diária. Há bigorrilhas eminentemente simpáticos; como existem catões eminentemente antipáticos. O Imperador concedeu a Mauá dois títulos, o de Barão e o de Visconde, em reconhecimento dos assinalados serviços prestados ao Brasil. Por conseguinte, deveria ter havido um grau mínimo de compreensão entre Dom Pedro II e Mauá. Foi êste

(1) HEITOR LYRA, "**História de Dom Pedro II**, São Paulo, 1939, vol. II, pág. 30.

autor de emprêsas de âmbito nacional e internacional. Foi criador de cometimentos gigantescos que abarcaram o Brasil inteiro. Pioneiro de tanta coisa, contentou-se com lucros por certo, grandes ou pequenos; mas, dedicou-se ao bem-estar de seu povo e de outros povos com um *idealismo* que não se lhe pode negar. Se foi negociante, banqueiro e industrial, trabalhou mais para os outros — isto é, para o Brasil — que para si próprio. Não se lhe pode negar que, criando uma nova emprêsa ou lançando um novo cometimento, estivesse à procura de lucros imediatos. Tal ambição estava em seu feitio de homem de negócios. Também não se lhe pode negar que houvesse perdido muito dinheiro em empreendimentos mal lançados e mal executados. Não se lhe pode tirar que, no desenvolvimento de seus negócios, houvesse sempre pensado no progresso material do Império. Pretendeu sacudir o Brasil com uma febre de emprêsas várias. Tivesse ou não o desejo ou mesmo a voracidade pelos lucros imediatos (como querem alguns), revelou em contra-partida a coragem de defender ideais — e de lutar contra poderosos.

> (Assinale-se que todos os cometimentos de Mauá terão sempre um sentido e um metro *imperial*: tudo é grande, vasto, gigantesco. Para êle não existem resistências, nem mesmo as derivadas do mundo físico. Exemplo extraordinário: o plano de uma estrada de ferro, a sair de Curitiba, passando por Miranda, atingindo Corumbá e indo em direção a Sucre, então capital da Bolívia. O plano da estrada de ferro a Sucre encontrará no boliviano Mariano Reyes Cardona, que estêve em missão oficial no Rio de Janeiro em 72, um defensor entusiasta. Assim, entre as muitas "profecias" ou "previsões" de Mauá, se encontra a de haver sido o Empreendedor o primeiro que pensou na construção de uma grande ferrovia, que ligasse o Brasil à Bolívia. Quer dizer: a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, de Corumbá a Santa Cruz de la Sierra, com 654 quilômetros de extensão, foi prevista por Mauá).

Mauá jamais se acomodou em pusilanimidades ou cortezanias. Como fôsse obrigado a enfrentar inimigos ostensivos ou embuçados, comprendeu que teria de ser um pelejador. A vida de Mauá foi batalha incessante contra preconceitos e personalidades. Traço firme de sua personalidade: jamais lhe

desfaleceu o ânimo nessa pugna contra gigantes ou pigmeus. Afrontou-os de viseira erguida. Jamais recorreu a subterfúgios. Não era do seu feitio prometer e não cumprir (traço bem brasileiro). Quando um brasileiro se considera esperto ou mesmo inteligente, a primeira coisa que faz é uma intriga sórdida contra seu chefe: isto acontece em todos os níveis da vida social do país. Se se valeu de amigos (o que não era nem é novidade, sabido que tôda a gente se vale de amigos para defender-se ou subir na escala social...), se colocou êsses amigos em postos importantes de suas emprêsas, teve contudo a delicadeza de não os *corromper* a dinheiro. Retribuiu favores com favores: regra fundamental da vida de todos os dias.

Por isso, tem-se procurado examinar Mauá como uma personalidade diabólica, dotada de armas secretas, animada por desígnios sinistros e mesmo sórdidos de corrupção. Nesse caso, Mauá deveria ter sido muito perigoso. O homem, que devassou prespectivas imensas de progresso para o Brasil, no entender dêsses críticos, corrompeu a fartar, empeçonhou o ambiente, miasmou a sociedade com os vapores mefíticos do seu dinheiro... Ora, a vida de Mauá — pugna incessante — revela justamente o contrário: por excesso de idealismo (incompatível com a estrutura mental de um homem de negócios imediatista), Mauá acabou sendo vítima dos *outros* — gente que lhe foi desafeiçoada, que lhe negou méritos, que lhe armou ciladas e acabou por derrubá-lo. Mauá acreditou na palavra de honra de políticos, diplomatas e chefes de Estado. Acreditou talvez por excesso de ingenuidade — ou de idealismo; e perdeu-se. Tomou a sério ajustes escritos e foi defraudado. Apelou para o patrocínio de políticos e diplomatas do Império que o abandonaram na rua da amargura, qundo êle tinha sobrados motivos para reclamar tal apoio. No entanto, êle foi o "corruptor", enquanto os demais foram uns "santos"... Mauá, que saira do nada, sempre tivera mais *nobreza* (pessoal e não de pergaminhos) que muito figurão do tempo, portador de nomes ilustres. O Epico já o dissera:

> Aquêles pais ilustres que já deram
> princípio à geração que dêles pende,
> pela virtude muito então fizeram
> e por deixar a casa que descende.

Cegos! que dos trabalhos que tiveram,
se alta fama e rumor dêles se estende,
escuros deixam sempre seus menores,
com lhes deixar descansos corruptores.

Acostumado a batalhar, Mauá só confiou numa coisa através de sua vida: no trabalho. Jamais se esqueceu de favores que lhe fizessem. Outros, sim, esqueceram-se dos favores, bem grandes, que êle lhes fizera através de longos anos e, na hora da desgraça, o abandonaram sem piedade. Sem dúvida, Mauá não foi perfeito. Tampouco o foram os demais. Dom Pedro II cansou-se em fazer barões. No dia 15 de novembro de 89, essa legião de barões traiu o velho Monarca... Eram feitos de farelo muito ordinário, farélo mofado. Foram insensíveis à gratidão e a uma palavra admirável — *lealdade*.

O simples fato de ser comerciante, industrial e banqueiro e ter de lidar com variadas gentes, nacionais e estrangeiras, predispuzera Mauá a aquilatar dos humanos em têrmos de interêsse imediato ou mediato. Mesmo nessa análise, talvez bastante amarga, muitas vêzes Mauá se enganou e foi iludido por políticos ordinários, diplomatas versáteis e estadistas estrangeiros desonrados por traficâncias escuras. Mauá arcou com dificuldades enormes, derivadas da inescrupulosidade alheia. Não desanimou, porque sempre entendera que o êrro é humano. Se cuidou de colher proveitos imediatos (o que não era nada de extraordinário, porque tôda a gente os procura), enxergou longe e pensou em cometimentos de largo alcance.

Transformado em "personagem forçada" da vida política e econômica do Uruguai, Mauá volveu a atenção para o problema da dívida. Estudou-o em minúcias, havendo concertado com André Lamas um acôrdo nas seguintes bases: — renúncia de 95% do valor nominal da Dívida Consolidada e de 90% da Dívida Exigível, entregando-se em troca do saldo títulos da Dívida Fundada, com 6% de juros e 1% de amortização. Para garantia do serviço da nova dívida, seria criada uma taxa adicional ao impôsto de 2% sôbre a venda de bens territoriais. O produto dêsses impostos seria entregue pelas repartições arrecadadoras ao Banco Mauá. Ademais, o banco ficaria encarregado de efetuar o pagamento dos juros e amortização,

recebendo para tal fim uma comissão de 2½% sôbre a importância global do serviço.

Lamas bateu-se pela aprovação dêsse acôrdo e se correspondeu com Montevidéu, apresentando-o a figuras importantes do govêrno. O Banco Mauá & Cia. já se encontrava em grande atividade na capital uruguaia. Há um episódio muito curioso refernte ao início de suas operações. O Banco as iniciara irregularmente. Os primeiros bilhetes lançados na praça causaram surpresa e, logo depois, protestos. Os concorrentes de Mauá encarregaram-se de fazer-lhe guerra. Houve uma interpelação parlamentar ao govêrno, de que resultou ordem imediata de recolhimento das cédulas. Foi depois disso que o Banco endereçou à Assembléia legislativa o pedido de autorização para funcionar. As vantagens concedidas, por decreto governamental, ao Banco Mauá & Cia., suscitaram protestos de Fernando Menck, concesionário do Banco Nacional de Montevidéu. Menck alegou a seu favor o que lhe fôra outorgado pela Assembléia no tocante à emissão de bilhetes bancários.

As atividades do Banco Mauá suscitaram admiração em Montevidéu. Sentiu-se desde logo que o estabelecimento aspirava a ser um instrumento de progresso, animado por idéias e planos novos. Em novembro de 59, o Banco Mauá apresentou o seguinte movimento geral: capital, $1.200.000; letras descontadas, $466.518; contas correntes, $1.570.173; caixa, $334.532; emissão, $500.840. Já era então o maior banco de Montevidéu com giro superior ao do Banco Comercial. Em junho de 56, o Estado já se havia tornado devedor a Mauá de $370.000 por conceito de capital e $21.575 por conceito de juros. O govêrno se enleara numa crise financeira e tivera de recorrer ao Banco Mauá.

A situação financeira agravara-se. Uma política de favores amolecera as resistências do govêrno. Em 57, o Legislativo autorizou o Executivo a obter do Banco Mauá um adiantamento mensal de $22.550, destinados ao serviço de amortização e juros da Dívida Consolidada. Quando, em 58, se verificaram as deploráveis consequências do movimento revolucionário contra o govêrno de Pereyra, a situação do Erário tornou-se aguda. Antônio de las Carreras assinou com o Comendador Joaquim Tomaz do Amaral (futuro Visconde de Cabo

Frio), então Encarregado de negócios, o protocolo de 29 de janeiro de 58, pelo qual o Império facilitou por empréstimo ao govêrno da República (já não eram suficientes os adiantamentos do Banco Mauá, tão malsinado pela oposição...) a importância de 110.000 patacões, no padrão de 1$920 por patacão. O art. IV do protocolo estabeleceu que a importância do empréstimo seria adicionada à dos empréstimos anteriores, tal como se encontrava consignado nos artigos VII, VIII, X, XI, XII e XIII da Convenção de subsídios de 12 de outubro de 51; tampouco podendo ser aplicado ao pagamento de dívidas anteriores. Depois de celebrado o protocolo, Amaral passou nota ao govêrno uruguaio para lhe comunicar que o Tesouro imperial desembolsara 119.450 patacões para entregar os 110.000 do empréstimo, a título de pagamento de comissões ao Banco Mauá, bem como do elevado preço das moedas de ouro brasileiras.

Que provava tudo isso? Que o govêrno, descomedido nos gastos, não fazia uma política financeira previdente. Não poupava, gastava. Injunções políticas de caudilhetes militares e caciques eleitorais dessangravam o Erário. O govêrno era obrigado a contemporizar com abusos incríveis cometidos por tão incômodos *aliados*. Poderiam êstes, a qualquer momento, desencadear movimentos revolucionários...

A 8 de maio de 58, Amaral celebrou com Antônio de las Carreras o Acôrdo sôbre as reclamações por prejuizos de guerra, acôrdo que, apesar de sancionado em janeiro de 65 pelo general Flores, não entrou em vigor por não haver sido ratificado pelo Parlamento.

Devido ao papel desempenhado junto ao govêrno uruguaio, bem como ao impulso tomado por seus negócios, Mauá viu-se muito atacado por vivarachos da oposição. Em carta de 11 de setembro de 57, dirigida a Lamas, disse êle: "O meu Banco sofre guerra desabrida em Montevidéu".

*
* *

Mauá levara para o Uruguai um "sentido direto" das virtualidades econômicas do país, bem como uma visão objetiva dos seus problemas financeiros. Será sempre uma realista

na análise dos problemas com que terá de defrontar. Será homem muito diferente daqueles nobres do tempo, "aristocratas de cepa recente", dos quais Evaristo da Veiga já dissera na *Aurora Fluminense*: "diploma de nobreza é não fazer coisa alguma, tratar-se bem e não pagar as suas dívidas" (1). Mauá tinha um sentido muito alto da honestidade comercial e, por isso mesmo, não concordava com desvios, burlas, traficâncias, imoralidades de qualquer casta. Se houvesse concordado com tudo isso, não teria chegado à falência mais gloriosa da história do Brasil. Ter-se-ia enriquecido e transigido com adversários e planos pouco honestos. A coerência na vida custa sempre muitas dores de cabeça...

Ao celebrar o acôrdo com Mauá sôbre o problema da dívida uruguaia, Lamas procedera, no Rio de Janeiro, em concordância com instruções recebidas do seu govêrno. Mais tarde, procurará alegar-se que Lamas ultrapassara as instruções. Mas, isso foi mais tarde... O contrato, redigido sôbre as bases anteriormente citadas, foi encaminhado à Assembléia geral e passado a estudo da Comissão de Finanças. O assunto foi discutido com interêsse e, mais que interêsse, paixão. Dada a preeminência assumida por Mauá na vida econômica e financeira do país, fácil era imaginar que os descontentes com o govêrno bem como os 'pescadores de águas turvas" se coligassem contra Mauá e seu plano. Criticou-se o contrato às públicas e às escâncaras. Afirmou-se que Mauá propuzera não um acôrdo geral; mas, sim, um acôrdo parcial da Dívida Consolidada, porquanto sòmente iria concorrer com 56.000.000 de pesos para efetuar a grande operação — primeira e única realizada antes e depois no Uruguai por um estabelecimento bancário particular. Mas, — o que era assunto de comentários apaixonados — verificava-se que o Banco Mauá se transformara em verdadeira *potência* dentro do Estado, algo de parecido com uma repartição de fazenda encarregada de receber as rendas empenhadas por disposição contratual. Outro ponto passível de críticas e mesmo de censuras foi o fato de se deixar aberto o recurso à intervenção do Govêrno imperial. O assunto apaixo-

(1) Citado por AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, in "História do Banco do Brasil (primeira fase — 1808-1835)", S. Paulo, 1947, pág. 100.

nou a opinião pública. Os ataques de Juan Carlos Gómez deram ênfase particular à matéria.

O contrato foi exaustivamente debatido e esmerilhado pelos legisladores. Dividiram-se as opiniões, exacerbadas pelo emocionalismo político. Fermentaram paixões rasteiras no estudo do assunto. A Comissão de Finanças da Assembléia geral publicou parecer. O Executivo, à vista do parecer, comunicou à Assembléia que o proponente, Mauá, aceitara *tôdas* as observações formuladas. Houve um momento de estupor. Muita gente não acreditou que Mauá houvesse concordado com *tôdas* as observações feitas pela oposição. Asim foi o projeto discutido e votado com rapidez por ambas as Câmaras.

A peleja, mesmo ultimada, representou para Mauá uma trabalheira infernal. E por quê motivo? Havia uma teia de interêsses inconfessáveis, que se alargava à medida que se tinha por certo a vitória do banqueiro brasileiro. Reconhece-o Mauá na *Autobiografia*:

> "E no entanto uma operação destas, que representava um serviço à República, que não pode ser igualado por nenhum outro, que neste século lhe poderá ser prestado, encontrou forte oposição e custou-me trabalho INSANO obter a aprovação do corpo legislativo! Mais tarde se descobriu que a presença na circulação de mais de quarenta milhões de títulos falsos era a verdadeira causa de tão inaudita resistência, fazendo os falsificadores enorme pressão para que o contrato, que ia descobrir a fraude, não fôsse aprovado. O certo é que eu e meus amigos fomos prejudicados em mais de meio milhão de pesos de lucro adicional, que o contrato e a lei que o aprovou nos asseguravam, pois resultou verificarem-se falsos cêrca de um têrço dos títulos de que havíamos feito aquisição, como base para realizar a operação".

Malandrins haviam trabalhado com tenacidade para impedir que Mauá vencesse e, nesse jôgo, se utilizaram de todos os argumentos possíveis para exercer influência sôbre o Legislativo. Descura-se esta fase interessante da vida do Empreendedor, procurando provar-se que Mauá foi impelido pela simples ganância do lucro e que encontrou as maiores facilidades no caminho do contrato... Fica-se então pensando que certos

biógrafos de Mauá procedem da seguinte forma: tudo quanto é criticável cabe a Mauá; tudo quanto é justo, honesto, decoroso, honrado pertence aos inimigos de Mauá. Um era o traficante ignóbil. Os demais foram "vítimas" dêle...

Gabriel Terra, em seu trabalho — *"Deuda pública del Uruguay"* —, assinalou que, ao encerrar-se a Guerra Grande, havia uma dívida enorme, de 100.000.000 de pesos, "que pesava como capa de chumbo sôbre um organismo debilitado". Foi então que apareceu Mauá, propondo ao govêrno levantar um empréstimo destinado à conversão de tão enorme dívida, "que consegue reduzí-la, graças à depreciação dos bonus, a 5.000.000 de pesos". Acrescentou aquêle eminente economista e político uruguaio, que chegou à presidência da república: "Essa operação formosíssima (*hermosísima*) teve no entanto seus encarniçados opositores, devido a que 40.000.000 dos bonus circulantes eram falsos e a fraude teria de ser descoberta no momento da conversão. A redução de nossa dívida pública de 100.000.000 de pesos a 5.000.000 — a solidificação do crédito, o aumento imediato das rendas com o desenvolvimento do comércio e indústrias, a subida do preço da propriedade que quintuplicou de valor, pouco tempo depois — a perspectiva de uma amortização rápida do total da dívida — tais foram as consequências dessa operação que fazia dizer com verdade e justo orgulho o banqueiro intermediário, que era o maior serviço que se prestaria à República no presente século" (1).

Afinal, saiu a lei de 27 de julho de 59 — marco importante na história econômica e financeira do Uruguai —, aprovando o contrato celebrado com Mauá e estabelecendo que êste deveria concorrer com 80.000.000 de pesos nominais; concedia um prazo de cinco anos aos demais portadores de títulos para que os levassem à conversão; suprimia o impôsto extraordinário sôbre a venda de imóveis; obliterava o artigo que obrigava as repartições do Estado a entregar diretamente as rendas arrecadadas ao Banco; e eliminava a cláusula relativa à intervenção do Império, caso o contrato de Mauá não fôsse respeitado. Assim, Mauá aceitou tôdas as observações formu-

(1) GABRIEL TERRA, **"Deuda Pública del Uruguay"**, Montevidéu, 1895, págs. 19 e 20.

ladas por legisladores e acabou por abrir mão de sua *maior garantia*: a proteção do Império. Êsse era o homem utilitarista, ganancioso, voraz...

Afirmou outro conhecedor da história financeira do Uruguai: "Os credores do Estado, que compreendiam todos os créditos que deviam entrar na consolidação e representados por Mauá, cederam a favor daquele 95% do valor nominal dos títulos de dívida consolidada, e 90% dos da exigível ao juro de 6% ao ano pagável semestralmente, devendo destinar-se 1% sôbre o montante total da dívida, para ser amortizada por proposta até que os títulos chegassem ao par, e chegando a êste ponto por sorteio. Fixou-se a Mauá uma comissão por êsse convênio de 2½% sôbre a importância dos dividendos" (1).

Pelo acôrdo de 27 de julho de 59, a dívida ficou reduzida, em 60, a $2.726.860, a qual, devido ao convênio da "hipotecária" e algumas outras obrigações do Estado, montará a .... $3.524.320 (informação de Juan Carlos de Alzaybar).

Quer dizer (e atente-se bem nisto): Mauá foi ao encontro de tôdas as observações críticas, umas respeitosas e outras impiedosas, levantadas no Parlamento; atendeu-as, deu-lhes razão, abandonou certos resguardos perfeitamente compreensíveis em operação de tão grande porte; e, ao cabo de contas, abriu mão da proteção do Império, necessária por certo. Desarmou por completo seus rivais. Nesse negócio, quem teve voz mais ativa? O traficante, o chatim, o homem de negócios ou o vidente político? O Banco Mauá encarou o assunto com uma superioridade de visão, que ainda hoje impressiona o historiador. Que tinha o Banco com a consolidação da dívida externa interna do Uruguai? Muito! replicará o criticastro, de olhos arregalados: Mauá assumiu a tremenda responsabilidade para obter possíveis e grandes *favores* do govêrno uruguaio... O voraz chatim queria comer o Uruguai por uma perna... O "tubarão" estava de guéla escancarada à espera de peixinhos e de novos obséquios... Assim, dessa maneira simplista, fácil é argumentar para dizer que Mauá se enriqueceu à custa dos uruguaios. E' possível que o Banco Mauá houvesse, mais tar-

(1) JUAN CARLOS DE ALZAYBAR, **"Historia de la deuda pública del Uruguay"**, Montevidéu, 1893, págs. 83 e 84.

de, cometido erros. Poderá criticar-se-lhe o ponto de vista emissionista numa época de pluralismo emissionista. Mas, no ano de 59, ao arcar com o pêso de tôda a dívida pública do Uruguai, Mauá revelou-se um verdadeiro gigante a levantar um mundo sôbre os ombros. Teve de pelejar com a praga da especulação que lastrava de dia a dia. Seus inimigos alegaram que, com esas operação, realizara êle polpudo negócio, adquirindo a preço baixo (mas, muitos milhões de títulos falsos que comprou a bom dinheiro...) e vendendo-os ao Estado por maior valor... Nesse caso, os uruguaios deveriam ser muito ingênuos — e Mauá uma "bisca" de refinada sagacidade... Se houve tudo isso, Mauá comprou a dívida interna do país *no escuro*, como se costuma dizer, arriscando tudo por tudo. Se teve sorte, forçoso será reconhecer-lhe alto tino para negócios complicados. O que *nenhum* govêrno uruguaio tivera coragem de fazer, Mauá realizou, dando assim prova de singular talento financeiro no lidar com um problema muito complicado. O assunto comportara aspectos políticos e econômicos nos quais ninguém quizera bolir: interêsses inconfessáveis estavam em jôgo; falsificações andavam ocultas; veleidades revolucionárias de caciques flutuavam no ar; temores de autoridades patenteavam-se aos olhos de tôda a gente. Tudo isso Mauá enfrentou corajosamente. Não deu importância aos rosneios dos invejosos, às ameaças dos especuladores e às diatribes dos políticos, enleados na trama de fazer perdurar a circulação desmedida de títulos falsos. O que nenhum político uruguaio do tempo, por maior prestígio que tivesse, tentou fazer, Mauá o realizou. Por isso, fez numerosos inimigos que o perseguiram por portas travessas já que não tiveram coragem de enfrentá-lo, cara a cara.

Eduardo Acevedo, com insuspeita autoridade de grande historiador, por vêzes desafeto ao Brasil, lavrou a sentença definitiva, dizendo:

> "Pero es lo cierto que si Mauá embolsaba fuertes utilidades, el Uruguay conseguia la regularización de una dueda cien veces millionaria que se arrastaba por el suelo y constituia un factor de bancarrota y de verguenza".

Mauá findara com uma situação vexatória, fator de bancarrota e de vergonha para o govêrno oriental. A operação foi feita com incomparável maestria, às claras, para que todos vissem o *lixo* que rolava através do tempo, representado por milhões de pesos, títulos e papel-moeda falsos. Mauá prestou inestimável serviço ao Uruguai: o maior que uma pessoa ou um govêrno lhe pudessem ter prestado no decurso do século XIX. Façanha de gigante, levada a cabo com sagacidade financeira e com uma coragem pessoal ímpar. Recorde-se isso e assinale-se o mérito dessa obra do grande Empreendedor.

Juan Carlos de Alzáybar, em seu interessante trabalho já citado, deu um quadro do crescimento da dívida pública no Uruguai, de 1829 a 1893, que vale a pena reproduzir:

1829.....	$ 153.000	govêrno	Rondeau
1835.....	2.081.000	"	Oribe
1840.....	5.128.378	"	Rivera-Suarez
1856.....	60.000.000	"	Pereyra
1860.....	2.726.880	"	Berro
1864.....	13.247.080	"	Aguirre
1868.....	23.657.354	"	Flores
1870.....	24.603.457	"	Battle
1871.....	50.126.457	"	Batlle
1873.....	57.820.457	"	Batlle
1874.....	63.026.451	"	Ellauri
1883.....	49.934.600	"	Santos
1889.....	84.481.184	"	Tajes
1892.....	96.350.000	"	Herrera y Obes
1893.....	118.000.000	"	Herrera y Obes

Por êsses dados estatísticos, altamente significativos, poderá fazer-se uma idéia do imenso benefício colhido pelo Uruguai com a conversão da dívida pública, levada a cabo por Mauá. Uma dívida de 100.000.000 de pesos (ou mesmo mais) ficou reduzida, em 60, no govêrno de Berro, isto é, um ano depois do acôrdo celebrado com Mauá, a $2.726.880. Nem antes nem depois do Empreendedor se fizera coisa igual no Uruguai. Cometimento gigantesco, realizado por um homem que acreditaria nas virtualidades econômicas do Uruguai.

Não fôra fácil a operação. Mauá tivera de lutar muito. Mas, vencera. A vitória deu-lhe uma impressão de otimismo que transluz na carta de 9 de maio de 60, dirigida a Lamas:

"Também encaro os negócios de seu país favoràvelmente — creio que haverá o bom senso de desviarem-se de complicação com a Confederação, desde que esta queira obrar. As relações amistosas de *palavras* não exigem sacrifícios e podem fàcilmente ser trocadas. Desde que for questão de arrastar o Estado Oriental a meter-se nas querelas dos partidos argentinos ou mesmo em qualquer desatino com o Brasil, o Estado Oriental terá o bom senso de não querer arruinar-se; ao menos assim espero. O ministério atual me inspira confiança — Villalba é homem prático, que tem conhecimentos, está possuído das melhores intenções, e que quer *arreglo* e ordem nas finanças. Acevedo é um talento brilhante, e que hoje amadurecido com a experiência, e de muito estudo, segundo me dizem, poderá hoje ser aplicado em bem do seu belo País".

Antes de realizar essa importante negociação, Mauá escreveu, a 27 de março de 59, uma bela carta ao presidente Pereyra, na verdade uma espécie de *apologia pro vita sua*, na qual afirmou:

"V. Excia. não me conhece pessoalmente e é possível que vozes não amigas me tenham representado perante V. Excia. como um dêsses homens ambiciosos a quem a sêde de ouro cega e que arrastado ùnicamente pelo desejo de amontoar riquezas, procura operações que conduzam a êste fim. Os que assim me pintam perante V. Excia. têm errado grosseiramente na apreciação de meu caráter que mercê de Deus tem suas bases nesses sentimentos elevados que honram o coração humano, posso dizê-lo sem ofender a modéstia, porque fatos sucessivos, durante os 32 anos de vida comercial no meu país, se têm encarregado de deduzir o teôr de meu pensar. Durante alguns anos, o digno ministro da República no Brasil me encontra sempre a seu lado; desde o primeiro dia de sua missão nos esforços incessantes que empregou para conseguir medidas benéficas à República, chamou minha atenção sôbre a alta conveniência para seu país de um arreglo da dívida, que, segundo êle, era a *pedra fundamental* para levantar nesse país o edifício do crédito que tem operado maravilhas que o mundo conhece. Antes que eu realizasse algumas transações com êste país, o seu govêrno não tinha jamais feito *uso do crédito*: tinha-se sujeitado à usura mais desapiedada. Algumas dessas transações recusei-me ser participante, por considerá-las de uma moralidade questionável, embora aparentemente lícitadas,

pois se deduziam em contraste com o govêrno. Tôdas as minhas transações com o govêrno aí estão patentes e comparadas com as outras que aqui se têm feito, receberei em tranqüilo essa comparação e a sentença de todos os homens de bem. Tenho consciência de que um exame rigoroso e minucioso de todos os meus atos levará a luz da evidência que menos *alguma coisa* tenho eu feito pelo emprêgo do meu capital nessas transações do que o *juro corrente* pelas boas letras comerciais nestes países. Tenho pois consciência de que não tenho abusado".

Mercê do acôrdo da dívida pública, Mauá grangeara situação de incomparável prestígio na praça de Montevidéu, bem como alargara sua ação de *leader* de grandes realizações comerciais, interessando-se pelo desenvolvimento da criação de gado e sua industrialização, de que foi no Uruguai extraordinário pioneiro. Em carta a Lamas, Mauá se queixava de que sua estância em Mercedes fôsse constantemente roubada de gado precioso nela existente.

8

MAUÁ, O PANORAMA POLÍTICO DO PRATA E A "DIPLOMACIA DO PATACÃO"

"Te quoque magna manent regnis penetralia nostris..."
(Virgílio, **Eneida**, VI, v. 71).

Consolidando e saneando a dívida pública do Uruguai, Mauá fortalecera seu prestígio de banqueiro e passara a ser encarado como personalidade *indispensável* ao ambiente platino. Era natural, pois, que políticos, comerciantes, jornalistas e estancieiros o procurassem e lhe dissessem "boatos", segredos de bastidores ou informações úteis, a respeito da *crise tetânica* que galvanizava o Uruguai e a Argentina. Assim, através de sua ação nesses países, um aspecto político, e muito importante, irá surgindo e dando colorido próprio a seus cometimentos econômicos. Mauá havia sido deputado no Brasil. Na realidade, não prezava a política, no

sentido estreito desta palavra. Imaginava-a de âmbito muito mais vasto: política à sua moda, feita de lances audazes e de contactos com personalidades de alto coturno. No Prata, Mauá ver-se-á enleado por solicitações alheias, incensado por admiradores e requestado por políticos manhosos ou honrados da Argentina e do Uruguai. Resistindo a solicitações, fazendo ouvidos de mercador a tais cantos de sereia, Mauá tem de zelar por seus interêsses econômicos imediatos. É banqueiro e industrial, empenhado na melhoria das condições do Uruguai e da Argentina. Mas, é personalidade *forçada*. Não pode evitar que seja procurado por elementos da política que o querem ver tomando ação "mais direta" na vida do Uruguai. Temperamento de ação, Mauá não pode resistir a tais apelos. Tomará gosto pelos assuntos políticos do Uruguai e da Argentina, pôsto os veja de bem alto.

Os desenganos do mundo jamais debilitaram o ânimo do Empreendedor. Conhecia os políticos brasileiros, com todos os seus defeitos. Iria familiarizar-se com os políticos platinos, apostados num personalismo infrene. Com sua copiosa eloqüência, com suas minguadas virtudes, com suas espinhosas personalidades, tais políticos eram algo diferentes dos brasileiros. Procuravam estar sempre no palco da popularidade, descomedindo-se em demagogia barata. Ademais, traziam o sinete do caudilhismo ferrado em suas personalidades. Sustentam as maiores dissonâncias políticas e se esquecem do que disseram na véspera, contrariado por ações do dia seguinte . A ambição do poder é uma espécie de enfermidade crônica, porque se consideram indispensáveis ou insubstituíveis. De vez em quando, suas ambições explodiam em movimentos revolucionários: então trapejavam bandeiras, estourava a mosquetaria, morria gente... E os caudilhos subiam ao poder, uniformizados de general. Todos serão generais. Aborrecem os contratempos, desconhecem a cultura, odeiam a lei. Fazem de sua vontade a razão de ser do Estado.

Para usar a expressão forte de Martinez Estrada em sua "*Radiografia de la Pampa*" —, é "la borrachera con sangre humeante". O mesmo escritor assinalou que nessa época "la riqueza estaba concentrada en pocas manos, como el poder diluído en muchas".

O Pampa odeia as cidades; as cidades odeiam Buenos Aires. As cidades crescem. O Pampa mingúa. Nessa peleja entre civilização e barbárie, o provinciano é galvanizado por ódios incessantes que lhe dão surpreendente capacidade de resistência ao despotismo político e econômico, procedente de Buenos Aires — ou de Montevidéu, em suma da capital. Não foi à tôa que Alberdi tivesse escrito certa vez êste conceito gráfico: "No son dos *partidos*, son dos países; no son *unitários* y *federales;* son *Buenos Aires* y las *provincias*".

Ao cabo de pouco tempo, Mauá havia entrado em inteligência com as personalidades mais importantes das duas ribas do Prata. Impressiona-o e impacienta-o a turbulência existente. Antes de mais nada, Mauá é "homem da ordem". Não lhe passa pela cabeça que caudilhos, caudilhetes e caciques vivam aos berros ou vivam de armas nas mãos a depor governos. Arguto, prático e equilibrado, Mauá é a antítese dessa gente, porque tem noção perfeita da hierarquização social. O que mais o impressiona é a desordem intermitente, o golpe de estado, a guerra civil. E disto há a fartar no Prata. A lei não consolida a ordem. A desordem crônica enfraquece qualquer govêrno. São caudilhos ignorantes e violentos que desconhecem os problemas vitais de suas pátrias. Fazendo de seus apetites pessoais a suprema razão do Estado, cometem erros imensos. Disse Cárcano muito bem: "En Sud América, la política exterior siempre se ha subordinado a la política interior. Los gobernantes y los partidos, encendidos por las pasiones, por no transigir en el país, han transigido fuera del país, comprometiendo principios, olvidando declaraciones, abandonando intereses" (1). Ora, um banqueiro, industrial, empreendedor e extraordinário pioneiro, só pode preferir a paz a qualquer revolução por mais "saudável" que possa ser, no entender de seus fomentadores. Temperamento de ação, Mauá pregará sempre a palavra da ordem, da disciplina e do respeito às leis. Realizador soberbo, perdôa os erros alheios, mas não encontra escusas para a desordem governamental. Viu coisas incríveis: golpes de estado, quarteladas, motins, revoluções; gente fuzilada, gente fugida, lares esquadrinhados com brutalidade.

(1) RAMÓN J. CÁRCANO, ibid., pág. 43.

Êsses sobressaltos são comuns no Prata. Não há como evitá-los ou fugí-los. Todos os cidadãos e os estrangeiros residentes nesses países pagam tributo aos efeitos dpeloráveis da desordem. Mais tarde, Mauá pagará quinhão doloroso: terá seus direitos espesinhados; será perseguido por governos desleais que tudo lhe negarão; será caluniado com atrocidade por autoridades governamentais que descem do pedestal da equanimidade pare enxovalhá-lo. Com tôda sua fortuna, com todo seu prestígio, Mauá jamais fomentou uma revolução contra êste ou aquêle presidente do Uruguai e da Argentina. Homem da fronteira, Mauá imagina que sabe lidar com os platinos. Se êles forem por vêzes arrogantes e orgulhosos, Mauá também o será. Se forem lhanos ou fidalgos, Mauá também o será. Mano a mano. De igual para igual. Pagando na mesma moeda...

Homem da ordem. Homem do trabalho. Homem da palavra honrada. Qualidades que nem sempre encontravam ressonância nos políticos do Prata.

Ora, dada a circunstância de haver-se transformado em "personalidade forçada" da vida do Urunguai; dada sua preeminência de banqueiro; dado seu prestígio político e social, Mauá começará a sentir as peias criadas pelos invejosos e as setas aguçadas dos caluniadores. Juan Carlos Gómez, eminente jornalista uruguaio, será dos maiores inimigos de Mauá. Naquela Montevidéu bulhenta do século passado, o êxito de Mauá tirou o sono a muita gente. Ademais, é preciso contar com o magnetismo pessoal do Barão de Mauá, potentado brasileiro, amigo de estadistas do Império, diretor do Banco Mauá & Cia., homem que emprestava dinheiro a governos uruguaios. O magnetismo pessoal explicará muito do interêsse com que foi ouvido por uruguaios e argentinos. Temperamento de ação, homem de vistas largas e de cometimentos arrojados, Mauá fascinará todos quantos com êle trataram, brasileiros ou estrangeiros. E' um temperamento dionisíaco, transbordante de ação, receptivo a idéias alheias, inclinado a amizades duradouras, simples de trato, claro de pensamento.

Êrro é pensar que Mauá houvesse passado a vida distribuindo dinheiro às mancheias e corrompendo personalidades influentes. Nesse caso, Mauá deveria ter possuido recursos inesgotáveis... Silveira Martins, no aceso de uma campanha

política, disse horrores de Mauá. No entanto, é sabido que teve inimigos poderosos, como Zacarias, Silveira Martins, Penedo e outros no Brasil; e no Uruguai, Flores, Lorenzo Batlle, Pedro Bustamante e Nin Reyes (que o atacou de forma estranha em três opúsculos miseráveis, depois de haver sido seu sócio e colaborador durante anos seguidos). Tampouco se instalou no Uruguai como aquêles capitães portuguêses que iam à Índia — consoante informou Diogo do Couto no seu *Soldado prático* —, como quem ia vindimar sua vinha. Mauá instalou-se no Uruguai em caráter permanente e disposto a trabalhar pelo país. E por que tomou essa decisão? Sem dúvida, para ganhar dinheiro; mas, sem dúvida alguma, porque sentiu amor pela terra uruguaia. Ao primeiro rebate da desgraça em seus negócios, fôsse êle um utilitarista ganancioso, tudo teria liquidado e abandonado o Uruguai. Continuou, a despeito de tudo, interessado pelo progresso do país, do qual havia sido grande construtor. Um nomem que luta, que tem planos e convicções, que procura impô-los por meio de argumentação inteligente, que os realiza de forma admirável, necessàriamente não é um corruptor. Ora, foi justamente certo *visionarismo* que levou Mauá ao desastre irremediável. Qualquer outro banqueiro, com menos grandeza e com planos menos arrojados, teria chegado ao fim da vida com folgados haveres, muita consideração pública, mesmo que esta fôsse perfeitamente hipócrita, — depois de haver "corrompido" muita gente também... Há *money-makers,* que acumulam fortunas mercê da exploração do trabalho alheio, e são pessoas consideradas respeitáveis, dignas de todo o aprêço... No tempo do Império, muito *negreiro* acumulou haveres. Depois de ter juntado milhões, pretendeu ser enobrecido, mesmo que o título tivesse de ser comprado. Dom Pedro II jamais enobreceu *negreiros*. No entanto, continuaram a ser pessoas respeitáveis, dignas de todo o aprèço e cortejadas por aduladores...

Mauá foi diferente. Em primeiro lugar, escapou ao gabarito da mediocridade e da rotina. Elevou-se pelo trabalho, enobreceu-se pelo trabalho, criou riquezas pelo trabalho. Pelejou com coragem. Teve inimigos poderosos, ostensivos e embuçados. Mas, quem não os tem? Se os teve, contou também com grandes amigos, quais Mont'Alegre, São

Vicente, Cotegipe, Rio-Branco, Otaviano, Lamas... Afrontou poderosos e dêstes sofreu perfídias e doestos. Mas, não mudou de caminho. Em segundo lugar, Mauá não se conformou com a ação dos poderes públicos, no Brasil, Uruguai e Argentina. Sentiu que poderia ser um esplêndido propulsor do progresso dêsses países. Por isso, procurou uma liça vasta, onde pudesse dar largas ao seu temperamento de realizador.

No Prata, Mauá quiz ser útil ao Império e à sua política. Útil com altivez, independência e dignidade. Jamais foi lacaio fôsse de quem fôsse, poderoso ocasional ou permanente. Se houvesse sido jeitoso, manhoso e astuto; se houvesse sabido condescender, traficar com sua consciência e mudar de opiniões como quem muda de camisa, teria findado na opulência. Se houvesse sido "malandro", como hoje se costuma dizer, e se tivesse sabido viver de "malandrices", adulando poderosos ou vendendo sua consciência, teria ficado opulento para o resto da vida. Quando Flores entrou em briga com Berro, presidente da república, o Banco Mauá emprestava dinheiro a Berro, porque o sabia honesto. Flores declarou guerra de morte a Mauá e ao seu banco. Ao ver-se no poder e ao sentir de perto as agruras do Erário, de quem se lembrou Flores? Do mesmo Mauá. E o banqueiro emprestou dinheiro a Flores, esquecendo-se de velhos ataques do chefe "colorado". Mas, a gratidão não era qualidade forte de Flores. Esqueceu-se êste dos favores de Mauá e passou a perseguí-lo. Os demais presidentes "colorados", sucessores de Flores, também o perseguiram.

Mauá podia ser um conciliador, e o era; mas, não era serviçal, bajulador, áulico. Prezou a independência acima de qualquer outro valor da terra. Frequentou gente importante, nacional ou estrangeira. Não deturpou sua personalidade. Continuou a ser Mauá até ao fim da vida. Como as velhas moedas, que se gastam, mas que continuam a ser as mesmas, assim foi Mauá. Não imitou ninguém; não macaqueou poderosos; não se contaminou com fidalguices, cortezanices e adulações.

Paulino José Soares de Souza, o futuro Visconde do Uruguai, levou-o a interessar-se por assuntos do Prata, assuntos políticos e econômicos. E os assuntos econômicos eram com-

plicados. Mauá era homem talhado para lidar com êles. Recorde-se o conceito atribuido a Gladstone, primeiro ministro da Inglaterra: *'The study of monetary problems seems as surely to lead to insanity as a grand passion"* (1). No entanto, foi nessa jungle que se meteu Mauá, transformando-se em operoso banqueiro, tanto no Uruguai e na Argentina como no Brasil. Em comunicações a Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, Ministro do Império em Montevidéu durante o Govêrno da Defesa, se lê: "... pagamos ùltimamente por intermédio de Ireneu 78.000 patacões, importância de letras sacadas por Herrera sôbre Lamas..." Ireneu será depois o grande agente, a fôrça de aglutinação de interêsses econômicos, a secundar por vêzes a Chancelaria imperial. Assim, desde o instante em que Paulino José Soares de Souza o interiorizou nos assuntos políticos do Prata, Mauá dêles não mais se afastará até ao fim da vida. E não se afastará, por causa do Uruguai e dos interêsses brasileiros em território uruguaio. "El Banco del magnate brasileño Barón de Mauá, eje financiero del Uruguay, volvió a ser uno de los centros fundamentales de la dirección politica del pais", disse um historiador uruguaio (2). Atente-se neste conceito e imagine-se a obra que Mauá realizou no Uruguai.

Que Mauá houvesse sido um agente excepcional do jôgo diplomático do Império; que houvesse sido também um observador cujas opiniões tinham pêso na Chancelaria imperial, — a respeito não podem subsistir dúvidas. Devido a suas amizades, Mauá conhecia melhor que ninguém os *entretelones* da política do Prata. Seu banco, barômetro cabal da situação política e econômica do Uruguai, passou a ser por muitos considerado uma *"agência"* da diplomacia imperial. E, por isso, foi hostilizado, tanto por "colorados"' como por 'blancos''. Acautelando seus interêsses pessoais, bem como os dos brasileiros residentes no território oriental, Mauá seria apontado (como, de fato, o foi) como o "defensor" dos capitais do Império na república uruguaia. Daí saltar-se ao papel político do Empreendedor, que realmente existiu, foi um passo. À medida

(1) Citado por CARL SNYDER, em **"Capitalism the Creator"**, pág. 330.

(2) FRANCISCO R. PINTOS, **"História del Uruguay"**, Montevidéu, 1946, pág. 44.

que seus cometimentos iam tendo êxito, maior foi a voadura dos planos políticos de Mauá. Então, sua personalidade passou a ser interpretada — e mesmo deturpada — por adversários e invejosos, ao sabor dos acontecimentos. A projeção do banqueiro e industrial não cessou de crescer em ambas as ribas do Prata. E cresceu para desespêro de seus inimigos, brasileiros ou estrangeiros. A obra de consolidação da dívida uruguaia e o êxito do seu banco foram assuntos falados e discutidos no Prata.

Quando Mauá resolveu levar seus cometimentos à Confederação Argentina, surgiu o que Ramón J. Cárcano chamou a "*diplomacia do patacão*". Nova forma de atividade do Empreendedor, desenvolvida ao longo de linhas eminentemente políticas, — isto é, de acôrdo com a diplomacia imperial.

Depois da queda de Rosas, perdurava na Confederação Argentina a luta entre as províncias reclusas no interior, viveïros de caudilhetes, e Buenos Aires, orgulhosa de sua tradição mercantilista e disposta a recatar as chaves dos grandes rios. A luta vinha de longe. Buenos Aires dispunha de dinheiro, lojas opulentas, fôrça militar e naval. Era isso o legado dos tempos do Vice-Reinado do Prata. Rosas, com seu despotismo, dera fôrça a Buenos Aires contra as províncias. A respeito da ação do ditador de Palermo, disse Enrique de Gandia:

> "Rosas malquistó la Argentina con todas las naciones vecinas — Chile, Bolivia, Paraguay, Uruguay y Brasil —, com Francia e Inglaterra. Fué el diplomático más inhábil de América y el hombre de estado más incapaz de nuestra Patria. Sua afán de perseguir a los unitários, en cualquier parte donde se hallassen, nos llevó a una guerra con Bolivia, que sostuvo una sola de nuestras provincias; a otra guerra con el Paraguay, que también sostuvo otra provincia — ambas como se fueron independientes — y a conflictos con Francia e Inglaterra que sólo interesaron y afectaron a la provincia de Buenos Aires, también como si fuese un estado independiente. Ya hemos dicho que Rosas no dispuso de ningún ejército nacional y que ningún militar de talento prestó su espada a su servicio, pues todos fueron sus opositores. Ahora agregamos que Rosas estuvo a punto de pro-

> ducir la disgregación del país y convertir nuestra Patria en tantas naciones como provincias" (1).

Ramon J. Cárcano também exarou conceito definitivo a respeito da desastrada política internacional de Rosas:

> "En las cuestiones internacionales, Rosas inventa y fabrica los instrumentos de su propio derrumbe. En su largo dominio discrecional destruye todo y no edifica nada. Su sistema de gobierno, la única obra, sólo es un resorte de prepotencia, que desaparece con el hombre. Nada grande se prolonga ni como idea ni como hecho adquirido. Sólo es grande, en aquel despotismo inferior, la sangre vertida y la barbarie cristalizada. Rosas es un caráter y una voluntad aplicadas al propio egoísmo. Nunca, un hombre de gobierno" (2).

Desaparecido ignominiosamente do cenário do Prata, Rosas sobrevive na fermentação revolucionária posterior, que tanto trabalho dará a Urquiza, criador da Confederação Argentina. Tem o diretor da Confederação em José Luís de La Peña, homem ilustrado e temperamento prudente, seu melhor colaborador. Urquiza entrega-se a uma obra gigantesca de reconstrução nacional. O Congresso de Santa Fé, com "alta consciência de sua missão" (Cárcano), dedicou-se à feitura da Constituição da República. Os constituintes firmaram-na em 1.º de maio de 53. Comissão especial, integrada por Del Carril, Gorostiaga e Zapata, levou o documento ao Diretor da Confederação, então de estância em San José de Flores. Projeto de lei determinava que Buenos Aires fôsse a capital do país. A 25 de maio, Urquiza promulgou a Constituição, monumento de sabedoria política. A 9 de julho, com exceção da província de Buenos Aires, tôdas as demais juraram a Constituição. A estranha atitude de Buenos Aires representava uma sobrevivência de rosismo: ela queria manter o monopólio das rendas alfandegárias sem obrigação de contribuir para as despesas gerais da Confederação.

---

(1) General TOMAS DE IRIARTE, **"Rivadavia, Monroe y la guerra argentino-brasileña"**, pág. CLX do prefácio de Enrique de Gandia, Buenos Aires, 1945.

(2) RAMÓN CÁRCANO, **"Guerra del Paraguay"**, Buenos Aires, 1939, pag. 119.

Abre-se, pois, o conflito entre Buenos Aires e a Confederação.

Urquiza, de origem humilde, tinha sobrados motivos para detestar a gente patrícia ou endinheirada de Buenos Aires. O fato de haver deslocado a capital para Paraná contrariara fundo os interêsses de Buenos Aires, que não hesitou em alçar a bandeira revolucionária contra Urquiza. Apareceram então no mesmo país dois governos, com as dificuldades diplomáticas decorrentes.

O Govêrno imperial, afinando seu proceder pelo dos governos da Inglaterra, França e Chile, desconhecera ao govêrno de Buenos Aires o direito de legação, entendendo-se sòmente com o govêrno de Paraná, porquanto Urquiza fôra aliado do Brasil na guerra contra Rosas. Lidando com o problema da rebeldia de Buenos Aires, Urquiza queria assegurar-se o apoio do Brasil, Paraguai e Uruguai. Neste particular, sua política revelou eficiência e discreção.

Em tal emergência, o Império mostrou-se disposto a prosseguir negociações com Urquiza. Carneiro Leão, Silva Paranhos e Silva Pontes, então ministro junto à Confederação, agem nesse sentido. É um momento de grandes combinações políticas, pelejando os negociadores por desvendar novas perspectivas ao Prata. O Brasil bateu-se pela abertura dos rios platinos à navegação de tôdas as bandeiras. Dera um passo nesse sentido, abrindo o pôrto de Albuquerque, no alto Paraguai, ao livre comércio internacional.

Disse Cárcano que, nessa altura, "a diplomacia brasileira cuidava dos fatos sem desdenhar as palavras"; e que em Montevidéu levantara sua "torre de domínio e observação".

O Visconde de Abaeté foi enviado em missão especial à Confederação para aplainar as dificuldades existentes, havendo chegado a 15 de fevereiro de 56 à cidade de Paraná, tendo sido recebido por Del Carril, vice-presidente. A 24, iniciou conversações com Juan Maria Gutiérrez, ministro das relações exteriores. A missão de Abaeté suscitou debates na imprensa: *La Tribuna* enxergou nela propósitos de uma aliança entre o Império e a Confederação; *El Nacional Argentino* defendia a política de Urquiza. Dessa conversações muito importantes surgiu o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, de 7 de março

de 56, baseado em suas linhas gerais no projeto apresentado pelo plenipotenciário brasileiro.

O tratado foi ratificado em Paraná a 14 de junho do mesmo ano por José Maria Gutiérrez e Joaquim Tomaz do Amaral (futuro Visconde de Cabo Frio), então Ministro do Império. Afirmou Cárcano que as cláusulas do tratado de Paraná "consagraram o triunfo da diplomacia brasileira, sancionaram e afiançaram sua política tradicional com respeito ao Paraguai e Uruguai, da livre navegação dos rios, que já estava resolvida pela legislação argentina e asseguraram o govêrno da Confederação como seu colaborador e seu aliado" (*"Del sitio de Buenos Aires al campo de Cepeda"*, pg. 449).

Verificaram-se em 57 dificuldades entre o Paraguai e o Brasil. Carlos Antônio López, refolhado em suspicácias, não queria ouvir falar na liberdade de navegação dos rios. Surgiu então a missão Paranhos ao Paraguai. Era Paranhos, no momento, o mais plástico temperamento de negociador que possuia o Império. Ademais, conhecia todos os meandros das questões platinas.

Na cidade de Paraná, o emissário brasileiro avistou-se com Urquiza. As conversações desenvolveram-se em alto nível. As negociações de Paranhos deram os seguintes resultados: a) Convenção fluvial para a navegação em comum dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai; b) Convenção de extradição de criminosos, desertores e escravos; c) Tratado de limites entre o Brasil e a Confederação.

A Confederação solicitou ao Império um empréstimo de 300.000 patacões. O Govêrno brasileiro autorizou por decretos ns.º 2.102, de 6 de fevereiro, e 2.151, de 24 de abril de 58, a abertura dos créditos necessários, calculando-se o patacão, segundo o padrão monetário, a 1$920 cada um.

Paranhos tratou com Santiago Dérqui, ministro do Interior, e Barnabé López, ministro das Relações Exteriores. Eram duas personalidades desiguais: o que sobrava ao primeiro em talento e cultura faltava ao segundo. Êste é o conceito de Cárcano. Paranhos assinou o protocolo do empréstimo. Os 300.000 patacões seriam entregues em 6 mensalidades, sendo a primeira de 100.000 e as demais de 40.000 a juros de 6%, a contar de 1.º de janeiro de 60.

*
* *

Na Confederação, tudo estava por fazer-se. Não havia organização bancária. Muito conselheiros de Urquiza falaram-lhe no grande cometimento levado a cabo por Mauá no Uruguai. Era preciso, pois, atrair o banqueiro brasileiro ao govêrno de Paraná.

Logo depois chegou à cidade de Paraná o Barão de Mauá a 26 de novembro, aureolado de muito prestígio, para discutir com o govêrno a fundação de um Banco da Confederação, sôbre as bases de uma lei do Congresso que autorizou a criação de um estabelecimento bancário de emissão e descontos. Disse Cárcano que Mauá era o "financista clandestino do Império. Tôda operação que o govêrno brasileiro não podia realizar direta e pùblicamente por qualquer circunstância, executava-a por meio do Barão, a quem proporcionava garantias e recursos".

Mauá era um *leader,* como se diz hoje. Levava consigo o êxito pessoal, o prestígio de suas realizações e o título nobiliárquico, que impressionava a vulgaridade republicana do Prata. Disse F. W. Taussig, um dos grandes mestres da Economia política: *"Those possessed of the qualities for leadership must not only be given a free field; they must also be stimulated to the full exercise of their gifts. Inequality of some sort appears to be indispensable as a stimulus"* (conceito que se encontra nos *"Principles of Economics"*). Ora, Mauá surgira armado dessa "desigualdade", que tanto o diferenciava dos demais. Além disso, em seu ativo contava com numerosas vitórias no comércio, na indústria e no banco. Era uma personalidade, no sentido cabal da palavra.

Antes da chegada de Mauá, várias tentativas tinham sido feitas no sentido da fundação do estabelecimento bancário. O malôgro fôra completo. Trouvé, Chauvel e Dubois haviam obtido uma concessão que não fôra efetivada (1). Tor e Bracht também solicitaram concessão, mas não a levaram por diante.

---

(1) RAMÓN J. CÁRCANO, "Urquiza y Alberdi", Buenos Aires, 1938, pág. 247.

El Nacional Argentino comentou a chegada de Mauá com as seguintes palavras:

> "Vemos en este hecho, un resultado positivo de las buenas relaciones que existem entre la Confederación y el Imperio como también una prueba del crédito y buen concepto que merece el gobierno argentino en Rio de Janeiro, pues el señor Mauá, intimamente ligado por sus sentimientos e interes al gobierno imperial, no hubiera pensado acometer la empresa que él trae aqui sin el asentimiento de éste".

Quarenta e oito horas depois da chegada de Mauá a Paraná, ficaram assentes e assinadas as bases para a fundação do Banco. As negociações foram rápidas. Em Rosário se instalaria como casa de depósitos, emissão e descontos, sob a firma Mauá & Cia., devendo estabelecer-se sucursais nas províncias, quando as circunstâncias o exigissem e dentro dos cinco anos de sua fundação. Quer dizer: o Banco Mauá era o *próprio* Banco da Confederação. O capital foi fixado em 2.400.000 patacões. O Banco se instalaria com o capital provisório de 800.000 patacões, divididos em ações de 10 onças de ouro cada uma. Teria o direito de cunhar moedas de ouro e prata de acôrdo com as leis vigentes, de emitir bilhetes ao portador até o triplo do seu capital metálico em caixa. A concessão seria de 15 anos. A responsabilidade do Barão de Mauá seria ilimitada. Conta Cárcano que, logo que se protocolizou o contrato, o ministro Dérqui levou Mauá pessoalmente a San José, viajando a bordo do navio "Paraguaçu", de pavilhão imperial. O presidente Urquiza recebeu-o como "amigo e aliado" — continua Cárcano — e o "rápido desenvolvimento que o negociador brasileiro prometeu imprimir à sua nova instituição infundiu no general Urquiza a convicção de que havia resolvido as dificuldades financeiras do seu govêrno e assegurado o futuro econômico da Confederação" — adianta o historiador citado —, porque o banco contava com a proteção decidida de duas nações, a República e o Império e com a "experiência e o prestígio do banqueiro de melhor reputação e influência do rio da Prata". Era êsse o conceito que Mauá tinha então no Uruguai e na Argentina.

O Banco Mauá & Cia. iniciou operações em 2 de janeiro de 58 em Rosário, tendo adquirido por 1.400 onças de ouro à vista o estabelecimento de Clodomiro Artega, considerado uma grande casa comercial. Alberdi, então em Paris, escreveu a 7 de março de 58 a Urquiza: "La noticia del establecimiento del Banco Mauá & Cia. en Rosario ha producido muy buena impresión en Europa, y no tengo noticia de que se haya hecho ninguna crítica contra esa empresa" (1).

O empreendimento bancário de Mauá teve de arrostar dificuldades sem conta. Vinte dias depois da abertura do banco, verificou-se haverem mais de 20.000 onças de ouro sido transferidas para Buenos Aires, onde a taxa de juros era maior que o tipo fixado pelo contrato ao Banco Mauá, na realidade, de 1½%. Alegou-se que o novo banco, estaria antes favorecendo Buenos Aires que os interêsses do govêrno de Paraná. Resolveu-se então restringir os descontos. Bedoya, ministro da Fazenda da Confederação, escreveu a Silva Lessa e a Pedro José da Rocha, diretores do Banco, dizendo-lhes que "para evitar uma crise, só nos resta o meio de deter um pouco os descontos, e é o que vamos fazer". Essa, a versão dada por Cárcano. Contudo, havia outros fatores que contrariavam a ação do Banco. Verificara-se aguda escassez de moeda. Tôda a gente preferia entezourar moeda metálica, revelando pouco interêsse pelo papel-moeda. Nas províncias, tal era a "fome" da moeda metálica que os patacões bolivianos (de prata) tinham curso legal. Ademais, Buenos Aires, com sua forte tradição mercantilista, representava o papel de verdadeira bomba de sucção em relação às províncias. Outras dificuldades cresceram, devidamente reconhecidas por Mariano Fragueiro, nomeado para o cargo de inspetor oficial do Banco Mauá & Cia. Desconfianças políticas e invejas insopitadas dificultaram a ação do estabelecimento bancário, que teve de fazer face a riscos. Ademais, o Banco de Inglaterra e França, de Buenos Aires, tratou imediatamente de aumentar a taxa dos descontos. Havia, pois, uma série de fatores adversos ao bom andamento das operações do Banco Mauá & Cia. O mais forte foi, por certo, a exportação de onças de ouro, feita clandestinamente, para Buenos

(1) RAMÓN J. CÁRCANO, "Urquiza y Alberdi", pág. 325.

Aires, fato com o qual o Banco Mauá nada tinha que ver ou contra ao qual nada podia fazer. Mais tarde, o Banco Mauá abrirá sucursal em Buenos Aires, justamente para atalhar os efeitos dêsses fatores.

A despeito de ser Urquiza homem de "estranha susceptibilidade", como afirmou o Ministro Silva Pontes, Mauá adquirira junto ao Presidente da Confederação situação muito especial. Assim, esteve de 1.º a 4 de março de 59 em San José em conversa com êle sôbre o assunto da não ratificação dos tratados com o Brasil. Mauá fez um resumo dêsse encontro em longa carta dirigida a Andrés Lamas: "A não ratificação dos Tratados com o Brasil era negócio definitivamente assentado. Aqui é preciso fazer justiça à boa fé do general, pois cede aos argumentos e mesmo a considerações pessoais: tive a fortuna de o fazer mudar de opinião depois de duas longas conferências no que toca aos Tratados negociados pelo Sr. Paranhos em Paraná, arrancando-lhe uma promessa de que seriam ratificados antes de minha volta ao Rio; não fui feliz no que toca ao Tratado de 2 de janeiro que cria para o Estado Oriental uma posição especial, por mais que empenhasse o esfôrço dos argumentos que me ocorreram, não foi possível induzí-lo a ratificar o Tratado, que por mais uma vez me disse não continha um *interêsse argentino* —, consegui todavia que desse tempo a serem melhor discutidas e apreciadas as disposições para quem o fôsse fazer com mais vantagem, em vez de rejeitá-lo ao que me parecia disposto"'.

De fato, Mauá fôra ouvido com aprazimento por Urquiza. Assim, além do papel ativamente comercial que representava na Confederação como diretor de um banco de Estado, ia desenvolvendo outra ação, eminentemente política, observando fatos e personalidades, em benefício da política externa do Império. Por isso, acompanhou com vivo interésse os acontecimentos então verificados no Uruguai e na Argentina. Neste último país, a rivalidade entre Buenos Aires e a Confederação culminou na batalha de Cepeda, de 23 de outubro de 59. A batalha terminou com a derrota de Mitre. Afinal, a 10 de novembro dêses ano, assinou-se em San José de Flores um ajuste de paz entre ambas as hostes, o chamado "Convênio de União", pelo qual a província de Buenos Aires se declarou parte inte-

grante da Confederação, prometendo, ademais, aceitar e jurar a Constituição, que já estava em vigor. Ver-se-á, mais tarde, que rôta será a adscrição de Mitre ao pactuado.

Durante o tempo em que se familiarizou com as realidades políticas e econômicas da Confederação, convenceu-se Mauá de que, com a fundação do banco, pudesse ser útil ao govêrno de Urquiza. E' claro que Mauá não fundou o banco apenas por causa dos belos olhos do Diretor da Confederação. Procurou ampliar seus negócios e, do mesmo passo, colher lucros com o estabelecimento do banco, que foi o único banco emissor da Confederação. *"O lucro e a lucratibilidade são critérios objetivos de ação econômica. Nada têm que ver com as opiniões de certa sociedade ou com instituições particulares; antes pelo contrário, aplicam-se a qualquer sociedade, tenha a organização que tiver. O lucro e a lucratibilidade nada mais são em sua essência que reformulações da lei da conservação da energia em têrmos econômicos"*, afirmou Peter F. Drucker (1). Mauá não foi à cidade de Paraná para fundar um banco — e perder dinheiro. Se teve um propósito imediatamente utilitário, levou contudo o prestígio do Brasil à Confederação, certo de que estivesse prestando assinalado serviço à causa da política do Império no Prata. Seu banco foi combatido. Os planos do banco foram deformados pela crítica severa de inimigos, a julgar pelo que Luis Roque Gondra relatou na *"História Económica de la República Argentina"* (Buenos Aires, 1943, pg. 395). O Banco Mauá teve de interomper suas operações na Argentina. Contudo, o Banco Central da Argentina só foi fundado em 1871. Durante largo lapso de tempo de 59 a 71, tentativas foram feitas sem êxito na Argentina para a fundação de um Banco Central. Que provou isso? Que Mauá foi pioneiro e que seus inimigos colheram triste resultado com a campanha que lhe moveram. Tal e qual no Brasil; sendo que no Brasil a campanha durou muito tempo, mas acabou vencendo.

Capítulo complicado, êsse das relações de Mauá com o govêrno da Confederação. Pôsto Mauá se houvesse transforma-

(1) PETER F. DRUCKER, **"Concept of the corporation"**, Nova York, 1946, pág. 236.

do em agente comprador de coisas voluptuárias para Urquiza (cavalos, porcelanas, sementes, quadros, etc.), ainda assim foi guerreado na sombra pelos ministros e conselheiros do Diretor da Confederação. Norberto de la Riestra, o ministro da Fazenda da Confederação, será encarniçado inimigo do Banco Mauá, procurando tolher-lhe os passos à custa de muita perfídia e muita burla.

Em carta de 7 de fevereiro de 61, dirigida do Rio de Ja-Janeiro a Urquiza, Mauá abriu-se com o amigo:

> "Desde algum tempo não tenho tido a honra de me dirigir a V. Excia. na ausência de assunto interessante de que pudesse ocupar a atenção de V. Excia. Hoje o faço um tanto pezaroso, com o fim de depositar nas mãos de V. Excia. uma cópia da carta que escrevi ao Sr. Ministro da Fazenda da Confederação Argentina sôbre o grave assunto da rescisão do meu contrato que deu existência ao Banco Mauá & Mauá Co. do (*sic*) Rosário. Parece me ter (ou terem?) aí demonstrado que se tem praticado comigo um ato arbitrário, violento e ilegal. Se haviam (*sic*) razões de conveniência pública que aconselhassem semelhante medida nada mais natural que ser eu convidado a tratar com o Govêrno a rescisão do contrato, e até que me não achariam difícil concordar em tudo quanto fôsse razoável e justo. — Desde porém que se julgou conveniente tratar-me com menor preço (*sic*), a questão muda de terreno, tenho de fazer valer os meus direitos perante os Tribunais da Nação argentina e confio que aí haverá justiça para quem a solicita com bom direito. As minhas pretensões poderão parecer exageradas, e é isto que me leva à presença de V. Excia. cuja boa opinião eu desejo conservar, bem como a de todos os homens honestos e por isso me apresso a dar a V. Excia. algumas explicações. Desde que um ato de violência inqualificável me obriga a lançar mão do meu direito de haver indenização de prejuízos (e) lucros cessantes, era indispensável tomar *uma base* como elemento do cálculo a fim de apresentar uma reclamação justa e fundada. — Essa base não podia ser outra senão o *privilégio* exclusivo do direito de emissão na razão do triplo do capital do Banco durante os doze anos e 4 meses que faltavam para completar os 15 anos do contrato: Se o cálculo aritmético, derivado dessa *base*, eleva o algarismo da reclamação a uma quantia superior a três milhões de pesos fortes, que *parece* exagerada, a culpa não é minha e sim de quem praticou

> um atentado contra direitos garantidos por uma lei da Nação visto que o meu Contrato era um ato do Govêrno da Confederação que foi definitivamente aprovado pelo Congresso Nacional. — É esta a explicação que tinha de dar a V. Excia. receioso de que me tomasse por um especulador pouco escrupuloso, quando oportunamente fôsse informado do algarismo da reclamação, que aliás, sendo buscada em um princípio de direito indisputável, será sem dúvida atendida pelos Juízes da Nação argentina a quem só terei de pedir *Justiça*" (1).

A carta dirigida por Mauá a Riestra, ministro da Fazenda, é um articulado muito extenso. Nesse documento, o banqueiro começou por manifestar estranheza ante o fato de haver lido no *Nacional Argentino,* de 17 de outubro de 60, um *Acuerdo* do superior Govêrno da Confederação que declarava rescindido o contrato celebrado em 28 de novembro de 57, o qual deu existência legal ao Banco, em Rosário de Santa Fé. Os argumentos aduzidos pelo banqueiro, entretecidos com lógica, evidenciaram a maneira pouco correta por que o govêrno da Confederação entendeu de rescindir o contrato. Em certo passo daquele documento, Mauá declarou:

> "Cuando presenté, y el Gobierno argentino no accepto, la idea la rescición del contrato, procediendo como acostumbro, indiqué desde luego *como base* no exijir indemnización alguna. En aquella época podia hacer yo esa propuesta, no sin sacrificio, pero si *sin grande* sacrificio; al paso que hoy ella me seria por demás onerosa. Habiendo sido repelida sin discusión la idea de la rescición del contrato, lo que no me permitia volver sobre ella, y mudadas, — invertidas completamente las circunstancias que me la inspiraron apenas apareció en el horizonte político de la Confederación el pensamiento de una paz durable por la unión — tan deseada por mi — de la família Argentina, no perdi un solo momento en preparar todos los elementos para dar vigoroso impulso á las obligaciones que contraje, y ya durante el corriente mes estarian definitivamente instaladas trés sucursales del Banco Mauá y Cia. de lo que V. Excia. ya habia sido informado y para las cuales tuve

(1) Barón de Mauá. Archivo Urquiza. Carpeta n.º 49. Archivo general de la Nación Argentina (cópia fornecida por Newton Freitas).

> que reunir dispendioso capital y material — y ya se hallaban en conclusión los estudios precisos para quedar establecidas, en todo el correr del año 1861,... ..." (1)

Em carta de 7 de fevereiro de 61, dirigida do Rio de Janeiro ao general Urquiza, Mauá informou o presidente da Confederação de que o ministro da Fazenda não respondera ao seu protesto; mas que recebera carta amistosa e particular de Dérqui em que êste lhe dissera o seguinte (serão utilizadas as palavras do banqueiro extraídas daquele documento): "...o Decreto não ataca a existência do Banco, porém ùnicamente o privilégio *exclusivo* que lhe fôra outorgado: não o entende assim, nem concebo como se possa dar essa inteligência ao Decreto. A fundação do Estabelecimento se achava baseada em *um contrato;* rescindido êste (embora por um ato menos legal do Poder Executivo, que não tem nos países constitucionais o direito de derrogar contratos bilaterais senão pelos trâmites que o direito prescreve), sem o que o Banco não pode continuar sua marcha, como pretende o Sr. Dérqui, dizendo-me que as notas continuarão a ser aceitas pelo Govêrno em tôdas as Estações fiscais, e que mesmo me será concedido o privilégio do fisco se eu o requerer, porque importaria a continuação regular das operações do Banco menos preço (*sic*) e mesmo resistência ao Decreto do Poder Executivo, de que sou incapaz, porque não só consagro o maior respeito à lei, porém às Autoridades de qualquer País aonde funcionam os Estabelecimentos com o meu nome".

Era evidente que Mauá estava sendo submetido a vexames muito especiais, dêsses de soprar e morder, como se diz familiarmente. Dérqui (o infeliz Dérqui, que viu sua carreira afundar-se definitivamente) sustentava uma opinião; Riestra, empenhado em prejudicar o Banco Mauá, e procedendo de maneira estranha, furtava-se a dar uma resposta categórica ao protesto do banqueiro. Enquanto isso, Urquiza pavoneava-se em sua estância de San José, entretido com seus cavalos de raça, com seus peões armados, seu roseiral, suas porcelanas; — e a guerra civil ardia para liquidar definitivamente o caudi-

(1) Idem. Cópia fornecida por Newton Freitas.

lho. Por que motivo tratamento tão insólito, qual o concedido pelo govêrno da Confederação ao banqueiro brasileiro? Um dos motivos será o seguinte: os bancos de Buenos Aires desejavam a ruina de Mauá. Tinham agentes em Rosário. Propalavam êstes as maiores patranhas a respeito do crédito ou descrédito do banco. No govêrno de Urquiza havia maiorais interessados em servir aos desejos dos banqueiros de Buenos Aires. Talvez Riestra fôsse um dêsses serviçais. Iniciadas as hostilidades no govêrno da Confederação contra o Banco, seria natural que o banqueiro brasileiro fôsse assistindo às tentativas de solapamento de seu banco, por obra e graça de inimigos embuçados na sombra.

Mauá não desanimou, porque estava acostumado a lutar, fôssem quais fôssem as circunstâncias. No ambiente tumultuoso da Confederação encontrou amigos e inimigos. Aspirou a realizar com seu banco cometimentos gigantescos e pensou mesmo em dilatar sua ação até ao Chile, Peru e Bolívia. Por isso mesmo, a ação de Mauá no Uruguai e na Argentina revelou facetas novas de pioneirismo internacional: "cabe-lhe o mérito de haver sido o primeiro e verdadeiro pioneiro do Pan-americanismo sob *seu aspecto econômico,* aspecto que sòmente há pouco adquiriu forte ênfase", como afirmou Garrido Torres no seu estudo — *"Mauá, Father of Brazilian Industry"* (publicado no "Brazil", de Nova York, dezembro de 1945).

9

BERNARDO BERRO, ELEITO PRESIDENTE. OS "BLANCOS" NO PODER. MITRE E O MITRISMO. INÍCIO DO DRAMA DE 65.

Quinteros abrira uma chaga na sensibilidade política do povo uruguaio. Chaga profunda. O presidente Pereyra, com muita truculência, conseguira terminar o govêrno num ambiente de relativa tranquilidade. Violentamente acusasado por seus inimigos por causa do episódio trágico de Quinteros, Pereyra soube manter a autoridade e levar por dian-

te uma obra administrativa, de certa originalidade para o tempo. Nos últimos meses do seu govêrno, iniciou-se grande atividade política para escolha do sucessor, havendo-se apresentado alguns candidatos: Bernardo Berro, Júlio Pereyra, filho do presidente, Diego Lamas e Eduardo Acevedo. Os chefes militares resolveram lançar a espada na balança. A situação interna complicou-se. Dois diários de influência, *La República* e *La Tribuna Nacional,* iniciaram violenta campanha de excitação partidária, que provocou desatinos nas cidades do interior. Iria repetir-se o cenário eleitoral doutros tempos, com desordens provocadas por caciques e caudilhetes de chanfalho à cintura? Iria o país ser de novo sacudido por quarteladas e motins? Era a pergunta que então se fazia.

Enquanto isso, o Brasil adotava uma política distante, fria, neutra, inconsequente. Em carta de 17 de setembro de 59, Mauá escreveu a Lamas:

> "...a Inglaterra e a França tomarão talvez uma posição *enérgica* e se tornarão estimadas ou *temidas* no Rio da Prata, ao passo que o Brasil com sua política de água morna acaba sempre por fazer ali uma figura ridícula. Penso que Buenos Aires é demasiado bem tratado por nós; sem tomar o partido da Confederação podíamos, a meu ver, tomar uma posição mais enérgica para com a canalha de Buenos Aires — mesmo a proteção prometida ao Govêrno oriental é demasiado vaga e *incerta* para que sôbre ela se firme o Govêrno da República".

Essa era a opinião de Mauá nesse ano de 59, em face das negaças e fintas de Urquiza. E êste *havia* sido aliado do Brasil. Se estava no poder, muito ficara devendo ao apoio do Império. O antigo general de Rosas, que estivera ajoujado ao Brasil, procurava com o tempo libertar-se da influência brasileira. Consultara seus interêsses e chegara à conclusão de que essa seria a melhor política a quadrar às suas conveniências.

Apesar do ambiente perturbado por essas rajadas de paixão partidária, a 1.º de março de 60 Bernardo Berro foi eleito presidente da República, por 47 votos.

Bernardo Berro era muito conhecido por sua experiência dos assuntos públicos, por sua inteireza e por sua fôrça de

vontade. Subiu à presidência animado pelo ideal de ser útil à pátria. Ademais, tinha intenções honestas e acreditava nas instituições democráticas. Seus inimigos reconheciam-lhe um temperamento liberal, democrático e voluntarioso. Ver-se-á, no entanto, que num ambiente conturbado por paixões violentas, nem sempre as boas qualidades pessoais poderão ser trunfos decisivos. Berro tinha um defeito: não era plástico nem transigente. Assemelhava-se a Pereyra; mas, não prezava os processos truculentos dêste último. Berro confiava muito no seu temperamento de político e nas suas apreciações críticas. Contude, não soube evitar maus conselheiros. Êstes eram oportunistas, furta-côres, versáteis, prezando mais seu bolsinho que os interêsses da comunidade.

O Uruguai progredia. Para êsse progresso muito concorria a atuação de Mauá com seu estabelecimento bancário e seus empreendimentos comerciais e industriais. Aumentava a imigração européia. O comércio de Montevidéu opulentava-se. O Uruguai continuava a ser a *bela estância,* como dizia Urquiza. Opiniões sensatas só desejavam que os partidos se acomodassem para que a ordem e o trabalho prosperassem. A despeito disso, os caudilhetes e caciques estavam sempre prontos, por qualquer motivo, a perturbar a ordem, cuja consolidação representava um trabalho ingente.

Apesar de seus dotes de estadista, Berro desde logo sentiu as dificuldades do govêrno. Quem muito abarca pouco abraça, diz o provérbio. Foi o que aconteceu com Berro. Os caudilhos militares e civis — "los caudillos, los caudillos siempre, aún con el lote de sus pasiones y errores, son los que aseguran y cuidan las fronteras", dirá Pivel Devoto — estavam atentos e desejosos de conseguir a supremacia na política nacional (1). Flores será o prototipo dêsses caudilhos, a que se refere o mencionado historiador em belo ensaio sôbre a história uruguaia. Satisfazer-lhes os reclamos e ambições, por mais justas ou absurdas que fôssem, representaria grande perda de tempo e também a neutralização da máquina administrativa. Ademais,

(1) Consultar "El proceso de la independência nacional", de PIVEL DEVOTO, publicado na "Revista Nacional", de Montevidéu, agôsto de 1938, pág. 258.

havia muito interêsse político, talvez inconfessável, de caciques locais, que não tardariam em distanciar-se de Berro, devido ao feitio honesto, inteiriço e altivo do presidente. Os emigrados políticos que, na Argentina, se haviam incorporado ao exército de Mitre contra Urquiza, teciam intrigas no sentido de realizar a invasão do território uruguaio. Mitre vencera definitivamente o caudilho de Entre-Rios. Urquiza estava relegado a segundo plano. Contudo, Mitre tinha medo de Urquiza. Comunicava-se com êste, escrevia-lhe cartas blandiciosas, relatava-lhe seus planos e punha muito açúcar e muito bálsamo reconfortante nas relações com o inimigo. Surgia a "nova Argentina", — obra de Mitre. Grande obra, aliás.

Os "colorados" haviam ajudado Mitre. O presidente da Argentina tinha amizade pelos "colorados" e por Flores, o maioral dêles. Ora, Berro houvera ciência dos manejos dos "colorados" na outra riba do Prata. Por isso, tomou providências perfeitamente compreensíveis. Para as quatro zonas militares do país foram designados chefes de confiança, bem como se tomaram medidas para impedir o ingresso de indesejáveis, procedentes de Buenos Aires, em território uruguaio. Circulavam os mais absurdos boatos em Montevidéu e só se falava numa palavra — revolução. E esta seria obra dos "colorados", ambiciosos e oportunistas. Berro vivia, pois, num suspenso dramático; mas, não se descuidava da tarefa de regeneração financeira em que se empenhara. As intrigas dos "colorados" em Buenos Aires cresciam de tom e enredavam muita gente, inclusive Mitre. Em Montevidéu corria à bôca miúda que o presidente da Argentina comprometera apoio a Flores. De tudo informado, Berro arquitetava planos para coibir excesso dos "colorados". Sua obra de regeneração financeira, na qual fôra ajudado pelo Banco Mauá, sofrerá embates sérios. Berro pensava como já havia pensado Jean Bodin em 1568, *"Pecunia nervus rei publicae"*. O tempo ia correndo e as ameaças de Flores estavam suspensas sôbre Berro. Em 62, a situação tornou-se perigosa. Boatos alarmantes divulgaram-se em Montevidéu, preocupando a imprensa. *El Comercio del Plata,* ao ocupar-se do assunto, afirmou que "los jefes de la emigración oriental tienen una posición bastante favorable en Buenos Aires para que necesiten comprometer-se en una revo-

lución dudosa, por el mero hecho de reconquistar un grado y un sueldo que tienen con usura en un país vecino y hospitalario. Tienen sobrado patriotismo para no sacrificar la tranquilidad y el progreso de su país a intereses personales..." Tudo isso era fácil de escrever-se; mas, as ambições dos "colorados" eram insopitáveis. As atividades dos emigrados orientais em Buenos Aires tendiam realmente à revolução. Em 15 de abril de 63, Flores deixou a capital argentina, havendo desembarcado a 19 no Rincón de las Gallinas, daí seguindo para o norte, isto é, para a fronteira com o Brasil.

Guerra civil. De novo, a guerra civil a retalhar o país em ódios profundos. Berro muito sofreu com isso, porque sentiu que o movimento revolucionário era açulado por interêsses personalistas. A opinião pública de Montevidéu condenou a trama sediciosa. Entendia que o país necessitava, antes de mais nada, de ordem para o florescimento de suas atividades normais. A guerra civil abriu suas fauces hiantes, a consumir riquezas e a devorar vidas. Da mesma forma que Pereyra, Berro dispôs-se a lutar e a defender o prestígio da autoridade até ao último hausto. As tropas governamentais, sob o comando do general Medina, com efetivo de 4.050 homens, enfrentaram os revolucionários comandados por Flores. Refregas. Matanças. Latrocínios. Incêndios. Flores tinha a seu favor uma cavalaria mais rápida, constituida por gente gaúcha, sofrida e pelejadora. As tropas de Berro defendiam a Ordem, uma abstração; enquanto os gaúchos de Flores se dedicavam a turbulências.

*
* *

Muito equívoca através dêsses acontecimentos foi a posição de Mitre. A cautela, principiou por acompanhar os acontecimentos verificados no Uruguai. Depois, os "colorados" passaram a fazer uma política de afagos e ternuras com o govêrno de Mitre. Afeiçoado aos "colorados", mas detestando o govêrno "blanco" de Berro, Mitre empenhou-se numa política de morder e soprar, aos avanços e aos recuos. Fingindo-se simpatico ao govêrno legal de Montevidéu, complacentemente

ouvia os "colorados", que iam de assomo em assomo. Fingindo fortúnios e infortúnios, canonizava ditas e desditas, com muita manha e muita simulação. Primou por promessas que não cumpriu. Enredou os "blancos" com uma política de fugas, fintas e esquivanças. Explorou certos êrros cometidos pelo govêrno de Berro, êrros bastante graves. Seria do aprazimento de Mitre que, no Uruguai, por bem ou mesmo por mal, se estabelecesse um govêrno "colorado". Estando o Brasil profundamente *ausente* do Uruguai, Mitre poderia explorar o terreno à vontade. Não precisava fazê-lo diretamente: tinha um instrumento, Flores. Com Flores poderia entender-se. Dificilmente se entenderia com Berro e seus conselheiros. Por isso, a política de Mitre, em relação a Berro, foi resvaladiça, fugidia e imprevista. Ainda não se sentindo bem firme em Buenos Aires, Mitre não perde de vista a hipótese de jogar uma cartada importante no Uruguai. Flores será seu trunfo decisivo. Com sua eloquência canora e seu estilo literário brilhante, Mitre sabe comover os "colorados" em benefício próprio. No entanto, através de tantas dubiedades e incongruências, já se descobria o vinco de uma tendência: sua simpatia pelos "colorados", que depois se transformará em apoio. Apoio discreto, apoio franco. Mitre precisa ter um aliado no Uruguai. Flores será o aliado. Por conseguinte, é preciso dar-lhe fôrça. E Mitre lhe dará apoio e fôrça.

Em novembro de 61, Mauá, então em Buenos Aires, assistira à guerra civil entre Urquiza e Mitre. A batalha de Pavón selara o triunfo de Mitre. Em dezembro daquele ano, Mauá encontrava-se em Montevidéu. Ficara bem impressionado com a gestão financeira de Berro. Contudo, pensava que era *"preciso botar abaixo o Sr. Mitre"*, como escreveu em carta a Lamas, em 15 de dezembro. Regressou ao Rio de Janeiro pelo vapor "Sanitonge", profundamente impressionado com o descalabro verificado no Prata. Êste descalabro era tanto maior, porquanto o Império se mostrava indiferente e neutro aos acontecimentos verificados no Uruguai e na Argentina. Mitre ia tirando proveito dos sucessos revolucionários verificados no Uruguai. O Brasil perdia terreno. Perdia-o sem mover uma palha. Perdia, porque queria. Mauá surpreendia-se com essa inação, não a entendendo em suas molas íntimas.

MAUÁ, MEDIADOR NA GUERRA CIVIL

Nesse cenário desolador, causado pela guerra civil, Maua surgiu mais uma vez para desempenhar papel político.

Em carta breve, mas profundamente *profética,* dirigida a Lamas, disse Mauá a 5 de setembro de 60:

> "Recebo nêste momento a carta de V. Excia., que me contrista, pois vejo que a cegueira dessa gente de Montevidéu vai dar-nos na cabeça a todos: pois teremos na verdade sérias complicações; farei o possível para abrir os olhos ao Sr. Acevedo, Villalba e Berro por êste vapor, e se o govêrno aqui não *desdenhar* que eu trabalhe deveras pessoalmente lá farei o sacrifício de pôr-me a caminho na seguinte viagem do "Mersey". Desde já faço sentir à gente de Montevidéu que na hipótese de complicações com o Brasil não podem contar com um *real* de meus recursos".

Cárcano, com visível injustiça, ao analisar os acontecimentos verificados no Uruguai em 54 e 55, declarou que "el Imperio permanecía en el Uruguay como espectador armado". Sabe-se que as tropas brasileiras se retiraram do país e que, a despeito de vários apelos feitos depois pelo govêrno de Montevidéu, o Império jamais despachou tropas ao território do país vizinho e amigo. No entanto, as revoluções continuaram... Juan Carlos Gómez, quando em 57 estivera em Buenos Aires, pregara pùblicamente "la unión en una sola república del Estado Oriental y de los estados del Plata". Juan Carlos Gómez era inimigo acérrimo do caudilhismo militar, enfermidade crônica dos países platinos. Quando Flores se levantou contra Berro, tivera por certo alguns motivos de queixa, amargura e ressentimento. Na realidade, porém, a ambição pessoai foi o que moveu o caudilho "colorado". As gueras civis, tenham os motivos que tiverem, servem a um pequeno grupo de ambiciosos e desiludem os ingénuos que nelas se metem. Flores pensou que o movimento revolucionário fôsse fácil, uma passeata, um desfile de gaúchos... Enganou-se, porque Berro opôs tenaz resistência às sortidas e refregas gauchescas. A vida do país ficou paralizada em conseqüência do movimento revolucionário "colorado".

Mauá, que nesse momento se encontrava em Montevidéu, sentiu mais que ninguém os perigos de uma contenda inútil e sangrenta. Muitos uruguaios pensavam da mesma forma; mas, que poderiam fazer? Se a Ordem houvesse de ser mantida à custa de sacrifícios, era preciso que todos compreendessem o mérito e o significado dessa bela palavra. Ainda hoje, nos países hispano-americanos, o caudilhismo militar representa uma forma grosseira de personalismo e de ambições desatadas por interêsses por vêzes sórdidos. O caudilho militar odeia o Poder civil. Entende que, pelo fato de dispor de armamentos, pode violar a Lei a seu bel-prazer e derrocar governos por êste ou aquêle motivo... Na sua ignorância maciça, o caudilho hispano-americano procura justificar-se, dizendo que seu govêrno pessoal é uma forma de democracia...

À medida que se aprofundava a guerra civil, crescia também o interêsse de um grupo de patriotas uruguaios pela cessação do conflito inútil. Êsse grupo, no entanto, procurou um porta-voz, um orientador, uma personalidade de prestígio: e esta personalidade foi Mauá. Samuel Lafone, Juan Quevedo, Juan Pedro Ramírez e outros abriram-se com Mauá e instaram com êle para que capitaneasse o movimento. Mauá aceitou o encargo. Aureliano Berro, com a autoridade de conhecedor dos assuntos da presidência de Bernardo Berro, disse estas nobres palavras:

> "Pero el iniciador y gestor principal de esta tentativa de negociación de paz fué el Barón de Mauá, banquero brasileño, fundador y proprietario del gran estabelecimento que se hallaba fuertemente ligado al gobierno y a diversa empresas de aliento para el progresso del país. Nadie mas capacitado para gestión semejante, por su vinculación con la situación combatida y la nacionalidad de que era miembro selecto, ya inclinada entonces, más o menos ostensiblemente, a la causa revolucionária" (1).

Aureliano Berro reconhece, pois, o papel importante desempenhado por Mauá. Contudo, comete um êrro ao afirmar que o Brasil já estivesse mais ou menos ostensivamente incli-

(1) AURELIANO BERRO, **"De 1860 a 1864. La diplomacia — la guerra — las finanzas"**, Montevidéu, 1921, pág. 214.

nado à causa revolucionária. A verdade é que os estadistas do Império, conhecendo o feitio versátil de Flores, cuidavam-se de comprometer-se com êle. Como todos os caudilhos platinos, Flores só queria fazer vingar seus interêsses pessoais, mesmo que êstes representassem sangue derramado. Um caudilho dessa espécie tem a sensualidade do poder e a volúpia do Erário. Poder e Erário lhe pertencem. Por conseguinte, corra o sangue que correr, o resultado será sempre vantajoso.

Nessa emergência, Mauá valeu-se dos numerosos amigos que então tinha no Uruguai: amigos autênticos e amigos falsos. Um dêles foi Juan José de Herrera, figura de grande prestígio nas fileiras dos "blancos", ministro da Justiça de Bernard Berro (1). Homem inteligente e culto, mas emotivo e versátil, Herrera compendia as virtudes e os defeitos dos políticos do tempo. É o grande Abassi do govêrno: suas manobras, suas intrigas, suas perfídias, entretecidas através do tempo, são de abarrotar. Quer dar a impressão de que é um estadista, repleto de recursos intelectuais e políticos. Como todo o homem versátil, recorre ao *artifício,* como expediente ocasional. Em sua boa fé, Mauá pensou que Herrera fôsse amigo e enganar-se-á. Herrera será um dos mais tenazes perseguidores de Mauá. Promete-lhe coisas que jamais cumprirá. Assume tôdas as posturas estudadas de um snob político. Finge-se de intelectual, finge-se de jurista, finge-se de estadista. Ambicioso e volúvel, Herrera espanta por sua habilidade *imediata* de político de campanário. Segundo a definição famosa do escritor inglês A. A. Milne, o snob é o homem *"who loves a master"*. Fingindo-se de estadista, Herrera utiliza argumentos falazes e perigosos. E vai por diante com êsse arsenal, convencendo e intrigando. Personalidade muito curiosa em seus refolhos intelectuais. Mas, tem prestígio. Isso, sim.

Mauá acredita em Herrera. Sabendo que êle faz parte do govêrno e é ouvido pelo presidente Berro, Mauá abre-se com êle ignorando que, a despeito de declarações pomposas, Herrera detesta o Brasil e admira Francisco Solano López. Já está, na sombra, a fazer um jôgo simples-

(1) TEIXEIRA SOARES, **"O Drama da Tríplice Aliança"**, Rio, 1956, págs. 59 e segs.

mente monstruoso: um jôgo de rara duplicidade. Mais tarde, ao descobrir tudo isso, Mauá terá desprazer profundo. Mas, será tarde. Disse Thackeray que Jorge IV entrou na celebridade com a invenção de uma fivela de sapato. Herrera entrou na História com a mais estranha intriga internacional que talvez se possa conhecer na vida dos povos. Amigos de Mauá...

*
* *

O primeiro passo dado por Mauá consistiu na seguinte carta dirigida a Juan José de Herrera:

> "Reservadíssima. Ilmo. e Exmo. Senhor Don Juan José de Herrera. Fui ao Forte para ter a honra de falar a Vossa Excia.; porém, como me disseram que estava em casa ocupado, não quis ir perturbá-lo. Meu fim era lembrar a V. Excia. a respeito do modo prático de fazer aparecer a garantia que F. deseja; se não seria conveniente que ela se desse pela seguinte forma: que uma cópia do que fôsse acordado seja depositada em cada uma das cinco ou seis legações que desejamos representem os seus respectivos governos na idéia magna que se contempla de garantir de um modo permanente a paz dêste belo país. Creio que isto seria um comêço que facilitaria as futuras negociações, e talvez isso satisfizesse a F. Sempre com tôda a dedicação de V. Excia. amigo muito afmo. e obrmo. (a) Barão de Mauá. 31 de agôsto".

Dois esclarecimentos: o "Forte" era o palácio do govêrno na Plaza Zabala; e "F." é naturalmente o general Flores. Note-se a maneira afetuosa por que Mauá se refere ao Uruguai: "belo país", expressão que emprega em várias cartas.

Pelo documento acima reproduzido tem-se a impressão de que Mauá já havia iniciado conversações com amigos, pertencentes a ambos os campos políticos. O assunto era muito delicado. Como quer que seja, as primeiras diligências de Mauá tiveram certa ressonância. Impetuoso, o banqueiro brasileiro trabalhou com afinco no sentido de desarmar prevenções e vencer dificuldades consideradas então irremovíveis. Daí, pois, o interêsse em alcançar a boa vontade de Herrera.

Juan José de Herrera respondeu a Mauá no seguinte teor:

> "Mi estimado Sr. Barón: He tenido el honor de recibir su apreciable billete hoy. La dificultad principal en el asunto de que V. Excia. me habla está en darle una forma que todo lo concilie. Por mi parte, estoy dispuestisimo a aceptar la proposición de garantia tal como V. Excia. la cree eficaz, más o menos. Hoy en la noche veré al presidente, y trataré de que concordemos lo mejor en ese sentido. Diós quisiera, Sr. Barón, que nuestro *desideratum* de *paz permanente* (al que hemos de llegar tarde o temprano), tuviera en lo que usted propone un bueno comienzo. Para ese pensamiento estare siempre pronto y nada omitiré de lo que pueda concurrir a acelerar el momento oportuno. Tengo, por disgracia, poca fé en la sinceridad del *caballero* de quien tratamos. El Gobierno, no dudo, hará su parte, pero V. Excia. verá que se queda en nada. — Los sucesos que prepara Buenos Aires se precipitan, y nada me causaria más dolor que ver alejado el momento de cimentar nuestra buena *obra*. Mañana tendré el honor de ver a V. Excia. (a) Juan José de Herrera. 31 de agôsto".

Os entendimento prosseguiram, vencendo dificuldades de monta. Contudo, Mauá dedicará atividade a tão melindroso assunto. Sentia que era preciso pôr têrmo à desgraça que dividia a família uruguaia. Várias personalidades de Montevidéu participaram dos entendimentos que Mauá ia levando por diante. Seu escritório em Calle Piedras borborinhava como um mercado aberto. Afinal, êle recebeu carta do coronel Mundell, lugar-tenente de Flores, que havia sido devidamente sondado pelo mediador. Mundell recebera comunicação de Mauá na qual se lhe perguntavam as condições necessárias à suspensão das hostilidades. As condições foram as seguintes: anistia geral; reconhecimento dos chefes revolucionários nos postos que ocupavam; "una suma en efectivo suficiente para pagar las deudas que el general Flores haya contraído en la actual campaña"; e garantias eleitorais. O banqueiro brasileiro ficou contente com a carta do coronel Mundell. Em 2 de fevereiro dêsse ano trágico de 63, escreveu a Juan José de Herrera a seguinte carta:

> "Ilmo. e Exmo. Senhor Don Juan José de Herrera. Prezado Senhor. Depois que tive a honra de avistar-me com

> V. Excia. julguei que deveria obter por escrito de Mundell as condições com que afirma êle, estaria Flores disposto a largar as armas. Envio, pois, a V. Excia. essa carta que, segundo a inteligência que tive com Mundell, deve ficar em meu poder e entrego à apreciação do ilustrado govêrno da República as condições oferecidas pelo chefe da revolução, oferecendo novamente a V. Excia. todo o meu concurso para qualquer coisa com que possa eu concorrer a fim de conseguir-se o grande resultado de restituir a paz a êste belo país,, sem quebra da dignidade e do prestígio da autoridade. Sou com a mais alta estima de V. Excia. amigo muito afmo. e obdssmo. (a) Barão de Mauá. — Vossa Excelência sabe que estas condições são as mesmas com que o general Mitre me disse a mim que estaria pronto a intervir para que cessasse a guerra civil nesta República".

De longe, Mitre acompanhava os acontecimentos e pretendia transformar-se em árbitro decisivo. Em seu fôro íntimo, o presidente da Argentina desejava a ruina do govêrno "blanco". Berro tivera dificuldades diplomáticas com Buenos Aires e estas pesavam na balança.

Bem intencionado, Herrera aceitara a carta de Mundell como um "pedido de condiciones de Venancio Flores para deponer las armas", como disse Aureliano Berro em seu trabalho histórico já citado. Depois de haver recebido a carta de Herrera, Mauá escreveu a Flores, dando-lhe conhecimento do resultado de suas diligências. O mediador também sondou o presidente Berro, encontrando receptividade por parte dêste. Devidamente instruido, o coronel Mundell (homem de bons sentimentos, mas algo de parecido com uma *persona parasiti* de Flores) partiu a 4 de setembro para o acampamento do caudilho "colorado", situado perto do rio Santa Lúcia, no passo de San Ramón. Mundell regresou a 13, portador de uma carta de Flores para o presidente e duas outras que respondiam às diligências de Mauá e Lafone. Êste último juntara seus esforços aos do mediador brasileiro.

Imprevistamente, a 14 de setembro, Flores atravessou o rio Santa Lúcia, marchando com suas tropas sôbre a capital. Assim, Flores rompera as tratativas de paz.

Na carta dirigida a Mauá, Flores afirmara que o presidente Berro não tivera a habilidade de resolver o problema dos emigrados orientais; que perseguira e prendera elementos "colo-

rados"; e que o tom da imprensa governista era insolente e audaz. Na carta enviada a Berro, o general Flores historiou as anteriores tentativas de pacificação, reportando-se às diligências feitas em 62 pelo deputado Manuel Aguiar junto ao próprio presidente no sentido de permitir o regresso dos emigrados protegidos pelas leis e por seus direitos civis pessoais; bem como à entrevista promovida por Mitre com Florentino Castelianos, agente de Berro, o mesmo Flores e Rufino de Elizalde, ministro das relações exteriores da Argentina, a respeito de problema tão urgente para a vida uruguaia. Nessa carta, Flores referiu a necessidade de ampliar-se a anistia, aceitando-se mesmo para isso a garantia do govêrno argentino, se fôsse necessária. Flores terminou a carta com um verdadeiro desafio: estava disposto a ouvir propostas, — sem suspender a campanha militar.

Os esforços de Mauá sofreram contratempo muito sério. Era evidente que Flores não queria negociar. Estava certo de obter a vitória pelas armas.

Um dos grandes êrros do presidente Berro foi não ter aceitado a garantia do govêrno argentino à anistia geral. Além de comprometer o govêrno de Buenos Aires, essa aceitação forçaria Mitre a sair da torre das esquivanças e nebulosidades, adotando linguagem clara e positiva. Outro êrro foi o de haver desdenhado do apoio do Império, direto ou indireto. Era evidente que, ante os têrmos da carta de Flores, que de dia para dia se sentia mais forte, Berro não poderia abrir um caminho largo para a pacificação. A guerra civil continuava, desastrosa para ambos os lados. As hostes "coloradas" procediam a saqueios constante, através das campinas uruguaias. *"Ils crient aux armes, mais ils courent à l'argent"*, dizia Alain Chartier dos fidalgos e chefes militares do tempo de Joana d'Arc. Na guerra civil verificada no Uruguai a situação era a mesma.

As cartas, anteriormente reproduzidas, foram publicadas. Por um momento, ficou Mauá em postura difícil. Com a franqueza que o caracterizava, estampou na imprensa uma explicação pública em que disse haver tomado a iniciativa da mediação "a pedido de alguns amigos de Flores". Mauá não era político nem estava acostumado às pequenas intrigas da politicagem. Logo, não sabia mentir... — a julgar-se pelo que Napoleão dissera de Metternich com muito veneno: *"Il est*

tout près de devenir un homme d'Etat: il ment très bien" ("para homem de Estado já lhe não falta quase nada: mente muito bem"). Mauá procedera com sinceridade. Antes de haver-se abalançado a tal passo, ouvira o coronel Mundell, bem como outras pessoas a respeito das bases a ser possìvelmente aceitas por Flores. Senhor dessa resposta, dirigira-se ao presidente Berro, obtendo dêste concessões que outorgaria espontâneamente e não por meio de um pacto: — anistia ampla e sem restrições para os revolucionários e garantia de que todos os orientais seriam respeitados no exercício dos direitos políticos.

Flores enviara então sua carta a Berro. Esta carta chegara ao "Forte", quando as hostes gaúchescas do chefe "colorado" marchavam sôbre Montevidéu. Flores era camaleônico...

Os elementos governistas, em particular o ministro Nin Reyes (que depois ficaria desafeto de Mauá a ponto de, antigo sócio do grande industrial na Companhia do Gás de Montevidéu, publicar contra êle os folhetos intitulados *"Exploraciones y perfidias del Visconde de Mauá en la República Oriental del Uruguay"*, hoje raríssimos), ficaram irritados com o proceder de Flores. De ricochete, Mauá, apesar da nobreza de suas intenções, não deixou de ser atingido pelos desabafos dos maledicentes e invejosos.

Os inimigos de Mauá cresciam nas fileiras "coloradas": eram militares políticos, avessos à disciplina, oportunistas e personalistas; eram políticos falhados que procuraram valer-se do Banco Mauá & Cia., eram biltres, que tanto eram "colorados", como podiam ser "blancos" no dia seguinte. Flores recebia armamentos do território argentino: enviados por Mitre ou enviados por particulares, pouco importa apurar. A guerra civil continuava.

A 2 de setembro de 63, Mauá escreveu, de Montevidéu, a seguinte carta a Lamas, reveladora do papel que assumira nas negociações entre legalistas e revolucionários:

> "Depois que tive a honra de avistar-me com V. Excia., julguei que devia obter por escrito de Mundell as condições com que êle afirma, estaria Flores disposto a largar as armas. Envio pois a V. Excia. essa carta que, segundo inteligência que tive com Mundell, deve ficar em meu poder.

> e entrego à apreciação do ilustre govêrno da República as condições oferecidas pelo chefe da rebelião, ofereceremos (?) novamente a V. Excia. o meu concurso para qualquer coisa que eu possa concorrer a fim de conseguir-se o grande resultado de restituir a paz a êste belo país sem quebra da dignidade e do prestígio da autoridade".

Mauá tivera numerosos contactos com Berro. Apreciara-lhe a sensatez de opiniões. Já em carta de 3 de agôsto de 63, dirigida de Montevidéu a Lamas, dissera êle:

> "Tive longa conversa com o Sr. Berro e só posso dizer a V. Excia. que êste País não tem homem de idéias mais sãs nem mais bem intencionadas — sua idéia capital é que os Partidos se moderem e se respeitem visto que não é possivel que se extinguam; tudo quanto V. Excia. julgue que é conveniente que se faça é, diz êle, o que já está feito; à exceção da garantia material dos governos argentino e brasileiro que apresenta dificuldades bem sérias, tudo o mais é facílimo".

A guerra civil assumia proporções atemorizantes. A vitória não estava sendo fácil para Flores. Já dissera Goethe: "*Nada é mais odioso que maioria, porque ela consiste em alguns chefes poderosos, certo número de valdevinos acomodatícios, débeis submissos e uma massa de homens que se arrastam em pós êles sem pensar ou sem conhecer o que êles pensam*". O problema das maiorias não mudou desde o tempo de Goethe até hoje. Flores entendia que seus partidários lhe deviam submissão caôlha. Acostumado a mandar e a fomentar revoluções, o caudilho "colorado" aspirava com sensualidade ao poder. Assim é que êle entendia o conceito de democracia; e os "blancos" talvez não o entendessem diferentemente...

Além da guerra civil, o presidente Berro tivera outras complicações de ordem internacional, provocadas por conselheiros ou ministros ineptos, — e desta vez com a Argentina, por causa dos vapores *Salto* e *Artigas*. Andrés Lamas, que tão atacado fôra pelo "blancos", foi chamado às pressas pelo govêrno de Montevidéu e despachado a Buenos Aires para entender-se com Rufino de Elizalde. Lamas desobrigou-se da missão. Contudo, os resultados obtidos seriam anulados por novas dificuldades de

molde a entorpecer a política externa do govêrno de Berro. Mitre queria debilitar o govêrno de Montevidéu e tais incidentes lhe davam ensejo de revelar para onde iam suas preferências. A inépcia da política internacional de Berro orçava pelo ridículo. Seus ministros pareciam mandarins chineses do século XVII a especular sôbre o mundo da lua.

O Império mantivera-se alheio, distante, indiferente, neutro em suma, em face dos "blancos", bem como dêsses acontecimentos. Juan José de Herera, homem inteligente mas atrabiliário, prezava o "estilo forte" e campanudo em notas diplomáticas. Tratava-se de uma maneira de esconder suas debilidades. Em 60, a Legação imperial em Montevidéu iniciara reclamações a respeito de direitos e bens de súditos brasileiros residentes na República, duramente prejudicados por movimentos revolucionários. Em setembro de 60, o Govêrno imperial resolveu suspender o tratado comercial de 57, assinado com o govêrno Pereyra. As reclamações foram desatendidas injustamente. Juan José de Herrera, então ministro das relações exteriores, respondeu que a invasão de Flores fôra organizada e armada em território argentino e brasileiro e que gente da fronteira do Brasil costumava fazer *califórnias* no território do Uruguai. Assim, o govêrno de Berro acrescentava novos êrros diplomáticos a velhos êrros diplomáticos: um dêles seria a maneira pouco discreta por que tratava o Govêrno imperial, quando o de Montevidéu tinha dificuldades sérias com o de Buenos Aires.

*
* *

A honestidade de Berro quebrava-se ante o oportunismo dos seus ministros e conselheiros, pouco sensatos e pouco fiéis. Thackeray, estudando as reações de Jorge II, afirmou: *"He judged men by low standard; yet, with such men as were near him, was he wrong in judging as he did?"* Berro, à medida que lhe cresciam as dificuldades, se desencantava dos seus ministros. No ambiente do seu ministério, havia muita idéia absurda no ar. Mauá sentia êsse ambiente, porque tinha antenas. Em carta de 27 de outubro de 63, dirigida a Lamas, de Montevidéu, disse êle:

"Aqui cheguei hoje sem novidade e fui logo ver o Sr. Berro e contar-lhe minhas impressões de viagem. Só hoje será encomendada a V. Excia. a aprovação do Govêrno ao magnífico *arreglo* que V. Excia. concluiu aí com o Sr. Mitre. — Como o assunto veio a talho de foice, disse ao Sr. Berro que V. Excia. em suas conversações de amigo com o Sr. Mitre o ia preparando para que o Govêrno argentino de acôrdo com o do Brasil, intimassem a Flores à cessação de hostilidade contra a ordem legal da República, desde que o Govêrno oriental se prestasse por *ato seu* a tirar o caráter político à Rebelião. Pareceu-me que o Sr. Berro, se Flores não fôsse vencido nestes 15 dias, acolherá francamente a idéia".

Era evidente que, de dia para dia, as dificuldades internas e externas iam crescendo para o govêrno de Berro. Mitre era a grande incógnita que a diplomacia brasileira procurava clarear. Os manejos de Mitre subiam de tom e de sutileza. Surgiram dificuldades entre o Paraguai e a Argentina: desconfianças, desentendimentos, cartas de Francisco Solano López a Mitre. O Paraguai jamais concordara com o Convênio de Oruro (de 7 de dezembro de 58), celebrado entre a Argentina e a Bolívia, pelo qual os dois países se comprometeram a resolver o problema da soberania no Chaco. O Paraguai queria ser ouvido, queria ser parte, queria ser diretamente interessado. Densas nuvens iam-se acumulando sôbre o Prata: suspeitas, manobras, intrigas dos "blancos" entre Assunção e Montevidéu, difamações, melindres autênticamente feridos ou supostamente existentes: tudo isto ia engrossando o *flumen* de acontecimentos que derivavam para a foz da Fatalidade...

Mauá, ator e espectador dos acontecimentos, debatia-se no meio dêles, pregando a palavra de Ordem e de Paz. Mauá conhecia as reclamações apresentadas pelo Brasil. Sabia como procedia a gente da fronteira, de ambos os lados, tomando partido pelos caudilhos locais. Recordava-se da participação de Rivera na Guerra dos Farrapos. Sabia também que, apesar das providências postas em prática pelas autoridades civis e militares da província de São Pedro do Rio Grande, muitos brasileiros, por conta e risco próprios, se haviam engajado nas hostes revolucionárias uruguaias: uns por espírito de aventura, outros para defesa de seus haveres, ameaçados pelos "blancos".

Era claro que a participação de brasileiros não justificava as arbitrariedades cometidas contra estancieiros riograndenses residentes no Uruguai, os quais eram reconhecidos elementos de progresso material do país. A maneira por que o govêrno oriental desdenhava de responder — ou resolver as reclamações brasileiras ia criando, no Rio de Janeiro, ambiente desfavorável a Berro. Teria sido habilidade do govêrno da República grangear a boa vontade do Império, num momento em que arcava com dificuldades provenientes de Buenos Aires. No entanto, o govêrno "blanco" foi procurar a *salvação* junto à pessoa cesaresca e descomedida de Francisco Solano López...

As dificuldades criadas por Mitre chegaram a tal ponto que em agôsto de 63, o govêrno Berro se dirigiu à Legação imperial em Montevidéu, perguntando-lhe qual a atitude que assumiria o Império em face da ingerência argentina. Juan José de Herrera dizia ao Ministro do Império: "La República Oriental ve en la guerra que le ha traído don Venancio Flores una *amenaza argentina* contra su autonomia, una amenaza que ya se traduce claramente y que adelanta en los medios prácticos de hacerse efectiva".

Os desígnios de Mitre seguiam um plano oculto e se desenvolviam em linhas imprevistas e caprichosas.

Muitas idéias políticas, e algumas de órbita muito vasta, andavam em discussão em Buenos Aires. Fazendo uma análise da política internacional do Prata, na quadra de 50 a 60, disse Cárcano:

> "La anarquia disolvente y la tirania sin mentalidad no permitió a la Argentina conservar los límites del viejo virreinato, y tuvo que sostener las pequeñas naciones desprendidas de su entraña. Al frente de su adversário secular, invasor y contínuo, resultaron las mejores fronteras. Los pequeños pueblos son el mejor aislador entre los grandes. Separan, y son cojines que apagan los ásperos contactos.
>
> Constituidas y reconocidas las repúblicas del Uruguay y Paraguay, apareció la segunda etapa de la política absorbente del Império. Pretendió imponerles las condiciones de navegación y comercio de los rios y fijarles sus límites definitivos. Basado en la teoria del *uti possidetis* avanzó en el território de las pequeñas naciones, y las empujó a disputar el patrimonio de su altiva rival, la heredera le-

gítima del gran virreinato. Las reclamaciones, las amenazas las intervenciones, las convenciones y tratados se sucedieron, procurando vaciarlos en el molde unilateral al cual Lamas puso su sello homicida.

El Imperio temia que la unidad de lengua, de leyes y de historia restableciera la unidad territorial del virreinato. Realizaba una lucha de influencia y predominio incesantes. Nunca, sin embargo, se sintió tranquilo y seguro, y mantenia activo y sotenido el esfuerzo".

O jôgo de Mitre era muito perigoso. Não sendo diplomata, Mauá compreendera-o às claras. Com palavras ponderadas e conselhos prudentes procurara abrir os olhos a muita gente de Montevidéu. Contudo, seus conselhos não encontraram a necessária receptividade.

Mais tarde, nesse ano de 63, a Chancelaria uruguaia dirigiu-se à Legação imperial e desta vez para tratar do problema da neutralização da ilha Martin Garcia. Herrera disse em sua nota com acidez característica: "La política imperial ha conseguido comprometer en ese sentido a las dos repúblicas del Plata, señora una, y usurpadora otra de esa isla". Herrera queria uma "definição" da política do Brasil com respeito à ilha. A essa nota, a Chancelaria imperial respondeu que não se considerava facultada a usar medidas coercitivas; mas que empregaria "meios persuasivos" a favor da neutralização da mencionada ilha. Na realidade, Herrera queria atirar o Império contra a Argentina. E nesse tempo Mitre era uma *incógnita* para a diplomacia brasileira.

O interêsse, ou mais que isto, a angústia de Mauá em face da marcha dos acontecimentos se encontram estampados na carta de 29 de outubro de 63, dirigida de Montevidéu a Lamas:

"Se esta gente em sua estupenda inhabilidade tem feito alguma asneira, vamos tratar de desfazê-la em vez de deixar ir o país no caminho da perdição, entregando-o exclusivamente a Pilotos inhábeis no meio de tão medonha tempestade. Os homens do Govêrno pròpriamente ditos, pouco perdem, porque quase nada têm a perder, porém eu, meu bom amigo, que cometi o desatino de acreditar que o senso comum valia alguma coisa nesta terra, estou demasiado comprometido: ajude-me pois a salvar a situação; creio que nós dois unidos podemos conseguir o que fôr de mister; antes

> de V. Excia. largar o seu pôsto, ou vem até cá abrir os olhos a esta gente, ou eu irei a Buenos Aires logo que V. Excia. responda-me a esta carta, no caso de descobrir em sua vasta inteligência que temos caminho por onde marchar".

Mais que claro partidarismo pela causa dos "colorados", havia ingerência de Mitre nos assuntos internos do Uruguai. Durante algum tempo, Buenos Aires fôra quartel-general dos emigrados "colorados". No Brasil, os acontecimentos verificados no Uruguai começavam a ser acompanhados com interêsse; mas, não demoviam o Govêrno imperial da posição de neutralidade. As reclamações não atendidas constituiam um cavalo de batalha para a oposição ao govêrno. Providências iam sendo tomadas com severidade para evitar que brasileiros, da província de São Pedro do Rio Grande, participassem da luta civil uruguaia. Veja-se o que afirmou o Marquês de Abrantes, ministro dos Negócios Estrangeiros, no Relatório de 63, a respeito das providências tomadas em tal sentido. Em 22 de dezembro de 63, em aviso dirigido ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande, o Marquês de Abrantes reiterou instruções e solicitou novas e enérgicas providências no particular. No Relatório de 64, da Repartição dos Negócios Estrangeiros, o Marquês de Abrantes disse que a política do Império continuava "a ser a da mais absoluta abstenção e imparcialidade, tanto nas desavenças e conflitos externos, como nas lutas intestinas dos Estados vizinhos, sem prejuizo dos bons ofícios e apoio moral que estejam os seus agentes no caso de poder prestar, no interêsse da paz, e sem prejuizo também de seus compromissos internacionais e da proteção que devem ter as vidas e propriedades dos súditos do Império, residentes naqueles Estados".

O Brasil recordava-se da mediação interposta, depois da isolada de Yancey, ministro dos Estados Unidos, juntamente com a França e Inglaterra, na contenda armada entre os governos de Buenos Aires e Paraná, isto é, entre Mitre e Urquiza, em 59. Há, neste particular, uma carta de singular doblês, de Alberdi a Urquiza, que convém repetir:

> "El Brasil hace hoy grandes esfuerzos en estas cortes para que le den su confianza y le hagan como él organo de inteligencia, a título de poder americano, entre la Francia e Inglaterra respecto de los países del Plata. Yo creo que

> eso seria tan feliz para el Brasil, como peligroso para nosotros, y creo que debemos evitarlo a todo trance, inculcando siempre en que nosotros debemos atribuir constantemente al Brasil miras ambiciosas e interesadas" (citado por Cárcano, *"Del sitio de Buenos Aires"*, pág. 690).

Quem colheu o lucro dessa mediação foi Francisco Solano López, personalidade mais ombro a ombro dos caudilhos argentinos.

Em 63, o Govêrno imperial não estava disposto a envolver-se nas dissensões internas do Uruguai. Não deixava, contudo, de acompanhar o jôgo sinuoso de Mitre, de franca intervenção nos assuntos uruguaios.

Némesis trágica e imprevista desviará o curso dos acontecimentos e obrigará o Império e modificar sua política. Essa Némesis foi criada pelos êrros diplomáticos consecutivos dos "blancos" em suas relações com o Brasil. Parecia que o govêrno "blanco" estivesse inclinado a empeçonhar as relações com o Brasil, dispondo-se a tanto com falta de tacto perfeita...

Em carta de 3 de dezembro de 63, dirigida a Juan José de Herrera, Mauá vaticinou:

> "O govêrno oriental parece que não acredita na possibilidade de um rompimento por parte do govêrno argentino e eu tenho a desgraça de acreditar que o rompimento está iminente e que sem o apoio do Brasil a favor de um dos contendores a guerra no Rio da Prata será *duradoura* conduzindo ao barbarismo".

A situação internacional complicava-se e para tanto contribuiam os êrros cometidos pelo govêrno "blanco". Parecia que um vento de insânia soprasse sôbre Montevidéu, toldando a imaginação e deturpando a visão dos homens de govêrno uruguaios. Berro iria terminar o mandato sob terríveis tormentas. Contudo, resistira impávido à guerra civil, movida por Flores. Fôsse como fôsse, o caudilho "colorado" jamais obtivera uma vitória decisiva, enquanto Berro estivera à testa do govêrno. Para a resistência muito contribuiu o apoio financeiro dado pelo Banco Mauá & Cia. ao Tesouro uruguaio. Desesperado com a tenacidade oposta pelo presidente Berro, Flores entregou-se nas campinas uruguaias a excessos conde-

náveis. Disse Lincoln que "*there is no grievance that is a fit object of redress by mob law*". O que havia, nesse momento, no Uruguai era justamente a *mob law*.

O xadrez internacional do Prata começara a complicar-se com a infeliz missão confiada pelo ministro de Berro, Enrique de Arrascaeta, a Juan José de Herera, nesse ano de 62, junto ao govêrno de Assunção. Será a primeira missão diplomática dos "blancos" ao govêrno paraguaio. Carlos Antônio López tivera a habilidade de não se envolver em conflitos externos. Francisco Solano López, o filho, que subira ao poder em setembro de 62, mostra-se ansioso por glórias fáceis. Aspira a representar papel arbitral decisivo no cenário do Prata. Os "blancos" incensam-no e procuram-lhe o apoio. O segundo López desconfia do Brasil, bem como suspeita da Argentina. É um poço de suspicácias palúdicas. Procede com singular falta de tino no lidar com imprevistos problemas internacionais.

Mauá fica impressionado por êsses acontecimentos. Homem prático, reconhece o desvario com que procedem os ministros de Berro. Não há mais que uma só Justiça, que na História reside e da História emana. Muitos anos transcorridos sôbre êsses acontecimentos, verifica-se que um plano sinistro animava o govêrno "blanco" de Montevidéu. Para vencer a revolução de Flores, precisava de apoio externo. Êste apoio só poderia proceder do Paraguai. Mauá reconhecia o perigo que se avizinhava. Os acontecimentos seguiam por um declive perigoso. A 18 de novembro de 63, Mauá escreveu carta a Juan José de Herrera que então procedia com duplicidade em relação ao Império, — carta admirável pelo espírito de previsão política:

> "Desgraçadamente o Sr. Loureiro (João Alves Loureiro, depois Barão de Javari, então em missão especial no Uruguai e na Argentina) é de opinião que a rejeição do nome do Imperador do Brasil, depois de inserido no protocolo, importa em uma ofensa pessoal e direta ao magnânimo monarca que em obséquio à paz das Repúblicas do Rio da Prata se prestava a ceder ao desejo manifestado nesse protocolo de servir de árbitro entre as duas nacionalidades. O que parece que será a conseqüência dêste procedimento é que a República Oriental substitui a aliança do Brasil pela do Paraguai, o que me parece seria prenda de paz enquanto que a outra poderá sê-lo para que a guerra se atice.

O govêrno da República porém está em seu direito escolhendo o que melhor lhe agrade".

Essa carta extraordinária foi escrita em novembro de 63. Mauá dirigiu-a ao político uruguaio que, no momento, tecia a intriga "blanca" entre Montevidéu e Assunção. Para que Flores fôsse vencido, era necessária a intervenção *direta* de Francisco Solano López na política uruguaia e na do Prata em geral. O protocolo, a que se referiu Mauá, fôra o celebrado por Lamas com Elizalde. Dom Pedro II, escolhido por ambos os negociadores, deveria ser árbitro das desavenças entre a Argentina e o Uruguai. Octávio Lapido, ministro de Berro em Assunção, resolveu intervir no assunto e conseguiu fôsse o nome do Imperador retirado do protocolo. Processo indecoroso, que indicava de maneira bem clara como era dobradiça e imprevista, dúplice e traiçoeira, a ação diplomática dos "blancos" numa quadra sumamente delicada. Juan José de Herrera, dizendo-se "amigo" de Mauá, movia os fios da intriga entre Montevidéu e Assunção, procurando, do mesmo passo, aproveitar-se maquiavèlicamente da presença de Loureiro no Prata (1). Enquanto isso, proseguiam os sinistros entendimentos entre agentes de Montevidéu e López. O Paraguai, chefiado por uma personalidade cesaresca e torva, estava à espreita de um momento para desembaraçar-se das questões de limites com o Brasil e a Argentina e cuidar do aumento do seu território. Mitre, a seu turno, dava a impressão de fortalecer o apoio aos "colorados". Acumulando êrros sôbre êrros, o govêrno de Montevidéu inspirava desconfianças aos govêrnos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Berro parecia haver abdicado de si a faculdade de comandar a política internacional de sua pátria. Ninguém melhor que o historiador uruguaio Pivel Devoto resumiu a ação de Berro: "Havia cometido erros, sem dúvida. Sua visão excessivamente ingênua das coisas levou-o a acreditar na eficácia absoluta da lei para corrigir os males dos homens. Seu decreto sôbre a extinção das dívidas é o melhor exemplo dessa política sincera, mas despida de sentido real. Internacionalmente também foi pouco feliz: sua tentativa de aproximação

(1) TEIXEIRA SOARES, **"O Drama da Tríplice Aliança"**, pág. 141.

do Paraguai só tinha em seu apoio a lógica abstrata, não os antecedentes históricos nem a confirmação dos fatos imediatos. Porém, não foram seus erros os que lhe acarretaram maior oposição. Berro cometeu a pior falta que possa cometer um político em momentos difíceis: acumulou pretextos contra si próprio".

Os erros acumulados por Berro seriam legados, a 1.º de março de 64, a seu sucessor, Atanásio Aguirre, cujas condições e créditos pouco o recomendariam para enfrentar situação tão difícil.

Mauá, que tivera papel importante na negociação do Protocolo de 63, havendo com firmeza ajudado Loureiro em sua missão, escreveu a Mitre, asinalando-lhe os perigos a que estavam expostos todos os políticos do Prata. Por *abditae causae*, Mitre julgava-se invulnerável em sua "torre de cristal", desdenhando dos bons conselhos do banqueiro. Guardando ressentimentos autênticos ou fantasiosos a respeito do Brasil, Mitre mantivera-se esquivo às tentativas de aproximação feitas pelo Império. O Presidente da Argentina recordava-se de que Urquiza fôra aliado do Brasil. A diplomacia imperial prestigiara Urquiza. Mitre fôra inimigo de Urquiza. Logo, o Império só poderia ser havido na conta de indiferente — ou mesmo de inimigo do mitrismo. Já havia o "mitrismo" como forma nova de um pensamento político, que ensaiava seus passos de originalidade criadora. As esquivanças, dubiedades, hesitações e subentendidos de Mitre só contribuiram para agravar a crise no Prata. Nessa quadra, Mitre não foi sincero e procurou tirar proveito de complicações em casa alheia para apresentar-se como paladino da democracia e dos grandes princípios (sem maiúsculas...). Se Mitre houvesse examinado a fundo o problema e aceitado os conselhos de Mauá, talvez tivesse orientado sua ação para desanuviar o horizonte do Prata, tão toldado de vapores maléficos; e endereçado seus esforços à conjuração de uma crise que crescia. Um banqueiro, do porte de Mauá, credor dos govêrnos da Argentina e do Uruguai, era avesso a complicações internacionais que pudessem redundar em conflitos armados. Mauá em 63 já sentia o chamusco da pólvora. Por isso mesmo, os conselhos bem como a ação de Mauá foram deturpados, tanto em Montevidéu e Buenos Aires, como no Rio

de Janeiro. Através dessa situação procelosa, o grande Empreendedor sentiu ao vivo as esquivanças de Mitre, as burlas de Herrera e a irritação de certos políticos no Rio de Janeiro. Ninguém lhe dera ouvidos. Os acontecimentos assumiam cariz perigoso que ninguém procurava evitar. No entanto, tais acontecimentos punham em apêrto o Banco Mauá & Cia.

Referindo-se a êsses sucessos políticos, de que Mauá fôra parte imprescindível, por fôrça das circunstâncias ou por instantes solicitações de amigos uruguaios pertencentes a ambos os partidos em luta, disse Gabriel Terra em síntese muito justa:

> "Su intervención con el General Flores, que lo aceptó como mediador no pudiendo a pesar de la confianza que inspiraba dominar las pasiones del momento: su intervención ante el General Mitre y el Canciller argentino Dr. Elizalde, para impedir los rozamientos con sus amigos particulares Berro y Juan José de Herrera, Presidente y Ministro de Relações Exteriores del Uruguay, respectivamente, que en un momento, casi llegaron a provocar situaciones extremas, su desesperación ante los hombres de su país que deseaban ultimar los acontecimientos en forma violenta, (*sic*). Estallada la guerra, sus bancos, como primer efecto, tienen que ir a la inconversión, es decir, a una situación de descrédito, en medio de una legislación financiera que era un caos, porque en esa época predominaban las ideas de Miguel Chevalier de absoluta libertad bancaria y se creia en los beneficios de la palabra "libertad" y en la bondad de la competencia de bancos de emisión em medio de los horrores del desastre. Y sucedió que no pudo vencer la ignorancia financiera, la falta absoluta de nociones economicas y cientificas en las esferas dirigentes de los políticos de la época en el Uruguay en el Brasil, que lejos de facilitarle el cumplimiento de su misión reparadora después de la catástrofe, lo precipitaron a la ruina con apremios inconcebibles ante el criterio actual de solución cientifica de los problemas bancarios. Entre nosotros se le impuso que redujiera rapidamente su facultad emisora al doble de su capital, cuando por su carta organica tenia derecho a emitir el triple y cuando quiso aumentar ese capital que era su único medio de defensa en la restricción que se le imponia, en una forma absurda se le prohibia ese aumento, como si los Bancos, verdadera victimas de la guerra por los empréstimos forzosos que tuvieron que subscribir en la tarea

de la destrucción y de la muerte, fueran en realidad los culpables que debian ser castigados sin piedade" (1).

Mauá viveu os dias difíceis do govêrno Berro. Enfronhou-se nas intrigas políticas, observou manobras de bastidores, conheceu personalidades autênticas ou falsas, alarmou-se com o desenrolar dos acontecimentos internacionais e procurou sempre aconselhar uma palavra de bom senso num meio conturbado por paixões violentas. Ninguém se edificava com o rumo dos acontecimentos. Se havia interêsse em maquinar a queda de Berro dentro e fora do Uruguai, porque os "colorados" contavam com o apoio do mitrismo, ainda assim o govêrno daquele presidente resistiu à tormenta. Guido y Spano, em seu folheto *"El Gobierno y la Alianza"*, publicado em Buenos Aires em 66, isto é, no mais aceso da Guerra da Tríplice Aliança, disse que ao Partido unitário, isto é, o partido vencedor em Buenos Aires, repugnava que os "blancos" governassem em Montevidéu. Daí, pois, a boa acolhida que Flores e os emigrados orientais encontraram por parte de Mitre. "La suerte del gobierno de don Bernardo Berro ya está echada. Tiene para el mitrismo, un mal de origen: su blanquismo" (2). Mauá havia grangeado a confiança de Berro. Contudo, tinha amigos de prol em ambos os campos adversários. Transformara-se, no tempo de Berro, na figura mais importante do comércio e da indústria de Montevidéu. Seu parecer era procurado por tôda a gente. Seu banco era o estabelecimento de maior irradiação na República. Seus cometimentos causavam ora inveja, ora espanto, em ambas as abas do rio da Prata. Mesmo que agisse em nome pessoal, suspeitava-se sempre de que por detraz de Mauá estivesse uma entidade mais poderosa e mesmo perigosa: o Império do Brasil. Mauá apoiou Berro, porque êste tivera um programa de regeneração econômico-financeira, que executou. Por isso, incorreu nas iras de Flores

(1) "El Pueblo", de Montevidéu, de 27 de maio de 1938. Sexto artigo de GABRIEL TERRA de uma série muito interessante, intitulada "Semblanza del Barón de Mauá".

(2) Citado por JULIO CESAR VIGNALE em **"Consecuencias de Caseros"**, Montevidéu, 1946, pág. 188. Publicista uruguaio, autor de um excelente **"Oribe"**, publicado em 1942; mas, infenso à ação diplomática do Império no Uruguai, que combate com paixão partidária.

e de outros chefes "colorados". Mais tarde, falto de recursos, Flores irá bater às portas do Banco Mauá.

Sombria fatalidade, a jogar com títeres, irá pondo êrro sôbre êrro. Com sua política absurda, Aguirre tornará escuro o panorama de sua pátria. Prisioneiro de capitanetes mal intencionados, Aguirre procede a uma política de desafio, dirigida tanto contra o Império como contra a Argentina. A missão especial do Conselheiro Saraiva, missão de paz, foi por êle interpretada como missão de guerra. Aguirre, aceitou — e depois desdenhou da mediação conjunta de Elizalde, Saraiva e Thornton. Inconcebível a miopia dêsse político "blanco", que evidentemente não estava à altura da situação. Em carta de Petrópolis, de 25 de setembro de 64, dirigida a Lamas, Saraiva perguntou: "Até quando o presidente Aguirre percorrerá a senda fatal que encetou? Não terá êle já reconhecido o seu êrro? E até quando serão as populações sensatas da República vítimas da facção maldita do seu partido?" (1). Aguirre esperou que Francisco Solano López se abalançasse à guerra. Saraiva, durante sua missão no Prata, acreditou numa aberta-de-tempo nesse horizonte emborrascado. Enganou-se, a despeito de haver contemporizado com as manobras de Aguirre. Mas, foram enganados Elizalde e Thornton. Depois de apresentado o ultimatum por Saraiva, Francisco Solano López apresou o vapor brasileiro "Marquês de Olinda" e invadiu Mato Grosso sem declaração de guerra. Contudo, López dera um golpe tardio. O govêrno de Aguirre fôra deposto. Flores vencera. Paranhos, com habilidade inconsútil, realizava a obra da pacificação dos uruguaios mercê do Convênio de la Unión. Extraordinária vitória diplomática. Uma "frente" estava vencida. O Império teria de acorrer a outra "frente", Mato Grosso. Não contente com a loucura feita, López invadiu a Argentina. Com essa agressão, o ditador paraguaio atirou Mitre nos braços do Brasil. Desfizera-se a "torre de cristal" da neutralidade de Mitre. Começara a Guerra da Tríplice Aliança, que tantos sacrifícios iria custar. López continuará a acumular erros sôbre erros, demonstrando sua extraordinária falta de sentido prático.

---

(1) Do arquivo de Newton Freitas-Lídia Besouchet.

10

MAUÁ, CRIADOR DE RIQUEZAS NO URUGUAI

Conhecedor profundo das condições políticas e sociais reinantes no Uruguai, Mauá *sempre teve* confiança (e esta jamais o abandonou, mesmo em momentos difíceis) nas virtualidades econômicas, financeiras e políticas da República. Nisso, êle não errou. Foi um dos maiores, *senão o maior construtor da segurança das instituições econômicas do Uruguai*. Numa época de profundas dissensões domésticas, Mauá foi um renovador da confiança nos destinos do povo uruguaio. Não errou, porque soube ver longe. Se é verdade que não colheu os frutos dêsse trabalho intenso, porque lhe foram violentamente confiscados, contudo não desanimou na tarefa de criar riquezas no Uruguai, no Brasil e na Argentina.

Para se ter idéia do desenvolvimento dos negócios do Barão de Mauá e do seu Banco em Montevidéu, bastará atentar para os seguintes dados estatísticos, em que se compara o Banco Mauá com o Banco Comercial, na ocasião o grande estabelecimento rival do dirigido pelo banqueiro brasileiro:

	Banco Mauá		*Banco Comercial*	
	Emissão	Encaixe	Emissão	Encaixe
1859 - dezembro	$657.683	$417.871	$722.035	$427.433
1860 - dezembro	909.051	878.825	777.980	549.591
1861 - junho	1.066.334	327.645	890.705	513.644
1861 - outubro	851.486	504.877	516.687	642.857
1862 - junho	1.277.040	738.906	692.989	490.107
1862 - outubro	1.423.734	826.158	689.989	560.721
1863 - janeiro	1.442.922	523.501	573.440	419.354
1863 - março	1.575.847	615.148	597.181	437.799
1863 - outubro	1.879.116	987.313	706.926	1.020.262
1863 - novembro	1.778.960	829.470	761.879	1.128.320
1864 - janeiro	2.155.367	872.232	928.021	902.726

(dados publicados por Eduardo Acevedo, IV, pág. 164)

Consoante a opinião insuspeita do eminente historiador Eduardo Acevedo, o Banco Mauá "actuaba como suministrador de fondos al Tesoro público antes y durante la guerra que esterilizó el último año del Gobierno de Berro". A tal circunstância foi devido o aumento desproporcionado de seus bilhetes com relação às reservas metálicas. O Banco Comercial procurou seguir política oposta à de Mauá, restringindo as emissões e tentando aumentar os depósitos. Tais eram os pedidos feitos constantemente pelo govêrno uruguaio ao Banco Mauá, para atender a gastos públicos durante o tempo de Berro, que o estabelecimento bancário teve de emitir mais do que talvez a prudência dos negócios lho permitisse. É interessante assinalar que, durante uma estada em Buenos Aires, teve Mauá ensejo de rebater, em artigo assinado e estampado por *La Nación Argentina*, de 20 de novembro de 63, acusações que lhe foram feitas por partidários de Flores, do "gaúcho" Flores — assim chamava Mauá em sua correspondência o chefe do movimento revolucionário contra Berro. Nesse tempo, Flores estava sendo já apoiado por Mitre. O longo e vibrante artigo contém uma afirmação categórica de Mauá que pode ser a chave de sua política financeira no Uruguai e que vale ser reproduzida:

> "Es publico y notorio que he prestado dinero a todos los *Gobiernos legales* (o grifo é do próprio Mauá) que han existido en la República vecina desde el de Don Joaquin Suárez hasta el del señor Berro, sin preocuparme en tiempo alguno de averiguar la opinión pública que gobierna".

A carapuça estava talhada para Flores, impetuoso e versátil. Flores, com a ajuda de Mitre, esperava liquidar o govêrno de Berro em três tempos. Enganou-se, contudo. O Banco Mauá foi um dos esteios, senão o mais forte, da obra de regeneração financeira levada a cabo pelo govêrno de Berro. A guerra civil, iniciada por Flores, iria entorpecer o programa de um govêrno disposto a sanear o meio econômico e financeiro. Os erros diplomáticos do govêrno de Berro foram de tal monta que atrapalharam o desenvolvimento geral de sua política administrativa. À medida que se complicava a situação interna, maior se tornava a premência com que o govêrno se socor-

ria do Banco Mauá. Assim, em 60 o presidente Berro teve necessidade de realizar um acôrdo com os portadores de créditos da Alfândega e outro com o Banco Mauá sôbre adiantamentos de fundos. O acôrdo com o Banco Mauá foi celebrado em 3 de maio de 60 e estabeleceu que o dito banco versará ao govêrno, todos os meses, a contar de maio daquêle ano 110.000 pesos, que se aplicarão por inteiro ao pagamento, na parte que alcançar, das listas civil e militar e demais despesas da administrção pública que forem necessárias. Tomás Villalba, ministro da Fazenda, foi o representante uruguaio nesse acôrdo (ver Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros do Império, ano de 61, pág. 76).

No orçamento geral da Nação, referente ao ano de 62, ficou consignado na rubrica — "Despesas eventuais (Banco Mauá, $ 1.307.875)" — o crédito de $ 1.408.518. Em todos os momentos da crise, o Banco Maua foi o sustentáculo do govêrno. A preeminência assumida pelo Banco Mauá em Montevidéu, e dirigido por um *estrangeiro*, só poderia ser de molde a atrair tempestades, invejas e perseguições. Foi o que aconteceu. No meio provinciano da capital uruguaia, onde na praça pública se faziam ou desfaziam celebridades, o Barão de Mauá já era havido na conta de demiurgo financeiro — ou de farçante vulgar. Disse Castro Rebello com acidez: "Banqueiro do Estado, vai Mauá contraindo e fortalecendo afeições. Sabe como os negócios se fazem; neles se vai metendo com a gente poderosa do país. A emprêsa que se forma para a reorganização do serviço de iluminação a gás da cidade de Montevidéu, de cujos lucros participa, tem à frente Herrera y Obes, Castellanos e outros; a que prepara a ligação do Uruguai com o Brasil e a República Argentina, pelo telégrafo, "obra de sua influência", tem à frente um filho de Lamas. Na discussão, que o contrato de conversão da dívida pública provoca no seio da Assembléia dos Representantes, o advogado intransigente de seus interêsses é o doutor Palomeque, parlamentar a quem está ùltimamente ligado" (*ibidem*, pág. 111). Tudo isso se afigura defeito a Castro Rebello. Prova, contudo, que Mauá se ligara à melhor gente da terra e associara pessoas de influência ou de mérito pessoal a seus empreendimentos.

Berro, através da crise política, revelou um critério nacionalista em assuntos que dissessem respeito tanto à política interna, como externa. Assim, por decreto de 6 de junho de 60, proibiu a navegação de quaisquer embarcações estrangeiras nos rios Cebolati, Tacuari, Olimar, etc., por não estarem abertos por nenhuma disposição legal à navegação e ao comércio estrangeiro. Era uma réplica à política do Império seguida com relação à navegação do rio Jaguarão e da Lagoa Mirim, onde tais rios desembocam direta ou indiretamente. Ao mesmo tempo, por decreto de 29 de agôsto de 60, defendeu o Banco Mauá (o decreto não se refere a êste estabelecimento de crédito, mas era evidente que o banco constituia o fito do mesmo) da circulação de bilhetes de câmbio de 1/8, 1/2, 2 e 4 patacões, que circulavam nos departamentos de Colônia, Mercedes, Paisandu, Tacuarembó e Cerro Largo, "emitidos por indivíduos do comércio ou por companhias mercantis, sem haverem obtido autorização e privilégio competente da Asembléia geral (art. 17, seção IV da Constituição)".

A situação financeira não deixou de agravar-se. A guerra civil era a fonte de males, que representavam verdadeira sangria dos cofres públicos. Foi então que o govêrno pensou na realização de um empréstimo de 6.000.000 de pesos. Para o serviço desta operação de 6.000.000 ficariam afetados o impôsto adicional de 3 % sôbre a importação e o impôsto de 2 % sôbre a exportação, dois impostos novos que se julgava rendessem $ 436.000 pesos anualmente. O Banco Mauá, com o qual seria celebrado o empréstimo, cobraria uma comissão de 2 1/2 % sôbre a importância global do serviço de amortização e juros, propondo-se também tratar na Europa da transformação da dívida interna em dívida externa. Para justificar essa grande operação bancária, Mauá publicou uma proposta de subscrição do empréstimo, em que disse: "Estou convencido de que presto desta forma um bom serviço à Republica, por cuja prosperidade faço constantemente sinceros votos, habilitando, assim, seu govêrno a dominar os maus elementos que perturbam a paz pública". Essa declaração era algo imprudente, porque constituia uma *direta* aos que, de armas nas mãos, pelejavam pelo desmoronamento do govêrno legal.

O projeto de contrato foi aprovado pela assembléia geral que, além disso, criou os dois novos impostos destinados à garantia do serviço de amortização e juros, ficando também o BancoMauá autorizado a tratar da conversão da dívida interna em externa e a assumir o compromisso de que a conversão não importaria em ônus de espécie alguma para o Tesouro.

Os adversários do Banco Mauá, em particular os emigrados políticos "colorados", não só se alarmaram com a operação (porque iria dar alento novo a Berro na resistência à guerra civil), bem como protestaram contra a mesma. Encarregaram-se de apresentar pelos jornais de Buenos Aires o govêrno de Berro às portas da bancarrota. Mauá rebateu as acusações, especialmente o articulado referente aos juros que seu banco cobrava, dizendo que a taxa de desconto no Rio da Prata girava de 12 a 18 % ao ano e que, por conseguinte, um título de 6 % lançado a 40 % do seu valor correspondia ao juro médio de 15 % ao ano.

Em 61, a dívida pública, segundo cômputo do Ministério da Fazenda, apresentou os seguintes dados e títulos:

Dívida externa (brasileira, $3.117.900, francesa, $ 1.019.000, inglêsa, $ 340.909)	4.477.941
Dívida internas (fundada, interna, etc.)	6.757.265
Dívidas estabelecidas (com direito a entrar na dívida fundada)	9.230.280
Dívidas estabelecidas (com direito a entrar na dívida interna)	450.866
Dívidas não estudadas e despachadas.....	4.807.709
Diversos créditos	1.022.324
	$ 26.746.385

Dívida, tão avultada, era, em parte, o resultado de erros cometidos nas adminstrações anteriores. Êsses erros haviam sido herdados pelo presidente Berro. Contudo, é preciso salientar que Mauá reduzira a dívida interna a pouco mais de 3 milhões de pesos. Por conseguinte, "colorados" e "blancos", com suas querelas e ciúmadas, haviam pràticamente inutilizado a grande obra realizada pelo banqueiro brasileiro.

No meio dêsse descalabro, Mauá não deixou de ampliar sua ação no Uruguai, quer interessando-se por negócios comer-

ciais de vária natureza, quer dedicando-se à indústria pastoril, estabelecendo em Mercedes uma estância de criação de gado, que se transformou em padrão e foi a maior do país. As paixões geradas por uma guerra civil constituem perigosa enfermidade: não só perturbam a vida de um país, como contaminam os espíritos mais sensatos, desequilibrando-os com temores, suspeitas e ódios.

MAUÁ E O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA NO URUGUAI

Eis outro aspecto da vida econômica do Uruguai em que Mauá teve papel precípuo: o desenvolvimento da pecuária não só em quantidade, mas em qualidade.

Ao se estabelecerem em 1680 em território uruguaio com a fundação da Colônia do Sacramento — praça forte, entreposto comercial e pôrto de contrabando —, os Portuguêses tiveram a atenção atraida pelo gado bovino e equino que, introduzido pelos Espanhóis, se propagara livremente pelas campinas uruguaias. Êsse gado transformara-se numa raça *chimarrona*. Excelentes pastos, bom clima, liberdade absoluta foram os elementos que propiciaram o desenvolvimento dos rebanhos no território uruguaio. Por amor a antigualhas, recorde-se que a mais bela descrição do meio físico do Uruguai se encontra em Sebastião da Rocha Pitta. É uma descrição na verdade admirável.

Consoante afirmou uma autoridade uruguaia, Buenaventura Caviglia (hijo), em seu trabalho *"Sobre el origen y la difusión del bovino en nuestro Uruguay"*, coube a Hernandoarias de Saavedra, conquistador e colonizador hispano-americano, pois nascera em Assunção do Paraguai, sendo pela segunda vez governador geral do Prata, o título glorioso de haver introduzido o primeiro gado no Uruguai. De fato, pelo ano de 1611, ocupando a ilha do Vizcaino, no rio Negro, Hernandoarias aí estabeleceu um plantel de 50 animais bovinos, bem como algum gado menor. Em 1617, Hernandoarias invadiu a "Tierra Firme de San Gabriel", em ponto ainda não bem determinado, com uma "coluna de gado". Depois, surgiram os Jesuitas — fundadores de tantos centros de civilização, como as "reduccio-

nes" de Santa Fé. Os Jesuitas estabeleceram aldeiamentos na riba do rio Uruguai, na região próxima à fronteira do Brasil, na altura do rio Ibicuí. Os Jesuitas percorreram a região de Santa Fé, procurando converter o gentio e fundando aldeiamentos.

Outro publicista uruguaio, Juan Carlos Guarnieri, em seu livro, *"Nuestras indústrias madres"*, estampou a seguinte informação muito curiosa, porque revela o papel que os Portuguêses tiveram na introdução do gado no Prata:

> "Refiere Ruy Diaz de Guzmán en "La Argentina", despues de ocuparse de la llegada de Hernando de Trejo a la Asunción lo siguinte, que se relaciona con el origen de la ganaderia rioplatense: "En este mismo tiempo, llegaron por el rio Paraná abajo cierta gente de la que estaba en el Brasil, y con ella el capitán Salazar y Ruy Diaz Melgarejo, marido de doña Elvira de Contreras, hija del capitán Becerra, como queda referido, y otros hidalgos portugueses y españoles como Scipión de Goes, Vicente Goes, hijos de un caballero de aquel reyno llamado Luis Goes; estos fueron los primeros que trajeron vacas a esta provincia, haciéndolas caminhar muchas leguas por tierra, y después por el rio en balsas; eran siete vacas y un toro a cargo de un fulano Gaete, que llegó con elas a la Asunción con gran trabajo y dificultad solo por el interés de una vaca, que se le señaló por salario, de onde quedó en aquella tierra un proverbio que dice: "Son mas caras que las vacas de Gaete" "(1).

Os admiráveis aldeiamentos dos Jesuitas, os chamados "pueblos del Tape", na região do rio Ibicuí, foram em 1636 assaltados e destruidos pelos Bandeirantes. É interessante notar, conforme a declaração do Padre Pablo Hernández, que nesses aldeiamentos já existia copiosa quantidade de vacas, que os Jesuitas tiveram de abandonar à sua sorte. Encontrando pastos ótimos e esplêndido clima, êsses gados bravos, propagando-se com rapidez, ocuparam o território situado sôbre o litoral do rio Uruguai, em terras do Estado Oriental, consti-

(1) JUAN CARLOS GUARNIERI, "Nuestras indústrias madres", Montevidéu, 1946, pág. 11.

tuindo, mais tarde, o que os cronistas do tempo chamaram *la Vaqueria del mar*.

Quanto ao gado equino, é necessário assinalar que Pedro de Mendoza, o primeiro "Adelantado" do rio da Prata, transportou em sua expedição de Espanha para o Pampa exemplares equinos, havendo deixado na costa de Buenos Aires 44 cavalos.

Dêsse cavalos-troncos surgiram os cavalos platenses, raça "cimarrona', com extraordinária capacidade de resistência, tornando-se, por isso, auxiliar precioso da obra colonizadora do homem. É pràticamente impossível estabelecer com certeza histórica a data de entrada no território platino do primeiro contingente de cavalos. Tampouco até hoje se pôde determinar com segurança qual a data da entrada da ovelha, no Prata. Como quer que seja, o cavalo, o boi e a ovelha se propagaram, dando às planícies da Argentina e do Uruguai um aspecto característico. Assim surgiu um homem típico, o "gaúcho", homem-centauro, pastor e guerreiro, nómade e cantador. O "gaúcho" constituiu uma raça heróica, disposta aos maiores sacrifícios físicos e morais.

Como quer que seja, os Portuguêses da Colônia de Sacramento ficaram impressionados pela abundância de gado bravio espalhado pelas campinas uruguaias. A *Vaqueria del mar* não era apenas um assombro: era uma grande riqueza. A guarnição de Colônia do Sacramento dedicou-se desde logo à exploração do gado bravo. Foi à custa dêsse plantel que a Colônia do Sacramento pôde prolongar a resistência aos memoráveis assédios que lhe foram postos pelos espanhóis. Foi à custa dêsse gado, com a exploração do couro e sua remessa contrabandeada para o litoral de Buenos Aires, que os Portuguêses conseguiram auferir grossos rendimentos. A Colônia do Sacramento, depois de praça forte, transformou-se em importante pôsto de contrabando, em vinculação com os Portuguêses, vascos e judeus de Buenos Aires, isso para desespêro das autoridades castelhanas. Os Portuguêses de Colônia do Sacramento foram, sem dúvida, os inventores da indústria do *corambre*, isto é, o aproveitamento dos couros vacunos, então objeto de rendoso comércio de contrabando. O couro deu, da mesma forma que no Brasil colonial, seu nome a uma época da história do Uruguai e também da Argentina. O admirável observador,

Félix de Azara, que estudou o Prata com agudeza na fase final do século XVIII, contou como se matavam as rezes para o exclusivo aproveitamento do couro, abandonando-se a carne, a gordura e os ossos às feras e aves de rapina.

No século XVIII importantes acontecimentos se verificaram na história colonial do Uruguai. Prosseguiram as lutas entre Portugal e Espanha pela posse de Colônia do Sacramento. É uma partida dupla: militar e diplomática. A cada derrota militar, corresponde uma vitória diplomática dos Portuguêses. Por vêzes, as bombardas castelhanas reduzem ao silêncio as peças de bronze de Colônia. Ganha a Espanha? Engano: ganha Portugal sentado à mesa de uma conferência diplomática. Colônia do Sacramento cresce, empolga os administradores portuguêses, ameaça Buenos Aires com o poderio de suas 140 peças de bronze e de ferro, seus 1.000 soldados e seus 2.600 habitantes. Disse Pablo Blanco Acevedo, no seu admirável — *"El Gobierno colonial en el Uruguay": "La artilleria toda, compuesta de ciento cuarenta piezas de hierro y de bronce con millares de balas, fusiles y útiles de guerra en cantidad, se sacó, cargándose en los navios españoles"* (1). Pablo Blanco Acevedo refere-se ao cêrco impôsto por Pedro de Cevallos, de que resultou a queda de Colônia do Sacramento em poder dos espanhóis. Intensifica-se o contrabando entre a praça forte e Buenos Aires. Aumenta a navegação de patachos promovida por corsários e contrabandistas, por *changadores* de gado e bufarinheiros audazes. Portugal e Espanha disputam a posse definitiva da Banda Oriental. Ativam-se expedições, penetrações, espionagens. A expansão lusitana tornou-se tão perigosa que o marquês de Grimaldi, em carta cifrada de 5 de abril de 1718, contendo as instruções passadas ao brigadeiro Bruno Maurício de Zabala, dizia que êste devia "procurar también dar la providencia necesaria para que ni Portugal ni otra nación alguna se apoderasen ni fortificasen en las parajes de Maldonado y Montevideo, solicitando poblarlos y fortificarlos en la forma que pudiéseis" (2). Estas palavras da côrte espanhola

(1) PABLO BLANCO ACEVEDO, **"El Gobierno colonial en el Uruguay"**, pág. 55, Montevidéu, 1929.

(2) **Ibidem,** pág. 41. Diz êste A. que era a primeira vez que na documentação examinada se expressa o pensamento de estabelecer uma povoação na zona de Montevidéu.

dão a entender que estrangeiros já conheciam tais paragens; e tais estrangeiros só poderiam ser os Portuguêses. Daí, pois, o discutir-se, e com muitos argumentos, se os Portuguêses houvessem sido ou não os *verdadeiros* fundadores de Montevidéu. A espionagem portuguêsa não tardou em *furar* as instruções contidas em cartas cifradas. Dom João V, um grande rei, tomou a decisão de antecipar-se ao plano castelhano, baixando instruções circunstanciadas, na verdade modelares, a Saldanha de Albuquerque para a conquista da região de Montevidéu. Em conseqüência, aprestou-se uma expedição composta de fôrças de terra e mar, sob o comando do capitão de mar e guerra Manuel Henriques de Noronha e do mestre-de-campo Manuel Freitas da Fonseca. A presença dos Portuguêses nesse ponto do litoral platino lançou o pânico na administração espanhola de Buenos Aires, que se preparou para neutralizar o golpe lusitano.

Daí surgiu a expedição militar de Bruno Maurício de Zabala com ordens para desalojar os ocupantes por quaisquer meios, pacíficos ou bélicos. Os Portuguêses haviam-se estabelecido em El Cerrito, hoje parte integrante de Montevidéu. Frente a frente ambas as tropas, parlamentou-se muito e Freitas da Fonseca retirou-se. Mais tarde, Bruno Maurício de Zabala fundou a cidade de Montevidéu.

Enquanto tais sucessos políticos e militares se verificavam através do século XVIII, ia aumentando a pecuária no interior do Uruguai. É muito difícil proporcionar dados exatos a respeito do desenvolvimento da criação nesse século. No começo do século XIX, Ignácio Nuñez, em suas "*Notícias Históricas de las Provincias del Rio de la Plata*", publicadas em Londres em 1825, afirmou que, antes da ocupação portuguêsa, "a abundância de gado no território oriental era em maior número que em qualquer outra província da América". Estribando-se em estatísticas levantadas pelo comando português durante a guerra de 1816 contra os orientais, referentes às rezes retiradas pelas autoridades do Rio de Janeiro durante a campanha, Ignácio Nuñez afirmou que dessa forma saíram do Uruguai 4.000.000 de cabeças de gado, o que dá idéia do desenvolvimento da riqueza no território uruguaio.

No século XVIII, no pôrto de Montevidéu se embarcaram grandes quantidades de couros, de 400 a 500.000 por ano, consoante informou Pablo Blanco Acevedo em seu trabalho sôbre o govêrno colonial no Uruguai.

Com a fundação de várias cidades durante o século XVIII, como Montevidéu, Maldonado, San Carlos e com a fixação de maior cópia de gente no solo uruguaio, aparece o proprietário do latifúndio pastoril, o *gran hacendado*. A pecuária entra em fase de estabilização e expansão, interrompida pelos choques militares entre Portuguêses e Espanhóis. Afirmou Pablo Blanco Acevedo que centos de milhares de couros, procedentes de matanças clandestinas de gado feitas em território uruguaio, ocupado pelos Espanhóis, sairam anualmente pelos portos brasileiros com destino a Portugal. Êsse comércio cresceu tanto que em 1790 a corrente de navegação teve de diminuir, "porquanto os negociantes espanhóis da metrópole adquiriram a melhores preços êsses artigos diretamente em Lisboa" (1). Também no século XVIII surgiu um tipo novo: o saladeirista, depois dos *faeneros* (magarefes) e dos poderosos *hacendados*. O saladeirista trata de aproveitar a gordura e a carne. Segundo Juan Carlos Guarnieri, o primeiro saladeiro de que se tem memória no Uruguai data de 1771, reconhecendo, porém, que os Portuguêses foram os primeiros saladeiristas do Uruguai e que operavam de forma clandestina. Francisco de Medina e seu sócio Juan de la Piedra fundaram o primeiro saladeiro existente no Uruguai, perto do arroio Colla, no atual departamento de Colônia. A indústria saladeiril teve grande desenvolvimento em Montevidéu e noutros pontos do país.

No século XIX surgem os aramados divisórios das propriedades rurais, dando assim maior estabilidade à criação do gado. É verdade que a escopeta também tinha voz imperativa... Mais tarde, nos meados do mesmo século, desenvolve-se a industrialização da carne, em cujos processos têm papel saliente o Barão de Mauá, Cabal e Williams, de Salto, Francisco Sinistre, de Paisandu, Manuel Fragueiro, Pablo Nin e F. Olin-

(1) PABLO BLANCO ACEVEDO, **ibidem**, pág. 64. Consultar TEIXEIRA SOARES. **"La significación internacional del Rio de la Plata en los siglos XVIII y XIX"**, Montevidéu, 1949, edição do Instituto Histórico do Uruguai.

den, em Montevidéu. Tais nomes constituem os verdadeiros fundadores da industrialização moderna da carne no Uruguai. cujos processos muito se desenvolveram através do tempo. Em 1863, José Bennert fundou no Uruguai um estabelecimento pastoril, construido por seis "suertes" de estâncias, adquiridas no departamento do Rio Negro, onde se dedicou à industrialização da carne. Em 1864, fundou-se no Uruguai, devido à iniciativa do químico Giebert, o estabelecimento Liebig's, especialmente interessado no fabrico de extrato de carne, estabelecimento que chegou a ter, em 1868, cêrca de 800 operários e abateu 450 rezes diàriamente.

Mauá interessou-se pela pecuária. Em Mercedes desenvolveu sua estância famosa, onde mandou construir uma casa grande, de linhas severas e imponentes em granito magnífico. O brazão do Império adorna a entrada principal. A bela edificação com aspirações a palácio rural existe até hoje.

Em sua propriedade de Mercedes, com seus prados que desciam suavemente para a riba do rio Uruguai, Mauá concentrou grande quantidade de gado fino, dedicando-se também a plantações. Em pouco tempo, a propriedade se transformou na mais bela e eficiente do país. Os campos impressionavam pela rigorosa simetria do seu lavradio. O gado expandia-se, entregue à guarda de feitores e peões devidamente instruidos pelo proprietário, homem de gôsto e de idéias práticas. Mauá jamais tivera no Brasil residência igual à que construira em Mercedes. No Uruguai sentia-se contente como um *gentleman-farmer*. Nota-se que, ainda hoje, na região de Mercedes se fala no nome de Mauá como se fala de um pioneiro e de uma "pessoa presente e atuante". A pecuária uruguaia deve-lhe muito. Na verdade, Mauá amava o Uruguai.

*
* *

Quando a 1.º de março de 64, Atanásio Aguirre assumiu a presidência do Uruguai, Flores à fôrça aberta cuidava de conquistar o poder. A guerra civil devastava o território uruguaio sem possibilidades de terminar. Desconfiado, teimoso, débil, Aguirre agravou a situação com providências estapafúrdias. Flores

com seus gaúchos não dava descanso ao govêrno. Flores poderia fazer seu aquêle epigrama de Archíloco de Paros:

> *"Graças à minha lança, encontro meu sustento.*
> *Graças à minha lança, consigo vinho ismárico.*
> *Bebo apoiado sôbre a minha lança".*

Refere Eduardo Acevedo que, em determinado momento da grave crise política, Mauá escreveu de Pernambuco ao seu gerente Guimarães em Montevidéu, pedindo-lhe para que falasse com Aguirre e lhe oferecesse seu concurso em prol de uma fórmula de paz. Esta fórmula deveria garantir a independência do Uruguai, a estabilidade de seus governos constitucionais e a neutralização do território sob a garantia da Inglaterra, França, Itália, Espanha, Brasil e Argentina. Aguirre respondeu, em vista do malôgro das gestões diplomáticas feitas conjuntamente por Saraiva, Thornton e Elizalde, dando autorização ao Barão de Mauá para iniciar diligências nas bases que indicara, complementadas com o arbitramento para a resolução de tôdas as questões entre o Uruguai e seus vizinhos.

A intervenção de Mauá no último momento (porque o govêrno de Aguirre já se esfacelava), por intermédio de preposto seu em Montevidéu, junto ao presidente uruguaio e com o consentimento expresso dêste último, causou profunda surpresa tanto a gregos como troianos. Flores irritou-se. Contudo, a intervenção de Mauá dava idéia clara do prestígio do banqueiro junto ao govêrno "blanco". A circunstância de haver Aguirre dado a Mauá a incumbência de realizar diligências num momento sumamente crítico, — diligências da mais delicada natureza diplomática —, indicava que a proposta do banqueiro fôra *infeliz,* por haver chegado *atrazada*. Compreendendo as dificuldades surgidas, Mauá retraiu-se, havendo sofrido ataques dos "colorados". Foi então que Aguirre despachou Cándido Juanicó em missão especial a várias côrtes européias. Missão inútil, porque missão de desespêro. Castro Rebello tem razão, quando afirmou: "A tudo prefere (*subentende-se: Mauá*), no entanto, seguir a própria consciência. A impressão que produz é tal, tamanha a coragem com que fala, que Saraiva, mandado pelo Império, em missão especial, ao Rio da Prata para obter do govêrno oriental satisfações que, de longe,

se vinham pedindo, despreza a "orientação oficial", e lhe ouve, de preferência, os conselhos" (*ibidem,* pág. 126). Nesse lance dramático, Mauá só pensava no congraçamento da família uruguaia. Era tarde para alcançá-lo: a escopeta, o facão de magarefe e o pelotão de fuzilamento valiam mais que os propósitos honestos e bem orientados. Nesse transe, Mauá se lembraria da pontualidade com que o govêrno de Berro, tão diferente aliás do de Aguirre, satisfazia o pagamento das dívidas contraídas com o Banco Mauá & Cia. Pouco antes da penetração das tropas do Império no território uruguaio em conseqüência do ultimatum de Saraiva (cuja missão de paz Aguisse transformara em missão de ultimatum, devido à sua falta de sentido diplomático), o Banco Mauá amortizara 30.000 pesos da dívida anglo-uruguaia em condições excelentes. Mauá assistia entristecido a tais acontecimentos, não encontrando ensejo de fazer valer sua palavra ponderada.

Enquanto o Uruguai vivia essa fase de desvairamento político, Muá dedicava atenção a vários empreendimentos, que iam desde o banco até a navegação. Assinalará recente historiador uruguaio: "Los Gavazzo, Risso, Guani, Galcerán, Gardone, Ribes, Cibils, Mauá, etc.; cuantos, en fin, tienen una significación en el ambiente marítimo nacional, son *extranjeros;* hombres de empresa que traen al país, desde sus respectivas tierras, la inquietud y conciencia del mar". Nobres conceitos de um historiador, objetivo e honesto.

Mauá assim procedia, porque depositava plena confiança nos destinos do povo uruguaio. Não se enganou. O futuro deu-lhe razão. Só que êle não viu o futuro radioso do Uruguai. Mas, com tenacidade trabalhou pelo progresso do país, revelando energia proteiforme. Vivem hoje na pátria uruguaia numerosos brasileiros e numerosos descendentes de brasileiros que contribuem com seu trabalho para o enriquecimento daquela democracia modelar.

No entanto, nesse período de 65 a 66, Carneiro de Campos (Caravelas), ministro da Fazenda do gabinete Furtado, e Dias de Carvalho, ministro da Fazenda no gabinete Olinda, contrariaram interêsses de Mauá e tiveram mesmo veleidades de guerreá-lo. Em contra-partida, Francisco Octaviano e

Paranhos são amigos seus de qualquer momento. Amigos até o fim, amizade que sòmente a morte interromperá.

*
* *

O Autor do presente trabalho, em livro anterior — "*O Drama da Tríplice Aliança*" (1865-1876) — estudou os acontecimentos então verificados no Uruguai, bem como as missões Saraiva e Paranhos. Já se pode escrever com isenção de ânimo sôbre tais acontecimentos. A História possui uma balança onde se contrastam os mais finos metais. Repartir responsabilidades tem de ser tarefa do historiador. Assim, terá êste de exaltar negociadores como Saraiva e Paranhos que, no calor das paixões, jamais perderam o aprumo. Tem de lamentar atitudes precipitadas, perigosas e dobles de Aguirre. Tem de criticar com ferro candente avanços e recúos de Flores. Tem de assinalar as intrigas tenebrosas dos "blancos" num leva-e-traz constante entre Assunção e Montevidéu. Tem de sublinhar os destempêros de homens como Herrera, Vázquez Sagastume, Octávio Lapido e outros "blancos" que puzeram ambições pessoais, mesquinhas ou mesmo escusas, acima dos interêsses da pátria. Tem de referir o ambiente tumultuoso da fronteira Brasil-Uruguai com suas *califórnias* e com a participação, por simples espírito de aventura ou para defesa de seus haveres contra a insânia dos "blancos", de muitos brasileiros nos acontecimentos revolucionários do Uruguai. Tem de frisar a política tortuosa dos conselheiros de Aguirre, desejosos de criar conflitos com a Argentina e o Brasil, fiados no poderio militar do Paraguai. Tem de reconhecer a política funesta de flutuações de Mitre e seu apoio aos "colorados". Tem de lamentar o ambiente de paixão então existente em Buenos Aires e Montevidéu. Tem de relatar os tremendos erros diplomáticos do govêrno Aguirre. Tem de assinalar o jôgo perigoso de Flores, impondo-se como aliado do Império devido a uma precipitação de Tamandaré. Em suma, uma quadra trepidante de comoções, paixões e precipitações políticas.

Dos historiadores brasileiros, Nabuco deitou um julgamento severo, talvez nem sempre exato, da política do Império em relação a êsses acontecimentos que vale a pena recordar:

"A missão Saraiva nasceu do arrastamento e arrebatamento da opinião no começo de 1864 quando veio ao Rio de Janeiro o velho brigadeiro Neto, no papel de régulo da campanha oriental, a concitar o nosso govêrno contra o do Uruguai, desdobrando o sudário das violências praticadas de longa data contra os brasileiros. Acabávamos de sofrer a humilhação das represálias inglesas à barra do Rio de Janeiro, e a própria democracia, com Teófilo Ottoni à frente, estava desde então de humor tão belicoso como se dizia estar o Imperador. A presença do general Neto inflamou logo os espíritos preparados para atos de imprudência e insensatez. Na Câmara dos Deputados, o partido conservador tomou a iniciativa das interpelações sôbre o estado da campanha. A guerra, salvo uma obtemperação completa do govêrno "blanco" a tôdas as exigências e reivindicações dos brasileiros alistados sob as bandeiras de Flores, era o que resultava essa atitude, chamada patriótica, da oposição e da maioria, na sessão de 5 de abril. Seria impossível investigar hoje se eram fundadas ou não as nossas queixas. Os residentes brasileiros no Uruguai deviam, ou correr a sorte dos próprios orientais, ou abster-se de tomar partido entre as facções que sempre assolaram a campanha. O govêrno brasileiro tinha de levar em conta o desgovêrno tradicional da República. O Estado Oriental só poderia gozar de ordem, paz, tranqüilidade, se o Brasil e a República Argentina se unissem para sustentar por longos anos o govêrno da melhor gente daquêle país. Desde que o não queriam ou não podiam fazer, perdiam o direito de responsabilizar o govêrno oriental, qualquer que fôsse, por procedimentos quase sempre resultantes do estado de anarquia das fronteiras".

Façam-se, no entanto, algumas observações aos conceitos severos de Nabuco: — naquele tempo, era numerosa a população brasileira residente no Uruguai, orçando em 70.000 indivíduos. Possuiam êstes as melhores terras situadas ao norte do rio Negro. Eram, por conseguinte, os únicos elementos propulsores da riqueza em pouco mais da metade do território uruguaio. Suas estâncias ocupavam enorme superfície e abrigavam numeroso gado, que valia muito dinheiro. O gado era uma riqueza crescente que deveria ser naturalmente defendida. Se era insegura a vida na raia fronteiriça; se era verdade que muitos brasileiros, movidos por espírito de aventu-

ra, participaram das guerras civis uruguaias, correndo, por conseguinte, o risco de tal decisão; não menos verdadeiro será afirmar que os súditos do Império que mais sofreram foram os que representavam riqueza, isto é, os que tinham gado e possuiam terras. Foram as vítimas das truculências dos caciques e autoridades "blancas". Tendo quantiosos haveres a resguardar, preferiram assistir aos deploráveis acontecimentos revolucionários por detraz dos aramados de suas estâncias. Foram justamente os mais sacrificados, porque não tomaram parte ativa nos acontecimentos. Ademais, as autoridades "blancas" perseguiam os brasileiros por sistema, cometendo violências que degeneraram em atentados contra súditos do Império. Isso vinha de longe. Saraiva, no calor das negociações com o govêrno Aguirre, em nota bem fundamentada dirigida a Herrera, assinalou que em Durazno *uma* brasileira e sua *filha menor* haviam naquele momento sido *assassinadas* por autoridades "blancas". Que lei, que autoridades, que sentimento de justiça havia no Uruguai dominado pelos "blancos" de Aguirre? Parece que nenhum. Foram tais crimes, cometidos pelo govêrno de Aguirre, que irritaram a opinião pública no Rio de Janeiro e depois estomagaram o Parlamento brasileiro. Note-se que de 1860 a 1865 o Brasil ficou indiferente aos acontecimentos políticos verificados no Uruguai. Às reclamações pendentes, e eram numerosas, referentes à destruição de bens ou a assassinatos de brasileiros, os governos de Berro e de Aguirre responderam num estilo bombástico e imprudente, pouco recomendável em correspondência diplomática. Ao invés de proceder com lisura e dignidade, o govêrno de Aguirre primou pela insensatez e pelo quixotismo, fiado no apoio militar de Francisco Solano López. O Império jamais foi *aliado* dos "colorados", como jamais foi *aliado* dos "blancos" até que êstes precipitaram os acontecimentos de 65. Esta é a verdade histórica, tantas vêzes falsificada por historiadores platinos, adversos ao Brasil.

Através dêsses acontecimentos, Mauá manteve-se como guardião da dignidade, zelador da ordem e respeitador dos compromisos solenemente assumidos.

NOVAS OPERAÇÕES DO BANCO MAUÁ COM O GOVÊRNO URUGUAIO

Depois do importante acôrdo de 27 de julho de 59, em virtude do qual o Barão de Mauá consolidou a dívida pública do Uruguai, reduzindo-a de mais de 100.000.000 de pesos a $2.726.860, os acontecimentos políticos verificados na fase final do govêrno Berro induziram êste presidente a celebrar o acôrdo de 19 de outubro de 63 com Mauá. Êste acôrdo estabeleceu a emissão de títulos de 6%, juro anual de 1%, amortização ao preço de 40 %, até um total máximo de $6.000.000.

A 31 de janeiro de 64, devido a uma sugestão de Mauá, aprovou-se a conversão da dívida interna em dívida externa nacional por £ 1.000.000. A conversão foi autorizada por lei de 14 de novembro de 63 e decreto de 16 de dezembro do mesmo ano, ficando Mauá encarregado de proceder às operações necessárias. Surgiram então os títulos do chamado Empréstimo Montevideano-Europeu, que foi outro importante serviço prestado pelo Banco Mauá ao Uruguai.

Em março de 64, o Banco Mauá apresentava em efetivo $797.739, com $2.058.818 em emissão circulante. O Banco Comercial, que fazia política oposta ao Banco Mauá, conseguira estabilizar seus negócios com $865.112 em efetivo e uma emissão circulante de $866.733. O Banco Mauá continuava a ser o fornecedor de recursos financeiros ao govêrno. No entanto, como assinalou Eduardo Acevedo, tão intensa era a confiança popular que, em abril de 64, a Caixa de pecúlios populares ("Ahorros") do Banco Mauá contava 3.140 contas de depósitos que representavam $450.162. A crise política e financeira obrigou o govêrno a impor aos Bancos Mauá e Comercial um empréstimo de $500.000, além de suspender por decreto a conversão dos bilhetes até seis meses depois da celebração da paz (obra de Paranhos em sua missão especial ao Prata). O Banco de Londres e Rio da Prata tomou títulos de dívida pública em garantia de sua emissão. O empréstimo feito pelo govêrno teve como garantias o Mercado Central, o Mercado da Abundância e o edifício da Alfândega. Seguindo uma política muito cautelosa, o Banco Comercial respondeu ao govêrno que iria consultar-se com os acionistas.

No meio do pânico suscitado pelos acontecimentos políticos, com a corrida aos estabelecimentos bancários,a paralização dos negócios, a inquietação geral, o cameleonismo político, o rescaldo da guerra civil, — o Banco Mauá, como fortaleza isolada num estendal de devastações causadas pela discórdia interna, resistia a terríveis abalos. E teria resistido muito mais, se contra êle não se houvesse alçado a prevenção governamental. E' dessa época a idéia de Mauá de fundir seu banco com o Banco de Londres e Rio da Prata, conforme escreveu a Lamas, não ocultando pessimismo quanto ao rumo dos acontecimentos (1). Flores entrou em Montevidéu a 20 de fevereiro de 65. As paixões políticas continuaram desenfreadas. Os espíritos sensatos, amantes da paz e da ordem, recolhiam-se a uma penumbra discreta, enojados com a sucessão de tão deploráveis acontecimentos. A despeito de tudo isso, Mauá dedicou-se a novos cometimentos comerciais e industriais. Interessou-se pela Companhia do Gás, de Montevidéu. O plano não fôra seu. Mauá perfilhou-o, dando-lhe ímpeto. O gás de iluminação, devido aos esforços do Empreendedor e outros, fôra inaugurado na capital em 53. O primeiro gasômetro da emprêsa tivera capacidade para 453 metros cúbicos. Em 57, só havia em Montevidéu 150 lampeões nas ruas e 600 bicos em casas particulares (2). A companhia prosperará, transformando-se numa das organizações mais apreciáveis do mundo econômico e financeiro criado por Mauá. Em 69, iniciou-se a construção do dique seco "Mauá" (até hoje tem êsse nome), só terminada em 73. A imensa fortuna criada por Mauá desapareceu; mas, o dique sêco de Montevidéu perpetua o nome histórico do seu fundador.

Mauá dedicou-se com entusiasmo à indústria saladeira, especialmente à produção do xarque ("tasajo"), então produto de exportação para a província de São Pedro do Rio Grande. Foi também pioneiro da industrialização da carne, sob seu aspecto verdadeiramente moderno, no Uruguai. De fato, em 65,

---

(1) TEIXEIRA SOARES, **"O Drama da Tríplice Aliança"**, Rio, 1956, pág. 173.

(2) Ler o trabalho de JUAN CARLOS GOMEZ HAEDO, **"Relaciones de Inglaterra con los países del Plata"**, na Revista Nacional", de Montevidéu, novembro de 1939, pág. 221.

Mauá publicou nos jornais de Montevidéu um anúncio pelo qual ofereceu um prêmio ao melhor processo para a conservação das carnes. Saiu vencedor dêsse concurso o Dr. John Morgan, súdito britânico. Mauá apressou-se em contratar os serviços de um técnico uruguaio, o Dr. Fleury, para a aplicação imediata do novo processo em suas estâncias de Mercedes (Soriano) e Paisandu. O invento de Morgan foi depois patenteado no Uruguai, França, Inglaterra e Estados Unidos, tendo atraído atenção por parte dos interessados no assunto. As primeiras experiências, patrocinadas por Mauá, em plena situação política inquietante, realizaram-se no matadouro de Montevidéu, despertando interêsse. Mais uma vez, o industriaì brasileiro revelava-se inovador e desbravador, abrindo, assim, largo caminho para a indústria da carne no país. Era extrordinário que, não obstante as dissensões internas, Mauá conseguisse dedicar-se ao desenvolvimento da pecuária e à industrialização da carne. Foi em 66 que se estabeleceu em Fray Bentos a "Liebig's Extract of Meat Company", com o propósito de explorar os produtos pecuários e em particular o extrato de carne. Por conseguinte, nesse vasto campo industrial o papel de Mauá foi de primeira ordem, papel de autêntico pioneiro.

Tão grande foi o progresso alcançado pela criação de gado nas estâncias de Mauá nos departamentos de Soriano e Paisandu que, na Exposição universal de Paris, de 67, as lãs uruguaias, enviadas pelos exportadores Mallmann & Cia., de Soriano, Wendelstadt & Cia., de Paisandu, Drabble Irmãos, de San José, e Barão de Mauá, de Soriano, obtiveram grande êxito. Benjamin Poucel, um dos mais fortes refinadores de gado ovino do Uruguai e técnico no assunto, declarou: "As lãs de Montevidéu guardam uma elasticidade superior às de Buenos Aires, devido à qualidade substancial dos prados orientais. Essa causa natural não pode ser neutralizada. Assim é que as amostras do Barão de Mauá e as dos Srs. Mallmann & Cia., se bem tenham dignas rivais nas dos Srs. Hannalz e Stegmann, levam sôbre estas a vantagem da elasticidade".

Enquanto Mauá tinha de avir-se com rivais e invejosos no Uruguai, — também no Brasil grande era a inveja. O extraordinário criador de riquezas começa a ser atacado os-

tensiva ou embuçadamente. Não lhe perdôam o ter idéias, executar grandes planos, enriquecer-se mais em benefício da coletividade que de si próprio. O colosso cresce e deita uma sombra enorme sôbre muita gente. No mesmo ano em que obtinha vitória na Exposição universal de Paris com suas lãs uruguaias, nesse mesmo ano, durante o período mais sombrio da Guerra da Tríplice Aliança, o Império (por decreto de 7 de setembro de 67) abriu a navegação do rio Amazonas a tôdas as bandeiras do mundo. Neste grande cometimento, Mauá tivera também sua parte, e não pequena, porque sua companhia de navegação indicara as possibilidades comerciais da Hiléia amazônica.

Não era apenas a navegação, — era também a colonização da Amazônia. Mauá cuidara do problema, dando-lhe largas perspectivas. Plano gigantesco a que dedicou energia infatigável. Imaginou meios e modos práticos de levar o progresso àquela região imensa — e de transportar seus produtos, em particular a borracha, a *hevea brasiliensis*, para os centros comerciais do Império. Dos barracões distantes, situados à beira-rio, nos navios de Mauá desciam a borracha, as madeiras, as palmas e outros produtos da região.

É preciso recordar que Thomas Hancock estabeleceu na Inglaterra a primeira fábrica de borracha, em 1820; e que em 1833 se fundou nos Estados Unidos a primeira fábrica de produtos de borracha, a Roxbury India Rubber, no estado de Massachussetts. Em 1867, a Amazônia exportou 58.045 arrôbas no valor oficial de 1.123:393$000 (Informação de Craveiro Costa, em sua obra *"A Conquista do Deserto ocidental"*, pág. 120). Foi a borracha que precipitou o êxodo de cearenses para o Purus e o Acre, onde se realizou tìpicamente a economia do "bugre manso", com pleno domínio do homem sôbre a vida florestal extrativa, tendo a borracha como elemento propulsor da riqueza.

Os planos de Mauá, quanto à Amazônia, foram contudo maiores. Pensou na colonização intensiva e na fundação de desembarcadouros, galpões, armazens, barracões e cidades com gente procedente de Portugal e dos Açores. Atento aos vastos problemas da região, o Empreendedor realizara um grande passo, ao criar a companhia de navegação. Depois dêsse, outro

teria de ser dado: — a colonização. Havia questões de limites com o Peru e a Bolívia. Em Lima o Barão da Ponte Ribeiro desenvolvera ação segura e intensa. Em La Paz, em 1867, o Barão de Lopes Netto conseguirá assinar com Melgarejo, o déspota original, o famoso tratado de Amizade, Comércio, Limites, Navegação e Extradição. Dois diplomatas de primeira ordem. Por isso mesmo, à medida que se desenvolvia a ação da diplomacia imperial, ia Mauá aprofundando a *conquista* da Amazônia, mercê de esforços gigantescos que ainda hoje impressionam; porque Mauá foi único, desajudado de todos. E por ter sido *único* no empreendimento, sua glória cresce sempre aos olhos do historiador.

No Uruguai, Mauá também fomentou planos de colonização de quadras e sesmarias da campina uruguaia com espanhóis e italianos. Onde estava o imediatista, o utilitarista, o ganancioso que prezava planos a longo prazo — e não cuidava de enriquecer-se vintém a vintém, como um negociante ávido de opulência rápida? O carinho especial de Mauá pela terra uruguaia justificava-se: tinha raizes no seu coração; vinha de longe; vinha da infância. Homem da fronteira, conhecedor profundo das virtualidades do povo e do país, Mauá *confiava* no progresso do Uruguai. Por isso mesmo, dedicou a essa causa — o progresso do Uruguai — surpreendente energia, enriquecendo a coletividade uruguaia com empreendimentos de vária casta, urbanos e rurais. Porque confiou, Mauá teve especial afeto ao povo e à nação uruguaia. Era brasileiro, sem dúvida; mas, no Uruguai, sentia-se tão uruguaio como qualquer filho dessa nacionalidade. Sua profunda dedicação a êsse país identificou-o com uma terra, então em turbulência política; mas que, como um espêlho irizado pela luz, revelava as qualidades fundamentais de um povo trabalhador, generoso, livre e impetuoso.

Ao estudar as formas da Arte antiga em função de civilizações várias, André Malraux escreveu êstes conceitos admiráveis:

> "Quando, posta de lado tôda a estética, procuramos saber, diante do museu imaginário das civilizações antigas, primitivas, mesmo medievas, o que chamamos arte, somos impelidos a responder: "*Ce qui a crée les formes victorieuses de l'apparence*".

Na vida de Mauá, aparências e realidades conjugam-se na sustentação de uma personalidade ímpar, cuja razão de ser foi a Atividade. À medida que o tempo corre, sente-se com o mugre e o azinhavre que a História dá às grandes figuras que, na personalidade de Mauá, também houve o jôgo sútil das formas vitoriosas da aparência, porque sua vida foi, em resumo, uma obra de Energia criadora, — por conseguinte, uma verdadeira obra de Arte.

11

INVESTIDAS CONTRA O BANCO MAUÁ

Expiar sem ser culpado — foi o que no Uruguai se procurou impor a Mauá. Tema dostoiewskiano. Ver-se-á, no entanto, que foi justamente o que aconteceu.

Uma das primeiras preocupações do general Flores ao assumir o govêrno foi esta: — declarar nulo e sem valor o decreto de janeiro de 64, do presidente Aguirre, que impôs aos bancos de emissão um empréstimo de $500.000 e declarou a inconversão até seis meses depois do estabelecimento da paz. No entanto, Flores manteve para o restabelecimento do regime normal o prazo de seis meses do decreto do presidente anterior, exectuadas as agências do Banco Mauá que não tinham interrompido a conversão e continuavam, apesar de tôdas as dificuldades, a converter seus bilhetes, dando assim prova de coragem e cumprimento da palavra empenhada através da borrasca política. Tomás Villalba, nomeado contador geral da Nação e inspetor de bancos — a mais forte inteligência do tempo em assuntos de economia e finanças — procedeu a exame escrupuloso da situação bancária em Montevidéu. Ao cabo de longos estudos, Villalba redigiu seu parecer. Neste se encontram as seguintes referências ao Banco Mauá e ao Banco Comercial:

> "O Banco Mauá foi autorizado a emitir bilhetes desde junho de 1857 e o Banco Comercial desde um ano depois. Tiveram ambos de lutar, mui especialmente o primeiro, contra as desconfianças do público e a malquerença dos prestamistas. Mas, graças à liberalidade de seus empréstimos, bem como à pontulidade no cumprimento de seus com-

promissos, conquistaram ràpidamente a confiança e de tal forma que o pânico de certos momentos serviu para consolidar o crédito de que gozavam. Quando se verificaram os conflitos políticos de janeiro e fevereiro do corrente ano, o público se precipitou sôbre os bancos para retirar seus depósitos e converter seus bilhetes. Dum motim de praça surgiu o decreto da inconversão. Os bilhetes sofreram uma diminuição de 6 até 7% nas operações de câmbio sôbre o exterior, mas não no mercado interno, onde nada sofreram e onde nem sequer deram lugar ao aumento de preços".

Era êsse o conceito oficial a respeito do Banco Mauá. Continuava a ser o principal estabelecimento de crédito do país. Tinha filiais em Paisandu, Salto, Mercedes, Buenos Aires e Rosário. Sua emissão, que era de $2.444.156 em dezembro de 65, subiu em fevereiro de 66 a um total de $3.532.758. Em sua carteira, tinha o banco $972.960 de Dívida Fundada e $4.700.000 de Dívida Interna, que estava tratando de converter em dívida externa, com cotação na praça de Londres. Fornecedor de quantiosos recursos ao govêrno uruguaio, Mauá encontrava-se em posição difícil, porque já sentia os arreganhos e sentiria depois as investidas do govêrno de Flores.

Os conselheiros do caudilho "colorado", mui de indústria, fizeram notar a Flores que o Banco Mauá emprestara dinheiro a Berro e Aguirre. Logo, adotara uma parcialidade: dera apoio aos "blancos". Nesta tecla insistiram junto ao ditador (porque Flores se transformara em ditador...), para que êste se abalançasse a criar dificuldades ao banco *poderoso*... Como todo caudilho gaúcho, Flores era bravo, mas inculto; generoso, mas destemperado; vingativo nos maus momentos, mas de arrependimento fácil e lágrimas grossas. Ao cabo de contas, os conselheiros de Flores venceram. Mauá, depois de haver servido com dinheiro ao chefe "colorado", passou a ser mal visto por êste. Abalizado guerreiro, Flores não tinha perspicácia para separar o bom conselho do mau conselho. Se o Banco Mauá sofrerá os rancores do caudilho, o mesmo não se dará com o Banco Comercial... Contudo, a despeito disso, os negócios de Mauá se estendiam. Interessou-se por melhoramentos no pôrto de Montevidéu, serviço de transportes, navegação e cometimentos rurais, inclusive colonização. Naquele tempo, o Uruguai tinha população escassa. A campanha era muito

diferente da cidade — representada por Montevidéu. "A dispersão da população constitui consequência do predomínio da pecuária", afirmou Pierre Denis, referindo-se ao fenômeno sociológico da disseminação populacional na Argentina no século passado (1). A pecuária estabelece os grandes "vasios" demográficos. Já no período colonial, o velho Félix de Azara atestava a dispersão da população, então causada pela pecuária: "Si el país encontrara ventajas en la agricultura, se verian reunir-se en aldeas sus habitantes, en lugar de estar la población dispersa en las estancias" (2). Há alguns anos, eminente economista uruguaio reconhecia que a pecuária apresenta a seguinte função tríplice: dilui a população nos campos; impede a formação de cidades; e faz crescer a capital de um modo desproporcionado ao resto do país (3). Em 1860, o Uruguai tinha 6.159.909 cabeças de gado, segundo informou um historiador (4). Hoje, o Uruguai tem 150 cabeças por km². Mauá não se preocupara apenas com o desenvolvimento da criação de gado em suas estâncias modelares para o tempo. Tal como fizera no Brasil com o plano de colonização do Amazonas por meio de açorianos, se interessara também pelos projetos de povoamento da campanha uruguaia com italianos e espanhóis. Será sempre o homem dos grandes planos, tanto no Uruguai e Argentina, como no Brasil. Ajudou amigos e inimigos. Recorde-se o passo das Sagradas Escrituras: "E Jeú, o vidente, filho de Hanani, saiu-lhe ao encontro e disse-lhe: Dás socorro a um ímpio e estreitas os laços de amizade com os que odeiam o Senhor, e por isso eras digno da ira do Senhor" (*Paralipómenos*, XIX, 2). Assim procedeu Mauá, indiferente a aplausos e doestos. Nesse torvelinho de paixões políticas e desvarios pessoais, certas reclamações do Império atingiram, por vêzes, e em cheio, o Banco Mauá. Essas reclamações referiram-se aos graves prejuízos acarretados pelas lutas intestinas aos interêsses

---

(1) PIERRE DENIS, "**La République Argentine**", pág. 67.

(2) FELIX DE AZARA, "**Memorias sobre el estado rural del Rio de la Plata**", vol. I, pág. 119.

(3) JULIO MARTINEZ LAMAS, "**Riquesa y pobresa del Uruguay**", pág. 357.

(4) ELEAZAR S. GIUFFRA, "**La Republica del Uruguay**", Montevidéu, 1935, pág. 438.

de estancieiros brasileiros residentes em território uruguaio. Tais prejuízos foram afinal compreendidos na liquidação da dívida geral do Estado, para efeitos da necessária indenização. A lei de 14 de julho de 53 estabeleceu o procedimento para justificação e classificação dos créditos provenientes dessa origem. Uma parte das reclamações foi liquidada pela Junta de Crédito Público, instituida pelo art. XIV da Convenção de subsídios, de 12 de outubro de 51. Outras reclamações, por não se acharem devidamente instruídas, não foram tomadas em consideração pela Junta de Crédito Público, o que motivou novas reclamações do Govêrno brasileiro. Os súditos do Império, prejudicados dessa forma, protestaram, sendo afinal atendidos, recebendo em pagamento apólices da dívida pública com juros a certo prazo, ou dinheiro —, dinheiro fornecido pelo Banco Mauá ao govêrno uruguaio...

Havendo, porém, o govêrno de Montevidéu celebrado com o Banco Mauá o ajuste para a conversão e amortização da dívida consolidada, surgiram novas reclamações de brasileiros, autêntica ou supostamente prejudicados. Essas reclamações assumiram, no entanto, aspecto novo. De fato, no relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado em 62 pelo Conselheiro Magalhães Taques à Assembléia geral legislativa, lê-se que "celebrando o govêrno oriental com o Banco Mauá & Cia., de Montevidéu, um contrato para a conversão e amortização da dívida consolidada, beneficiou o Estado em prejuízo dos possuidores dessas apólices, depreciadas já, além de outras causas, pela falta de pagamento dos aludidos juros". O Govêrno imperial, consoante a linguagem do mencionado relatório, considerou a operação *ruinosa* para os reclamantes que à mesma se sujeitaram; alimentando, porém, a esperança de que futuramente seus reclamos fôssem atendidos.

Quando, por lei de 6 de junho de 57, o govêrno uruguaio deu por encerrados os trabalhos da comissão especial, bem como declarou ultimada a conversão da dívida por prejuízos de guerra, a Legação imperial em Montevidéu, em nome e ordem do govêrno do Brasil, protestou contra os efeitos dessa determinação; ressalvando, ademais, os interêsses dos súditos brasileiros lesados, em protesto feito por nota de 1.º de agôsto daquêle ano. O assunto das reclamações, por motivo de con-

secutivas mutações levadas a cabo ao sabor dos interêsses políticos do momento, suscitou novos protestos feitos pela representação diplomática brasileira em Montevidéu. Entendeu o Govêrno imperial "de declarar que não podia o Brasil convir em que os reclamantes brasileiros, cujos créditos não tivessem sido liquidados ou convertidos em apólices da dívida pública, ficassem privados da indenização a que tinham direito", — consoante se lê no mencionado Relatório de 62, do Conselheiro Magalhães Taques.

Pelo ajuste de conversão e amortização da dívida consolidada uruguaia, celebrado pelo Banco Mauá com o govêrno de Montevidéu, viu-se êsse estabelecimento de crédito também atacado pelos reclamantes brasileiros, que haviam recebido apólices pelos créditos que tinham contra o govêrno oriental. Havia, de fato, certa prevenção ou dificuldade por parte do govêrno uruguaio em liquidar o assunto das reclamações, maximè quando o Uruguai devia, até abril de 62, ao Govêrno imperial por empréstimos feitos, de acôrdo com a Convenção de 12 de outubro de 51, pela lei do Império n.º 723, de 30 de novembro de 53, e pelo Protocolo de 29 de janeiro de 58, a importância de:

	Patacões	Réis
Capital	1.859.491	3.570:222$720
Juros	998.854.12	1.917:799$910
	2.858.345.12	5.483:022$630

As reclamações, não atendidas, de brasileiros, representavam o resultado da política de Herrera,então à testa do ministério das relações exteriores e que se dizia muito amigo de Mauá... Herrera será verdadeiro monumento de incongruências, destempêros e arremessos. Sua palavra fácil e brilhante ilude muita gente. Suas atitudes arrogantes impressionam. Tendo boa cultura, será homem que a utilizará mal, pondo-a a serviço de mesquinhas conveniências políticas. Se quadra bem ao assunto repetir palavras de Bernardes, que sejam repetidas: "Que coisa tão vil há no mundo, pela qual o pecador não venda fàcilmente a sua alma? Por dois tostões mal adquiridos, por uma ceia em dia de jejum, por um acêno lascivo, de que os olhos

se agradaram, por um querer que a minha mentira se autorize com juramento; por um não desgostar os amigos no ilícito, que me pediram, por um pejozinho aos pés do confessor, por um ar da honra mundana, que me representa ser preciso o desafrontar-me; por estas e outras coisas ainda mais vis costumamos vender a alma..."

*
* *

A crise verificada na praça de Londres em 66 refletiu-se em Montevidéu. O Banco Mauá foi particularmente atingido pela corrida dos depositantes, verificando-se, ao cabo de alguns dias, retiradas num total de 1.500.000 pesos. Ora, o govêrno uruguaio devia ao Banco cêrca de 1.000.000 de pesos e naturalmente teria de ir em seu socorro, pagando-lhe a dívida. Tal iniciativa não lhe pareceu possível nesse momento, porque a medida posta em prática pelo govêrno foi justamente a inconversão. Em sua *"História de la deuda pública del Uruguay"*, Alzaybar afirmou que, nos anos de 67 e 68, a situação monetária se tornara difícil, verificando-se a baixa dos preços nos produtos de exportação. O cólera importado dos campos de batalha do Paraguai (diz Alzaybar que pelo exército brasileiro) fizera grande estragos em Montevidéu e no campo. Observadores prudentes sentiam que a situação econômica só tendia a agravar-se. Havia muita perplexidade quanto às medidas tomadas pelo govêrno.

O decreto governamental da inconversão, lançado num momento assemelhado a verdadeiro pânico, só poderia suscitar protestos. Foi o que aconteceu. As classes conservadoras de Montevidéu protestaram com vigor contra a providência posta em prática. Nomeou-se uma comissão de representantes do comércio para entender-se com o govêrno. Pelo fato de figurarem na comissão elementos adversos às medidas governamentais, a representação da praça de Montevidéu deixou de ser recebida pelos poderes públicos. A situação ia-se tornando aguda. O Banco Mauá, que emprestara ao govêrno, viu-se arcando com dificuldades, suscitadas pelo próprio govêrno. De acôrdo com um estudo feito pelos inspetores de bancos Tomás

Villalba e Juan Peñalva, no momento em que se baixou o decreto de inconversão o estado dos principais bancos era o seguinte:

	Encaixe	*Emissão*
Banco Mauá (e sucursais)	$ 866.820	$ 2.787.938
Banco de Londres	307.871	220.600
Banco Comercial	426.910	621.617
Banco Montevideano . ..	159.850	318.830
Banco Navia	184.015	88.656

Ora, confrontando-se os algarismos referentes a êsses estabelecimentos, fácil era compreender que o Banco Mauá, dada sua situação especial de fornecedor de recursos ao govêrno, fôsse o que no momento necessitasse do apoio dos poderes públicos, tendo-se também a assinalar a circunstância de estar com vultosos cabedais imobilizados em papéis públicos. Ademais, é preciso salientar que, por intermédio do Banco Mauá, a praça de Montevidéu recebera, de 63 a 66, $ 10.247.663 pesos-ouro, repartidos em 55 remessas. Tais cifras provavam a posição excepcional alcançada pelo banco. Contudo, hesitações do govêrno só serviram para complicar ainda mais a situação do estabelecimento.

De 11 a 20 de junho, os bancos foram dessangrados em $ 2.220.300, sendo que o Banco Mauá o foi em $ 1.480.200. Êste estabelecimento chegou a ficar com as reservas reduzidas a $ 538.820. Suportou os golpes dados pelo público espavorido, pela política governamental e pelos reflexos internacionais. Resistiu como havia resistido naquela famosa crise verificada no Império em que desapareceram, como num oceano revolto, as mais fortes casas bancárias do tempo.

Seis meses depois ficava restabelecida a conversão dos bilhetes, havendo os bancos retomado suas operações normais em dezembro de 66 até dezembro do ano seguinte.

A situação da praça de Montevidéu não apresentou melhorias: pelo contrário, sofreu novas dificuldades em consequência das exportações de ouro e das aperturas do Banco Mauá. As saídas de ouro acentuaram-se a partir de junho de 67, havendo *El Telégrafo Marítimo*, diário de Montevidéu e infenso à política do Império durante a Guerra da Tríplice Aliança, calculado sua exportação, no decurso de 11 meses,

num total de 3.103:356$000 (três mil e tantos contos brasileiros-ouro; naquêle tempo a imprensa de Montevidéu usava correntemente os símbolos monetários brasileiros) e ..... 390:295$000 em prata.

Todo o ouro recebido por Montevidéu durante a guerra do Paraguai, dada a grande atividade reinante na praça com os fornecimentos aos exércitos em operações, voltava assim aos mercados monetários de Londres e Paris. A moeda má expulsava a moeda boa...

A crise afetava duramente o Banco Mauá, devido ao desequilíbrio existente entre o encaixe e as obrigações exigíveis. Desta vez, porém, atendendo aos conselhos de gente experimentada e à pressão da opinião pública, o govêrno foi ao encontro dos reclamos do Banco Mauá, baixando em dezembro um decreto que restabeleceu a inconversão pelo espaço de seis meses até maio de 68 nas mesmas condições do decreto anterior: — os bancos ficavam obrigados a conservar o ouro que tivessem e seus bilhetes seriam recebidos como dinheiro efetivo nas repartições públicas e nas transações particulares, estabelecendo-se a limitação das emisões até ao triplo do encaixe. Essas providências estabeleceram um pouco de confiança (1). Tôda a gente, no campo, aferrolhava em casa o ouro metálico.

Os decretos de inconversão do govêrno Flores não conseguiram firmar a confiança do público no papel-moeda, dada a circunstância de que o povo tivesse mais apêgo à moeda metálica que ao papel emitido. Nesse particular, o Banco Mauá, que era grande emissionista por motivo dos serviços prestados ao govêrno, muito sofreu com a retração do público. Houve momento em que se combateu essa tendência emissionista do Banco Mauá, por se entender que urgia restabelecer a moeda metálica e evitar as caudais de papel-moeda. Naquele tempo assim se pensava; mas, na realidade, o Banco Mauá sofria as consequências de estar vinculado ao govêrno por haver tomado grande massa de títulos da Dívida Pública e da Dívida Consolidada.

O historiador Juan Carlos de Alzaybar afirmou que, quando se declarou a primeira corrida ao Banco Mauá, êste afirmou

(1) EDUARDO ACEVEDO, **ibid.**, vol. IV, pág. 459.

que o meio de libertá-lo da pressão consistiria no seguinte: — ou pagar-lhe o Estado 1.000.000 de pesos de dívida; ou decretar-se o *curso forzoso*. O govêrno optou por esta última providência.

Quando Flores entrou em Montevidéu e assumiu o poder, o Banco Mauá lhe comunicou ter realizado em Londres a conversão da dívida interna em externa, autorizada em 63, sob a denominação de "Empréstimo Montevideano-Europeu", num total de £ 1.000.000, pondo à disposição dos poderes públicos a quantia de £ 100.000, procedentes dos 10 % cedidos pelos portadores da dívida que haviam concordado com a conversão. Assim procedia o Banco com lisura, escriturando e pondo às ordens do govêrno de Flores £ 100.000 (ouro).

O insuspeito historiador Eduardo Acevedo declarou que "essa operação iniciada no final do govêrno de Berro tão duramente castigado pela guerra civil e consumada no govêrno de Aguirre que o mal da guerra civil tinha conseguido acrescentar ao da guerra internacional, externava o prestígio conquistado pelo país nos mercados fornecedores de capital, a despeito da intensidade da crise pública que destruia suas fontes de riqueza" (1).

Está muito bem reconhecer o "prestígio conquistado pelo país". Eduardo Acevedo, infenso à política brasileira, esqueceu-se de sublinhar a *honestidade* e *argúcia* com que o Banco Mauá, apesar de tôdas as condições adversas, conseguiu levar a cabo tão importante operação financeira, para a qual contou com o apoio constante de Francisco Octaviano, então em missão especial no Prata.

Eduardo Acevedo não assinalou os méritos do Banco Mauá nessa operação magistral...

Flores, com rosto irado e sanhudo, industriado por maus conselheiros, também se esquecerá do grande serviço prestado pelo Banco. Contudo, não se esquecerá de recolher as £ 100.000 (ouro).

E estas £ 100.000 desaparecerão no vórtice da desorganização administrativa...

---

(1) EDUARDO ACEVEDO, **ibid.**, vol. IV, pág. 475.

Na *Autobiografia,* ao rememorar com melancolia tudo quanto fizera em prol do Uruguai (tão mal agradecido, aliás, como o Brasil), o Visconde de Mauá escreveu estas palavras que merecem meditação e o elevam de muitos côvados sôbre os homens medíocres então existentes nos dois países:

> "A criação do Banco Mauá foi o primeiro passo, o ponto de partida para pôr em execução as minhas idéias, a fim de conseguir o bem-estar daquela sociedade. E nem se fêz muito esperar uma *mudança radical;* enorme dívida pública consolidada de mais de 100 milhões de pesos pesava com mão de ferro sôbre tôdas as fontes produtivas do país, deixando a propriedade com valor mínimo, pois dêsse elemento vital tinham de sair os recursos para pagar os juros e a amortização dessa dívida. Fazer desaparecer êsse cancro foi o meu primeiro cuidado e daqui parti munido de um contrato, firmado entre mim e a Legação oriental nesta côrte, pelo qual essa dívida ficava reduzida a 5 milhões, o que só foi possível pelo estado de *prostração absoluta* em que o país ainda se encontrava, sendo em qualquer caso difícil conseguir dos portadores dos títulos tão grande abatimento, realizando-se assim a operação, não por uma *imposição* aos credores, mas com *anuência* destes! E no entanto uma operação destas, que representava um serviço à República, que não pôde ser igualado por nenhum outro, que nêste século lhe poderá ser prestado, encontrou forte oposição e custou-me trabalho insano para obter a aprovação do corpo legislativo! Mais tarde se descobriu que a presença na circulação de mais de 40 milhões de títulos falsos era a verdadeira causa de tão inaudita resistência, fazendo os falsificadores enorme pressão para que o contrato, que ia descobrir a fraude, não fôsse aprovado. O certo é que eu e meus amgios fomos prejudicados em mais de meio milhões de pesos de lucro adicional, que o contrato e a lei que o aprovou nos asseguravam, pois resultou verificarem-se falsos cêrca de um têrço dos títulos de que havíamos feito aquisição, como base para realizar a operação. Desde essa época a prosperidade do Banco Mauá, na República, marchou a galope; dentro de *meia dúzia* de anos o país e a instituição de crédito que o havia amparado, se achavam *ambos* em uma situação invejável — a propriedade havia *quintuplicado de valor,* e o banco tinha depósitos por quantia superior a 10 milhões de pesos; suas notas de emissão, recebidas com preferência ao *ouro,* pois até da campanha vinham os gaúchos com seu ouro trocar pelas

> notas do Banco Mauá! E a República em estado de, em poucos anos, não ter em circulação um só título de dívida, tão rápida era a amortização com o excesso de renda! Tal foi o resultado de uma série de medidas adotadas em um período de mui poucos anos, em que o bom senso dominou no govêrno daquela nacionalidade: — antes de findar o ano de 1868 — o Brasil era o *único credor do Estado Oriental*, se a revolução capitaneada pelo general Flores em 1863 não viesse acender de novo o facho incendiário da guerra civil". (Os grifos são de Mauá).

Mauá sempre se orgulhou do grande serviço prestado à causa do desenvolvimento econômico e financeiro do Uruguai. Forçoso se torna reconhecer, a bem da verdade histórica, que nesse tempo o Barão de Mauá já era uma figura tão extraordinária que contra êle e seu banco se alçou forte oposição, embuçada ou ostensiva.

Sua estância modelar de Mercedes, com solar apalaçado e seu alfoz quase feudal, impressionou a imaginação dos invejosos. Políticos oportunistas, que lhe pediam favores em dinheiro, queriam viver às abas dêle, como clientela parasitária. E alguns eram políticos importantes. Mauá atribuirá a origem de tôdas as dificuldades que sofreu no Uruguai à vitória de Flores. Por isso, escreveu na *Autobiografia:*

> "E acrescentarei que o triunfo da revolução Flores, contra o govêrno legal da República do Uruguai, o que era impossível se desse sem o auxílio das armas do Império, foi também a *origem* das dificuldades com que mais tarde tive de lutar; embora o general Flores compreendesse, desde logo, que hostilizar o Banco Mauá era hostilizar o país. O seu *desgovêrno* em matéria de finanças e administração preparou os elementos destruidores que mais tarde fizeram explosão".

A ditadura de Flores foi de tropêço em tropêço. Ela primou pela falta de "conteúdo espiritual". As ditaduras confundem-se com os ditadores e êstes preferem quase sempre a parlanda bajulatória dos medíocres e dos moluscos morais. No seu govêrno ditatorial, Flores foi combatido pela melhor imprensa do país, desde o jornal dos "nacionalistas", chamado *Aurora,* dos anos de 64 e 65, até *La Nación,* de Juan Joaquin

Barbosa e José Pedro Pintos, *El Pueblo,* de Mateo Magariños Cervantes e Luis Magariños Cervantes, e o importante *El Siglo,* fundado em 63, por Nicolás Herrera e Adolfo Vaillant. Note-se, quanto a êste último diário que se extinguiu em 1924, que, por ocasião da invasão de Flores em 63, muitos dos seus redatores foram atraídos ao partido "colorado". A partir de 65, *El Siglo* (depois de haver sido fechado por ordem do ditador) reapareceu, sob a direção de Elbio Fernandez e Fermin Ferreira y Artigas, para apoiar o proceder do govêrno.

A crise financeira era, antes de mais nada, crise de firmeza governamental. O país estava empenhado na Guerra da Tríplice Aliança, fazendo gastos com operações militares. O govêrno de Flores era combatido pelo partido "blanco", ansioso por uma desforra. Referindo-se à crise do ano 68, Elbio Fernandez escreveu "que el abuso de créditos en los bancos havia originado una importación excessiva de mercaderias, en cuya virtud el oro habia obedecido à un rápido movimiento emigratório para saldar aquella importación". O Banco Mauá era atacado por ser emissionista. No entanto, é curioso assinalar que, nesse ano de 68, ano de crise intensa, segundo anúncios publicados no diário *El Mercantil del Plata* (adversário da política do Brasil), se compravam títulos do Banco Mauá, *como ouro*... O estabelecimento crescera muito, suas operações empolgavam a imaginação dos inimigos e invejosos; mas, seu crédito era seguro.

PRESIDÊNCIA DO GENERAL LORENZO BATLLE

No dia 19 de fevereiro de 68, em consequência de um levante "blanco", Bernardo Berro e Venâncio Flores foram assassinados. No mesmo dia os dois rivais, antigos presidentes da república, desapareceram do cenário político. Era uma Quarta-Feira de Cinzas...

Os "colorados" apresentaram candidato à nação, o general Lorenzo Battle. A candidatura de Batlle triunfou sôbre a de José G. Suárez.

Era um candidato de primeira ordem. Figurava com os maiores serviços prestados ao país. Batlle fôra educado no Colégio de Nobles y Militares, de Madrid. Regressara com a

família ao Uruguai quando contava 20 anos de idade para vestir o uniforme da Guarda nacional em defesa do govêrno Rivera. Èm dezembro de 32, fôra feito oficial. Quando as tropas de Rosas invadiram o Uruguai, Lorenzo Batlle recebeu as insígnias de tenente-coronel e o comando do batalhão n.º 1 da Guarda nacional. Comandando êsse corpo, participou dos combates do Cerro, Buceo, Aguada, Reduto, Casa de Reissig, Tres Cruces, Miguelete, Arroyo Seco, Figurita e Pantanoso. Na proclamação oficial referente a êste último combate se assinalou que Lorenzo Batlle "animado por sua bravura notória resistiu com seu batalhão e cinco batalhões inimigos". Foi promovido a coronel. Foi ministro da guerra do govêrno da Defesa. Eleito presidente da república para o período 68-72, Batlle dirigiu uma proclamação ao povo na qual afirmou: "Homem de princípios, soldado da gloriosa Defesa de Montevidéu, não me afastarei do estrito cumprimento da lei" (1). Era moderado numa época de intensas paixões políticas. O viajante francês Xavier Marmier conheceu-o como ministro do govêrno da Defesa, fazendo-lhe o seguinte retrato: "O ministério da guerra e o das finanças estão a cargo de M. Batlle, espírito iluminado, coração reto. Educado em França, na escola de Sorrèse, conservou por nosso país um sincero afeto. Joven ainda, foi levado ao poder sem buscá-lo nem ambicioná-lo. Não há em Montevidéu quem não faça justiça às suas generosas qualidades e leais intenções" (2). Publicista e historiador uruguaio dirá: "Era cidadão honrado e inteligente, com aptidões para a administração por ter desempenhado várias vêzes com tino e consciência os ministérios da fazenda e da guerra; e seu nome achava-se ligado a tôdas as lutas contra o caudilhismo dentro do seu partido. Ademais, foi sempre cidadão tolerante em matéria de divergências políticas e seu nome se encontra ao pé de muitos decretos de olvido do passado nos ministérios de fusão que desempenhou satisfatòriamente. Pôsto o ornassem retidão de propósitos e muitos outros dotes que o faziam um dos cidadãos mais indicados para a primeira magistratura, sua presidência

(1) Dados publicados por **El Dia**, de Montevidéu, a 8 de maio de 1946.

(2) PIVEL DEVOTO, **ibid.**, pág. 371.

foi muito criticável, mais talvez pelo momento em que lhe tocou dirigir os destinos do país que por falta de condições pessoais" (1). Batlle teve de fazer face a uma situação difícil. A desorganização administrativa era crônica. Ao assumir o govêrno, viu o partido "blanco" de ódios aguçados contra os "colorados". Havia "colorados" extremados, os chamados "principistas", que ardiam em vinditas, querelas e perseguições. Tornara-se crítica a situação financeira. Ia desaparecendo a prosperidade ficticia criada pela guerra da Tríplice Aliança. Como assinalou o historiador Pivel Devoto, Batlle se propôs desde o primeiro momento a realizar um "govêrno de partido". Seu govêrno foi integrado por elementos de todos os matizes "colorados": gente do velho partido liberal, gente do antigo partido conservador, gente representativa do caudilhismo. Era, a descoberto, um ministério frágil.

Dois foram os problemas de imediato estudo do seu govêrno: a nomeação das autoridades para a campanha e a questão do "curso forzoso". Os princípios que, no momento, regiam a organização bancária do Uruguai datavam de 65 e endossavam, em linhas gerais, os planos apresentados por Villalba em 63. Havia liberdade bancária. Os bancos podiam emitir, desde que não excedessem o triplo do capital efetivo. Eram as idéias de Say e Chevalier em plena execução. O prazo de autorização para êsse bancos funcionarem não deveria ultrapassar 20 anos, tendo o govêrno a faculdade de lhes fiscalizar as operações. *"O sistema funcionou mal, mas não por culpa da lei, mas sim por culpa dos abusos cometidos pelos governos"* — reconhece-o historiador uruguaio (2). Os bancos, em particular o Banco Mauá, tinham prestado apoio aos governos nos momentos mais difíceis. Tinham de emitir. Era forçoso que emitissem para cobrir as enormes despesas feitas pelos governos. Quando a situação se tornava premente, o govêrno, com muito oportunismo para não dizer despreocupação, baixava um decreto de inconversão. Villalba, com seu espírito prático e

---

(1) LUIS MELIAN LAFINUR, **"La acción funesta de los partidos tradicionales en la reforma constitucional"**, Montevidéu, 1918, pág. 56.

(2) PIVET DEVOTO, **"Hist. de la Rep. Oriental del Uruguay"**, pág. 372.

previdente, propôs algumas providências para o início do saneamento financeiro: — proibição para o govêrno de ter conta corrente em qualquer banco particular, sem expressa autorização legislativa e com designação taxativa do banco; o "descoberto" do govêrno em qualquer banco particular, no encerramento do balanço de cada ano, jamais deveria exceder de 20.000 pesos; êsse 'descoberto" deveria ser resgatado com rendas ou com letras da Tesouraria pagáveis com os recursos do exercício orçamentário seguinte; os tribunais deveriam fazer cumprir a Lei de Bancos, sempre que para isso fôssem solicitados pelas partes interessadas.

A partir de 65 surgiram os decretos de inconversão. O mais recente, de 13 de dezembro de 67, expirava em 30 de maio de 68. Tratava-se, pois, de um problema recebido por Batlle da administração anterior. Com a necessária autorização parlamentar, o govêrno baixou o decreto de 16 de julho de 68 que prorrogou o curso forçado pelo espaço de 20 meses, proibindo-se a emissão de novos bilhetes aos bancos que houvessem emitido até o dôbro do capital. O decreto prejudicou o Banco Mauá. Além disso, desde a data de 1.º de agôsto de 68, os bancos deveriam retirar mensalmente da circulação 3 % do total de sua emissão até ficar esta reduzida a 4 % do dôbro do seu capital realizado. As providências do govêrno não constituiam uma solução integral; mas, provisória: prorrogava-se o curso forçado dos bilhetes emitidos, fiscalizavam-se os bancos, vigiavam-se-lhes as operações e procurava-se sanear o mercado com a retirada de grande massa de bilhetes da circulação. Mauá relata na *Autobiografia* que, logo que se formou o govêrno constitucional depois da morte de Flores, "uma perseguição persistente e tenaz ficou desde logo assentada" contra seu banco — e seus "resultados não se fizeram esperar". Depois dos primeiros momentos de perplexidade ante as medidas tomadas pelo govêrno, os bancos, que haviam fechado as portas, reabriram-nas ao público. Logo depois, três estabelecimentos bancários as cerraram, para espanto da população. Um dêsses bancos foi o de Mauá. "O banco *vencido* entrou em liquidação e esta favorável aos meus interêsses na ocasião ia progredindo", — escreveu Mauá na *Autobiografia*. Diz Juan Carlos de Al-

zaybar, em sua *"História de la Deuda Pública del Uruguay'*, que Mauá "cerró sus puertas y se declaró en liquidación; el Montevideano y el Italiano imitaron su conducta; los Bancos restantes sufrieron una gran corrida, que si bien el de Navia y el Oriente la sostuvieron quedaron tan en ruinas que seguìdamente tuvieron que entrar en liquidación" (págs. 91 e 92).

Longe de melhorar com as providências governamentais, a situação da praça de Montevidéu agravou-se. Urgia estudar o problema a fundo, descobrir a origem dos males, dar-lhes corretivo. Os bancos eram acusados de vários erros. Defendiam-se, contudo, com energia das increpações, jogando sôbre o govêrno a responsabilidade da situação financeira. A oposição atacou os poderes públicos. Afinal, a 11 de fevereiro de 69, o govêrno nomeou uma comissão especial, encarregada de estudar o melhor regime bancário a ser adotado.

Em carta dirigida a Paranhos, de janeiro de 69, Mauá assinalou que aumentavam as falências na praça de Montevidéu, devido às medidas contraditórias tomadas pelo govêrno (*Arquivo Histórico do Itamaraty*).

A comissão especial, constituida por juristas e comerciantes, dividiu-se na questão de fundo: isto é, quanto ao regime mais conveniente. Uns (Diehl, Folle e Cohé) entendiam que os bancos particulares não deveriam ter a faculdade de emitir e, se a tivessem, seriam severamente fiscalizados dentro de um critério restritivo. José P. Ramírez, Elbio Fernández e José G. del Busto entendiam diversamente, tendo apresentado outro projeto na base da liberdade bancária. Magariños Cervantes, ministro da Fazenda, não adotou nenhuma das opiniões apresentadas pela comissão, por entender que a Lei de Bancos de 65, corrigida e melhorada, dava remédio à situação. A questão do "curso forçado" transformara-se em assunto empolgante. No Parlamento, havia figuras de prestígio favoráveis à prorrogação do período dêsse curso pelo espaço de 5 anos; os adversários dêste ponto de vista entendiam que, terminado o prazo de 20 meses, deveria voltar-se à situação normal da conversão. A questão tornou-se tão séria que deu origem a um movimento revolucionário dirigido por Francisco Caraballo, comandante geral da campanha. A 26 de maio de 68, Caraballo dirigiu uma comunicação ao presidente Batlle na qual disse que a

atitude da Câmara evidenciava o propósito de se combaterem os chamados elementos "floristas" do partido "colorado". O govêrno dominou com rapidez o movimento revolucionário.

Mauá seguia com o máximo interêsse os acontecimentos políticos, as providências governamentais e as flutuações parlamentares. Aceitara o decreto de 16 de julho de 68, "verdadeiro contrato bilateral que, impondo aos bancos obrigações e deveres, conferia-lhes direitos que garantiam a possibilidade de serem cumpridas as condições impostas e aceitas, que aliás eram bastante onerosas", explicou Mauá na *Autobiografia*. Assinale-se que êsse modo de entender o decreto de 16 de julho de 68 constituirá o ponto central da argumentação da chamada *"Reclamação Mauá"*, encaminhada ao govêrno da República, quando o banqueiro viu seus direitos espesinhados, seu contrato de fundação do Banco postergado e interpretado de maneira maliciosa e seus títulos de credor do Estado obliterados da noite para o dia... O Estado uruguaio transformar-se-á, quanto ao Banco Mauá, naquele *villicum iniquitatis,* de que fala o Evangelho.

O Banco Mauá pautava seu proceder pelo estrito cumprimento da lei. Tão grandes eram os elementos de que dispunha para satisfazer as obrigações contraídas que, sendo-lhe permitido pelo decreto retirar dos depósitos de valores, que garantiam a emissão, quantia proporcional ao resgate das notas efetuadas, — Mauá *dera ordem* à gerência para que não retirasse parte alguma dêsses valores, a fim de evitar discussão no caso de precisar o banco de alguma emissão durante os 20 meses em que o contrato havia de ser executado. Conhecedor da política uruguaia e principalmente de seus homens, Mauá dera com essa ordem prova de prudência e honestidade.

A quebra de outros brancos determinou "nova explosão de má vontade do govêrno da época contra o Banco Mauá, que encontrou eco no presidente da República, o qual, como já foi dito, era *hostil* ao Banco; foi o ministério mudado e chamados aos conselhos do govêrno elementos pessoais incompetentes, tornando-se logo patente nova guerra ao Banco Mauá", escreveu o banqueiro na *Autobiografia*. Ciente dessa oposição, o Banco procurou defender-se, aparceirado com outros. As hesitações do govêrno foram perigosas. No ar andavam idéias boas e

outras absurdas. Falou-se na criação de um grande Banco Nacional, que fôsse o amâlgama dos existentes em Montevidéu. Mauá não se opôs à idéia da criação do Banco Nacional, declarando apenas que "aceitaria discussão", o que teria talvez irritado seus inimigos, então colocados no poder.

A propósito da criação de um Banco Nacional, é curioso assinalar que só em 24 de agôsto de 96 se inaugurou o primeiro banco do Estado do Uruguai, o Banco da República Oriental do Uruguai, obra de Federico Vidiella, ministro da Fazenda. O banco teve um capital de 5.000.000 de pesos. A carta orgânica do Banco da República Oriental do Uruguai foi promulgada em 17 de julho de 1911. Êsse banco foi pràticamente o resultado da lição muito dura da crise econômico-financeira de 1890-91, em que desapareceram o Banco Nacional, o Banco Inglês do Rio da Prata e outros estabelecimentos, o que causou danos imensos (ver o artigo de Juan Carlos Arrosa, publicado em *El País,* de Montevidéu, de 24 de agôsto de 1946).

Na Argentina, oBanco Nacional só foi fundado em 1872, depois de um processo de inquietações e desastres financeiros, causados por govêrnos infelizes ou mesmo incompetentes.

Quando, a 21 de janeiro de 69, surgiu o decreto governamental, que retirou aos bancos o direito que tinham (o decreto de 16 de julho de 68 dera aos bancos a faculdade de fazer uso da soma de emissão que pudessem garantir com valores, a contento da Junta de Crédito Público, que foi na prática outra criação de Mauá, porque surgira de sugestão sua), o banqueiro envidou tenazes esforços para conseguir do govêrno a revogação ou, pelo menos, a modificação da lei. A diligência interposta por Mauá dava idéia do seu conceito na praça de Montevidéu. Baldados foram seus esforços. Araújo Gondim, depois Barão de Araújo Gondim, ministro do Império, chegou a ir à Casa do Govêrno para "fazer sentir a ilegalidade do decreto de 21 de janeiro, que para o Banco Mauá era, além disso, uma verdadeira iniquidade", — lá se encontra na *Autobiografia*. Os esforços de Araújo Gondim não tiveram êxito. Mauá fêz o necessário protesto perante a Junta de Crédito Público. Os depositantes do Banco Bauá alarmaram-se. Durante 20 dias verificou-se uma corrida ao banco.

Diferentemente dos demais bancos atingidos pelo decreto, o Banco Mauá não fechou as portas. Pelo contrário, atendeu aos clientes, dando-lhes plena liberdade de ação. Grande sacrifício fez então o estabelecimento de Mauá, resistindo a tudo e atendendo a todos os clientes e a todos os protestos. Portas abertas, bolsa aberta, impávido. O Banco Mauá não era uma *arapuca*. Era um grande banco, com tradição e honestidade. Os conselheiros de Batlle ficaram "contentes" em sua mediocridade. Ao cabo de 20 dias de "corrida", o Banco Mauá fechou as portas pela segunda vez, em 69.

Talvez seja dessa época dramática uma carta, publicada agora pela primeira vez, dirigida por Mauá ao Dr. Mateo Magariños Cervantes, ministro da Fazenda. Essa carta não tem data; mas, tudo leva a crer que seja dêsse momento:

> "Ilmo. Sr. Dr. Mateo Magariños Cervantes. — Vejo que está nomeado o Dr. Ramírez para meu acusador, o que me parece até indecente por parte do govêrno. Como o Paquete Francês leva para o Brasil e para a Europa a noticia desta acusação — seria para mim de *máxima importância* que os jornais do dia 15 *levassem a proposta* de reabilitação do Banco Mauá acompanhada de um considerando que *suavizasse* o golpe, apresentando um reconhecimento por parte dos representantes do país de que a existência do Banco Mauá não tem sido indiferente à prosperidade desta Republica, o que seria, no momento atual não só um ato de justiça porém uma reparação devida. Sou com tôda consideração de V. S. o mto. Amo. obro. (a) Barão de Mauá" (1).

Mauá estava pagando as ações da "retaguarda de derrotistas", criada em Buenos Aires e Montevidéu, durante a Guerra da Tríplice Aliança. O homem, que fôra amigo de Souza Franco, do Marquês de Paraná, do Visconde do Uruguai, de Christiano Ottoni e de tantas outras personalidades eminentes do Império, estava lidando em Montevidéu com minúsculas personalidades, versáteis e impostoras, mesmo que tivessem "*un bien-dire odorant et flatteur*", como disse Saint-Simon do

---

(1) Do arquivo pessoal, e precioso, do historiador uruguaio Mateo J. Magariños de Mello, descendente de Magariños Cervantes, que proporcionou ao Autor essa carta de Mauá.

Abade de Polignac. A Guerra da Tríplice Aliança era explorada pela imprensa contra o Império. *El Mercantil del Plata,* através do ano de 68, nada mais fizera que falsificar a verdade contra o Brasil. Os exércitos aliados haviam sofrido revezes muito sérios, só compensados pela tomada de Humaitá por Caxias. Uma enxurrada de mentiras e infâmias desaguava às portas da Legação imperial. Em editorial de 29 de agôsto de 68, *El Mercantil del Plata* dizia: "Los motivos de la injusta guerra con el Paraguay, no debe diseñarse aun por que esa ya es historia de todos conocida. El ministro de relaciones exteriores de la República Oriental, Sr. de Castro, se encargó de contarla ao mundo entero" (Era uma alusão ao fato de haver Carlos de Castro fornecido, em confiança, uma cópia do Tratado da Tríplice Aliança ao ministro Lettson, representante da Inglaterra em Montevidéu, quando o tratado deveria manter-se secreto até a consecução de seus fitos principais. Lettson mandou cópia a Lord Russell que a entregou ao "London Times", que a publicou). Em editorial de 5 de setembro de 68, *El Mercantil del Plata* escreveu: "En la guerra del Paraguay, los amigos de la Alianza inmoral se han mostrado dignos instrumentos de la política falsa que arrojó al campo del combate á tres pueblos hermanos, que se estan despedazando, el uno por defender su tierra natal, los otros para hacer subir el crédito de uma monarquia que iba á derrumbarse".

A linguagem desabrida de *El Mercantil del Plata* suscitou o aparecimento de um opositor, *El Heraldo,* defensor da causa brasileira, — fato desconhecido pelos historiadores do Brasil. Em editorial de 12 de setembro, *El Mercantil del Plata* atirou-se contra o jornal amigo do Brasil:

> "En otro artículo hemos de demonstrar que es el partido liberal el que ha cedido al Brasil una parte del território de la República, y que es es mismo partido el que ha fraguado la anexión de la República Oriental á la Argentina y el que acaso pretende obtener el *protetorado del Brasil,* à estar á las aseveraciones del *Centinela del Brasil,* diário que, con el título de *El Heraldo* se publica bajo los auspícios del Ministerio, del que según se dió alguna vez á entender recibe sus inspiraciones".

O Banco Mauá foi visado várias vêzes nessa campanha contra o Império. Não se tinha em consideração o mérito de tratar-se de um estabelecimento dedicado ao progresso econômico do Uruguai. O dono do banco era o Barão de Mauá, personalidade brasileira; logo, *suspeita*. *El Mercantil del Plata*, na edição de 12 de julho de 68, pôs em foco a pessoa de Mauá num editorial intitulado, 'Dineros del Brasil":

> "Aunque "La Patria" de Buenos Aires dice, que el dinero que ha recebido este Gobierno, ha sido dado por el Barón de Mauá por médio de la Legación Brasilera; podemos afirmar que eso no es exacto — pues esos dineros que ha recebido el Gobierno, se asegura que pertenecen á la última mensualidad que el Imperio entrega para gastos, segun lo habia pactado con la pasada Dictadura".

Evidentemente o articulista de *El Mercantil del Plata* referia-se à Convenção de empréstimo feito pelo Império ao Uruguai, assinada em Buenos Aires a 8 de maio de 65, por Francisco Octaviano de Almeida Rosa e Carlos de Castro. O empréstimo foi de 600.000 pesos fortes, divididos em quatro letras, havendo sido, ademais, assinado em Montevidéu a 22 de novembro de 65 um protocolo referente a novo empréstimo de 200.000 pesos fortes, divididos em quatro letras.

Em Montevidéu e Buenos Aires cresceram, a partir de 67, os franco-atiradores do derrotismo. O Paraguai já não era para êsses criticões versáteis o "agressor": pouco faltava para ser o "agredido'. Batlle e seus conselheiros, talvez sugestionados pelo que se publicava nas gazetas de Buenos Aires e de Montevidéu, estariam preparando uma "retirada estratégica" quanto à participação na Guerra da Tríplice Aliança. Em Montevidéu, no tempo do presidente Batlle, sòmente *El Heraldo* e *El Orden* defendiam a política do Brasil... *El Heraldo* fôra fundado com dinheiros do Banco Mauá.

A política financeira de Batlle, com tôdas as suas contradições, foi de um modo geral funesta. Em fins de 66, a Contadoria geral da Nação publicou um quadro das dívidas reconhecidas e inscritas no tombamento público. Os títulos emitidos durante êsse ano alcançaram um total de $ 2.231.989 e os amortizados $ 1.133.291, ficando, no encerramento do balanço, um

grande saldo devedor de $ 19.941.859, do qual as rubricas mais importantes foram as seguintes:

Dívida brasileira (capital e juros)	$ 4.062.003
Dívida franco-inglêsa	2.988.700
Empréstimo Montevideano-Europeu	4.542.080
Dívida Fundada	1.439.446
Dívida Interna	1.382.500
Dívida de Resgate de Terras	875.171
Banco Mauá. Conta Corrente	966.214

Assinale-se que naquele total de 19 milhões e pico não figuravam certas dívidas flutuantes, como o saldo da Dívida Consolidada de 54, ainda em circulação, constituindo tôdas elas um total de alguns milhões de pesos. Já no ano de 67, a Contadoria geral da Nação dava à dívida inscrita em seu tombamento um total de $ 27.488.000.

O govêrno de Flores emitiu, de fevereiro de 65 a fevereiro de 68, as seguintes parcelas:

Maio de 66. Resgate de terras	$ 1.916.000
Fevereiro de 67. Dívida Fundada, 2.ª série	1.888.000
Janeiro de 68. Dívida interna, 2.ª série	6.838.676

Note-se que a Dívida interna, 2.ª série, pagando 12 % de juros ao ano, foi emitida para pagamento de diversos empréstimos feitos pelo Banco Mauá ao govêrno do general Flores. Flores precisou também do estabelecimento bancário do Barão de Mauá...

A dívida emitida não deixou de crescer. Em 68, segundo estatística da Junta de Crédito Público, a dívida foi representada da seguinte forma:

Emissão progressiva	$ 23.657.436
Emissão circulante	18.800.669

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO CONTRA BATLLE

Através dos quatro anos de sua presidência (1868-1872), o presidente Batlle só encontrou dificuldades pelo caminho. Três movimentos sediciosos haviam-se verificado de 68 a 70, todos fàcilmente sufocados pelas autoridades legais. Em 70

estalou sério movimento revolucionário, promovido pelo partido "blanco" e iniciado pelos coronéis Timóteo Aparicio e Inocêncio Benitez. Mais tarde, dêsse movimento participou o general Anacleto Medina, que então vivia em Entre-Rios. Verificaram-se vários recontros, especialmente em Paso de Severino, Corralito e Sauce, onde a peleja foi encarniçada. O exército legalista perdeu um chefe e 16 oficiais, tendo tido 116 soldados mortos e 214 feridos. Os revolucionários sofreram cêrca de 800 baixas, tendo perdido 6 canhões. Logo depois de Sauce, o presidente Batlle levantou o estado de sítio e decretou indulto a todos quantos se apresentassem às autoridades no prazo de 30 dias. Solicitou ao Parlamento uma lei de anistia.

Andrés Lamas, no famoso manifesto — ""Andrés Lamas a sus compatriotas", publicado no Rio de Janeiro em 1855 —, disse estas palavras candentes:

> "La América española se ha deshonrado discerniendo los títulos á la Suprema Magistratura por la voz del motin ó en los campos de la guerra civil.
>
> El crimen que en las sociedades regulares lleva á la horca, en la América Española lleva todavia á la Presidencia.
>
> Es forzoso acabar con eso.
>
> Obremos legalmente para bien del presente, para bien del porvenir.
>
> Legalmente puede hacerse la impotencia del Poder personal. — Hagamosla" (1).

Contra a espectativa do presidente Batlle, os revolucionários não ficaram abatidos com o revés de Sauce. Através de 71, a guerra civil prosseguiu com refrégas em vários pontos do país. Em julho dêsse ano, as hostes adversárias encontraram-se na coxilha dos Manantiales, perto do arroio San Juan. Combate desesperado. Os revolucionários tiveram 80 mortos entre os quais o general Anacleto Medina, deixando 250 prisioneiros nas mãos dos legalistas, bem como tôda a artilharia, composta de 7 peças ligeiras. Timóteo Aparício, a despeito do revés, continuou na luta com sua cavalaria, em sortidas imprevistas. De novo, a guerra gaúchesca: correrias, sortidas, saqueios, emboscadas, incêndios, assassinatos e combates.

(1) ANDRÉS LAMAS, "Escritos", Montevidéu, 1943, vol. II, pág. 87.

Juan Pedro Varela iniciou trocas de idéia com várias personalidades. Uma destas foi Mauá. Era preciso liquidar a guerra civil. Juan Quevedo e Estanislao Camino, de parceria com outros elementos, trabalharam pela idéia.

MEDIAÇÃO DO MARECHAL OSÓRIO

Foi então que surgiu como figura mediadora o Marechal Osório, aureolado por grandes feitos na Guerra do Paraguai e que tinha prestigiosas ligações no partido "colorado". A fórmula apresentada por Osório foi a seguinte: "Acatamento às autoridades constituidas, desarme das fôrças, reconhecimento dos postos que tinham os chefes e oficiais da revolução antes da guerra civil, sufrágio livre". Não contente de haver apresentado a fórmula, o Marquês do Herval partiu para o acampamento revolucionário, conseguindo obter a designação de três comissários para o estudo de planos tendentes à pacificação. Os três delegados revolucionários foram Francisco Lecocq, José G. Palomeque e Estanislao Camino. Depois disso, Osório dirgiu-se ao presidente Batlle que, por sua vez, escolheu Tomás Gomensoro, Juan Miguel Martínez e José E. Ellauri. Tão grande era o prestígio do soldado brasileiro que se acreditou na terminação da guerra civil. Contradições de lado a lado (repetindo os episódios dramáticos de 65, entre Flores e Aguirre, a despeito da mediação conjunta e amistosa de Elizalde, Thornton e Saraiva), falta de cumprimento da palavra dada, malograram as diligências generosas de Osório. O chefe do exército revolucionário referiu-se às diligências numa proclamação a seus soldados: "O alto que fizemos em nossas operações de guerra, por deferência amistosa para com o Senhor Marquês do Herval, Tenente-General Manuel Luís Osório, terminou. Seus nobres esforços e humanitários sentimentos malograram-se contra a tenacidade do Senhor general Lorenzo Batlle". A seguir, verificou-se a intervenção de Don Jacinto Vera, bispo de Montevidéu, que se dirigiu ao acampamento do exército revolucionário, não tendo obtido melhores resultados que o Marquês do Herval. Seguiram-se Carlos Reyles, Juan Pedro Ramírez e Lino Herosa, em ação conjunta mediadora, de acôrdo com as bases de pacificação oferecidas por Batlle: — "garantias

para as pessoas, garantias para o exercício dos direitos políticos, reposição em seus postos dos militares eliminados do exército, desarmamento imediato da Guarda nacional, abertura do registro cívico eleitoral, eleição imediata de senadores, deputados e autoridades locais". Manuel Herrera y Obes, ministro das relações exteriores, desenvolveu ação para conseguir o congraçamento da família uruguaia, destroçada então por ódios implacáveis. É interessante notar que, ao assumir Osório o papel de mediador, se entendeu com Sarmiento, presidente da Argentina, sôbre o assunto. Depois de informado pelo Marquês do Herval, Sarmiento dirigiu carta ao presidente Batlle, perguntando-lhe quais eram suas opiniões a respeito dessa grave questão. Sarmiento, com seu grande prestígio intelectual, político e moral, dizia nessa carta: "O mal da nossa América está em que ela própria não sabe do que sofre e o Uruguai e a Argentina são o triste exemplo dessa verdade. Por que motivo se derramou tanto sangue em Entre-Rios e por que no Uruguai? Eu mesmo não compreendo uma palavra de todo êste assunto". Sarmiento sentia a angústia do caudilhismo, a anarquia refervente, a desorganização característica e, finalmente, o prestígio da autoridade leiloado nas pontas das lanças e baionetas. Em 71, Sarmiento escreveu cartas a Aparício. Carlos Tejedor, ministro das relações exteriores da Argentina, também se comunicou com os "blancos". A mediação argentina só iria surtir efeito com a subida ao poder de Tomás Gomensoro em março de 72. O govêrno infeliz de Batlle tivera, assim, triste desfecho na guerra civil. O Convênio de 6 de abril de 72 pôs têrmo à peleja inglória. Nessa luta entre "colorados" e "blancos", a diplomacia imperial se manteve neutra, indiferente e prudente. A lição de 64 e 65 ficara na imaginação dos diplomatas brasileiros, que haviam aprendido a lidar com personalidades políticas estrangeiras que cultivavam o contrário da lógica.

*
* *

Diminuido o crédito público em conseqüência da guerra civil, aumentaram as despesas governamentais. Batlle raspou as arcas do Erário. Estancaram-se as fontes vivas da riqueza

nacional. Na campanha, se arruinaram os mais prósperos estabelecimentos pecuários. As grandes estâncias do Barão de Mauá, transformadas e consolidadas na "Sociedade Porvenir Agrícola y Industrial", *com um capital de* $ 1.800.000, *representavam nesse tempo* 144.000 *hectares de campo em Soriano, Salto e Florida, com* 40.000 *cabeças de gado bovino,* 150.000 *ovinos e* 5.000 *cavalos*. Riqueza imensa. Essas estâncias não deixaram de ser depredadas por bandos armados de ambas as hostes.

A guerra civil agravou a situação econômico-financeira do Uruguai. A lei n.º 911, de 13 de dezembro de 67, baixada por Flores, reconheceu a difícil situação de então e procurou dar-lhe remédio, pôsto que transitório. Essa lei relevou os bancos de emisão e de desconto da conversão de seus bilhetes em ouro até 30 de maio de 68; continuando, no entanto, a ser recebidos êsses bilhetes como dinheiro efetivo nas repartições públicas e nas transações entre particulares. Os bancos ficaram obrigados a reter em suas caixas todo o ouro amoedado que possuissem de acôrdo com seus balanços, para maior garantia de suas respectivas emissões e efetividade na próxima conversão.

Depois da lei n.º 911, surgiu a lei n.º 961, de 9 de julho de 68, assinada por José C. Bustamante, presidente da assembléia geral legislativa, que autorizou o Executivo a adotar as medidas que julgasse necessárias para a efetiva realização da conversão dos bilhetes emitidos por todos os bancos existentes na República até 30 de maio de 68.

A lei n.º 911 teve a vantagem de dar alento a alguns bancos que se encontravam na iminência de quebra. O efeito fôra, no entanto, de maneira geral, negativo. Se em dezembro de 67, os bancos então existentes em Montevidéu — Banco Oriental, Banco de Londres, Banco Italiano, Banco Navia, Banco Comercial, Banco Mauá e Banco Montevideano —, tinham um encaixe total de $ 4.395.000 e $ 7.610.000 de emissões; — em maio de 68 apresentavam um encaixe de $ 7.033.000 e emissões no valor de $ 13.317.000. Isto é, continuava a curva ascendente das emissões.

12

SEGUE A CRISE E SEGUEM-SE DESORDENS. — PRESTÍGIO DO BARÃO DE MAUÁ E DO SEU BANCO.

Já no tempo do presidente Batle, foi a lei n.º 961 regulamentada a 16 de julho de 68. Em conseqüência dessa regulamentação, o Executivo nomeou uma Comissão Fiscal de Bancos composta do contador geral da Nação, Tomás Villalba, e de Juan Peñalva, Ezequiel Pérez, Duncan Stewart e Maurício Llamas. A comissão substituiu em suas funções os comissários de bancos criados por decreto de 23 de março de 65. A praça de Montevidéu reagiu com desconfiança à nova comissão. O Banco de Londres e o Banco Comercial aproveitaram-se da situação para aumentar o encaixe e diminuir as emissões, ao passo que com o Banco Mauá se dera justamente o contrário. Se aquêles bancos puderam realizar essa política de saneamento, o mesmo não aconteceu com o Banco Mauá, sobrecarregado de dívidas governamentais não resgatadas. E o govêrno não tomava providências para liquidar tais dívidas.

Antes de vencer-se o prazo do decreto de inconversão, o ministro da Fazenda dirigiu circular aos bancos, na qual lhes perguntou se estavam em condições de retomar as operações, na base ouro, a 31 de maio de 68. O Banco Mauá declarou que desde o dia do decreto, que impuzera o curso forçado, obrigando os particulares a receber os bilhetes como moeda corrente, ficara o Estado com a responsabilidade do seu pagamento. Não era justo que os bancos fôssem abandonados à sua sorte e ficassem submetidos às disposições de direito comum; tanto mais quanto o Banco Mauá era *credor do govêrno de* $ 6.900.000. Êste crédito compreendia todos os títulos de dívida pública que o Banco Mauá tinha então em cobrança. O comércio forte de Montevidéu também saiu em defesa dos bancos, tendo apresentado a respeito uma petição ao Legislativo. A situação continuava, no entanto, confusa, porque o govêrno hesitava nas deliberações, esquecendo-se de que a firmeza deve ser a qualidade principal dos governantes...

Quando surgiu o decreto de 16 de julho de 68, que regulamentou a lei n.º 961, o Banco Mauá dirigiu uma petição a Daniel Zorrilla, ministro da Fazenda, pedindo-lhe esclarecesse a interpretação do aludido decreto. O ministro mandou ouvir a Comissão Fiscal de Bancos que se pronunciou da seguinte forma:

> "Exmo. Señor: La Comisión Fiscal de Bancos, dictaminando como V. E. se sirve ordenarle sobre la consulta que antecede, que le ha sido elevada por el señor Barón de Mauá, opina que el decreto del Gobierno a que ella se refiere no contiene la contradicción que se supone en los articulos 4.º y 7.º del citado decreto. Tan solo la condición especial en que se encuentra el Banco Mauá & Cia., por su emisión circulante superior al límite de la ley y que V. E. no ha podido salvar al dictar una disposición aplicable a todos los bancos, es la que para aquel Banco parece ofrecer contradicción; pero esta Comisión entiende que el medio sencillo de evitar tal inconveniente y que la Comisión se propone adoptar con ese, como con cualquer otro Banco que se encuentre en igualdad de circunstancias, se reduce a que el exceso de su emisión se amortice aumentándose en la proporción que corresponda a la cuota mensual que el artículo 7.º establece, y aplicando el mismo objeto a los valores designados por el artículo 8.º, a fin de que el vencimiento o antes del término acordado por el artículo 11, se encuentre exactamente nivelado con todos los demás Bancos; es decir, con una emisión en circulación que no exceda al 40 por ciento prescripto por el mismo artículo 7.º. — Tomás Villalba".

O ministro da Fazenda, estribado no parecer da Comissão Fiscal de Bancos, pronunciou-se contra o Banco Mauá. Era muito curioso que o mesmo ministro, tão cioso da hermenêutica do diploma legal, não se tivesse manifestado quanto ao pagamento do avultado débito do govêrno ao Banco Mauá. Esquecera-se disso... Quer dizer: de um lado, obrigava-se o banco a cumprir uma lei nova, sem tomar-se conhecimento do contrato que o mesmo tinha com o govêrno por ocasião de sua instalação em Montevidéu, contrato válido; do outro, o mesmo govêrno, por uma questão de eqüidade e de moralidade administrativa (?), se fechava em copas quanto ao pagamento do grande débito que tinha para com êle.

Como quer que seja, os demais bancos abriram as portas, com exceção do Banco Mauá que ficou submetido à jurisdição do Tribunal de Comércio. Êste tribunal, depois do exame de sua escrita, declarou que o banco possuia um ativo de ..... $1.500.000; e que se nomearia uma comissão de alçada executiva para proceder à liquidação do estabelecimento. O exemplo do Banco Mauá foi, no entanto, seguido dias depois por outros estabelecimentos, como o Banco Italiano, o Banco Montevideano e o Banco Navia, que fecharam as portas e convocaram os credores. Os acontecimentos estavam provando que a posição assumida pelo Banco Mauá fôra lógica. O Barão de Mauá saiu a público, explicando numa declaração impressa os motivos da crise e reportando-se ao primeiro decreto de inconversão, baixado pelo presidente Aguirre em 65. Era um nobre documento de exposição clara e objetiva e de alto valor histórico para o conhecimento da crise. No final dêsse documento, Mauá disse que em tôdas as partes do mundo são os credores que impõem a liquidação aos devedores. No caso ocorrente, *"tratava-se de um devedor que, depois de utilizar os recursos do credor, obrigava-o a entrar em liquidação, devido à impossibilidade de reabrir a conversão de seus bilhetes em determinado dia"*. A carapuça fôra tão bem talhada, apesar de não declinar nomes, que Pedro Bustamante saiu a campo para rebater a conclusão do documento assinado por Mauá. A crise aprofundara-se de tal forma que o govêrno se viu na contingência de adiar a liquidação dos bancos, que se haviam declarado impotentes para fazer face às circunstâncias. Enquanto um estabelecimento honesto e digno como o Banco Mauá era obrigado a fechar as portas, o novo decreto do govêrno deu origem à proliferação de pequenas emprêsas territoriais e bancárias que muito contribuíram para aumentar a especulação. Findo o prazo do novo decreto, o Banco Italiano declarou-se incapacitado de continuar com o cumprimento de suas obrigações. A 11 de fevereiro de 69, o Banco Mauá fechou as portas.

O fechamento do Banco Mauá causou espanto na praça de Montevidéu. No Parlamento alçaram-se vozes que condenaram a política oficial, taxando-a de injusta e mesmo tirânica.

A 7 de julho de 69, apareceu a lei n.º 1.055, assinada por Tomás Gomensoro, 1.º vice-presidente, que regulamentou a liquidação dos bancos que tinham suspendido as operações de conformidade com o art. XVIII do decreto de 16 de julho de 68. (Êste artigo rezava o seguinte: "En el caso que alguno o algunos de los Bancos faltasen al cumplimiento de cualquiera de las prescripciones del presente Decreto, la Comisión Fiscal dará cuenta en el acto al Ministerio de Hacienda con expresión de las causas que hayan producido tal hecho, con cuyo conocimiento hará proceder a su liquidación en la forma y modo que corresponda").

A lei n.º 1.055 determinou em seu art. 1.º que a liquidação dos bancos, que houvessem suspendido as operações, se faria imediatamente efetiva na parte que se relacionasse com suas emissões por meio dos valores depositados em garantia, que constituissem seu ativo até o total da referida emissão, comprovada pela escrita de cada banco. Pelo art. 13, o Executivo trataria de angariar elementos para assegurar a conversão dentro do prazo indicado no decreto de 16 de julho de 68, "para cujo objeto ùnicamente poderá contratar empréstimos afetando para tal efeito as garantias em seu poder ou traspassar as mesmas garantias a qualquer indivíduo ou sociedade que, oferecendo também as garantias imprescindíveis para a Nação, queira ou possa encarregar-se da conversão conforme está acordado".

Ora, Mauá se batera justamente pela abertura por parte do govêrno de novas garantias e pela transferência das mesmas aos bancos, para que êstes pudessem vencer a crise financeira. As idéias do banqueiro *vencido* foram, pois, aceitas pelo govêrno, premido pelas circunstâncias. O Banco Mauá, nesse momento, era a principal preocupação dos poderes públicos. Estribada na lei n.º 1.055, de 7 de julho de 69, a Comissão Fiscal de Bancos chegou a um entendimento com o Banco Mauá, fazendo um levantamento das obrigações e possibilidades do estabelecimento de crédito: — emissão circulante, ... $5.600.000; valores recebidos em pagamento, $5.600.000, consistentes em títulos do Empréstimo Montevideano-Europeu pela importância de $ 2.783.000; Dívida Fundada, $ 1.919.340; Títulos hipotecários, $ 76.664; conta de compensação com o

Estado, $ 821.708. Ao mesmo tempo que o govêrno obrigava os bancos a fechar as portas, determinou que os mesmos, apesar da situação anormal em que se encontravam, *poderiam voltar a funcionar*, desde que entregassem os valores destinados a garantir a emissão, de cujo pagamento se fazia o Estado responsável.

Note-se que a lei n.º 1.055 foi prorrogada pela lei n.º 1.802, de 15 de março de 70. A lei n.º 1.085, de 30 de março de 70, prorrogou até 15 de abril do mesmo ano a lei n.º 1.055. A lei n.º 1.098, de 13 de abril de 70 declarou: "Prorrogam-se os efeitos da lei de 7 de julho de 69 até que o Honrado Corpo Legislativo resolva a questão relativa à conversão dos bilhetes de curso legal".

Enquanto êsses acontecimentos se verificavam a partir de 67, fazendo estremecer o Banco Mauá devido a uma legislação oportunista e sem base realista, — a 15 de janeiro de 67, no ministério das relações exteriores de Montevidéu, era assinado por Alberto Flangini, ministro das Relações Exteriores, e Francisco Octaviano de Almeida Rosa, Enviado extraordinário do Imperador em missão especial no Prata, um protocolo de empréstimo mensal feito pelo Império ao govêrno da República: o Govêrno brasileiro comprometia-se, enquanto durasse a guerra do Paraguai, a entregar ao uruguaio o subsídio mensal de 30.000 pesos. Esta importância seria posta à disposição do govêrno uruguaio ou pelo chefe da Missão especial no Prata (Francisco Octaviano) ou, em sua ausência, por Tomás Fortunato de Brito, Ministro residente do Império em Montevidéu, mais tarde Visconde de Arinos. Êsse subsídio, consoante a declaração ao pé do aludido protocolo, destinava-se a despesas de guerra.

*
* *

Entretanto, o Banco Mauá ia sofrendo os desaires impostos por uma legislação atabalhôada e pela má vontade do govêrno. Na *Autobiografia* relata Mauá que, no ano de 70, a Assembléia legislativa resolveu que se suspendesse a intervenção do govêrno, saldando-se quanto aos bancos em liquidação a conta das

notas de emissão, pelas quais era o Estado responsável pelo decreto de 16 de julho de 68, entregando à Junta dos Bancos (assim chamava Mauá a Comissão Fiscal de Bancos) o resto do ativo; ficando os estabelecimentos bancários sujeitos à deliberação dos credores e, por conseguinte, às disposições do Código comercial.

Mauá confessa que, desde logo, percebeu o alcance da providência governamental, tratando de contrariar da maneira que lhe fôsse possível o pensamento que evidentemente visava entregar o estabelecimento aos tribunais, — "isto é, *fazer uma fogueira* dos imensos valores do Banco Mauá em prejuízo dos credores no exterior (no Brasil e na Europa). Liquidada a conta com o govêrno, tomando êste a seu cargo a emissão pela forma que a lei impunha, ficavam ainda credores por cêrca de *cinco milhões de pesos*, com um ativo de pouco mais de nove milhões, para fazer face a êsse passivo".

Assevera Mauá que a liquidação, pela forma desejada e advogada pelos elementos que eram hostis ao Banco, daria em resultado aniquilar todos os nove milhões para pagar os cinco, se ainda algum deficit não tivesse de aparecer. O pensamento do banqueiro consistiu em desviar o golpe que se preparava. Por iso, lembrou-lhe passar uma circular aos credores, expondo-lhes os perigos que receiava e apontando o único meio prático que preencheria o fim, o qual consistia em aceitarem os credores *títulos de venda* da responsabilidade *pessoal* de Mauá, exonerando completamente o Banco Mauá & Cia.

Enquanto o Parlamento e o govêrno discutiam a lei, a circular enviada por Mauá iria bater à porta de mais de 1.500 credores, espalhados pelo Uruguai. Os 1.500 credores restituiram o documento enviado por Mauá, havendo concordado com a proposta sem discrepância de espécie alguma.

Veja-se o comentário de Mauá em sua *Autobiografia*: "Desta fase de minha vida financeira conservarei, durante tudo o resto de minha amargurada existência, a mais grata recordação".

O golpe de Mauá levara a perplexidade ao arraial dos seus inimigos. E êstes estavam no govêrno. Votou-se a lei de 4 de maio de 70, de n.º 1.092, que autorizou a contratação do Empréstimo uruguaio e dispôs sôbre a conversão da moeda-

papel. É interessante assinalar que o art. 1.º da lei rezava o seguinte:

> "La Junta de Crédito Público aumentada en su actual personal con dos miembros más nombrados por el Poder Ejecutivo queda encargada de la amortización de los billetes en circulación que la Nación ha garantido de los Bancos Mauá & Cia., Italiano, Montevideano y Comercial del Salto, que han caido en liquidación".

Vendo-se *sem credores,* o Banco Mauá reabriu as portas. Não encontrou dificuldades para retomar as transações. Suscitou a admiração do público pela façanha realizada. Contudo, os homens de govêrno, que viviam em alborques inter-partidários, do seu mirante presenciavam os acontecimentos e não puderam sofrear repentes de mau humor em relação ao Banco Mauá. A lei de 4 de março de 70 fôra, no entanto, cumprida em relação ao Banco "com a mais flagrante violação de suas disposições", afirmou Mauá na *Autobiografia*. De acôrdo com essa lei, os bancos teriam de entregar à Junta de Crédito Público valores correspondentes à emissão de cada um dêles em circulação: em primeiro lugar, em fundos públicos, pelo preço da última amortização; ou conforme os tipos por que haviam sido os empréstimos realizados, tendo os bancos a opção de aceitarem quaisquer das bases como lhes fôra declarado pela Junta de Crédito Público. O Banco Mauá tinha, em fundos públicos, quantia superior à totalidade de suas notas em circulação. O preço da última amortização achava-se provado pelos anúncios publicados nas fôlhas de Montevidéu pela própria Junta, que ordenou aos empregados do Banco Mauá que pagassem nessa conformidade aos portadores dos títulos em circulação.

Em segundo lugar, quanto aos títulos externos, o preço da última amortização realizada antes que se pensasse na lei de 4 de maio de 70 se achava também provado perante o govêrno de modo irrecusável. O Banco Mauá ressalvou seus direitos, fazendo os necessários protestos, entregues à Legação do Império, contra o decreto de 21 de janeiro de 69; apresentando em 48 horas sua conta de liquidação da emissão; desvinculando do seu acêrvo, em poder da Junta, os fundos públicos que

completavam a totalidade nas condições estabelecidas pela lei; e declarando que se julgava com perfeito direito aos juros que êsses fundos tinham de vencer até 16 de março de 71, data da conversão metálica das notas, conforme fôra estipulado no decreto de 16 de julho de 68.

No entanto, — depoimento de Mauá na *Autobiografia* —, o ministro da Fazenda mandou um aviso à Junta de Crédito Público no qual declarou que êsse modo de liquidação, com referência ao Banco Mauá, nem era *discutível*. A Junta procedeu à liquidação da emissão em obediência à ordem governamental, ficando o Banco Mauá prejudicado em 13 % no valor dos títulos entregues e sem atenção alguma aos juros a que o estabelecimento bancário tinha direito. Apesar dos protestos feitos à Legação do Brasil, Mauá aceitou a liquidação imposta pelo govêrno (o que talvez houvesse sido um êrro), porquanto tinha pressa em receber os 9.000.000 de pesos do ativo do banco, que sobravam, para fazer face ao passivo, que êle assumira *pessoalmente* (atente-se bem) em sua totalidade, para salvar a instituição de perigos iminentes. Lutando contra êsses fatores adversos, Mauá só tinha a preocupação de prolongar a vida do banco, bem como provar que sua política financeira estava adequada às realidades da época.

Nos altos círculos da administração, havia flutuação quanto aos rumos definitivos a serem dados à vida financeira do país. A Junta de Crédito Público ficou investida da faculdade de intervir em todos os assuntos relativos à emissão. A idéia da fundação do Banco Nacional foi posta de lado, havendo o Executivo solicitado, como medida de urgência, ao Legislativo a criação de uma "Caixa Central", encarregada de manejar e administrar os fundos necessários à garantia e conversão dos bilhetes em circulação. No entanto, essa Caixa teve autorização (e o govêrno pretendia realizar deflação...) de fazer uma nova emissão de $ 6.000.000. Combatia-se a faculdade legal de emissão dos bancos, mas o govêrno criava novo estabelecimento com feição emissionista... Não contente com isso, a lei n.º 1.158, de 14 de setembro de 70, assinada por Francisco A. Vidal, autorizou o contrato de um empréstimo de $ 2.500.000, criando-se para cobrir o serviço de amortização e juros um

direito adicional de Alfândega de 4 % a incidir sôbre tudo quanto fôsse importado pelas alfândegas do país.

No entanto, os acontecimentos iriam encarregar-se de dar plena razão a Mauá. O govêrno iria cair no emissionismo. No ano de 71, as agruras do Tesouro foram de tal ordem que o govêrno pediu à assembléia legislativa autorização para emitir $ 4.000.000. Esta emissão foi garantida por impostos alfandegários, pelo Mercado Velho, Casa do Govêrno, ações do Ferro-carril central pertencentes ao govêrno, bem como a própria renda alfandegária.

Os últimos dias do govêrno Batlle foram assinalados por crise do Tesouro. *'El tesoro se halla exhausto e imposibilitado de hacer frente a los considerables gastos de la situación"*, confessou Lorenzo Batlle à assembléia geral em fevereiro de 71. Fenando Torres, ministro da Fazenda, propôs, desde logo, uma emisão de $ 4.000.000 em bilhetes de $ 10. De acôrdo com o plano exposto por Fernando Torres, o Executivo dirigiu-se à assembléia geral solicitando autorização para emitir $ 4.000.000 e para contratar, ademais, um empréstimo urgente de mais $ 4.000.000. A assembléia geral não aceitou o projeto de emissão; mas, aprovou o projeto de empréstimo, que pagaria juros máximos de 12 % e teria tipo mínimo de colocação de 80 %, destinado a cobrir o deficit orçamentário e os gastos extraordinários da guerra civil.

Eduardo Acevedo afirmou que a administração do presidente Batlle

> "No tuvo un solo de momento de reposo financiero. Vivió siempre en medio del caos, por efecto de los legados de la dictadura de Flores; de la crisis de 1868, y, sobre todo, de las deplorables medidas dictadas para solucionarla; de las revoluciones que llenan casi todo su periodo; y de las deficiencias del contralor, como se encargó establecerlo la contaduria en un informe de 1874, al referir-se a una serie de documentos de 1870 y 1871, procedentes de diversas reparticiones, que la Tesoreria General recebia como dinero efectivo y que ni siquiera indicaban el destino ou origen de las sumas pagadas" (IV, pág. 608, da obra citada de Eduardo Acevedo).

Se mais vale reputação boa que fazenda muita (*Provérbios,* XXII, 1), no caso de Batlle se provou que as boas quali-

dades pessoais nem sempre fazem bons governos. Battle deixou o poder em 1.º de março de 72, amargurado e empobrecido. Suas nobres intenções frustraram-se no torvelinho da guerra civil. Seu programa administrativo não poude ser levado por diante. Nem tempo tivera de proceder às eleições para escolha do seu sucessor. O govêrno terminara no cáos e na guerra civil. No entanto, convém assinalar que o filho do general Lorenzo Batlle será Batlle y Ordoñez, o grande estadista uruguaio. Juan Carlos Blanco disse de Lorenzo Batlle: "que estaba tallado en la virtud, moldeado en la honradez y modesto hasta ocultar el brillo de su espiritu y el esfuerzo de su brazo". Seis meses depois de haver deixado a presidência, Lorenzo Batlle viu-se obrigado a empenhar sua caixa de ouro de rapé para poder atender às necessidades urgentes de sua vida.

DÍVIDA DO URUGUAI AO GOVÊRNO IMPERIAL

O Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros referente ao ano de 72, apresentado pelo Conselheiro Manuel Francisco Correia, deu as seguintes informações sôbre o estado da dívida do Uruguai para com o Império:

> "O Brasil tem feito seis empréstimos à República Oriental do Uruguai. Efetuaram-se êles em 1851, 1853, 1865, 1867 e 1868.
>
> Tendo decorrido mais de vinte anos da data do primeiro sem que a República procurasse providenciar sôbre a amortização do capital e pagamento dos respectivos juros, mandei proceder à liquidação de tôda a dívida para reclamar o seu embôlso.
>
> A República deve:

Dos empréstimos de 1851, 1853 e 1858:	
Capital	$1 859.491
Juros até 31 de dezembro de 1871	2 074.341,65
Dos empréstimos de 1855	
Capital	800.000
Juros até a mesma data	318.503,14
Dos empréstimos de 1867 e 1868:	
Capital	540.000
Juros até a referida data	128.705
	$5 721.040,80

> Enviei à Legação em Montevidéu os dados necessários para tratar com o govêrno oriental acêrca do pagamento de sua dívida e há esperança de conseguir-se o desejado fim".

Pelas declarações oficiais do Conselho Correia verifica-se que até 31 de dezembro de 71, o govêrno uruguaio deixara passar 20 anos sôbre a celebração do primeiro empréstimo sem amortizar capital e sem pagar juros... Exemplo curioso que demonstra que noção tinham naquele tempo os homens de govêrno de Montevidéu a respeito de compromissos solenemente assumidos com o Brasil. Se procediam dessa forma com o govêrno brasileiro, poderiam fazê-lo com mais desembaraço em relação ao Banco Mauá.

EMPRÉSTIMO URUGUAIO DE 1871. ATIVIDADES DO BANCO MAUÁ

Se na carta de 4 de março de 69, dirigida a Paranhos, Mauá assinalava que, em Montevidéu, se verificavam *"falências às dúzias"*, — em carta de 9 de junho de 70, dirigida ao mesmo Paranhos, confessava: "Enquanto a mim, animados pela ação tardia do Brasil em amparar-me contra as suas inqüidades, redobram as injustiças, os acintes e as violências, supondo-me *abandonado!"* (Ambas as cartas se encontram no Arquivo Histórico do Itamaraty). É um grito de indignação ante os desmandos cometidos pelas autoridades uruguaias, porfiadas em liquidar-lhe o Banco. Mauá resiste. Suas fôrças de resistência derivam da honestidade dos seus negócios. Contudo, Mauá sabe que tudo dependerá de uma *palavra decisiva* do Govêrno imperial. Mas, êste mantém-se calado, indiferente, reservado. Tôda a gente em Montevidéu sabe que se iniciara uma perseguição governamental ao Banco Mauá. Todos os meios foram postos em prática para solapar o prestígio do Banco e forçá-lo a fechar as portas. Negaram-lhe tudo: o Direito, a Justiça, a Moral, a palavra escrita em solenes documentos oficiais. Para quem deve apelar Mauá — para o govêrno uruguaio ou para o govêrno brasileiro? Se o Banco Mauá funciona no Uruguai e de acôrdo com as leis locais, contudo o Barão de Mauá é súbdito do Império. A denegação de

justiça é escandalosa. No entanto, Mauá segue por diante, tentando convencer seus inimigos de que estão com malícia, embuste e perfídia. E' sabido que, em nome do Estado, se podem cometer as maiores injustiças contra o Indivíduo. É a tese famosa de Herbert Spencer, em livro que teve muita voga no século passado. Não há dúvida que a Legação imperial, por notas de 27 de julho de 68 e 1.º de janeiro de 69, protestou enèrgicamente contra os atos do govêrno uruguaio que obrigaram o Banco Mauá a fechar as portas e a entregar valores, que garantiam a importância da emissão fiduciária ao preço arbitràriamente fixado pela Comissão Fiscal dos Bancos. Não há dúvida que a Legação imperial procedeu nobremente. Onde, porém, o amparo moral, o apoio efetivo, o esteio oportuno, a proteção do Govêrno imperial? Mauá sabe que tem amigos nos altos círculos governamentais do Brasil: o Marquês de São Vicente, o Visconde do Rio Branco, o Barão de Cotegipe. O Conselheiro Nabuco, com quem se desaviera noutros tempos, é simpático a Mauá e à sua causa. Nabuco é um grande jurisconsulto. Mas, onde estão os juízes de Montevidéu? — em casa, na rua, nas estâncias, a gozar fresco? Onde se viu tão escandalosa denegação de justiça e tão monstruoso desprêzo pelos direitos assegurados em lei a um particular? Veja-se êste exemplo que orça pelo absurdo: — quando a Comissão Fiscal dos Bancos, para pagamento de uma emissão feita pelo Banco Mauá, que totalizava $ 5.600.708,62 (montante registrado em ata oficial da mesma Comissão de 4 de setembro de 69), recebeu do mesmo Banco Mauá títulos do Empréstimo Montevideano-Europeu no valor de $ 6.700.708,62 sem contagem de juros (e êstes títulos eram *ouro*), o Govêrno uruguaio não só resgatou uma emissão que *havia autorizado*, à custa dos fundos do Banco Mauá, como fez mais: apropriou-se com o maior desembaraço de mais de um milhão de pesos (sem contagem de juros), bem como tolheu ao Banco Mauá, por consecutivas leis, levantar-se e retomar seus negócios normais...!

É interessante assinalar que o empréstimo de £ 3.500.000, contraído em 71 em Londres pelo govêrno uruguaio, motivou diligências de Pereira d'Andrada, Encarregado de negócios do Brasil, junto aos banqueiros I. Thompson T. Bonar & Co., sôbre uma das condições do ajuste referente à hipoteca de tôda a

renda líquida das alfândegas, inclusive os direitos que até êsse momento se achavam hipotecados às dívidas então existentes da República. Pereira d'Andrada, que soubera do assunto pelo noticiário das gazetas, perguntou aos banqueiros: "Deve-se entender pelas palavras "tôdas as rendas *livres* das alfândegas" simplesmente o saldo dessas rendas, depois de deduzido dêle o que foi e está ainda hipotecado ao Govêrno imperial do Brasil?" — e referindo-vos (isto é, os banqueiros) às dívidas atuais da República que têm de ser consolidadas ou pagas por meio dêste empréstimo, compreendereis nelas a dívida para com o mesmo Govêrno imperial?"

Os banqueiros, depois de ouvido Alexander K. Muckinnon, comissário especial do Uruguai, enviaram a carta dêste último ao Encarregado de negócios do Império, pela qual se verificou que as palavras "tôdas as rendas livres das alfândegas" não constituiam lesão aos direitos do Govêrno brasileiro. "A dívida para com o Govêrno brasileiro não se acha compreendida nas que devem ser saldadas, porquanto o empréstimo a ela não se refere", dizia o referido comissário especial do Uruguai, em carta de 23 de outubro de 71.

O Conselheiro Araújo Gondim, Ministro em Montevidéu desde 68, passou nota, a 26 de novembro de 71, a Manuel Herrera y Obes, minstro das relações exteriores, na qual versou as cláusulas do empréstimo de £ 3.500.000, especialmente a pertinente à hipoteca de tôdas as rendas livres provenientes das alfândegas, em flagrante oposição ao disposto nos tratados de 12 de outubro de 51.

Herrera y Obes, por nota de 14 de dezembro, do mesmo ano, respondeu que a aludida operação financeira "em nada alterou as condições em que se achavam os empréstimos do Império antes de efetuar-se aquela operação; e os direitos que adquiriu pelos contratos, a que V. Excia. se refere em sua citada nota, continuam a subsistir sem a menor alteração".

Araújo Gondim levou essa nota ao conhecimento do Govêrno brasileiro e, devidamente instruido, voltou à carga por nota de 4 de fevereiro de 72 para declarar e sublinhar que pelo Tratado de subsídios de 12 de outubro de 51, se estabelecera em seu art. VII que, "conseguindo o govêrno oriental um empréstimo por qualquer meio, os fundos que por êle houver serão

precìpuamente e logo aplicados ao reembôlso de tôdas as somas de que se reconhece e declara devedor nesta Convenção"; e que, ademais, pelo art. X, se estabelecera o seguinte: "Para o exato e pontual pagamento das somas e juros de que trata, e a que se refere esta convenção, o govêrno oriental obriga e hipoteca tôdas as rendas do Estado, tôdas as contribuições diretas e indiretas, e especialmente os direitos d'alfândega".

Idênticas garantias, — argumentou Araújo Gondim — estenderam-se aos empréstimos posteriores e nos de 8 de maio de 65, 15 de janeiro de 67 e 14 de fevereiro de 68 ficou ainda solenemente pactado que, se o govêrno uruguaio levantasse algum empréstimo no estrangeiro, seria seu produto aplicado ao pagamento da sua dívida para com o Brasil. E fez a seguinte observação: "A continuação da guerra civil não deve, portanto, ser motivo para que o govêrno oriental não se entenda *desde já* com o do Brasil para liquidar e regular o futuro e gradual pagamento da sua dívida; porquanto, se a guerra civil não impediu contratos tão importantes como o do empréstimo contraído em Londres, também não deve impedir uma operação, não mais difícil, qual é a que o Govêrno imperial reclama com tanta justiça quanta moderação".

Herrera y Obes ladeou a questão, declarando por nota de 15 de fevereiro de 72 que "tendo levado essa nota ao conhecimento de S. Excia. o Sr. presidente, recebi ordem de acusar sua recepção, manifestando a V. Excia. a devida e oportuna resposta que reclama o mesmo assunto' (1).

Era curioso o proceder do govêrno uruguaio. Não tendo argumentos para responder, escudava-se em razões especiosas e protelatórias. No entanto, negociara em Londres um empréstimo de £ 3.500.000 e se esquecera da necessária prelação que o Govêrno brasileiro tinha em conseqüência de pactos solenes. O empréstimo de tais libras fôra, no entanto, feito em condições muito onerosas, segundo a linguagem das gazetas do tempo.

A paciência do Govêrno imperial poderia causar surpresa. No entanto, tinha uma explicação. A Guerra da Tríplice Aliança, que tantos tesouros e tantas vidas custara ao Brasil, ter-

(1) Rel. da Rep. dos Negócios Estrangeiros, 1872, págs. 340 e segs.

minara no campo de batalha; mas, prosseguira em difíceis negociações diplomáticas que culminariam na Paz de Buenos Aires, de 76. A diplomacia brasileira tivera de trabalhar incansàvelmente para fazer vingar seus pontos de vista, nessas negociações. A um monarca europeu atribui-se êste dito: "*Vous ne savez pas combien me pèse ma livrée de roi...*" Dom Pedro II, com seu espírito democrático e magnânimo, sentirá a partir da terminação da Guerra da Tríplice Aliança o desgôsto pelo poder — e a desesperança nos humanos. Envelhecera e a guerra muito contribuira para seu envelhecimento precoce. Por isso, tendo de lidar com difíceis negociações diplomáticas com a Argentina (que queria engrandecer-se à custa do vencido) e com o govêrno de Assunção, o Imperador tomara a decisão de indicar um caminho aos seus ministros: a defesa do Paraguai contra as desorbitadas ambições do seu aliado da véspera (1). Daí, pois, a paciência com que a Chancelaria imperial negociava com o govêrno de Montevidéu. O Uruguai estava retalhado pela guerra civil e dominado por políticos oportunistas que talvez dessem razão ao provérbio português: "às abas dos ciganos roubam os aldeanos"...

*
* *

Em 72, o Banco Mauá, a despeito de perseguições governamentais, estava em funcionamento. E florescente, o que é simplesmente espantoso como se verificará pelo seguinte quadro estatístico:

	Encaixe	Emissão	Depósitos e caixa
Banco Mauá	$2.500.000	$1.896.260	$1.404.200
Banco Comercial ...	1.289.118	1.659.140	969.638
Banco de Londres ..	1.000.000	977.000	1.180.491
Banco Navia	600.000	630.000	676.170
Banco Oriental	337.500	523.622	362.741
Banco Franco - platense	350.000	133.800	145.062
	$6.076.618	$5.819.822	$4.738.302

(*Apud* Eduardo Acevedo, IV, pág. 671).

(1) TEIXEIRA SOARES, **"O Drama da Tríplice Aliança"**, Rio, 1956, págs. 221 e segs.

Por êsse quadro estatístico verificava-se que o Banco Mauá continuava a ser o maior estabelecimento bancário de Montevidéu, pelo capital, pela emissão e pelos depósitos em caixa. Conseguira vencer dificuldades de monta. Continuava, no entanto, a arcar com a má vontade do govêrno.

A guerra civil fôra desastrosa para o Erário. As despesas decorrentes da luta foram orçadas em $10.700.000, cálculo de Eduardo Acevedo. Conforme os dados de Adolfo Vaillant, o Uruguai em 72 não teria população superior a 520.000 habitantes. Assim, as despesas da guerra exigiram pesados sacrifícios dos poderes públicos, bem como da população em geral.

Enquanto êsses acontecimentos se iam desenrolando, Mauá não perdia de vista os interêsses da coletividade a que servia. No govêrno curto de Tomás Gomensoro fundou a Companhia Platino-Brasileira, com o capital de 1.000.000 de pesos, para instalar o telégrafo submarino entre o Uruguai, o Brasil e a Europa. Dêsse empreendimento será também pioneiro no Uruguai. Antes de terminar o ano de 72, iria inaugurar-se a primeira seção do telégrafo terrestre para o Brasil.

"RECLAMAÇÃO MAUÁ"

Quando a questão bancária chegou ao ponto mais crítico, acarretando prejuízos enormes ao Banco Mauá, — para salvaguardar os direitos dêste estabelecimento Araújo Gondim dirigira nota, a 30 de janeiro de 71, a Manuel Herrera y Obes, na qual reclamou contra o decreto de 21 de janeiro de 69, em conseqüência do qual se suspendeu até nova autorização legislativa a concessão de aumento de capital aos bancos de emissão.

Como anteriormente ficou dito, Mauá solicitara aumento de capital para poder fazer face aos prejuízos suscitados pelo referido decreto.

Em sua nota, sustentou o Ministro do Império que o novo decreto constituia violação do decreto anterior de 16 de julho de 68, que obrigava os bancos a retirar da circulação, no final de cada mês, 3 % do total de sua emissão, até que esta ficasse reduzida a 40 % do dôbro do capital realizado. Araújo Gondim alegou que, ao ficar a emissão limitada ao mínimo de 40% do dôbro do capital realizado, cessava a obrigação referente à

amortização mensal da emissão, acrescentando que essa situação não podia ser modificada de forma alguma. Araújo Gondim insistiu em que a lei de 16 de julho de 68, desde o momento em que fôra aceita pelos bancos, revestia o caráter de um contrato bilateral e formal. Esta era a tese sustentada também por Mauá. E dizia que os contratos dessa natureza dominam e obrigam igualmente tanto os governos como os particulares.

A crise começara realmente com a lei de 16 de julho de 68. De atropêlo em atropêlo, a partir daquela data, o govêrno uruguaio, por meio de uma legislação contraditória e atabalhôada, "o desgovêrno em matéria de finanças", como disse Mauá, dirigiu seus tiros contra o estabelecimento bancário, que era o primeiro da praça de Montevidéu. Flores, vencedor em 65, não ocultou a má vontade contra o Banco Mauá e essa lei de 68 foi a azagaia considerada mortífera, dirigida contra o banqueiro. Os bancos tiveram de conformar seus negócios às estipulações da lei. Mal haviam pôsto em prática suas determinações, eis que surgiu o decreto de 21 de janeiro de 69, que suspendeu a autorização para aumento de capital aos bancos de emissão. Estabeleceu-se então grande confusão nos meios bancários de Montevidéu, havendo explodido protestos e "corrida" aos bancos. Desde então a situação só tendeu a agravar-se.

A 19 de outubro de 72, Herrera y Obes respondeu à reclamação do Conselheiro Araújo Gondim. Começou por afirmar o direito que compete aos Estados soberanos de se organizarem política e socialmente do modo que lhes parecer melhor, regendo-se por leis próprios; e que todo indivíduo, que vai residir num país estrangeiro, está obrigado a submeter-se à legislação nacional, única fonte de todos os direitos. Quanto à proteção que os governos estão obrigados a prestar a seus concidadãos residentes no estrangeiro, deve ela conciliar-se com o respeito devido à soberania dêsses Estados, correspondendo exercer-se por via diplomática sòmente em caso de denegação de justiça.

Dizia a nota de Herrera y Obes:

> "Cuando el Sr. Barón de Mauá haya cumplido como debe las prescripciones de nuestras leyes; cuando haya demandado al gobierno ante los tribunales competentes;

> cuando los tribunales no lo escuchen ó cuando el gobierno declarado deudor se resista a cumplir sus obligaciones, entonces podria invocar el Barón de Mauá la protección de sua gobierno, entonces, en fim, podrá V. E. ejercitar su acción diplomática".

A nota de Herrera y Obes argumentava ser falsa a denominação de "estabelecimento brasileiro" dada por Araújo Gondim ao Banco Mauá, dizendo:

> "Pero como V. E. sabe, en la República Oriental, no existen *establecimientos estranjeros;* todos los que existen dentro de su território son *Nacionales* y por conseguinte se rigen por la *lex loci,* por la ley del lugar. Y ya he dicho a V. E. lo que establecen nuestras leyes en casos como el actual...
>
> ...Por no haber tenido en cuenta sin duda estas circunstancias, V. E. aparece en estas gestiones diplomáticas protegiendo, no los derechos de su súbdito, sino la rebelión del Barón de Mauá contra las leyes del país que le ofrece generoso asilo" (1).

O historiador Pivel Devoto exaltou o significado dessa nota, na Reclamação Mauá, dizendo ter cabido a Herrera y Obes "a glória de defender os direitos e interêsses nacionais em circunstâncias em que — uma vez mais, um govêrno estrangeiro pretendia tratar-nos como país de capitulações, dando a nossas leis o caráter de meros atos privados, que requeriam para ser válidos o consenso dos que caíam sob sua órbita; numa palavra, que desconhecia nosso *imperium,* nossa qualidade de estado soberano" (2). Disse o mesmo historiador que o govêrno uruguaio, antes de responder à nota de Araújo Gondim, ouvira a opinião de uma comissão de juristas composta por Ambrósio Velazco, Jaime Estrázulas, Eduardo Brito del Pino, Ildefonso Garcia Lagos e José M. Castellanos.

A resposta de Herrera y Obes, de um modo geral, estava bem redigida, fôrça é reconhecê-lo. Mauá deveria ter, primeiro, esgotado todos os recursos da lei interna. O Banco Mauá estava situado no Uruguai e submetido, por conseguinte, ao

(1) "RECLAMACIÓN MAUÁ", Montevidéu, 1872, pág. 19.
(2) PIVEL DEVOTO, **ibid.**, pág. 386.

império da lei local. Mas, o banqueiro sabia de ciência certa que as consecutivas modificações legislativas, quanto aos bancos, tinham um endereço direto: o Banco Mauá. O presidente Lorenzo Battle tudo fizera para combater e liquidar o estabelecimento bancário de Mauá. A guerra movida por Battle contra Mauá era pública e notória em Montevidéu. Ademais, estava o país em guerra civil com as garantias constitucionais pràticamente suspensas. Não seria, pois, de estranhar que o Barão de Mauá, cansado dessa 'guerra oficial", procurasse a proteção de sua Legação, isto é, de seu govêrno, por meio de uma gestão diplomática. A boa doutrina do Direito internacional é a seguinte:

> "O Estado tem o direito — e ao mesmo tempo o dever, pelo menos moral — de proteger seus nacionais em país estrangeiro, pelos meios admitidos em direito internacional. Êsse direito é indiscutível e tem sido reconhecido pela jurisprudência internacional. Scelle explica-o muito bem, dizendo que, "em princípio", um indivíduo, quando se acha em Estado estrangeiro, é "submetido para o exercício de sua atividade jurídica ao sistema normativo construtivo e institucional dêsse segundo Estado. É o princípio da competência territorial". Mas, "pode haver lugar para a intervenção do Estado de que é nacional, se êle [indivíduo] sofre uma *denegação de justiça*, ou um prejuízo para o qual não pode obter reparação". A aludida proteção toma, em geral, o aspecto diplomático. Mas, no exercício da mesma, o Estado recorre, às vêzes, a meios coercitivos, que devem ser evitados, e não se justificarão de modo algum quando a Organização das Nações Unidas, ou algum de seus organismos regionais puder exercer eficazmente uma ação repressiva. A própria proteção dos direitos humanos, quando efetiva, poderá tornar desnecessária a aplicação da proteção diplomática" (1).

Clovis Bevilaqua, em conceitos magistrais, sentenciou:

> "O Brasil sempre aceitou a doutrina que responsabiliza o Estado por denegação de justiça É preciso, porém, definir o que se entende por essa expressão em direito inter-

(1) HILDEBRANDO ACCIOLY, **"Tratado de Direito Internacional Público"**, vol. I, pág. 403, 2.ª edição, Rio, 1956.

> nacional. Não pode, certamente, um conceito de tão graves conseqüências, pela injúria, que encerra, e pela responsabilidade internacional, que acarreta, ser deixado à apreciação arbitrária dos particulares ou mesmo dos governos interessados. Cabe à ciência fixá-lo para servir de norma à prática das nações.
>
> Dá-se denegação de justiça: a) Quando o juiz, sem fundamento legal, repele a petição daquele que recorre à justiça do país, para defender ou restaurar o seu direito; b) Quando, postergando as fórmulas processuais, impede a prova do direito ou a sua defesa; c) Quando a sentença é, evidentemente, contrária aos princípios internacionais do direito" (1).

No caso da "Reclamação Mauá", não houvera pròpriamente "denegação de justiça", porque o Barão de Mauá não recorrera aos tribunais uruguaios. Mas, houvera lesão manifesta aos seus direitos; houvera perseguição escandalosa, movida pelas autoridades governamentais; houvera o propósito claro de causar-lhe avultados prejuízos. Na verdade, a legislação atabalhôada fôra feita com o fito de *prejudicar* (e a respeito não podem subsistir dúvidas) os direitos e os interêsses do Banco Mauá. Que proteção adequada poderia Mauá encontrar na lei local, se o Uruguai vivia período atormentado de guerra civil? Mauá sabia de ciência certa, que, estando o govêrno Batlle contra seu banco, não encontraria amparo nos tribunais para sua reclamação. Encontraria, sim, procrastinação, o que talvez equivalesse a denegação de justiça. O que houve de lamentável em tudo isso foi que o Govêrno imperial, ao invés de apoiar a ação do Conselheiro Araújo Gondim, abandonou-a, deixou-a cair. Explicava-se tal atitude (ou pretendia explicar-se tal atitude) pelo fato de, cessada a Guerra da Tríplice Aliança, estar o Império farto e cansado dos intermináveis assuntos do Prata. Que Mauá procurasse a proteção da lei local, e isto seria o bastante, no entender da Chancelaria imperial. E esta sabia muito bem que o Barão de Mauá estava sendo perseguido e seu banco sofria, em Montevidéu, injustificada campanha. No entanto, a Chancelaria

(1) CLOVIS BEVILAQUA, **"Direito Internacional Público'**, vol. I, pág. 219, Rio, 1910.

imperial deu de ombros e foi pensar noutras coisas. Ainda há alguns anos, num pleito famoso, a Côrte Permanente de Justiça Internacional sentenciou: "E' princípio elementar do Direito internacional que um Estado tem o direito de proteger seus nacionais lesados por atos contrários ao Direito internacional, cometidos por outro Estado, do qual êles não puderam obter satisfação pelas vias ordinárias" (*Questão Mavrommatis*, sentença de 30 de agôsto de 1924). Tal e qual o caso de Mauá. Governos "colorados" estavam interessados em lesar direitos e perseguir o estabelecimento bancário de Mauá. Araújo Gondim assumira em boa hora a defesa do Banco Mauá junto ao govêrno uruguaio. A Chancelaria brasileira, porém, afrouxou nessa defesa, quando tinha *doutrinàriamente* o direito de defender Mauá e seu Banco por via diplomática, mesmo que o banqueiro não houvesse recorrido aos tribunais locais. A *Reclamação Mauá*, desatendida pelo govêrno uruguaio e mal defendida pelo Brasil, dará incentivo a novas perseguições contra o estabelecimento bancário do Barão de Mauá.

Em quanto importava a Reclamação? Em documento, existente no Arquivo Histórico do Itamaraty (carta de Mauá de 28 de julho de 75, dirigida ao Visconde do Rio-Branco), encontram-se as seguintes minúcias:

1.ª verba. — a) $1.952.966,50 com juros até 30 de junho de 1875;

2.ª verba. — b) prejuízos $7.586.835,90, prejuízos constantes da Exposição dirigida ao Govêrno imperial em 12 de outubro de 1873.

c) 11.500 contos como "compensação justa e adequada pelo dano moral causado".

total.... 12.000.000 de pesos.

PRESIDÊNCIA ELLAURI

A Tomás Gomensoro, fraco e incolor, sucedeu José Ellauri, presidente do Senado, que, eleito presidente da República, assumiu o poder a 1.º de março de 73. Devido a um jôgo político da última hora, Ellari fôra elevado a um pôsto que jamais cobiçara e para o qual não se julgava indicado. Gozava de bom

conceito nos meios políticos, havendo ocupado noutros tempos o cargo de ministro no Rio de Janeiro.

O govêrno de Ellauri não foi tranqüilo. Seu idealismo, sua benevolência, sua displicência, conjugados com a fragilidade da combinação política que o elevara ao poder, haviam de ser-lhe funestos. Sentiu-se desde logo prisioneiro das combinações partidárias, que lhe tolhiam os passos. Tentou renunciar duas vêzes. Por duas vêzes foi seu pedido recusado pela assembléia geral. Os chefes e chefetes militares não entenderam a sinceridade de Ellauri. No entanto, o país reclamava uma larga política de reconstrução de molde a apagar as feridas da guerra civil. O govêrno de Gomensoro fôra fraco e ineficiente. A situação política foi-se tornando tensa e surgiram murmurações no exército. O exército era *eminentemente político,* como acontecia em tôdas as repúblicas hispano-americanas. A 10 de janeiro de 75, verificou-se sangrento conflito numa praça de Montevidéu. Foi o rastilho que os *candomberos,* isto é, os revolucionários extremados, procuravam. A "procissão" saiu à rua. Fôrças militares ocuparam os pontos mais importantes da capital. Ellauri, presidente da república, viu-se sem defensores... O famoso coronel Timóteo Aparício, que tinha prestígio em Canelones, Florida e San José, declarou-se disposto a defender o presidente. O movimento revolucionário, chefiado pelo coronel Latorre, contou, no entanto, com o apoio dos principais chefes militares. Tão penosa foi a situação do presidente Ellauri que teve de asilar-se na Legação imperial, passando depois para bordo de um navio de guerra brasileiro. Ellauri dissuadiu seus poucos amigos de qualquer propósito de resistência. A ata de 19 de janeiro, assinada em Florida, que foi ratificada pelo govêrno, constituiu uma confirmação do pacto de 6 de abril. A renúncia de Ellauri foi devidamente aprovada. Ellauri evitara nova guerra civil. Os chefetes militares imparam de contentamento. Mais uma vez, haviam baionetado a Lei. Estavam contentes com o 'serviço' prestado ao país. Andavam ao compasso dos demais chefetes militares existentes nas nações hispano-americanas...

A despeito de todos êsses sobressaltos lamentáveis, Mauá prosseguiu com entusiasmo no estabelecimento do telégrafo no Uruguai. Em 73, iniciaram-se os trabalhos para a ligação

de Montevidéu, por via terrestre, com o Brasil, em direção a Pôrto Alegre. Enquanto isso, Mauá inaugurou o telégrafo submarino, que ligou o Rio de Janeiro à Europa. Foi também aspiração sua articular o Rio da Prata com a capital do Império, o que foi feito em 74. Na administração da Companhia Platino-Brasileira Mauá colocou Andrés Lamas, seu grande amigo nos bons e maus momentos. E Lamas estava num duro ostracismo.

Na grande exposição internacional de Viena, realizada em 73, as indústrias e a criação do Uruguai fizeram-se representar. As medalhas conferidas destinaram-se à Sociedade Rural e a Lucas Herrera y Obes pela excelência de suas carnes em conserva e ao Barão de Mauá por suas carnes salgadas e gorduras. Foram também distribuidas oito medalhas de mérito a diversos criadores uruguaios. É interessante notar que, mais uma vez, Mauá fizera boa figura numa exposição internacional.

Em 74, viu-se o Uruguai a braços com nova crise econômica. A falência em 72 do Banco Franco-Platense bem como a irrupção da febre amarela em Montevidéu haviam sido os fatores determinantes da crise. Esta agravou-se com a renúncia de Ellauri. Os "revolucionários profissionais" ficaram desconcertados com a decisão de Ellauri. Contavam com o desencadeamento de nova guerra civil, na qual pudessem cevar forte seus apetites. Que fazer em face do patriotismo de Ellauri? Dar aparência de legalidade ao crime cometido. A assembléia geral, a 22 de janeiro de 75, ratificou a nomeação feita pelos chefetes militares, com Latorre à testa, de que Pedro Varela seria o chefe do govêrno provisório. Depois, a assembléia geral designou Varela presidente da República para o resto do período que competira a Ellauri preencher. O coronel Latorre, o general Monk do momento, foi feito ministro da guerra. José C. Bustamante, inimigo de Mauá, foi nomeado ministro das relações exteriores.

Um dos primeiros atos de Varela consistiu no destêrro de elevado número de cidadãos que, empilhados na barca *Puig*, deveriam sair com destino a Havana. As autoridades espanholas de Cuba não permitiram o desembarque dos desterrados. O navio continuou sua derrota até Charleston, onde de-

sembarcaram. Em agôsto de 75, os desterrados encontravam-se radicados em Buenos Aires e já em inteligência com outros emigrados políticos, interessados todos em promover nova revolução, que estalou em outubro e foi chamada "la revolución tricolor". Verificaram-se refregas entre legalistas e revolucionários. A sorte das armas foi de tal modo favorável ao govêrno que, em dezembro de 75, os rebeldes se dissolveram.

O govêrno de Varela não conseguira dominar a crise financeira, motivada na realidade pela guerra civil no tempo de Batlle e agravada pela dívida de 3.000.000 de pesos deixada pelo presidente Ellauri (1). Encontrando o Erário em má situação, Varela, inspirado por Andrés Lamas, ministro da Fazenda, resolveu rever a questão do "curso forçado". O Tesouro necessitava de recursos e, não podendo buscá-los no estrangeiro, só havia uma porta aonde bater: o Banco Mauá... Celebrou-se então um convênio entre o govêrno e o Banco Mauá, que foi diversamente interpretado. Varela foi então acusado de haver feito uma política financeira em prejuízo do Tesouro, ao assinar o convênio com o Banco Mauá. Condenou-se então o emissionismo. Na realidade, o Banco Mauá, ao dar apoio ao govêrno, comprometera-se a proporcionar-lhe os recursos de que tanto necessitava no momento. Pivel Devoto, depois de afirmar que Andrés Lamas fôra muito censurado tanto pelos "principistas" como pelos "homens práticos" por haver colaborado no govêrno de Varela, assinalou que sua "desastrosa iniciativa" também lhe valeu censuras, porquanto a mesma "habria conducido a um exorbitante monopólio monetário y financiero a favor de Mauá, en consecuencia del apoyo inmoderado que este debia dar a las maltrechas finanzas nacionales" (2). De fato, o Banco Mauá ficou com o monopólio de emitir bilhetes de menos de 10 pesos, o que provocou protestos de vários setores políticos. Como reconheceu Eduardo Acevedo, a crise econômica de 74 havia tido escassa ressonância e não teria deixado marcas profundas, se as dificuldades financeiras da administração de Ellauri e em particular se não se

(1) PIVEL DEVOTO, "Historia de los partidos políticos", vol. II, pág. 179.

(2) PIVET DEVOTO, "Historia de la Rep. O. del Uruguay", pág. 399.

houvesse verificado a luta política que levou ao movimento revolucionário de 15 de janeiro de 75.

No tempo de Ellauri, a legação uruguaia no Rio de Janeiro, chefiada por Carlos Maria Ramírez, recebeu instruções para tratar da solução da dívida originada pelos subsídios aos presidentes Suárez, Giró e Flores. O capital líquido dos subsídios anteriores a 65 representava um total de $1.170.746. O capital dos subsídios posteriores a essa data alcançava o total de $1.388.000 e os juros iam a $2.860.869. Além dessa dívida bastante avultada, cumpria assinalar que as emissões continuavam, representando um grande peso para a dívida do país. Em 75, a emissão anual era de $3.273.213, comparada com o total de $5.200.000 em 74.

Apesar de todos êsses contratempos, Montevidéu crescia e seu comércio se expandia. Em 75, o pôrto fôra visitado por 582 navios mercantes brasileiros, o que dava idéia do movimento comercial entre o Brasil e o Uruguai.

A questão monetária, que Lorenzo Batlle não conseguira resolver devido à guerra civil, fôra atacada por Ellauri. A lei de março de 75 suspendeu o pagamento de juros e amortização das dívidas internas.

A 11 de março de 75, súditos brasileiros residentes no Uruguai enviaram memorial a Aguiar d'Andrada, Ministro do Império, protestando contra essa lei e declarando que "o atentado contra nossos direitos adquiridos não pode ser mais violento nem mais evidente; e em tal caso entendemos que temos direito de impetrar a proteção natural e legal dos representantes de nossos respectivos governos em favor de nossos interêsses ameaçados de tamanha agressão". É interessante assinalar que essa petição fôra encabeçada, por procuração, pelo Visconde de Nioac. O nome de Mauá não figurava entre os assinantes do memorial, naturalmente por ter receio de que, assumindo essa atitude, seu Banco viesse a ser prejudicado.

Cidadãos estrangeiros também enviaram um memorial à assembléia legislativa até que, a 22 de março, o corpo diplomático e consular enviou uma nota coletiva ao ministro José Cândido Bustamante, protestando contra o projeto que alterava o serviço das dívidas, bem como propunha a retroatividade em relação aos pagamentos estipulados entre particulares. A nota

foi encabeçada por Aguiar d'Andrada e assinada pelo general Caldwell, ministro dos Estados Unidos, os Encarregados de negócios de Espanha, Itália, Argentina e os cônsules da Alemanha, Inglaterra, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica, Suíça e Suécia.

A 30 de março, Bustamante respondeu em longa nota ao Ministro do Império. Argumentou o ministro das relações exteriores que "a soberania exclui tôda dependência e subordinação a poder estranho, sobretudo tratando-se de atos, que são simples e exclusivamente de administração interna, como o que a assembléia geral acaba de consumar de acôrdo com o Poder Executivo, que foi induzido a fazer bem notáveis exclusões pelo seu respeito ao estrito cumprimento dos contratos que têm caráter internacional". Estribado em Laboulaye, quando êste diz que os Estados Unidos tomaram por base de sua política e de sua diplomacia a não intervenção, Bustamante afirmou que "o direito de não intervenção é conseqüência lógica da independência das nações e a intervenção, ainda sòmente moral, das potências estrangeiras nas questões internas do país, é um ataque à nossa autonomia e põe em perigo nossas íntimas relações". Bustamante declarou: "O direito de não intervenção nas Repúblicas americanas é tão antigo como a Doutrina de Monroe nos Estados Unidos; a monetização das dívidas, que serve de pretexto às reclamações diplomáticas, é ato interno e essencial de sua soberania, no qual nenhuma ingerência podem ter as potências estrangeiras e os seus representantes" (1). Por nota de 5 de abril de 75, Aguiar d'Andrada, respondendo à de Bustamante, limitou-se a ratificar o protesto consignado em sua nota, visto "não terem sido invalidados os fundamentos em que ela se apoiou".

O SINISTRO LATORRE

A crise financeira continuou a agravar-se. O govêrno procurou impor o curso do bilhete inconversível. A dívida pública foi orçada em $42.357.496 e continuou a crescer. Valen-

(1) **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**, 1875, pág. 113.

do-se da Junta de Crédito Público, o govêrno procurara realizar uma política de emissionismo. Assim, a responsabilidade do emissionismo não cabia apenas ao Banco Mauá, cabia também ao govêrno desorientado. Êsse plano malogrou-se em vista da resistência das classes conservadoras. A idéia da fundação do Banco Nacional, que já vinha de tempos atrás, não pudera ser posta em prática. O govêrno não encontrou capitais. Aliás, o Banco da República Oriental do Uruguai só seria fundado em 1896. As classes conservadoras não confiavam nos planos financeiros do govêrno. Preferiam os bancos particulares, com seus defeitos, a um estabelecimento oficial. Foi nessa conjuntura que Andrés Lamas resolveu apelar, em derradeira instância, para o Banco Mauá.

Celebrado o "Convênio Mauá", em conseqüência do qual Mauá deu, como garantia dos bilhetes a serem emitidos por seu banco, não só o capital do estabelecimento, bem como seus *bens particulares,* começou terrível celeuma. O contrato foi atacado e havido na conta de monopólio como jamais se vira no país. Os inimigos do "Convênio Mauá" alegavam que o banco estava numa situação financeira algo delicada — o que não deixava de ter visos de verdade — e que, celebrado o convênio, procurava recuperar fôrças para evitar um desastre. A Bolsa do Comércio de Montevidéu contrariou as idéias governamentais de franco emissionismo e, de ricochete, se manifestou contra o acôrdo ajustado com o Banco Mauá. O govêrno de Varela era fraquíssimo. Atarantou-se com as críticas procedentes de diferentes setores políticos. Nessa altura, tôda a gente entendia de finanças e cada cabeça sentenciava a favor disto ou daquilo... A confusão era grande no arraial do govêrno, fraco e desorientado.

O coronel Latorre, o "homem forte" do govêrno, do qual era ministro da guerra, estava armando na surdina seu cambapé para chegar ao poder. Refolhado em silêncios misteriosos, falando confuso para estabelecer ainda maior confusão, Latorre se transformara numa fôrça. Por isso, aproveitando-se da discussão em tôrno do "Convênio Mauá", mandou atacá-lo pela imprensa. A campanha ordenada por Latorre teve êxito, porque acarretou a renúncia de Andrés Lamas ao pôsto de ministro da Fazenda, bem como causou a queda de

Varela... Era o que queria Latorre: o caminho ficou livre e Latorre poude andar pelo campo político, de chanfalho à cintura, a meditar em seus planos...

Nesse caso político houve dois erros a consignar: — o primeiro, a atitude pouco psicológica de Andrés Lamas, que procurou levar por diante um plano emissionista, combatido em quase todos os setores, menos no governamental. Quando Latorre se manifestou contra o "Convênio Mauá", deveria êste ser arquivado. O segundo êrro foi o do Banco Mauá, que aceitou o plano. Ora, celebrando o ajuste com o govêrno de Varela, o Banco Mauá ficaria definitivamente incompatibilizado com os elementos militares que, com Latorre à frente, queriam *salvar* o país e inaugurar "métodos novos", desconhecidos dos civis. Assim, o Banco Mauá ficou a contar com a oposição definitiva de Latorre.

Varela, não tendo mais um amigo que o sustentasse, abandonou o poder, refugiando-se na Legação de França, à espera que o tempo melhorasse...

Latorre assumiu o poder, como ditador, a 10 de março de 76.

Tôda a gente ficou à espera dos milagres de Latorre. Em seu livro admirável — *"Batlle — héroe civil"* —, Justino Zavala Muniz, figura de relêvo de política e das letras uruguaias, afirmou que o coronel Lorenzo Latorre era "el inspirador trágico y el sostén más fuerte de Pedro Varela. Sin embargo, cuando éste renuncia inesperadamente al poder, la multitud aplaude a Latorre como al futuro restaurador del orden: tan hondo es el anhelo de paz que impera en los espíritus" (1). De fato, havia uma aspiração geral de retôrno aos imperativos da legalidade. Era preciso que o poder fôsse respeitado e se fizesse respeitar. Era necessário sentir-se o império da lei.

Naturalmente, a lei interpretada por Latorre — e pelos apetites de Latorre. Celebrizado por seu capote cinzento-azulado e seu quepi negligentemente colocado sôbre a cabeça, Latorre "alça-se sôbre o cansaço coletivo e domina-o com sua forte vontade", afirmou Zavala Muniz. Tinha intenções honestas, há que

(1) JUSTINO ZAVALA MUNIZ, **"Batlle — héroe civil"**, México, 1945, pág. 13.

reconhecê-las. Queria governar para ativar o progresso. Uma de suas primeiras medidas foi a liberdade de imprensa. Mas, como todos os tiranetes hispano-americanos, tem-lhe medo e volta a espremê-la até a morte. Dizia que os ladrões viviam roubando-se mùtuamente... Seu guante de ferro pesa sôbre a vida do país. "Quem não acredita que Latorre é o pacificador, cairá sob o punhal ou ante o pelotão de soldados no pátio do quartel. O país continua a empobrecer-se e o capitalismo estrangeiro a explorá-lo, ainda mais que dantes", afirmou Zavala Muniz (*ibid.*, pág. 18). Na realidade, Latorre é um ingénuo, que só acredita em sua maldade congénita, transformada por êle em fôrça... Na campanha, Latorre apoia os latifundiários contra a massa cinzenta dos gaúchos. Considera os gaúchos "vagos y mal entretenidos". Dá-lhes caça. Manda-os para os quartéis: deverão ser bons soldados, são fortes, resistentes e de queixo duro. À sombra das esquinas, só se ouve dizer: ontem mataram Bergara... hoje assasinaram Beltrán... O país, estarrecido, acompanha as aventuras dêsse pequeno Rosas. Pedissem-lhe uma mercê: e Latorre, com enfado, mandava encarcerar o postulante. Para Latorre todos os negócios de estado são desonestidades, patifarias. Latorre entendia que a primeira indústria de um cidadão há de ser não enfadar ao Senhor poderoso... Latorre, "honrado salvador da tranqüilidade pública que destituía modestos funcionários por pequenos delitos de peculato e pendurava nos caminhos o cadáver dos paisanos humildes acusados de apoderar-se de uma ovelha para saciar a fome dos filhos, cai envolto na acusação de haver-se servido do poder para adjudicar-se o prêmio maior da loteria nacional" (Zavala Muniz, *ibid.*, pág. 33). *Crudelitas unicum fundamentum imperii*... Latorre foi o iniciador das *"tiranias cuartelarias"* (conceito de Zavala Muniz), continuadas pelo coronel, depois general Máximo Santos.

Mal subido ao poder, Latorre fêz volver as baterias governamentais contra o Banco Mauá e o infeliz convênio. O Banco Mauá foi duramente alvejado. Latorre deu ouvidos aos inimigos do Banco. Mauá tornou-se suspeito ao govêrno.

Devidamente industriada, a Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados iniciou a reação contra o "Convênio Mauá", dando parecer no qual o considerou como dos mais

onerosos até então realizados. Varela foi duramente censurado pela Comissão de Fazenda. Latorre não era homem de meias medidas. Haviam-lhe "soprado" aos ouvidos que era hora da monetização, do metalismo e do anti-emissionismo. E Latorre imediatamente se transformou em partidário dessa tese. Tratou desde logo de rescindir o contrato com o Banco Mauá. O Estado assumiu a emissão total, havendo entregue ao Banco como indenização 55 letras de $30.000 cada uma e outra de $20.000. Todos os adiantamentos levados pelo Banco à conta corrente do Estado foram cancelados. E nisso Mauá perdeu dinheiro. O Banco comprometeu-se a prosseguir na troca ou substituição dos bilhetes antigos por outros de sua própria emissão. A Contadoria geral procedeu ao tombamento da emissão assumida pelo govêrno, chegando a um total de ..... $12.125.335, distribuida da seguinte forma: bilhetes maiores, $5.000.000; bilhetes menores, $1.915.000; bilhetes pendentes de substituição pelo Banco Mauá, $2.571.000; bilhetes que o Banco Mauá poderia emitir de acôrdo com o contrato rescindido, $2.639.284. Em Montevidéu as providências tomadas por Latorre contra o Banco Mauá causaram espanto. Para saneamento do mercado financeiro, começou desde logo a incineração de todos os bilhetes recolhidos. O material mandado imprimir nos Estados Unidos pelo Banco Mauá, recém-chegado a Montevidéu, foi destruido.

Vencera, pois, a reação contra o Banco, iniciada no tempo de Lorenzo Batlle.

13

GRANDE DECEPÇÃO DE MAUÁ. — ATITUDE DO GOVÊRNO IMPERIAL. — CRISE NO BRASIL EM 75. — QUEDA DE MAUÁ. — PASSADO E PRESENTE.

Volver a histórias antigas, contadas em boa linguagem, é sempre um ensinamento profundo. Conta Bernardes a seguinte da história do Imperador Frederico, do Sacro Império Romano Germânico:

"Costumava dizer êste Monarca: — Tomara que os meus Conselheiros deixassem sempre às portas do Palácio duas coisas; porque sem elas entenderiam melhor o que me aconselhavam, e eu saberia discernir entre os votos. Perguntado, que duas coisas eram estas, respondeu: — A simulação e a dissimulação".

Mauá sempre tivera um caráter franco, aberto, cordial e lhano. Talvez isso houvesse sido uma desvantagem ao lidar com os políticos do Uruguai daqueles tempos. Mauá acreditou na palavra dada e na palavra escrita. Ora, Mauá era homem que cumpria o que prometia. Já não acontecia o mesmo com os políticos de Montevidéu que, desde Flores, passaram a importunar e a ameaçar o Banco Mauá por meio de uma legislação caótica e de "enderêço certo". Simulando amizade, tais políticos dissimulavam rancores. Sendo *brasileiro,* estrangeiro por conseguinte, Mauá irritava muita gente com seu êxito. Era preciso, pois, abater o colosso; e, no dia em que o gigante fôsse abatido, os políticos bailaricariam de contentes. Nessa obra porfiaram muitos: Flores, Lorenzo Batlle, Herrera, Bustamante, Villalba, Herrera y Obes, Gomensoro e outros: a fina flor dos "colorados". Quando, no tempo de Flores a legislação bancária passou a ser constantemente modificada, para criar a balbúrdia administrativa, os simuladores e dissimuladores passaram a investir contra o Banco Mauá, esquecidos, no entanto, dos grandes benefícios que êle prestava à economia do Uruguai. Ódios políticos, de baixo estofo, ódios miseráveis, foram venenos infiltrados nos meios governamentais para criar situações dramáticas ao Banco Mauá. Contudo, a despeito do trabalho de sapa, o estabelecimento do grande brasileiro foi vencendo as dificuldades, às quais outras foram juntadas por indústria de políticos invejosos e oportunistas. E' claro que o milagre não poderia repetir-se a todo o instante. Mauá sabia perfeitamente que não poderia acreditar em milagres. Por isso, com tenacidade extraordinária trabalhava, demonstrando a excepcional vitalidade do seu Banco. Por mais que procurasse abrir a inteligência de seus adversários a um raio de luz, fazendo-lhes ver que estava trabalhando pelo Uruguai, e não pelos políticos dêste ou daquêle partido, Mauá não poude convencê-los. Montevidéu, naquele tempo, era uma cidade pequena, onde as glórias eram feitas

na praça pública e nas esquinas. Ora, o Banco Mauá crescera e opulentara-se, opulentando o Uruguai. Fôra obra de um estrangeiro. Nessas condições, os minúsculos políticos, que cirandavam à volta do Banco, só queriam a ruina do estabelecimento. A boa fé e a lealdade de Mauá foram exploradas por malandrins, bem instalados nos meios políticos. Os erros de Mauá foram propalados e transformados em arma contra o banqueiro. Os chefetes militares pretendiam que o Banco Mauá estivesse de portas abertas para que êles pudessem "pôr a procissão na rua". Por conseguinte, invejas e ódios se articularam contra o Banco e se traduziram numa legislação emaranhada e absurda, feita exclusivamente contra Mauá.

Referindo-se na *Autobiografia* aos acontecimentos transcorridos desde a subida de Lamas ao ministério da Fazenda até as providências postas em prática pelo govêrno Latorre, Mauá disse:

> "Compreendeu êsse ministro (refere-se a Lamas) a necessidade de resolver sem demora a grande dificuldade internacional que a questão Mauá envolvia, como se achava, em fundamentos inatacáveis, assim no que diz respeito ao direito público internacional, como na mais alta expressão do justo e do honesto, e seguro que um dia mais ou menos próximo, o Govêrno imperial não deixaria de assumir a posição que lhe competia para obter justiça, desde que as arbitrariedades foram praticadas *diretamente pelo govêrno* da república, em contravenção às suas próprias leis.
>
> Além disso, a nova revolução que se dera tornava o govêrno carecedor de recursos que ninguém lhe fornecia, e o Banco Mauá só o podia fazer mediante a inconvertibilidade de suas notas: nessa base foi colocado o convênio de 26 de outubro de 1874, que deu plena satisfação aos interêsses ofendidos pelos benefícios que teriam de resultar do uso dessa emissão, durante o período de sete anos (estimados), que bastavam para que as contribuições decretadas, produzissem o ouro necessário, pagando o govêrno sua dívida ao banco, o que o habilitaria a abrir a conversão das notas no dia imediato.
>
> As estipulações do convênio não podiam ser mais garantidoras, pois ninguém podia tocar no ouro que se recolhia em *depósito*, até que se achasse acumulada a soma necessária — sendo o banco por êsse acôrdo indenizado em cêrca de 22.000 contos — o que, mesmo tomando em con-

> sideração os onze anos que decorriam, desde que os atentados foram praticados, até a sua definitiva reparação, oferecia compensação adequada, ficando o país dotado de um meio circulante *garantidíssimo;* pois, além da dívida do govêrno, em que se acharia representada, em sua totalidade, a acumulação gradual do ouro, tornava infalível a conversão das notas. Êste acôrdo foi realizado mediante anuência e aprovação da Legação Imperial do Brasil.
>
> Nova revolução, dando, porém, em resultado a queda do govêrno Varela, e sendo o convênio impopular (por não ser compreendido o seu mérito e alcance), empenhou-se o coronel Latorre, que substituiu aquêle govêrno, armado com tôda a soma de poder público, em rescindí-lo, no que consenti, com ciência e anuência da Legação imperial. A rescisão não podia ser mais vantajosa à república; pois, tomando o govêrno a si o pagamento das notas do banco, ficou obrigado a uma compensação mínima, visto que com menos de metade da quantia em que importariam os juros que teria de pagar pela nova dívida, se libertou dela; ficando, porém, em pé a grande reclamação já reconhecida e paga pelas concessões anteriores, que ficaram sem efeito e conseqüentemente dependendo de acôrdo ulterior outro modo de ser satisfeita a indenização pactuada pelo convênio".

Nessa doloroso emergência, Mauá compreende que o terreno começa a faltar-lhe aos pés. De um lado, a rescisão violenta do convênio que levava seu nome num momento tão infortunado, com evidente prejuízo para os interêsses do seu Banco, pôsto houvesse Mauá *concordado* (e talvez houvesse sido mór êrro) com a rescisão; — do outro, o transcurso do tempo sem que a Reclamação Mauá, de indenização de prejuízos reais sofridos, encontrasse solução por parte do govêrno uruguaio. Andrés Lamas, como ministro da Fazenda, pretendera resolvê-la. Além disso, o govêrno truculento de Latorre dava justificativa ao conceito de Montesquieu de que *'il n'y a point de plus cruelle tyrannie que celle que l'on exerce à l'ombre des lois et avec les couleurs de la justice"*. Na verdade, a Reclamação Mauá só tivera o apoio do Conselheiro Araújo Gondim, Ministro em Montevidéu, ficando desajudada pela política do Império... Era uma situação realmente dramática para o banqueiro, guerreado em Montevidéu e abandonado no Rio de Janeiro. E' interessante assinalar que, finda a Guerra da Tríplice Aliança,

a Chancelaria imperial se possuira de evidente cansaço pelos assuntos do Prata. O conflito armado custara rios de dinheiro além de milhares de vidas ceifadas no imenso campo de batalha do Paraguai. O ouro espalhado pelo Brasil, no decorrer da campanha, contribuira poderosamente para o enriquecimento de Buenos Aires. Os "fornecedores" portenhos encheram-se de dinheiro à custa do Brasil — e atacaram o Brasil. Certos políticos argentinos, bem semelhantes aos uruguaios do tempo, pôsto aliados do Império, zombavam do Brasil e depois se transformaram em recalcitrantes na retaguarda. Na realidade, desejavam tudo, menos a vitória do Brasil nos campos de batalha... Tudo isso foi observado pelos argutos agentes diplomáticos do Império. Convenceram-se êstes de que os políticos de ambas as margens do Prata eram vinho da mesma pipa, sem tirar nem pôr. Assim, a Chancelaria imperial se enfastiara das divergências intestinas do Uruguai, que pareciam não ter solução. O infrene caudilhismo verificado no Prata desenganara a diplomacia imperial.

Na fase final de sua vida, Mauá foi evidentemente sacrificado por essa nova norma da política externa do Brasil. Seus interêsses, tantas vêzes lesados pelas crises políticas verificadas na Argentina e no Uruguai, foram então abandonados pelo Govêrno imperial; ou, pelo menos, o Govêrno imperial não lhes deu apoio direto e eficiente. O Govêrno brasileiro entendeu, com excessiva cautela, que se tratava de assuntos particulares de um banco; assuntos de um banco estabelecido no Uruguai; logo, subordinado à legislação local. Assim, no caso de violação ou espoliação de direitos, Mauá deveria recorrer aos tribunais competentes do país. Infelizmente, porém, — infelizmente para Mauá —, a reclamação que levava seu nome assumira *caráter político,* sendo interpretada, pois, como um assunto *político* uruguaio; e não como uma lesão sofrida por um particular estrangeiro, que, falto do amparo das leis locais, se julgava com direito à proteção de sua lei nacional. Mauá aspirou à proteção do Império, porque ela poderia ser justa, eficiente e decisiva. E essa proteção lhe faltou. Viu-se, pois, à mercê das paixões políticas reinantes em Montevidéu e orientadas contra seu Banco. A fina flor dos "colorados" queria a queda de Mauá. Por isso, ela trabalhou implacàvelmente para

chegar a tal fito. Ramón Cárcano referiu-se em obra de alto valor histórico à *"diplomacia extorsiva"* do Império (1). Fê-lo com evidente injustiça. No Uruguai dêsse tempo a diplomacia brasileira era encarada com suspeita, porque era arguta e enérgica. Mauá, a despeito de seu entranhado amor pela terra uruguaia, confiou com demasiada boa fé no reconhecimento de seus amigos verdadeiros ou falsos, existentes em barda no Uruguai. Esperou por êsse reconhecimento e enganou-se amargamente. Se não houvesse sido um *idealista,* teria fechado o banco ao primeiro assomo da desgraça comercial. Não: perseverou, lutou, trabalhou, confiante na amizade e na justiça dos homens...

E' curioso assinalar que os adversários do Banco Mauá lhe atribuiram a responsabilidade pelo emissionismo exagerado. Então, forçoso se torna reconhecer de duas uma: ou o Banco Mauá se havia transformado numa potência gigantesca que poderia ditar leis; ou os govêrnos, no Uruguai, débeis institucionalmente, não sabiam ditar uma política financeira nacional. No entanto, quando a influência de Mauá declinou, a dívida pública continuou a crescer. Cresceu, enquanto diminuiu o prestígio do banqueiro...

De acôrdo com um quadro sinótico publicado pela Junta de Crédito Público em 1.º de janeiro de 75, a situação da dívida pública era a seguinte:

Montante	$ 42.357.495,90
Amortização	2.410.347,05
Juros anuais	3.430.332,95
Serviço total	5.840.680,00

Os minúsculos adversários do Banco Mauá, hesitantes e contraditórios, mas irmanados na campanha contra o estabelecimento bancário, esqueciam-se nessa altura do grande serviço prestado pelo Barão de Mauá ao consolidar e reduzir a dívida geral da Nação de mais de 100 milhões de pesos a um total superior a pouco mais de 2.000.000 de pesos. O emissionismo, que surgiu depois dessa consolidação da dívida, criado por diver-

(1) RAMÓN J. CÁRCANO, **"Del sitio de Buenos Aires al campo de Cepeda"**, Buenos Aires, 1921, pág. 46.

sos fatores e decretado por diferentes governos, foi a cruz que Mauá levou ao calvário. As grandes utilidades que o banqueiro ganhou no Uruguai, os proventos que auferiu, os lucros que embolsou voltaram aos cofres do Govêrno, porque a avidez governamental e a desordem administrativa eram guélas escancaradas a sorver os recursos do Banco Mauá... Latorre, o sinistro fuzilador, não concertou as finanças nacionais. Agravou-as. A crise financeira, no tempo de Latorre, foi de tal ordem que desferiu um golpe decisivo nos destinos do Banco Mauá. Situação realmente dramática durante a qual Mauá não contou com o apoio nem de uruguaios, nem de brasileiros. Açulada por Latorre e sua camarilha, a campanha política contra o Banco Mauá foi de vento em popa.

A 25 de fevereiro de 75, o Conselheiro Aguiar d'Andrada, Ministro do Império em Montevidéu, passou a José C. Bustamante a seguinte nota:

> "Vossa Excelência sabe pela entrevista que hoje tivemos que, por motivos poderosos, o Banco Mauá & Cia., desta praça, se viu forçado a fechar as portas e a entrar em liquidação. Depois dessa entrevista, fui informado de que o Juiz de Comércio procedeu a selar as portas do referido Banco.
>
> Como o Govêrno do Brasil tem ali grandes somas em depósitos para as despesas de sua esquadra nas águas dos rios da Prata, Uruguai e Paraguai e para o exército que mantém em Assunção, rogo, pois, a Vossa Excelência se sirva de dar as ordens necessárias a fim de que sejam entregues a esta Legação os fundos que pertencem ao Govêrno imperial, os quais sendo meros depósitos sem juros, são pelas leis dêste país privilegiados".

Bustamante respondeu, por nota de 26 do mesmo mês, da seguinte forma:

> "He elevado al conocimiento de S. E. el Sr. Presidente de la República la nota de V. Excia., fecha de ayer, en la que conforme á lo espresado en nuestra entrevista del mismo dia, dice que, con motivo de la clausura del Banco Mauá & Cia., y habiendo resuelto el Sr. Juez de Comercio declarar en quiebra dicho establecimiento, se ven comprometidas grandes cantidades depositadas en él para los gastos de la escuadra brasilera en las aguas del Plata, Uruguay y Pa-

raguay, y para el ejército que mantiene el Imperio en la Asunción y que en esa virtud viene á rogar se den providencias necesárias á fin de que sean entregados á esa Legación dichos fondos por ser ellos meros depósitos sin interés, que por las leyes de este país son privilegiados.

Aunque V. Excia. sabe por ley especial de 4 de mayo de 1870, los establecimientos bancarios que se encuentran en el caso del Banco Mauá & Cia. quedan completamente fuera de la acción administrativa del P. Ejecutivo y bajo la exclusiva jurisdición de los Tribunales, no obstante, el Señor Presidente de la República me ha encargado decir á Vuestra Excelencia que en el deseo de dar á este incidente inesperado una solución que concilie los intereses del Imperio, invocados por Vuestra Excelencia, con la dignidad de este país y el respecto que debe prestarse á las resoluciones de los Poderes Públicos pasará la nota de Vuestra Excelencia en consulta al Superior Tribunal de Justicia, estando á sua resolución que será transmitida en el acto á Vuestra Excelencia por conducto del Ministerio".

Por nota de 28, Aguiar d'Andrada respondeu à nota algo impertinente de Bustamante:

"Tenho a honra de acusar o recebimento da nota de Vossa Excelência datada de 26 do corrente, em resposta à minha do dia 25 e relativa ao pedido que fiz para que fôssem entregues a esta Legação os depósitos em dinheiro que o Govêrno imperial tinha no Banco Mauá & Cia., desta praça, declarado em quebra por determinação do Juiz de Comércio desta capital.

Entendi que o assunto foi transmitido em consulta ao Superior Tribunal de Justiça, cuja resolução espero será de acôrdo com meu justo pedido, o qual de forma alguma é incompatível com a dignidade dêste país e o respeito devido às resoluções dos Poderes Públicos".

A 28, Bustamante comunicou ao Ministro do Império que o Juiz de Comércio havia sustado tôda a tramitação referente ao Banco Mauá.

No entanto, os fundos pertencentes ao Govêrno brasileiro não eram entregues à Legação imperial. A 2 de março, Aguiar d'Andrada enviou a seguinte nota a Bustamante:

"Tenho a honra de acusar o recebimento da nota de 27 de fevereiro último, pela qual me transmitiu Vossa Exce-

lência em cópia autêntica a que o presidente do Superior Tribunal de Justiça dirigiu a Vossa Excelência transcrevendo a resolução para que o Juiz de Comércio informasse acêrca da entrega por mim solicitada dos fundos que o Govêrno imperial tem depositados no Banco Mauá & Cia.

Acrescenta Vossa Excelência que lhe cabia ao mesmo tempo a satisfação de trazer ao meu conhecimento que o Senhor Juiz de Comércio já tinha suspendido todo o procedimento judicial no assunto do referido Banco.

Sôbre êste ponto não posso deixar de manifestar a Vossa Excelência a estranheza que me causou ao saber na manhã do dia 27 que a liquidação judicial prosseguia.

Em vista de tão anormal procedimento e vendo a palavra do govêrno oriental contraditada pelo fato, rogo a Vossa Excelência se sirva de me dar as explicações que o caso exige e que necessito para meu govêrno".

Os síndicos informaram que a Conta do Tesouro do Império, então existente no Banco Mauá, era de 597:887$080. No relatório encaminhado por Bustamante ao Ministro do Império, por nota de 20 de março, se lê o seguinte:

"Interrogado el Gerente principal sobre el particular, ha contestado que han dispuesto de esa suma, creyendo reponerla en pocos dias, esperando una fuerte cantidad de oro el dia 23, que por circunstancias imprevistas no ha llegado".

O fato era verdadeiro: a gerência do Banco havia-se utilizado dêsse fundos pertencentes ao Govêrno imperial. No grande discurso, pronunciado a 21 de julho de 75 no Senado imperial, o Visconde do Rio-Branco, presidente do Conselho de Ministros, tratou do assunto, declarando:

"O que se disse por parte do Banco foi que não tinha cometido um crime, dispondo, naquelas circunstâncias excepcionais em que se achou, dêsses dinheiros, porque não era depósito de títulos, dos quais não pudesse lançar mão, mas depósito em espécie, que esperava repôr imediatamente".

Respondendo aos apartes do Conselheiro Zacarias, o Visconde do Rio-Branco utilizou-se do Código comercial do Uruguai (arts. 724 e 727), que justificavam o proceder assumido

pelo Banco. No final do discurso, o Visconde do Rio-Branco lançou muita luz sôbre a quebra do Banco Mauá em Montevidéu, referindo-se a *influências dominantes* que transformaram a idéia de uma moratória, a que eram favoráveis todos os credores, numa quebra:

> "Ainda o nobre senador [Zacarias] censurou o procedimento do nosso ministro em Montevidéu, não só pelo que êle disse a respeito dos interêsses do Tesouro ligados ao Banco Mauá, senão ainda porque procurou favorecer êsse estabelecimento no seu empenho de moratória. Já tivemos ocasião de expôr ao Senado, o nobre Visconde de Caravelas e o humilde orador que nêste momento tem a palavra, quais as circunstâncias que determinaram êsse procedimento do Representante do Brasil em Montevidéu. Não se tratava de impedir, por parte das autoridades orientais, um procedimento regular, todo pautado pela lei e com a imparcialidade da justiça, a respeito do Banco Mauá. *Influências* e *influências dominantes* se interpuseram com o fim de *contrariar* o que era voto geral dos credores, que o Banco não fôsse sujeito às conseqüências desastrosas de uma falência, mas obtivesse uma moratória, que lhe não podia ser recusada em face do direito daquele país. Quando se movia pelas circuntâncias excepcionais dessa República uma *hostilidade manifesta* ao estabelecimento brasileiro, em que não só havia interêsses do Tesouro do Brasil, mas interêsses de muitos dos nossos compatriotas, pode estranhar-se que o nosso Ministro interpuzesse sua influência junto ao govêrno oriental, para que êste, por sua vez, empregasse os meios que estivessem ao seu alcance, a fim de contrabalançar *aquelas influências* que procuravam a *ruina* do estabelecimento brasileiro? O Ministro do Brasil não pedia uma exceção ao direito comum, uma proteção ilegal ao estabelecimento brasileiro: pelo contrário, pedia ao govêrno oriental que usasse benèficamente de sua influência para que o dito estabelecimento, pelas *hostilidades* que lhe *eram movidas*, não fôsse levado à ruina, negando-se-lhe favores que a lei comercial do país lhe garantia".

Os conceitos do Visconde do Rio-Branco, desconhecidos dos historiadores brasileiros, são transparentes: o Banco Mauá estava sendo combatido em Montevidéu por "influências dominantes", que, passando por cima da lei, queriam levá-lo à ruina. O Banco sofria "hostilidade manifesta" por parte do govêrno

uruguaio, o que também era evidente. O Conselheiro Araújo Gondim e o Conselheiro Aguiar d'Andrada batalharam pelo Banco. Não desejaram medida de exceção ou favor; desejaram simplesmente que se cumprisse a lei e que se respeitasse a Carta de Contrato celebrada com o Banco Mauá, a qual lhe fôra concedida pelo govêrno oriental. Tudo em vão. Os argumentos daqueles agentes diplomáticos brasileiros não demoveram políticos uruguaios da obra sinistra em que se empenharam: a ruina do Banco Mauá. E conseguiram-na. Naquele momento, Bustamante, inimigo de Mauá, era muito ouvido pelo sinistro e sanguinário Latorre...

Aguiar d'Andrada também manteve correspondência muito viva com o ministro Bustamante por motivo do asilo diplomático outorgado na Legação imperial ao prestigioso político Manuel Herrera y Obes, inimigo também do Banco Mauá. Era sempre assim: desde Giró, também inimigo do Brasil, políticos do Montevidéu, para salvarem o pêlo, procuravam asilo na Legação imperial... Em nota de 29 de maio, Bustamante, referindo-se a êsse assunto, dizia que a presença de Herrera y Obes na Legação do Brasil "era una amenaza contra la tranquilidad pública". A essa nota descabelada, Aguiar d'Andrada respondeu por outra de 1.º de junho, em têrmos muito vivos, defendendo enèrgicamente o asilo dado àquele político. Em seu discurso de 21 de julho de 75, o Visconde do Rio-Branco referiu-se ao caso, para defender-se de censuras do Conselheiro Zacarias:

> "Não duvido, não pretendo mesmo averiguar se o govêrno oriental tinha ou não bons fundamentos para crer que a pessoa do Sr. Herrera y Obes era perigosa, conservando-se em Montevidéu; mas, o que assevero, sob a palavra honrada do Ministro brasileiro, e pelo conhecimento que tenho do caráter de um e de outro, é que o asilado, sob a bandeira brasileira, não conspirava contra o govêrno oriental; achava-se aí inofensivamente".

Bustamante tentou mover a imprensa de Montevidéu contra o Ministro Aguiar d'Andrada por causa do asilo dado a Herrera y Obes. Bustamante acreditou, todo galas, ufania e vai-

dade, que viesse a criar um "caso" diplomático entre o Império e o Uruguai. Enganou-se redondamente (1).

*
* *

Em maio de 75, a situação econômica do Brasil tornou-se muito séria. Foi a grande crise que assaltou o final do glorioso ministério de 7 de março de 71, organizada pelo Visconde do Rio-Branco. A 15 de maio de 75, três bancos do Rio de Janeiro suspenderam os pagamentos: o Banco Nacional, o Banco Alemão-Brasileiro e o Banco Mauá. A lei n.º 2.565, de 29 de maio de 75, autorizou o Govêrno a emitir até 25.000 contos em bilhetes ao portador para conjurar os efeitos da crise.

Mauá, depois de haver penosamente encerrado as difíceis negociações com o govêrno Latorre, regressara de Montevidéu ao Rio de Janeiro. Sua primeira decisão foi requerer uma moratória de três anos. Contava, nesse lapso de tempo, repor os negócios em bases novas e vencer as dificuldades existentes, tanto no Rio de Janeiro como em Montevidéu. Seus amigos estavam certos de que, apesar de dever cambiais ao Tesouro Nacional no valor de 6.849:282$620, os negócios e empreendimentos de Mauá se encontravam em condições de solvabilidade.

Conta Alberto de Faria que, na grande crise de 64, que subverteu cêrca de 100 estabelecimentos comerciais, grandes, médios e pequenos, através do Brasil, sòmente Mauá e os banqueiros Bahia, Irmãos & Cia. resistiram à tormenta. No entanto, esta última firma dois anos depois sucumbiria fragorosa e honradamente, malferida pelos efeitos da crise. Mauá ficara, pois, sòzinho a pelejar com o vigor de tôdas as suas fôrças. No Uruguai, o Banco Mauá resistiu quanto pôde a grandes tempestades políticas. Efetuou a consolidação da dívida pública do Uruguai; apoiou com seus recursos diversos govêrnos; desenvolveu intensa ação no sentido da criação de novas

(1) O Autor do presente trabalho leu em **El Siglo**, de Montevidéu, de maio a junho de 75, em sua "seção oficial", a correspondência diplomática entre Bustamante e Aguiar d'Andrada, a respeito do Banco Mauá e do asilo dado a Herrera y Obes.

riquezas; pelejou pela implantação de novos métodos bancários na capital uruguaia. A partir do Govêrno Battle começou a perseguição governamental, que se acentuou através do tempo, quer por meio de uma legislação mudada muitas vezes, quer por meio da denegação de direitos elementares a um estabelecimento bancário, que tinha Carta básica e celebrara acôrdo com o govêrno do país.

Disse Castro Rebello, comentando êsses fatos:

> "Sob o ministério Rio-Branco, Mauá, não só dispõe da diplomacia do Império para a proteção de seus interêsses, perante o govêrno oriental, como, apesar do estado precário do seu crédito e dos ataques da imprensa, é o banqueiro a que, de preferência, recorre o govêrno, para realizar no exterior pagamentos, que sobem, quinzenalmente, a mais de mil contos de réis e pelos quais embolsa o protegido lucros consideráveis, com prejuizo da fazenda pública. Resultado: ao se lhe abrir a falência, ainda tem o govêrno, contra êle, um crédito, em cambiais, superior a seis mil contos de réis. Sob o ministério Caxias, tão escandalosa se afigura a proteção que lhe dispensa o govêrno, onde é notório o ascendente de Cotegipe, seu grande amigo, que serve de tema a um debate parlamentar provocado pela oposição liberal. Cesário Alvim e Afonso Celso (pai) chegam a ser causticantes no modo pelo qual a apreciam" (*ibidem*, pg. 179).

Que proteção dispensou o Govêrno brasileiro à "Reclamação Mauá"? Foi tão fraca que se poderia haver por nula. Que defesa teve Mauá em face dos atropelos do govêrno Latorre? Aguiar d'Andrada defendeu-o por certo, e com honradez. Mas, faltou a Mauá o apoio decisivo do Govêrno imperial.

Em 75, Mauá apelou para o Banco do Brasil, oferecendo-lhe títulos da próspera Companhia Pastoril. Necessitava de um empréstimo rápido para vencer dificuldades motivadas pela crise no Uruguai, bem como pela crise ocorrida na praça do Rio de Janeiro. Mauá estava entre dois fogos. Era devedor ao Tesouro Nacional do Império de 6.849:282$620, importância representada por cambiais. O empréstimo solicitado fôra de 3.000 contos. Para garantí-lo, oferecera títulos no valor de 6.000 contos. Essa importância destinava-se a um fim: pagar

o saldo dos saques do Banco em Londres e de suas filiais, então circulantes na capital britânica no valor de £ 1.200.000, entre os quais um de £ 70.000 a favor do govêrno argentino.

Na *Autobiografia* disse Mauá: "...o rigor dos estatutos do Banco do Brasil não permitiu o auxílio solicitado e tive de pedir a moratória que ficou asegurada pelo parecer dos peritos, quanto à solvência da casa (vogais do Banco do Brasil e do Tesouro Público Nacional). Desde então, não obstante, dei por finda a minha carreira financeira, pois não podiam ocultar-se-me as consequências do desastre".

Nos três anos da concordata, Mauá pagou 51.160:000$000, que representavam 66% do passivo. Disse Alberto de Faria: "Quando Mauá foi obrigado a requerer moratória de três anos (maio de 1875), a situação comercial de sua casa era de absoluta solvabilidade" ("*Mauá*", pg. 494, 2.ª edição). Apesar de todos êsses pagamentos, ainda havia valores a monetizar. Calculava-se que cêrca de 5.000 contos ficassem como sobejos para a família. A moratória, no entanto, não podia ser prorrogada. Afirmou Castro Rebello: "A moratória, primeiro, depois a falência, revelam em Mauá o vigor de um sentimento, que, sem desprêzo à verdade, seria impossível lhe negarmos: a probidade pessoal no trato dos seus negócios".

Verifica-se no Rio de Janeiro um ofêgo coletivo de estarrecimento ao saber-se que a lei veda a prorrogação da moratória. Tanto Mauá como seus credores estavam interessados em que êle próprio fôsse encarregado da liquidação.

Para tal fim, a lei exigia dois terços dos créditos, espalhados pelo Brasil, Uruguai, Argentina e Inglaterra (eram mais de 2.000 os credores), presentes ao fôro da lide. Interpuseram-se recursos, alvitraram-se mesmo sugestões para modificação da lei. De nada valeu a boa vontade, mesmo de inimigos antigos de Mauá, como Silveira Martins. A angústia apertou o coração de muito brasileiro desinteressado, conhecedor dos imensos serviços prestados pelo banqueiro ao Brasil, Argentina e Uruguai. Muitos bacharéis acurvaram-se sôbre textos legislativos, em busca de uma solução — ou uma *saída* para o caso de Mauá. A lei era a lei. Os inimigos de Mauá queriam vê-lo atirado ao chão; logo, bastava que lhe aplicassem a lei...

Aquela inveja bem clorofilada, bem brasileira, inveja que a erva de São João tem ao jequitibá, venceu.

Mauá foi declarado falido em 19 de maio de 1878, depois de ter pago 66% dos débitos...

Mudaram-se as leis. Mudaram-se os costumes. Mudaram-se os homens. Tudo mudou. Daquele ano de 78 é a declaração soberba de Mauá: "Não hei de ficar com um vintém para mandar ao mercado, seja qual for a conduta dos credores para comigo..."

Nos dias de hoje, os contrabandistas de whisky, nylon, automóveis e cocaína estão bem instalados na vida e no conceito dos demais. Não precisam ir à falência. Quando muito, mudam de bairro — ou mudam de cidade. E continuam prestigiosos, porque são ladinos, sinuosos, vivos. Podem ter mesmo veleidades a ocupar altos postos...

Então, Mauá entregou tudo quanto ainda lhe restava: propriedades no Rio de Janeiro; a Companhia Pastoril e Agrícola, de Mercedes, no Uruguai, com seu gado precioso; a fazenda de Sapopemba; bens em Petrópolis; 35 pequenos sítios; prédios no cais de Santos com 2.000 metros de testada sôbre o mar; alfaias, joias suas e de sua esposa — tudo em suma, inclusive seus óculos de aro de ouro... O gado e as terras da Companhia Pastoril e Agrícola, de Mercedes, valiam nesse ano de 78, em avaliação média, cêrca de 100.000 contos fortes. O carrancismo, a estupidez, a boçalidade de uns e a covardia de outros, irmanados por estranho sentimento de inferioridade, fizeram a ruina definitiva do extraordinário criador de riquezas. Tudo se perdeu, tudo se desfez. Espantoso era que Mauá tivesse *recursos sobejos* para pagar tudo, absolutamente tudo e ainda ficar com algum dinheiro. Bastaria um pouco de bom senso; bastaria deixar de lado a lei estéril; bastaria dar de ombros aos bacharéis mumificados e enfrentar os oportunistas. Nada disso se fez. Mauá foi à falência, depois de haver saldado 66% dos seus débitos.

Seus bens foram vendidos em hasta pública, quase a preço vil. Juízes, meirinhos, bufarinheiros, parlamentares, abadiotas miseráveis, alguazis, escrivães, mercadores de escravos, comerciantes anafados, todos, absolutamente todos, rejubilaram com a queda do roble na floresta de anões. E' verdade que o Mar-

quês de São Vicente dissera no Senado: "sua falência em nada o diminui..." — e recebera palmas. Depois, em nome da Justiça, começou o saque de todos êsses bens (rouba-se também em nome da Justiça...), feito por escrivães, comerciantes e fazendeiros que, comprando a preço vil, se enriqueceram com os bens de Mauá. Jamais se assistira, no tempo do Império, a drama tão sensacional: os bens de Mauá, espalhados pelo Brasil, Uruguai e Argentina, que pagariam de muito tôdas as dívidas do banqueiro e industrial, vendidos a preço vil — e passando às mãos ávidas de terceiros. O mais trágico de tudo isso foi que se paralizaram aquêles empreendimentos movidos pelo esfôrço fecundo e generoso de um homem criador de tanta coisa útil. Da noite para o dia, estancou-se o poderoso dínamo. Anos e anos de uma ação extraordinária, impelida por um ideal de progresso e de trabalho, redundaram no desmoronamento de uma falência. Depois a estagnação, a ingratidão, o olvido. O pântano voltara a ser pântano...

Na *'Arte de Furtar'*,' fala-se muito dos que furtam com unhas fartas. E lá se diz com muita vernaculidade:

> "A rapôsa, quando salteia um galinheiro faminta, ceva-se bem nos primeiros dois pares de galinhas que mata; e como se vê farta, degola as demais, e vai-lhes lambendo o sangue por acepipe. Isto mesmo sucede aos que roubam com unhas fartas, que não param nos roubos, por se verem cheios, antes então fazem maior carniceria no sangue alheio: são como as sanguessugas que chupam até que arrebentam. Andam sempre doentes de hidropisia as unhas dêstes: então teem maior sêde de rapinas quando mais fartos delas..."

Roubou-se muito na falência de Mauá. Muita gente furtou com unhas fartas. O gigante fôra liquidado: era o que se queria...

Aquêles que tanto o haviam combatido no Uruguai, acusando-o de emissionista, iriam depois assistir à falência do Banco de Emílio Reuss, no tempo do presidente Júlio Herrera y Obes. Dirá Raúl Montero Bustamante:

> "En breves dias se derrumbó la fantástica riqueza creada por la especulación y el desordem; en horas los valores

> fictícios se esfumaron sin dejar más huella de su existencia que los papeles impresos y los fabulosos quebrantos de las liquidaciones. La Bolsa fué un campo de batalha donde cayeron uno a uno los combatientes. Cuando terminó la lucha pudo apreciar-se la magnitud del desastre: bancos y compañias quebradas, fortunas destruidas, industrias aniquiladas, empresas desvanecidas, ruidosas bancarrotas, escombros y ruinas por todas partes, y, como despojos del terrible naufragio, aqui y allá, barrios surgidos de la nada, edificios monumentales a medio construir, rutilantes palacios, trenes y atalajes, joyas y objetos de arte, entregado todo a la ignominia de la usura y la almoneda" (1).

Mauá já havia falecido, quando se deu a quebra do Banco Reuss, estabelecimento que não teve a trajetória gloriosa do seu. Logo, Mauá não poderia ser acusado como responsável pelas crises econômicas verificadas no Uruguai e muito menos pelo desbarato do govêrno de Herrera y Obes. Êste presidente, depois de haver possuido palácio e dormido em leito suntuoso, acabou na miséria, deitando-se sôbre um almadraque e pensando naturalmente na chusma de espertalhões, especuladores e bufarinheiros que o cercaram nos bons tempos. A vida de certos políticos tem voltas e enredos que fazem pensar no Palmeirim d'Inglaterra.

Curioso foi o desinterêsse do "*Jornal do Commercio*" a propósito da morte de Mauá. Em poucas linhas deplorou seu falecimento, dizendo que causara funda consternação. Nada mais. Para a geração de 89 Mauá morrera muito antes...

Na *Autobiografia*, escreveu Mauá: "Destruida a fortuna, abatido o nome, que mais queriam agora? Meu único crime foi trabalhar muito tendo por norte — fazer algum bem". Depois, como disse Herman Melville: "*Better to sink in boundless deeps than float on vulgar shoals...*"

Pouco depois da morte de Mauá, caiu o Império. Os arganazes da política e dos negócios, limpos ou sujos, aderiram imediatamente à nova ordem estabelecida no Brasil, entre o espoucar de foguetes e a gritaria dos "patriotas". Dias andados, co-

(1) RAUL MONTERO BUSTAMANTE, "**Estampas**", Montevidéu, 1941, pág. 186.

meçariam as dissenções públicas entre os fundadores do novo regime.

*
* *

Chega-se ao fim de uma vida, como se chega ao fim de um caminho que muitas voltas fez. Vida, que contém ensinamentos profundos. A *Autobiografia* de Mauá deveria ser lida em tôdas as escolas secundárias do Brasil como texto obrigatório, como verdadeiro breviário de energia formadora de caráter forte. A vida de Mauá é tão movimentada e tão cheia de lances singulares que tem feição heróica, lembrando a de Lesseps ou de Cecil Rhodes. Essa portentosa energia criadora arrostou com a sandice e a mediocridade, com a rotina e a inveja, a inveja talvez o maior defeito do brasileiro. Tudo isso numa época em que a aristocracia estava baseada no trabalho escravo. Mauá só teve uma aristocracia: a do *trabalho criador*, a melhor de tôdas, a única que vale. Naquela época, cheia de preconceitos babosos em que ser comerciante e industrial era quase um crime, Mauá arrostou com os preconceitos e se impôs à admiração de uns e à inveja de outros. Os bacharéis e os fidalgos de brazão (que se esqueceram de defender o regime de 14 para 15 de novembro...), com suas momices e suas atitudes estudadas, foram os servidores da rotina e da papelada. O maior mal do Império foi a escravatura. Enfermidade terrível que contaminou a época inteira, estabelecendo e consagrando o culto da mediocridade. O medíocre é rotineiro. O medíocre aborrece os grandes empreendimentos. O medíocre odeia os que têm um ideal. O medíocre ceva-se na mediocridade, na rotina e na falsa tradição. Esconjura o trabalho, porque o trabalho o cansa. Evidentemente não se podem medir os estadistas do Império pelo mesmo metro. Um Paraná e um Rio-Branco serão sempre gigantes numa floresta de pigmeus. Os mais dos homens daquêle tempo viviam de lisonjas, dolos, embustes, ardis, tretas, tramoias, armadilhas, dando a impressão de que fôssem espertos ou mesmo inteligentes... E por isso, com todo êsse arsenal de contraminas e ardis, mantiveram a escravatura até quase o final do Império, até 1888.

Em 1889 caiu o Império. Nesse panorama, de 1822 a 1889, a figura de Mauá cresceu. Cresceu, porque Mauá foi apóstolo de uma causa: a do Progresso. Não lhe perguntassem porquê. Responderia com o exemplo de sua vida: o Trabalho. "E' hipócrita o mercador, que dá esmola em público e leva usuras em oculto", — disse grande clássico da língua portuguêsa. Mauá arrostou com os terríveis preconceitos do tempo, carregando sua cruz qual Cirenêu. Sua vida foi clara. Claros foram seus atos. Clara, sua ação. Tudo na vida de Mauá foi um desdobramento de energia criadora. Seus atos e suas ações tiveram o sêlo inconfundível dessa energia criadora. A mediocridade de muitos lançou-lhe, no entanto, o cartél de desafio: êsse homem, para ganhar dinheiro e criar coisas grandes, consumiu tesouros ocultos em fermentar imaginações e corromper corações... Deveria ir para as galés, porque criara tanta coisa, tanto empreendimento e se notabilizara por seu poder de construir. Suponha-se que Mauá tivesse sido um chatim miserável, um mercador vulgar, um capitalista sem escrúpulos, um negocista crasso. Suponha-se. Então, seria espantoso, seria verdadeiro milagre que um homem, vindo do nada, houvesse acumulado grande fortuna, tanto no Brasil, como no Uruguai e Argentina, e houvesse corrompido à grande presidentes de república, ditadores, caudilhos, parlamentares, primeiros ministros... Então, como se explicaria que êsse homem desprezível, — sem recorrer ao trabalho escravo —, houvesse sido enobrecido com os títulos de Barão e Visconde e logrado situação de absoluta confiança junto a grandes nomes do Brasil, Argentina e Uruguai? Suponha-se, no entanto, que Mauá tivesse sido o mais inescrupuloso dos homens, o mais tratante dos banqueiros, o mais egoista dos manipuladores de dinheiros, o mais miserável dos capitalistas? Como explicar que tivesse sido *pioneiro* de tanta coisa no Brasil, Argentina e Uruguai? Um chatim sórdido, um traficante vulgar e um capitalista inescrupuloso, diferentemente de Mauá, arredondariam boa fortuna e iriam contentes para casa. Há, pois, contradições profundas entre os que analisam a vida de Mauá à procura de erros e crimes; e os que a analisam em função de Ação e de Beleza. Mauá era falível como todos os humanos. Mauá cometeu erros. Mauá sofreu, porque acreditou na fortaleza da Justiça e esta

lhe faltou. Mauá caiu, porque acreditou em traficantes de negócios de Estado e em biltres investidos de poder público.

O êrro de Mauá — êste sim, foi seu grande êrro — foi o de ter sido diferente dos demais. Perdôa-se a alguém ser *diferente,* isto é, ser arrojado, generoso, bondoso, magnânimo, criador gigantesco de trabalho e de riqueza? Não, no Brasil, não se perdôa isso. Saiu do gabarito comum, notabilizou-se pelo trabalho ou pela inteligência, púa nele... Mauá foi *diferente* dos demais, porque trouxe um ideal de renovação. Combateu a mediocridade, a rotina e a falsa tradição. Lutou pela renovação econômica, financeira e industrial do Brasil. Logrou criar uma grande fortuna — mais dos outros que sua —, alicerçada em notáveis empreendimentos de caráter público, em benefício do Brasil, Argentina e Uruguai. Seu dinamismo estendeu-se das águas do Amazonas às águas do Prata. Sua vida foi um conflito permanente entre a rotina alheia e o arrôjo dos seus grandes empreendimentos. Um homem dessa envergadura teria, mais cedo ou mais tarde, de colher as prevenções dos mediocres e os entraves dos rotineiros. Foi o que lhe aconteceu, porque a inveja, o ódio e a incompreensão resolveram abater o Briareu. E quando a derrocada de Mauá foi conseguida em 78, seus inimigos foram para casa dormir sôbre a vitória.

A abolição da escravatura derrubou o Império. No mesmo ano de 89 faleceram Mauá e o Império. O primeiro, cercado dos seus; o segundo, numa hora em que fraquezas inconfessáveis se evidenciaram, ante a indiferença dos que haviam sido galardoados com títulos espaventosos. O Barão do Ladário, com seu sangue, provou ser fiél ao Imperador. Outros, mais tarde, envergonhados da ingratidão para com o Monarca, enviaram-lhe telegramas hipócritas de solidariedade, enquanto procuravam "ajeitar-se" com o novo regime... As riquezas fáceis do *Ensilhamento* e a desorganização republicana, com a guerra civil e os fuzilamentos, fizeram muita gente pensar nas virtudes do tempo de Dom Pedro II. Já era tarde. *A dead past was ready for burial...* A História tem oráculos e quando um povo, em momentos difíceis procura o mistério de seus oráculos, tem de pensar nas ações e nos ensinamentos de seus grandes homens. Ora, durante a estagnação e os sofrimentos da guerra civil, muita gente sensata entendeu de ouvir a voz dos oráculos...

Na História, o silêncio é uma espécie de recompensa. Às vêzes, é um sêlo que se apõe ao estudo de uma época. Depois, alguém arranca o sêlo, mergulha nos documentos e faz um trabalho de revisão crítica, para provar êrros e realizações.

O esquecimento, forma de silêncio, caiu sôbre as realizações de Mauá. Uma geração passou, apressada, insatisfeita e egoista. Mauá, esquecido, sofreu todos os descomedimentos da ignorância. Onde estava aquêle grande brasileiro que tanta coisa fizera por sua pátria? Como era mesmo o nome dêle?... Ninguém se lembrava do realizador gigantesco. Parlamentares ignorantes, jornalistas incultos, jogadores da Bolsa tiveram seu quarto de hora de celebridade depois de 89. Os arganazes e os murganhos da política continuaram sua obra de roer os recursos do Estado. O personalismo, a burocracia, o papelório, o verbalismo impenitente (era inteligente quem falasse muito...) aboliram o homem de ação, o desbravador, o criador de riquezas. Era natural, pois, que Mauá ficasse esquecido e sôbre êle caísse a poeira densa da ignorância ou do desdém. Isto sucedeu em têrmos àquele triste período republicano (guerra civil e fuzilamentos...) que foi de 91 até ao começo do govêrno Prudente de Moraes.

Um belo dia, um Presidente dotado de gênio administrativo — Rodrigues Alves —, homem feito na boa tradição política do Império, cercado dos melhores nomes do tempo — Rio-Branco, Passos, Oswaldo Cruz, Noronha, Bulhões, Lauro Muller — sacode o Brasil com uma febre de empreendimentos, facilitados pela obra de consolidação do poder civil de Prudente de Moraes e pela obra de regeneração financeira de Campos Salles. O Rio de Janeiro perde o doloroso aspecto de cidade colonial, com suas ruas estreitas e sujas. O Rio de Janeiro liberta-se da febre amarela. Saneiam-se portos. Rasgam-se estradas de ferro. Constrói-se a Madeira-Mamoré, poema de audácia. Atrai-se a imigração européia. Ao construir-se o pôrto moderno do Rio de Janeiro, o Club de Engenharia promove o monumento a Mauá. Por que motivo Mauá? perguntou-se. Quem foi êsse homem? Então surgiu à lembrança de muita gente a figura do brasileiro de todo esquecida... Muita gente, contudo, duvidou de que houvesse existido semelhante nome. No tôpo da altaneira coluna, sobranceiro à vida da cidade,

numa atitude histórica, com a cartola na mão e a sobrecasaca ondeando ao vento, perscrutando o horizonte e desafiando o tempo, lá está êle — símbolo de uma época, símbolo de tôdas as épocas em que houver bravura, energia, audácia.

A escritora e jornalista norte-americana, Dorothy Thompson, disse certa vez: *"In time of great crisis, nations, like individuals, have to rediscover what it is they live by"*. Ora, numa época em que os valores morais e culturais tanto se abastardaram no Brasil, é necessário buscar as causas dêsse anemiamento. E' preciso, por conseguinte, voltar às fontes da Tradição e aos grandes ensinamentos do passado para dar remédio aos males do presente. Nesse esfôrço crítico, o exemplo de Mauá deve merecer uma repassada, porque contém ensinamentos políticos, econômicos e morais do mais alto quilate. São com idéias e ideais que se constróem nações. Ninguém pode transigir com os princípios. Foi o que aconteceu com Mauá. E, por isso mesmo, a vida e as ações de Mauá constituem um ensinamento de primeira ordem, dada sua flagrante atualidade.

O Empreendedor, que sempre cuidou de coisas práticas, foi uma torre de fôrças e resistências morais. Exemplo de individualismo criador, de nacionalismo bem entendido, Mauá se destacou pelo seu ímpeto criacionista, numa terra onde o bacharel pálido impera, quando devem imperar o colonizador, o desbravador, o engenheiro.

Símbolo do passado, Mauá servirá de símbolo do presente para o futuro. Jamais precisou o Brasil de homens que imitem a ação de Mauá, como agora. Veblen, o grande economista norte-americano, ao estudar a industrialização das nações, referiu-se ao "papel vantajoso do seguidor". Mauá, pioneiro genial, deu o exemplo. Os seguidores terão a tarefa simplificada, porque a vida do Empreendedor contém ensinamentos prodigiosos. O dirigismo estatal, a socialização, a burocracia, o contar sòmente com a ação do Estado, poderão transformar o Brasil num país de funcionários públicos, — exatos mas desprovidos de iniciativa, — tal como acontece na União Soviética. Onde ficará a livre iniciativa, onde ficará o arrôjo dos grandes planos, onde ficará o empreendimento audaz? Por certo, engavetados em arquivos estatais, que não cessarão de

crescer para guardar o papelório burocrático. E' preciso reagir contra êsse processo de *esclerosamento burocrático*. O Brasil é um país jovem, onde os homens empreendedores terão liça franca. No Brasil há muita coisa que fazer — e que só poderá ser feita por homens de ação, do tipo Mauá. O território é vasto, podendo albergar população enorme; a Amazônia constitui *desafio permanente* à imaginação do homem brasileiro; a centuplicação das estradas de ferro e das rodovias, para ativar o giro das riquezas, se impõe; a elevação do padrão econômico do homem do interior, por meio da mecanização da agricultura, da criação de institutos rurais de educação, mesmo porque "mais sabe o tolo no seu que o sisudo no alheio", é tarefa fundamental; com o auxílio da técnica moderna, é preciso ter coragem para desbravar territórios, pioneirar zonas remotas, colonizar as fronteiras, transformando-as em "fronteiras vivas". É preciso resolver com audácia imediata o problema energético — eletricidade e combustíveis — para que o Brasil possa realizar em poucos anos um salto econômico de duas décadas intensas. O Brasil tem um deficit urgente de 9 milhões de kilowats. Um país, que dependa de suprimentos externos de petróleo, dependerá de trusts internacionais e será virtualmente um país "engarrafado". Por isso, a obra da Petrobrás terá de ser intensificada em escala imensa. O atraso no problema energético é simplesmente pavoroso e confrange o coração dos brasileiros que confiam no futuro. É então que se pensa em Mauá: ponte gigantesca entre o passado e o presente; e na falta de homens que houvessem com êle emulado em têrmos de Ação e Progresso. Tudo isso é tarefa que só pode ser feita, — não por franzinos funcionários públicos —, mas, por brasileiros e estrangeiros amigos do Brasil, do padrão e do tipo de Mauá.

Por conseguinte, Mauá é uma lição permanente de Energia. E' preciso que a gente jovem do Brasil medite nessa lição. Não são as alcatéias de políticos oportunistas que constróem o Brasil, pedra a pedra, tijôlo a tijôlo, cidade a cidade. Não, são os agricultores, os colonizadores, os industriais, os empreendedores. A ação que êsses homens desenvolvem em prol do progresso uniforme do país é um processo que tem Beleza intrínseca. Luciano de Samósata disse que Prometeu era tão bem-

quisto de Athena que ambos trabalhavam juntos, êle afeiçoando a argila carinhosamente; ela, soprando e infundindo alma ("psyche") à matéria plástica de que se servia o semi-deus. O símbolo é belo, podendo ser aplicado a Mauá. Mauá foi o gigante que infundiu sôpro criador a tanta coisa através do Brasil...

Que fique, pois, a vida dêsse homem, nestas páginas. Mais que isso, que fique a *lição de Energia criadora* dêsse Empreendedor, cujos cometimentos ainda hoje espantam.

Essa a vida heróica daquêle homem nascido nas terras socegadas e férteis de Arroio Grande, na Capitania de São Pedro do Rio Grande... Êsse, o poema da vida do Empreendedor audaz... Barão e Visconde... Criador de riquezas, de progresso, de energia, que sua vida seja um símbolo para todos quantos, no Brasil, quiserem lutar, prosperar, subir democràticamente; engrandecer-se e engrandecer a Pátria, glorificando-a nas mais nobres ambições do progresso fecundo e generoso, do trabalho e da paz. Porque Mauá foi tudo isso e mais alguma coisa, examinado à luz serena da História: — foi a realização de um grande sonho na abastança e no sofrimento; porque Mauá foi a glória do planejar e do executar, do cumprir e do ousar, na beleza eterna das quatro letras refulgentes do seu nome.

Montevidéu, 10 de outubro de 1948
La Paz, 24 de outubro de 1956.

ANEXO

Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 1904

Gabinete do Ministro das Relações Exteriores

Ilmo. Snr.

Cassio A. Farinha

Estou de posse da carta que V. S. me dirigiu a 9 do corrente, sôbre a sua reclamação relativa ao pagamento de umas letras assinadas em 1853 pelo Govêrno Oriental, a favor do Barão de Mauá.

O Sr. Xavier da Cunha deu-me conhecimento do memorial que a êste respeito V. S. lhe apresentou e a êle recomendei que, oficiosamente, chamasse a atenção do Govêrno Oriental para a sua reclamação.

Segundo os princípios geralmente seguidos, e dos quais não se afasta o Brasil, a intervenção diplomática só é cabível quando, esgotados todos os recursos legais, fica reconhecido que houve manifesta denegação de justiça. Isso dizemos sempre aqui aos representantes estrangeiros, quando, fora de tempo e propósito, pretendem apoiar oficialmente reclamações dos seus nacionais, e não podemos ter uma regra de procedimento aqui e outra nas nossas Legações. Não cabe ao Govêrno Brasileiro apreciar o caso da prescrição daquelas letras alegada pelo da República do Uruguai. Só aos tribunais dêsse país compete resolver sôbre isso; mas creio que V. S. ainda a êles não recorreu a fim de serem reconhecidos os seus direitos.

Não posso entrar na apreciação do que V. S. refere quanto ao procedimento que, em casos idênticos, têm tido outras Potências para com essa República; devo, porém,

asseverar que o Govêrno do Brasil, como já tem dado sobejas provas, não desconhece a atitude que deve assumir quando assim o exigerem não só os interêsses do Estado como os dos nossos compatriotas.

Tenho a honra de apresentar a V. S. as seguranças da minha estima e consideração.

(a) RIO-BRANCO

"A PÁTRIA"
Órgão dos interêsses brasileiros no Rio da Prata
Diretor: Cassio A. Farinha
Fundado em Montevidéu, em 2 de Dezembro de 1884.

(Documento cedido pela Srta. Eunice Tavares)

MAUÁ E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO OESTE BRASILEIRO

Para a inteligência de uma "posição ativa", assumida por Mauá em seus empreendimentos, esta nota tem certo mérito. Diferentemente dos empreendedores que vieram depois (e não foram muitos), Mauá concebeu sua ação e traçou seus planos, não dentro de uma visão parcelar dos problemas, pensando resolvê-los, se atacados simultâneamente, em benefício de diferentes zonas do país.

Disse Paul Valéry que **"l'esprit humain est absurde par ce qu'il cherche: il est grand par ce qu'il trouve"**.

Ora, Mauá foi grande, porque procurou problemas — e buscou dar-lhes solução adequada e prática.

Uma das suas preocupações consistiu em articular diferentes zonas geográficas por meio de ferrovias. Integrá-las num todo de comunicações, tal como fizera na Amazônia, foi pensamento ativo a nortear os planos do Empreendedor. Uma civilização litorânea, imperfeita e invertebrada teria de subsistir em função do aproveitamento do vasto "quintal interior". Se não foi feliz em vários cometimentos nesse sentido, no entanto previu e defendeu as vantagens que adviessem de uma política ativa, baseada na expansão econômica através do Oeste brasileiro. Daí, pois, sua preocupação por êsse vasto setor, procurando dar-lhe intenso sentido exploratório e colonizador, como se fazia nos Estados Unidos na quadra de 1850-1870 em relação ao Centro-Oeste e ao Pacífico.

A propósito, recordar-se-á que viajantes e administradores brasileiros, entre 1830 e 1860, assinalaram as vantagens decorrentes do aprofundamento colonizador através do Oeste do Império. A guerra da Tríplice Aliança representará sem dúvida ensinamento trágico para o Brasil em face da defesa de sua imensa fronteira ocidental. O problema viera de longe. Luis d'Alincourt em sua interessante memória — "Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da Província de Mato Grosso em 1828" —, publicada nos "Anais da Biblioteca Nacional", vol. VIII, 1880, assinalou com agudeza o descaso pela fronteira ocidental, afirmando mesmo que, diferentemente doutro qualquer teatro de operações, lá sòmente se poderia fazer a "pequena guerra", a "guerra de chicana" (**ibidem, pág. 119**).

Atento observador do crescimento econômico norte-americano, Mauá imaginara que, com o apoio de estradas de ferro, pudesse ativar um processo de expansão através do Oeste brasileiro num **herdlike movement**, conceito do economista Alvin Hansen (**"The boom is a phenome-**

non caused by the herdlike action of entrepreneurs who en masse rush into the new openings", afirmou aquêle economista em sua obra, **"Business Cycles and National Income"**, Nova York, 1951, pág. 303).

Contudo, certos planos de Mauá não puderam ser postos em prática por falta de adequação de meios. Ter-se-ia acelerado o aproveitamento econômico do Oeste brasileiro em têrmos de alta previsão política. Sòmente depois da construção da Noroeste se deu atenção ao problema; ainda assim não no grande compasso em que devera processar-se o expansionismo colonizador. Com sua "visão imperial", imaginou Mauá planos destinados a acelerar o progresso material do país, por meio do aprofundamento de linhas de penetração — estradas de ferro —, para articular entre si diferentes setores geográficos. Ao invés da visão parcelar, a visão global.

O ESTADO, A INICIATIVA PRIVADA E OS MONOPÓLIOS

Num país de crescimento econômico desordenado (suponha-se o Brasil), a função supletiva do Estado assume matizes variegados, verdadeira cromatização de interêsses imediatos ou mediatos — e de providências também imediatas ou mediatas.

Economistas já assinadaram que nos países subdesenvolvidos certo "nacionalismo econômico" (por vêzes, estreito e passional) poderá ser interpretado, antes que medida defensiva, como "exasperação" de ação, tendente a realizar em poucos anos o que vegetativamente demanda muitos.

Por isso, essa espécie de "nacionalismo esconômico" se inclina a propiciar medidas de estatização, que nem sempre dão resultados apreciáveis. É o que em geral acontece nas nações novas, de ossatura econômica imperfeita ou destituídas de um corpo de técnicos que possa disciplinar as atividades oficiais e privadas.

Tem-se alegado que as providências ditadas por um "nacionalismo econômico", nem sempre confiante em si próprio, tendem ao estabelecimento de uma muralha de contensão, de defesa de uma nacionalidade, em face dos manejos de certos trusts internacionais. Isto se justifica na indústria do petróleo, que, no fundo, é uma "indústria política". É o que se dá — ou se dará — com o emprêgo pacífico da energia atômica, que deverá ficar nas mãos do Estado.

Mauá sempre entendeu (e estava certo no particular) que se o Estado não pudesse fazer esta ou aquela coisa, deveria aproveitar-se de imediato da iniciativa particular. A iniciativa particular, bem amparada pelo Estado, faz milagres. Contar-se-á um fato arrancado da própria vida de Mauá: — em 1867, os engenheiros Neate, Lane e Hawkshaw prepararam para Mauá os grandes planos da construção de um pôrto moderno no Recife, que ficaria por £ 1.500.000. O plano de Mauá foi

apoiado por Cunha Galvão e Muniz Barreto. Pois bem, levantou-se a grita dos senhores-de-escravos que alegaram ter o plano de Mauá "propósitos de polícia"... O projeto sofreu todos os inconvenientes derivados da imbecilidade de uns e da rotina de outros. Foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, sim; mas não foi executado! Os senhores-de-escravos falaram com mais entono...

Os grandes planos de Palm e Lloyd, preparados para a construção da gigantesca estrada de ferro Curitiba-Corumbá-Sucre, sofreram entre 1868 e 1875 tôdas as incertezas da ignorância e da rotina. Essa ferrovia jamais se construiu!

O Estado tem o dever de ser previdente e realizador; mas, não tem o direito de ser **rotineiro**.

Se o Estado não puder realizar um empreendimento, ou porque careça de recursos ou porque seja dominado pela rotina, que o passe às mãos hábeis de empreendedores particulares.

A única ressalva que um Estado, de poder econômico pouco robusto, possa encontrar, consiste na exploração do petróleo. Quando se sentir forte e puder disciplinar fontes de produção e mercados por medidas adequadas, então poderá aos poucos abrir mão da "zona de exploração estatal", transferindo encargos e obrigações à iniciativa privada.

Mauá teve de rebater críticas estúpidas a respeito da grande estrada de ferro Curitiba-Corumbá-Sucre. Disse êle: "A estrada de ferro de Mato Grosso não é simplesmente um caminho estratégico, como alguns têm dito, na intenção não direi de amesquinhar, porque seria mal cabida semelhante qualificação tratando-se de um meio poderoso de diminuir a importância da idéia. É imperfeito o conhecimento que se sabe, porém, chega e sobra para que o pensamento seja elevado à altura de uma aspiração nacional... ...Com a sexta parte do que se consumiu improdutivamente com a recente guerra do Paraguai se teria construído a estrada de ferro e se teriam poupado somas enormes e milhares de vidas preciosas. Os interêsses financeiros, econômicos e políticos do Império aconselham, pois, que se abra essa via de comunicação no menor espaço de tempo que fôr possível".

Ouviram Mauá? Qual o quê! Esqueceram-se de sua soberba lição de Energia criadora. Perderam tempo. Nada mais.

Num país, que deve ser liça franca para o espírito pioneirista, procura-se entravar a ação dos grandes ecmpreendedores. Assim, a rotina, o pessimismo e a incompetência se têm dado as mãos para contrariar a ação da livre emprêsa, ora alegando motivos de oligopólio, ora criando monopólios estatais, pensando-se dessa maneira resolver problemas agudos de crescimento econômico, abastecimento de mercados internos e desenvolvimento de comunicações rápidas.

Ainda neste particular, Mauá vale como verdadeiro farol a devassar o futuro com seu gênio de vidente e realizador. Nunca será de mais exaltar-lhe a gigantesca projeção sôbre a qual viu grandes e permanentes problemas nacionais.

TÁBUA DAS MATÉRIAS

ANTELÓQUIO 7

1.ª PARTE — Pano-de-fundo 11

1. Alvorada 14
2. Esplendor meridiano 35
3. Mauá e o sistema bancário brasileiro 42
4. A primeira estrada de ferro do Brasil 44
5. Mauá e o falso nacionalismo econômico . . 47
6. Mauá e Paraná 53
7. Navegação amazônica 58
8. Comunicações 68
9. Concepção do trabalho, segundo Mauá. — O braço escravo 75

2.ª PARTE — O gigante e o rio 87

1. Lanças, caudilhos e gaúchos 89
2. Ação de Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai 106
3. Mauá em contacto com as realidades políticas do Uruguai 116
4. Novas explorações políticas com o Tratado de Aliança 135
5. Projeto de amortização da dívida 140
6. Mauá auxilia o govêrno de Giró. — O Banco Mauá & Cia. 147
7. Mauá e a consolidação da dívida uruguaia. Conceito de Eduardo Acevedo 168
8. Mauá, o panorama político do Prata e a 'diplomacia do patacão' 182
9. Bernardo Berro, eleito Presidente. Os "blancos" no poder. Mitre e o mitrismo. Início do drama de 65 201
10. Mauá, criador de riquezas no Uruguai 228
11. Investidas contra o Banco Mauá 250
12. Segue a crise e seguem-se desordens. Prestígio do Barão de Mauá e do seu Banco 276
13. Grande decepção de Mauá. — Atitude do Govêrno imperial. — Crise no Brasil em 75. — Queda de Mauá. — Passado e presente 305

ANEXO 329

ÊSTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DA CIA. BRASILEIRA DE ARTES GRÁFICAS, RUA RIACHUELO, 128, RIO DE JANEIRO — BRASIL.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil

A Portaria nº 270 do Ministério das Relações Exteriores, de 22 de março de 2018 (modificada pela Portaria nº 1.011, de 16 de outubro de 2019), criou o Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência, incumbido de, entre outras atividades, promover a publicação de obras alusivas ao tema. A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) atua como secretaria de apoio técnico ao grupo.

Foi no contexto de planejamento da importante efeméride que, no âmbito da FUNAG, criou-se a coleção "Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022", abrangendo publicações inéditas e versões fac-similares. O objetivo é publicar obras voltadas para recuperar, preservar e tornar acessível a memória diplomática sobre os duzentos anos da história do país, principalmente de volumes que se encontram esgotados ou são de difícil acesso. Com essa iniciativa, busca-se também incentivar a comunidade acadêmica a aprofundar estudos e diversificar as interpretações historiográficas, promovendo o conhecimento da história diplomática junto à sociedade civil.

ISBN 978-65-87083-28-5